



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTA DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS COM ÊNFASE EM
CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE-PPGREC**

DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

**LÍNGUA INDÍGENA PATAXÓ DE SINAIS: UM ENFOQUE NA FORMAÇÃO
ESCOLAR DOS INDÍGENAS PATAXÓS SURDOS**

**ATXÔHÃ TXIHIHÃY PATAXÓ ŪPÚ ĀTXOÊ: NIÖNIEMÃ MAYÕ UĪ MODXÊ
KIJËTXAWÊ TXÓ TXIHIHÃY PATAXÓ PORIÑOK**

**JEQUIÉ - BAHIA
2024**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS COM ÊNFASE EM
CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE-PPGREC**

DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

**LÍNGUA INDÍGENA PATAXÓ DE SINAIS: UM ENFOQUE NA FORMAÇÃO
ESCOLAR DOS INDÍGENAS PATAXÓS SURDOS**

**ATXÔHÃ TXIHIHÃY PATAXÓ ÛPÚ ÃTXOÊ: NIÕNIEMÃ MAYÕ UÏ MODXÊ
KIJËTXAWÊ TXÓ TXIHIHÃY PATAXÓ PORIÑOK**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Linha de pesquisa I: Etnicidade, Memória e Educação

Orientador: Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto

Co-orientadora: Profa. Dra. Francislene Cerqueira de Jesus

**JEQUIÉ - BAHIA
2024**

S2371 Santos, David Kaique Rodrigues dos
Língua indígena pataxó de sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas pataxós surdos / David Kaique Rodrigues dos Santos.- Jequié, 2024.
226f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob orientação Prof. Danilo César Souza Pinto e coorientação da Profa. Dra. Francislene Cerqueira de Jesus)

1.Línguas Indígenas de Sinais 2.Língua Indígena Pataxó de Sinais
3.Indígenas Pataxós Surdos 4.Formação Escolar 5.Identidade
I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

CDD – 419

Rafaella Cância Portela de Sousa - CRB 5/1710. Bibliotecária – UESB - Jequié

DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

**LÍNGUA INDÍGENA PATAXÓ DE SINAIS: UM ENFOQUE NA
FORMAÇÃO ESCOLAR DOS INDÍGENAS PATAXÓS SURDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade

Linha de Pesquisa 1: Etnicidade, Memória e Educação

Aprovado em: 09 de Março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

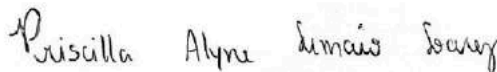


Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto (UESB)

Presidente da Banca/Orientador

 Documento assinado digitalmente
FRANCISLENE CERQUEIRA DE JESUS
Data: 11/03/2024 12:47:55 -0300
Verifique em <http://validar.itl.gov.br>

Profª Drª Francislene Cerqueira de Jesus (UESB)
Co-orientadora



Profª. Drª. Priscilla Alyne Sumaio Soares (UFMT)


Examinador Externo



Prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana (UESB)

Examinador Interno

Prof. Dr. Wermerson Meira Silva (UESB)

 Documento assinado digitalmente
WERMERSON MEIRA SILVA
Data: 11/03/2024 07:54:08-03:00
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Examinador Externo

JEQUIÉ
2024

Dedico esta obra a todos/todas e todes os indígenas surdos/surdas que se sentem inquietas, esquecidas e injustiçadas frente aos problemas educacionais, sociais e étnicos. A todas essas pessoas que veem na educação e nas relações étnicas a esperança de transformação e mudança capaz de transformar a sociedade atual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus (Niamisū) por ter me amparado durante este projeto de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Agradeço aos meus pais/avós e à minha mãe biológica Cirlene Oliveira Santos por sempre estarem ao meu lado, por todos os ensinamentos e conselhos. A minha irmã Jeize Rodrigues e minha sobrinha Lorrana Rodrigues que sempre me apoiaram e estavam ao meu lado na caminhada.

Agradeço ao meu professor-orientador Danilo César Souza Pinto e a professora co-orientadora Francislene Cerqueira de Jesus por me conduzirem nessa jornada contribuindo para o meu crescimento científico e intelectual.

Aos parentes Ātxuab Pataxó (Samuel Pinheiro da Silva Santana) e Xihitú Pataxó (Ronaldo Farias do Nascimento) pela escrita do Resumo da pesquisa na Língua Patxohã.

Ao Cacique Aruã Pataxó – Coordenador Regional da FUNAI do Sul da Bahia.

Aos caciques: Cacique Louro Pataxó e Cacique Zeca Pataxó - Aldeia Pataxó Coroa Vermelha, Cacique Timbó - Aldeia Pataxó Mata Medonha, Cacique José Ailton Souza Lapa - Aldeia Pataxó Aratikum, Cacique Geraldo Alves do Espírito Santo - Aldeia Pataxó Arueira, Cacique José Sales Braz - Aldeia Pataxó Agricultura, Cacique Cleudes Gonçalves - Aldeia Pataxó Txihi Kamayúra, Cacique Sinaldo Goivado - Aldeia Pataxó Nova Coroa, Cacica Maria Aparecida Lemes Bonfim - Aldeia Pataxó Itapororoca, Cacique Jorge Nicácio - Aldeia Guiomar Pataxó, Cacique Antônio Alves dos Santos - Aldeia Sarã Mirawê, Cacique Fred Ferreira dos Santos - Aldeia Pataxó Mirapé, Cacique José Roberto de Jesus - Aldeia Pataxó Novos Guerreiros, Cacique Siratã Pataxó - Aldeia Pataxó Reserva da Jaqueira, Cacica Marias das Dores Florêncio de Jesus - Aldeia Pataxó Juerana, Cacique Reinaldo Valério - Aldeia Velha; Cacique Renivaldo Braz - Aldeia Pataxó Imbiriba, Cacique Suruí Pataxó - Aldeia Mãe Barra Velha, Cacique Dioleno Braz - Aldeia Pataxó Bugigão, Cacique Neilza Braz - Aldeia Pataxó Meio da Mata, Cacique Atxuab Pataxó - Aldeia Pataxó Boca da Mata, Cacique Alvaí Pataxó - Aldeia Pataxó Cassiana, Cacique Oziel Santana - Aldeia Pataxó Pé do Monte, Cacique Piçaro Pataxó - Aldeia Pataxó Trevo do Parque, Cacique Antônio Pataxó - Aldeia Pataxó Trevo do Parque Krokixi, Cacique Jurandy Souza - Aldeia Pataxó Jitair, Cacique Ubiratan Pataxó - Aldeia Pataxó Nova Esperança, Cacique Sivaldo Souza - Aldeia Pataxó Guaxuma, Cacique Juvino Braz - Aldeia Nova, Cacique Adailton Pereira - Aldeia Pataxó

Corumbauzinho, Cacique Ednaldo Guedes - Aldeia Pataxó Craveiro, Cacique Ailton Alves dos Santos - Aldeia Pataxó Canto da Mata, Cacique Baya - Aldeia Pataxó Águas Belas, Cacique Kamayurá Pataxó - Aldeia Pataxó Mucugê, Cacique José Conceição - Aldeia Pataxó Tawá, Cacique Antônio Pataxó - Aldeia Pataxó Quero Ver, Cacica Maria - Aldeia Pataxó Monte Dourado, Cacique Capivara - Aldeia Pataxó Alegria Nova, Cacique José Fragoso - Aldeia Pataxó Tibá, Cacique Ricardo Oliveira - Aldeia Pataxó Kaí, Cacique Caxixi, Aldeia Pataxó Pequi, Cacique Diego Braz - Aldeia Pataxó Gurita, Cacica Maria Santos - Aldeia Pataxó Dois Irmãos.

Ao Povo Tupinambá, os Cacique Juvenal Vales - Aldeia Tupinambá Taquari, Cacique Rony Tupinambá - Aldeia Tupinambá Patioba, Cacica Maria Quirino de Almeida - Aldeia Tupinambá Patiburi - Cacique José Costa - Aldeia Tupinambá Patiburi II.

Às lideranças, Samêhy Pataxó - Presidente da Associação de Mulheres Indígenas do Extremo Sul da Bahia, Kahú Pataxó - Presidente da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia – FINPAT, Dica Pataxó – Presidente da Associação de Mulheres Indígenas em Ação, Kawhã Pataxó - Coordenador do Núcleo Central dos Estudantes Indígenas da UFSB campus Porto Seguro - Bahia, Ubiranan Pataxó e Luiz Pataxó – Diretor da Juventude pelo MUPOIBA.

Ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IF Baiano - NEABI - campus Teixeira de Freitas. Representado pela profa. Dra. Priscila Ferreira de Oliveira e Livia Santana dos Santos, pelo carinho, atenção e respeito.

Ao Fórum de Educação Inclusiva dos Povos Indígenas da Bahia – FEIPIB pelo convite para participação nas discussões do IV Fórum intitulado “Nada sobre nós, sem nós”.

Aos TILSP e amigos/amigas, Fernanda Fernandes, Hellen Oliveira, Wanderson Meira, Patrick Oliveira, Thácio Oliveira, Rayan Soares, Angela Lemos, Elisia da Cunha e Saionara Figueiredo.

A minha amiga Elisia da Cunha por ter apresentado o programa de mestrado e enviado o edital de seleção no ano de 2021.

Aos amigos e parentes Cleiton Ferreira dos Santos e Denildo Araújo Santos pela parceria como editores de mídias.

Ao amigo Lucas Matheus Garcia Tôrres, doutorando em Geografia, pelo auxílio na elaboração dos mapas e bases cartográficas.

A Nóelia Félix, professora de Libras do IFBA *campus* Porto Seguro – BA.

A professora Dra. Micaela Balsamo de Mello, pelo apoio técnico e incentivo.

Aos colegas Igor Rosario Santos, ouvinte, tradutor intérprete de Libras, e o professor surdo Carlos Cristian de Paulo Silva pela contribuição na escrita SignWriting.

As minhas primas biológicas, Dica Pataxó, Eliana Silva Santos (Amesca Pataxó), Verônica Silva Santos (Tamikuã Pataxó), Edileuza Santos da Silva e os primos Almir Silva Santos e Almir Silva Santos Júnior pelo apoio e reconhecimento.

Ao amigo e diretor da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha Ademário Braz Ferreira.

As parentes/colegas de trabalho Gabriela Florencio de Jesus Souza (Coordenadora da Educação Escolar Indígena), Zizélia Ferreira dos Santos (Coordenadora da Educação Escolar Indígena), Adriana Pesca (Professora da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB), Anari Braz Bomfim (Coordenadora do GT Nacional das Línguas Indígenas DILI 2022-2024), Altaci Corrêa Rubim (Representante da Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI 2022-2032), Alzira Pataxó (professora do AEE na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha), Silvani (Vice diretora da Escola Municipal Indígena Pataxó Coroa Vermelha), Rosinete Pereira Silva Matos (professora do AEE da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha), Lúcia Alberta (Diretora da FUNAI), Verônica Santos (Coordenadora Pedagógica do Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha), Rosilene Tuxá (Coordenadora de Educação Escolar Indígena SECADI/MEC) pelas contribuições.

Aos parentes e pesquisadores/pesquisadoras indígenas que atuam e vivenciam a Educação Escolar de Indígenas Surdos nas diversas comunidades originárias no Brasil, TILSP/ TILIS. Bruno Henrique da Silva - Etnia Pankararu, Prof. Alessandro Inhape – Etnia Kambeba, TILSP/ TILIS Albert Varela – Etnia Tapayuná Kajkwakratxi, TILSP/ TILIS - Carla Priscila Miranda - Etnia Terena, Profª. Claudia Ester Soares Candia - Etnia Terena, TILSP/TILIS - Leandro Tenazor da Costa - Etnia Kambeba, Prof. Jessiá Braz - Etnia Pataxó, profª. Inai'ury Pompeo, Profª. Kamara Kymiu, Profª. Rosinete Pereira – Etnia Fulni-ô, TILSP/TILIS - Davi Luiz Nascimento dos Santos - Etnia Marakás, TILSP/ TILIS - Maria Daniela Mendes - Etnia Guarani, TILSP/ TILIS. TILSP/ TILIS Renata Castro – Etnia Caixana, Rosyane Pedro Francisco - Etnia Terena, Prof. Samuel Xavier da Costa - Etnia Mura, TILSP/TILIS - Valdiceia Tavares dos Santos - Etnia Kariri e TILSP/TILIS - Vitória Manoela de Oliveira - Etnia Pankararu. Fica a minha admiração!

Ao cacique Val (in memoriam) meu cacique inclusivo que lutou pela Educação Especial e Inclusiva, Libras, LIS e em vida pesquisou a Língua Indígena Tupinambá de Sinais.

As minhas amigas professoras, Graziela Rezende, Erick Cristian, Geane Amorim, Jodilce Pereira, Malvina Cristina Blanc e Sueli Nepomuceno, pelo companheirismo durante a minha trajetória acadêmica do mestrado, pelos risos, e principalmente pela paciência nos momentos difíceis. O amor e o respeito por mim. Tenho certeza que fez toda a diferença.

O Secretário Municipal de Educação de Cabralia, Iszael Fernandes pelo incentivo.

A professora e parente, Adriana Pesca da etnia Pataxó pela produção da epígrafe **“PATAXÓ: Som das ondas batendo na pedra”**.

O professor e parente Samuel Xavier da Costa da etnia Mura pela parceria na confecção dos cards dos sinais para a pesquisa.

As professoras Priscilla Alyne Sumaio Soares, Indira Simionatto, Shirley Vilhalva, Letícia Damasceno, Luciana Coladine Bernardo, Saionara Figueiredo, Ana Carolina Machado Ferrari, Mônica Veloso Borges e Marisa Fátima Padilha Giroletti pela parceria e contribuição nos estudos.

Aos professores Bruno Gonçalves Carneiro, Bruno Roberto Nantes Araújo, Marcos Roberto dos Santos, Erich Teles Bezerra, Hamilton Rodrigues, Ivanilton Ferreira e Jaelson da Silva Santos pela parceria e contribuição nos estudos.

Aos/as meus/minhas alunos/alunas indígenas pataxós surdos/surdas, Elias Braz (Tchew), Jersonita, Karina, Vitória, Max Miller, Josiane e Marcos Adriano, Damião, Rivaldo, Jhonatta.

Não posso deixar de agradecer aos meus professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGREC, Maria de Fátima de Grigório, Luzia Wilma, Ana Angélica, Itamar Aguiar e Marcos Lopes, por me receberem de braços abertos.

Aos colegas mestres e mestrandos do PPGREC, Tailane Cruz, Idália Lino, Fabrício Diego, Alessandro de Jesus, Romeu Sanches, Eliane Alves, Everton Sant’Ana, Micael Marques, Gilvânia Pureza, Danilo Félix e Miguel Bomfim.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Enfim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que esse trabalho fosse realizado. NITXÍ AWERY!

PATAXÓ: Som das ondas batendo na pedra

Autora: Adriana Pesca – Hitxá Pataxó¹

PA-TA'XÓ

Som das ondas batendo na pedra

Somos feitos de vozes

Ancestrais, temporais, memoriais

Também feitos de silêncios

Históricos e violentos de nossos algozes

Mas se são de nossos silêncios

Invisíveis e vilipendiados

Que a história se fez

Não são também dessas dores

Causadas por colonizadores

Que se erguem nossos gritos?

Não seremos mais malditos

Como assim disseram de nós

Seremos ao contrário

O eco dos antepassados

Ditos de outras maneiras

PA-TA-XÓ

Som das ondas batendo na pedra

Da catequese e tutela

Sobre os corpos de nossa parentela

A um contra movimento

Chamado de educação

Das liberdades das matas

Mesmo que haja clausura nos prédios escolares

Buscamos novas liberdades

Novos gritos e novas curas

Não mais as velhas cláusulas

De alma e de memória

¹ Primeira professora Indígena Pataxó a ingressar na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) através de concurso público para a vaga de Arte e Interculturalidade.

Reescrevemos a história
Na tinta do urucum
Pra dizer que mesmo um
Somos múltiplos, aliás
PA – TA – XÓ
Música da água na pedra
Das ondas que se rebentam
Lembrando-nos de quem somos
E de quantos mais seremos
FACES múltiplas, muitos corpos
Muitas vozes e expressões
Que na figura do “índio”
Tentaram nos apagar
Mas, que com educação
Novas vozes assim ecoam
E por mais mundo ressoam
PA-TA-XÓ
Ondas batendo na pedra
Nascem então as escolas
Indígenas e agora dignas
Que trazem para o seu seio
Vozes que silenciaram
Dos nossos pais e avós
Anciãos que se encantaram
E esta escola indígena
É essa também bilíngue
Da língua que nos impuseram
E de nossa língua revivida
E de outra língua viva
Muitas vezes esquecida
A língua de sinais
Multilíngue e resistente
Línguas de identidades
Com a qual também dizemos

PA – TA – XÓ

Som de água batendo na pedra

Revelando a história

De um povo que resiste

E existe na memória

Em que um Pataxó surdo

Ouve através da memória

Traz consigo identidades

Nas mãos e na diversidade

Com a mesma força das águas

Que outras forças não apagam

Mas ajuda a existir

Pois na mesma mão que há luta

Há um jeito de falar

Seja nos símbolos que falam

Ou no som do maracá

Vindo na voz do silêncio

Ou na voz que vem do mar

PA-TA-XÓ

Som da água batendo na pedra

De um povo que resiste

E na expressão do sagrado

Continua a se enunciar

PA – TA – XÓ

Água batendo na pedra

ŪXÉ GWAKXÓ ARENE'ÁXÓ

Iē mapā pokâkéy mukaú'irá iē iktôy upâ atxôhã txihihãy Pataxó ūpú ātxoēuī maroxí kijêtxawê txop aripotxê txihihãy Pataxó porinok pokâkey amix, arēneá'irá iō arēnêá mapxé iō trioka'irá ūpú maroxí kijêtxawê txōp txihihãy porinok, iō paxúkixay upã atxoha de ūpú ātxoê uītāi āmâré iē kohihé iē modxêāga aripotxê arēnêa' irá ūxé atxôhã pataxó ūpú ātxoê. Iē āmâré hãytxô môy iktôy ariponã, higwá ūpâ patxitxa' irá ūpú niōniemã arēnêá hū niōniemã txihihãy Pataxó porinok upã pataxí ūpú aktxurá eató, nokoxí ūpã txihihãy arēnêá dxa' á iē atxôhã txihihãy Pataxó ūpú ātxoê (LIPS) jirap' irá dxahá iō ākrē' irá ūpâ kôrtuāga txihihãy porinok. Dxahá mikâ akâ'xó iō mutxuī, dxahá iōp Ātxoê upâp Ruê krôkxí pataxip pataxó iō ahã txihihãy ūpú txayhō'ihé txôehá hubá mukusui ekmã iō kôpokikay'xó ūxé apetxuk'xó ūpâp atxôhã txōp txihihãy hū suriāg ākgaré iē arupâb ūpú porinok (atxôhã txihihãy ātxoê) ūg (āgwí/Libras). Fahâtō ekmã iō hūgoré dxahá iō yamã ūg etxawê ūpâp atxôhã txihihãy ūpú ātxoê kãtxê krôkxí mibntoy hū iē niomakã txōp txihihãy porinok ūg mipây 'iré dxahá nomayosō otxemã ūpâ (āg uī/Libras) ūg ūpâ (atxôhã txihihãy ātxoê LIS) ūpú kotenekôp hã-hã-hãy rekôy ūg dxá'á āyhã txô rekôy ūpú akuêg upâp atxôhã txihihãy ūpú ātxoê.

KOHTÚ ŪPÚ IHÁBNKÁ: Atxôhã txihihãy ūpú ātxoê. Atxôhã Txihihãy pataxó ūpú ātxoê. Txihihãy pataxó porinok. Mōdxêāga maroxí 'xó. Kôrtuāga.

Ātxuab² Pataxó (Samuel Pinheiro da Silva Santana)
Xihitú³ Pataxó (Ronaldo Farias do Nascimento)

² Professor Indígena Pataxó, liderança na Aldeia Pé do Monte, cursa Licenciatura Intercultural Indígena na área de Ciências da Natureza e Matemática (Física, Matemática, Química e Biologia) no IFBA – Porto Seguro-BA.

³ Professor Indígena Pataxó, leciona a língua Patxohã, liderança na Aldeia Boca da Mata, cursa Licenciatura Intercultural Indígena na área de Ciências da Linguagem e Códigos (Língua Portuguesa, Língua Indígena, Literatura, Língua estrangeira, Libras, Artes e Educação Física) no IFBA – Porto Seguro - BA.

SANTOS, David Kaique Rodrigues dos. **Língua Indígena Pataxó de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas pataxós surdos**. 2024. 226 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Nível de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – Campus de Jequié, 2024.

RESUMO

A presente pesquisa investigou a relevância da Língua Indígena Pataxó de Sinais na formação escolar dos alunos indígenas pataxós surdos. Buscou-se descrever, evidenciar e investigar o processo de formação escolar dos indígenas pataxós surdos, o papel da língua de sinais nesse processo e refletir a formação docente específica em Língua Indígena Pataxó de Sinais. A metodologia adotada foi qualitativa e etnográfica, com a realização de uma entrevista com uma indígena pataxó surda da comunidade de Coroa Vermelha, egressa da escola indígena, mostrando que a Língua Indígena Pataxó de Sinais (LIPS) contribuiu para o desenvolvimento/construção da identidade Indígena Pataxó Surda. Para tanto, caracterizou-se o território-campo, propôs-se os sinais das doze aldeias pataxós do Território Indígena de Santa Cruz Cabralia, contextualizou-se o debate em torno das Línguas Indígenas de Sinais, apresentando um mapa dos indígenas com publicações sobre a educação de indígenas surdos, LIS e Libras. Adicionalmente descreveu-se o movimento para o reconhecimento e curricularização das Línguas Indígenas de Sinais, apresentando dois mapas com a relação dos indígenas surdos e ouvintes que são usuários da Libras e da LIS de seus povos/etnias e que participam do Grupo de Trabalho das Línguas Indígenas de Sinais.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas Indígenas de Sinais. Língua Indígena Pataxó de Sinais. Indígenas Pataxós Surdos. Formação Escolar. Identidade.

RESUMO EM ESCRITA DA LIBRAS (SIGNWRITING)

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

SANTOS, David Kaique Rodrigues dos. **Pataxó Indigenous Language of Signs: a focus on the educational training of deaf Pataxó indigenous people.** 2024. 226 f. Masters dissertation. Master's Degree Postgraduate Program in Ethnic Relations and Contemporary Studies at the State University of Southwest Bahia – UESB – Jequié Campus, 2024.

ABSTRACT

This research investigated the relevance of the Pataxó Indigenous Language of Signs in the educational training of deaf Pataxó indigenous students. The aim was to describe, highlight and investigate the educational training process of deaf Pataxó indigenous people, the role of sign language in this process and reflect specific teacher training in the Pataxó Indigenous Sign Language. The methodology adopted was qualitative and ethnographic, with an interview with a deaf Pataxó indigenous woman from the community of Coroa Vermelha, graduate from the indigenous school, showing that the Pataxó Indigenous Sign Language (PISL) contributed to the development/construction of the Deaf Pataxó Indigenous identity. To this end, the field territory was characterized, the signs of the twelve Pataxó villages of the Santa Cruz Cabralia Indigenous Territory were proposed, the debate around the Indigenous Sign Languages was contextualized, presenting a map of the indigenous people with publications on the education of the deaf indigenous, LIS and Libras (Brazilian Sign language). Additionally, the movement for the recognition and curricularization of Indigenous Sign Languages was described, presenting two maps with the list of deaf and hearing indigenous people who are users of Libras and LIS of their peoples/ethnicities and who participate in the Indigenous Sign Language Working Group.

KEYWORDS: Indigenous Sign Languages. Pataxó Indigenous Sign Language. Deaf Pataxó indigenous people. School Training. Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Antiga Escola Indígena Coroa Vermelha (barro)	53
Figura 02 Extensão da antiga Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha (madeira)	53
Figura 03 Antiga Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha (lajota)	54
Figura 04 Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha (atual)	55
Figura 05 Vista de cima da Escola Indígena e do Colégio Indígena em Coroa Vermelha	56
Figura 06 Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha	60
Figura 07 foto da Karina	69
Figura 08 Momento de entrega do certificado de conclusão do Ensino Médio	70
Figura 09 Sinal do Município de SANTA CRUZ CABRÁLIA	79
Figura 10 Classificador do sinal de INDÍGENA sinalizado pelos indígenas surdos e ouvintes de diversas etnias do Brasil	132
Figura 11 Sinal da etnia PATAXÓ usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais	132
Figura 12 Sinal da etnia PANKARARU usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais	133
Figura 13 Sinal da etnia TERENA usado pelos membros do GT LIS	133
Figura 14 Sinal de LÍNGUA INDÍGENA DE SINAIS usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais	134
Figura 15 Sinal de INDÍGENA SURDO usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais	134
Figura 16 Sinal de INDÍGENA SURDOCEGO usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais	135
Figura 17 Sinal de PAJÉ usado pelos membros do GT LIS	135
Figura 18 Sinal de ETNIAS Indígenas usado pelos membros do GT LIS	136
Figura 19 Sinal de ALDEIA usado pelos membros do GT LIS	136
Figura 20 Sinal de NÃO INDÍGENA usado pelos membros do GT LIS	137
Figura 21 Sinal de TUPÃ usado pelos membros do GT LIS	137
Figura 22 Sinal de CENTRO CULTURAL usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais	138
Figura 23 Sinal de MUSEU usado pelos membros do GT LIS	138

Figura 24 Sinal de PASSARELA INDÍGENA usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais	139
Figura 25 Sinal de EXTREMO SUL usado por surdos e ouvintes usuários da Libras da Costa do Descobrimento e do Sul da Bahia	139
Figura 26 Sinal da etnia KA'APOR usado pelos membros do GT LIS	140
Figura 27 Sinal da etnia KAINANG usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais	140
Figura 28 Sinal da etnia GUARANI usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais	141
Figura 29 Sinal da etnia TUPINAMBÁ usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais	141
Figura 30 Sinal da etnia XAKRIABÁ usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais	142
Figura 31 Sinal da etnia YANOMAMI usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais	142
Figura 32 Sinal da etnia FULNI-Ô usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais	143

LISTA DE QUADROS/MAPAS

Quadro 01- Levantamento dos trabalhos	38
Quadro 02- Quantitativo de Aldeias Indígenas de Santa Cruz Cabrália/BA	51
Quadro 03- Mapa das escolas do TI de Santa Cruz Cabrália	57
Quadro 04 - Sinais das aldeias pataxós na Língua Indígena Pataxó de Sinais - LIPS	80
Quadro 05 - Mapa da relação dos indígenas com publicações sobre a educação de surdos, LIS e Libras participantes do GT LIS	103
Quadro 06 - Legislação que fundamenta o atendimento do aluno indígena surdo	109
Quadro 07 - Mapa dos indígenas surdos	126
Quadro 08 - Mapa dos indígenas ouvintes	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Escolas da Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha e Mata Medonha	58
Tabela 02 - Quantidade de alunos por modalidade de ensino	58
Tabela 03 - Colégio Estadual Indígena Pataxó Coroa Vermelha e Anexos	61
Tabela 04 - Relação de alunos indígenas pataxós surdos matriculados nas escolas do município de 2000 a 2023	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANAIs	Associações Nacionais de Apoio ao Índio
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Câmara de Educação Básica
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CLII	Curso de Licenciatura Intercultural Indígena
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPIs	Comissões Pró-Índio
DILI	Década Internacional das Línguas Indígenas
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
D.A	Deficiência Auditiva
DCRBI	Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Indígena
DIREC	Diretoria Regional de Educação
FEIPIB	Fórum de Educação Inclusiva dos Povos Indígenas da Bahia
FINPAT	Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia
FNEEI	Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena
FORUMEIBA	Fórum de Educação Indígena da Bahia
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LBD	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBN	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LIS	Língua Indígena de Sinais
LINTER	Licenciatura Intercultural Indígena
LIPS	Língua Indígena Pataxó de Sinais
L1	Língua Natural
L2	Segunda Língua
MEC	Ministério da Educação
MIBA	Movimento Indígena do Estado da Bahia
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
	Movimento Unido dos Povos e Organizações
MUPOIBA	Indígenas do Estado da Bahia
NDI	Núcleo de direitos Indígenas
NEABI	Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas
NEIA	Núcleo de Estudos das Produções autorais Indígenas
NEIA	Núcleo de Estudos das Produções Autorais Indígenas

NTE	Núcleo Territorial de Educação
ODEERE	Órgão de Educação e Relações Étnicas
ONU	Organizações das Nações Unidas
PATXÔHÃ	Língua Escrita do Povo Pataxó
PETI	Projeto de Educação Tutorial e Direitos Humanos - Temática Indígena
PIs	Postos Indígenas
PDPI	Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas
PROLIBRAS	Proficiência em Libras
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNGATI	Indígenas
PPGREC	Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas
SEC	Secretaria de Educação
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SESAI	Secretaria Especial de saúde Indígena
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SIASI	Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena
TILIS	Tradutor Intérprete de Língua Indígena de Sinais
TILS	Tradutor Intérprete de Línguas de Sinais
	Tradutor Intérprete de Línguas de Sinais e Língua Portuguesa
TILSP	Portuguesa
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNI	União das Nações Indígenas

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido	186
Apêndice B – Termo de Autorização de uso de imagem e depoimentos	190
Apêndice C – Roteiro para as entrevistas semiestruturadas	191
Apêndice D – Declaração de Pesquisador Adicional	193
Apêndice E – Declaração de Pesquisador Adicional	194
Apêndice F – Autorização para coletas de dados	195
Apêndice G – Autorização para coletas de dados	196
Apêndice H – Declaração de Pesquisador Adicional	197

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Declaração de compromissos	198
Anexo B – Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos	200
Anexo C – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UESB	201
Anexo D – Parecer de Mérito Científico CNPq	212
Anexo E – Autorização para entrada em Terra Indígena	215
Anexo F – Autorização para entrada em Terra Indígena	217
Anexo G – Declaração de anuência do cacique e lideranças da comunidade	219
Anexo H – Convite para a Jornada Pedagógica da EIPCV	220
Anexo I – Convite para parceria na formação da EIPCV	221
Anexo J – Convite para aula na LINTER do IFBA	222
Anexo K – Calendário letivo – Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha	223
Anexo L – Calendário letivo – Colégio Estadual Indígena Pataxó de Coroa Vermelha	224
Anexo M – Calendário letivo da Rede Regular de Ensino Municipal	225

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	26
1 CAMINHO METODOLÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS INDÍGENAS PATAXÓS SURDOS.....	34
1.1 Percursos escolares de indígenas pataxós surdos: lugares de fala.....	34
1.2 Procedimentos para Revisão da Literatura.....	37
1.3 Nosso território, nosso povo.....	50
1.4 Nosso território, nossas escolas.....	52
1.5 Nossa língua, o Patxohã.....	61
1.6. Nossos parentes pataxós surdos na escola.....	63
1.7 Karina Bispo da Silva.....	69
1.8 Língua Indígena Pataxó de Sinais, nossos sinais.....	78
2 A RETOMADA DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS - LIS: DO CONTEXTO INTERNACIONAL AO LOCAL.....	83
2.1 CENÁRIO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS NO EXTERIOR.....	83
2.2 Panorama das Línguas Indígenas de Sinais no Brasil.....	86
3 ALDEANDO O CURRÍCULO COM OS PARENTES: O MOVIMENTO PARA O RECONHECIMENTO E CURRICULARIZAÇÃO DA LÍNGUA INDÍGENA PATAXÓ DE SINAIS.....	104
3.1 Currículo da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha: reflexão, diálogo e sistematização de uma tessitura curricular com respeito às diferenças.....	121
3.2 Indígenas Surdos e professores indígenas em movimento: o GT de Línguas Indígenas de Sinais (DILI 2022-2032).....	125
4. AOS PARENTES: A LUTA PELO RECONHECIMENTO DAS LIS NÃO PARA AQUI.....	145
REFERÊNCIAS.....	151
APÊNDICES.....	186
ANEXOS.....	198

INTRODUÇÃO

Sou Indígena⁴ Pataxó Hãhãhãe⁵, professor na Educação Básica, fluente em Língua Brasileira de Sinais - Libras⁶ e atuante na Formação dos professores indígenas e não indígenas na Comunidade de Coroa Vermelha em Santa Cruz Cabrália – Bahia. Nasci na cidade de Pau Brasil - Bahia. Minha mãe nasceu na aldeia Bahetá na cidade de Itaju do Colônia, é assistente social, pós-graduada em Saúde Indígena e meu pai era pescador e hoje é autônomo. Estudei em escola pública na Educação Básica e sou licenciado em História e Letras Libras.

Sempre ouvi minha avó Marialva Oliveira Santos, minha tia Miriam⁷ Oliveira (*in memoriam*) e minha mãe Cirlene Oliveira Santos em suas conversas abordarem assuntos sobre a nossa ancestralidade indígena, foi então, que descobri que a minha bisavó Etelevina Maria de Jesus foi grávida de Itajú do Colônia para a cidade de Ipiaú – BA, onde deu à luz a minha avó Marialva Oliveira Santos que cresceu na aldeia Bahetá na cidade de Itajú do Colônia. Meu avô, Jonas Pereira da Silva, filho de Jovita Francisca do Nascimento e Jesuíno Pereira da Silva, nasceu na aldeia Panelão em Camacan e viveu boa parte de sua vida na cidade de Itajú do Colônia. Esse é o conhecimento que tenho da minha formação familiar.

Expresso a felicidade que tenho do processo de me autoperceber indígena e retomar a minha identidade, pois, estive redescobrimo/retomando a minha identidade indígena, que me foi colonialmente retirada. Hoje eu me reconheço como indígena Pataxó Hãhãhãe, essa é a minha identidade, sou reconhecido pela liderança indígena, pela comunidade e pela FUNAI⁸ como indígena residente na Aldeia Pataxó Coroa Vermelha.

Tive o primeiro contato com a Libras no meio religioso, quando acompanhava a pregação e admirava a interpretação em Libras, na igreja Batista que frequentava quando menino. As expressões e as mãos da intérprete falavam comigo e eu simplesmente não conseguia parar de olhar para aquela fluente atuação. Minha tia Míriam Oliveira Santos (*in*

⁴ Recentemente descobri que a minha família também tem descendência do povo Tupinambá.

⁵ Utilizaremos como referência para a escrita dos nomes das etnias indígenas o Manual de Comunicação da Secretaria de Comunicação Social - SECOM, disponível em <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/indio#:~:text=Os%20nomes%20de%20povos%20ind%C3%ADgenas.%2C%20os%20uaimiris%2C%20os%20xavantes> Acesso em: 15 jan. 2024.

⁶ Libras é a sigla da Língua Brasileira de Sinais, uma língua de modalidade gestual-visual onde é possível se comunicar através de gestos, expressões faciais e corporais. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão desde 24 de Abril de 2002, através da Lei nº 10.436.

⁷ Professora da Rede Regular de Ensino do município de Eunápolis era chamada carinhosamente de Índia no contexto educacional da cidade e ela falava que era indígena e que antes de morar em Eunápolis que tinha vindo junto com toda a sua família de uma aldeia da cidade de Itajú do Colônia. Concluiu a Licenciatura em História no ano de 2010 pela Faculdade Santo Agostinho – FACSA em Ipiaú – BA.

⁸ Sigla para Fundação Nacional dos Povos Indígenas, o órgão indigenista oficial do Brasil, cuja missão é a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas.

memória) era professora efetiva e atendia no contraturno uma aluna surda, que constantemente frequentava a igreja, a casa da minha avó e outros espaços em que eu vivia.

Em 2004 comecei a frequentar o CAP (Centro de Apoio Pedagógico) de Eunápolis, que na época era específico para surdos e fui mantendo contato e aprendendo Libras com a comunidade surda local, aproveitava a oportunidade para convidá-los para os cultos e para passeios. Assim, comecei a receber livros e informações de cursos voltados para a área dos estudos surdos e Libras, ora em contextos religiosos, ora em espaços educacionais. De repente, com a convivência veio à fluência, mas tive que buscar a formação específica para atuação com o grupo de surdos que eu estava inserido.

Em 2005 fui convidado para o curso de Libras e sinais bíblicos, cursei e passei a interpretar louvores em Libras para os surdos convidados e os cultos conduzidos pelo pastor da igreja Batista. Descobri o que eu queria para o meu futuro, ser professor de Libras e tradutor intérprete. Por ainda não existir o curso específico, foi então que ouvi falar do Exame Nacional de Proficiência em Difusão do Uso e Ensino e Tradução e Interpretação da Libras (PROLIBRAS), exame que certificava e habilitava o portador a atuar em nível nacional. Antes de concluir o ensino superior, passei no PROLIBRAS⁹ realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com o MEC/INEP¹⁰/SECADI¹¹ no ano de 2008.

Em 2011, ingressei¹² na Faculdade Nossa Senhora de Lourdes - FNSL, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB e no Instituto de Ensino Teológico - IET, SENAC¹³, ministrando a disciplina Libras nos cursos de graduação e pós em Libras e Educação de Surdos. Fiquei alguns anos ministrando aulas nessas referidas instituições, ora em uma, ora em outra, até que houve um aumento significativo da demanda pelos cursos de

⁹ O exame PROLIBRAS é uma combinação de um exame de proficiência propriamente dito e uma certificação profissional proposto pelo Ministério da Educação como uma ação concreta prevista no Decreto n. 5.626/2005, decreto que regulamenta a Lei n. 10.436/2002, chamada “Lei de Libras”. Basicamente, esse exame objetiva avaliar a compreensão e produção na Língua Brasileira de Sinais – Libras. O exame PROLIBRAS não substitui a formação em todos os níveis educacionais. Os cursos de graduação para a formação de professores de Libras e de tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa já começaram a ser oferecidos no país. No entanto, o prazo de formação e criação desses cursos é mais longo. Assim, o exame PROLIBRAS resolvia uma demanda de curto prazo. Foi instituído pela Portaria de nº 20 de 2010 do Ministério da Educação – MEC.

¹⁰ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

¹¹ Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão.

¹² Entre os anos de 2007 a 2023, cursei a Libras nos diversos níveis e modalidades, AEE para Surdos, Ensino de Libras, Tradução, Formação de Professores e Intérpretes de Libras Educacionais para Produção de Materiais Bilíngues, Projeto de Educação Bilíngue de Surdos, Educação Bilíngue de Surdos: da teoria à prática, Educação de Surdos em Tempos de Pandemia e Introdução a Interpretação da Libras. Concluí a pós-graduação em Libras: Docência e Intérprete pela FACS, pós-graduação em Educação Escolar Indígena e pós-graduação em Inclusão e Diversidade na Educação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Licenciatura em Letras Libras pelo ETEP.

¹³ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

licenciatura e exigência do MEC da disciplina como sendo obrigatória. Muitos ampliaram os trabalhos, inclusive eu.

Como dito na nota 12, buscando por formação e informação, fiz vários cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas da Educação Especial e Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos.¹⁴ Portanto, em minha trajetória profissional, há um entrecruzamento do contato inicial com a Libras no ambiente religioso e a posterior formação acadêmica com a atuação profissional resultantes de avanços inclusivos legais.

Entre os anos de 2011 a 2021, passei a atuar na formação dos professores indígenas com o curso básico de Libras nas escolas municipais e estaduais. Procurei aprimorar meu conhecimento por meio dos estudos sobre as "Línguas Indígenas de Sinais" – LIS¹⁵ e a interculturalidade com a Libras, participando de discussões sobre as Línguas Indígenas de Sinais nas mais diversas esferas e especialmente no Grupo de Trabalho Nacional de Línguas Indígenas de Sinais.

A vivência com minha comunidade indígena pataxó me trouxe a oportunidade de conviver com indígenas surdos e me transformar em um ser humano melhor, um professor melhor, trabalhando sempre a pedagogia das diferenças, como profissional da Libras e como indígena que sou.

Esses entrecruzamentos me permitiram um engajamento profundo no debate sobre Línguas Indígenas de Sinais e Educação de Indígenas Surdos. Atuo no Grupo de Trabalho - GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais – LIS, pelo Núcleo de Estudos Autorais Indígenas - NEAI, vinculado a Década das Línguas Indígenas (DILI)/UNESCO como representante na executiva, membro no Fórum de Educação Inclusiva dos Povos Indígenas da Bahia – FEIPB, na Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia – FINPAT, no Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena - FNEEI, e também do GT de Língua Portuguesa Indígena e GT das Línguas Indígenas do Nordeste. Participo também do Grupo de Pesquisa em Interculturalidades e Educação: experiências entre os Povos indígenas e Grupo de Pesquisa em Etnicidades, Relações Raciais e Educação da Bahia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, campus Jequié, fui membro do Grupo de Estudos, Pesquisas e Experimentações Educacionais – GEPEE do Instituto Anísio Teixeira – IAT. Atualmente membro do Grupo de Pesquisas em Estudos Linguísticos em

¹⁴ Lei 14.191 do dia 03 de agosto de 2021 que insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394, de 1996) como uma modalidade de ensino independente, com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o Português escrito como segunda língua.

¹⁵ Sigla da Língua Indígena de Sinais usada pelo Grupo de Trabalho Nacional de Línguas Indígenas de Sinais.

Tipologias de Línguas de Sinais - GPELLSI da Universidade Federal do Pará – UFPA e do Grupo de Estudo em Temática Indígena e Interculturalidade – GETII do IFBA de Porto Seguro - BA.

No ano de 2022, juntamente com o parente Bruno Henrique da etnia/povo Pankararu, apresentamos o nosso projeto do “Curso de Extensão em Formação de Professores Indígenas em Línguas Indígenas de Sinais – LIS”. Solicitamos que o professor Bruno Roberto Nantes Araújo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, assumisse a coordenação do curso e vinculasse a instituição superior como curso pioneiro no Brasil. O convite foi aceito e contou também com a parceria da professora surda Shirley Vilhalva na vice-coordenação, como pesquisadora referência nos estudos e pesquisas da área, além da Coordenadora de Educação Escolar Indígena de Santa Cruz Cabralia, Gabriela Florencio de Jesus Souza, como proponente representando a comunidade externa e dos professores surdos e ouvintes que atuaram voluntariamente no projeto¹⁶.

Como pesquisador e membro da “Década das Línguas Indígenas¹⁷” (2022-2032), destaco que uma das discussões para esse período se refere às Línguas Indígenas de Sinais utilizadas pelos indígenas surdos, sua acessibilidade linguística e a construção de políticas linguísticas que atendam especificamente a essa população. Como representante do povo pataxó no Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IF Baiano, campus Teixeira de Freitas, iniciei a Formação e Atuação de Professores e Tradutores Intérpretes para/na Educação de Indígenas Surdos e organizei o I e II Seminário Regional de Luta dos

¹⁶ No ano de 2022, apresentei o projeto do “Curso de Extensão em Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais para Indígenas”, solicitando que a professora Saionara Figueiredo do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC campus Palhoça Bilingue, assumisse a coordenação do curso e vinculasse ao Instituto Federal como primeiro curso de tradução e interpretação de línguas de sinais para indígenas no Brasil. Convidamos também a professora surda do IFSC, Simone Gonçalves e as professoras Gabriela Florencio (coordenadora da Educação Escolar Indígena de Santa Cruz Cabralia) e Marisa Giroletti para que assumissem a vice-coordenação por representarem as pesquisas voltadas aos indígenas surdos e a Educação Escolar Indígena. Foram convidados professores ouvintes de diversas instituições superiores para a docência voluntária no curso. No mesmo ano, enviei uma carta apresentando a minha intenção de uma “Formação continuada para docentes da educação básica de alunos indígenas pataxós surdos de Coroa Vermelha em Santa Cruz Cabralia – BA” representando o Instituto Federal Baiano (IFB), no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI. O curso foi realizado como atividade de extensão, vinculado a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em parceria ao Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos, Subjetividades e Diferenças (GPESDi/UFSCar).

¹⁷ Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução A/RES/74/135) proclamou o período entre 2022 e 2032 como a Década Internacional das Línguas Indígenas (*International Decade of Indigenous Languages – IDIL 2022-2032*), para chamar a atenção mundial sobre a situação crítica de muitas línguas em perigo de desaparecimento e a necessidade de usá-las e preservá-las para as gerações futuras. O GT do Brasil está constituído de uma equipe composta por representantes indígenas de cada região do Brasil e representantes de organizações indígenas, a saber: Articulação Povos Indígenas do Brasil (APIB), Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Rede de Pesquisadores Indígenas de Línguas Ancestrais. Trata-se da Equipe Executiva do GT que coordena as ações e dialoga diretamente com a UNESCO. Compõe também o GT um conjunto de parceiros: instituições governamentais e não governamentais, entidades indígenas e científicas.

Povos Indígenas, que discutiui a interculturalidade da Libras e as Línguas Indígenas de Sinais. Além disso, participei como tradutor intérprete na orientação dos sinais e termos específicos da comunidade pataxó no filme-documentário “Memórias do Fogo de 1951” dirigido pelo parente¹⁸ Karkaju Pataxó e Ramon Rafaello.

Essa digressão de formação/atuação foi necessária para situar o leitor não somente sobre minha trajetória individual, mas, sobretudo no sentido de nomear os atravessamentos que possibilitam a produção dessa dissertação. Tenho como projeto de vida profissional, dedicar-me integralmente ao estudo e ensino da Língua Indígena Pataxó de Sinais - LIPS¹⁹, da Libras e apresentar propostas de implementação e implantação de formação em Língua Indígena Pataxó de Sinais para os professores da comunidade de Coroa Vermelha. Garantir os direitos linguísticos dos indígenas surdos com o objetivo de inserção da Língua Indígena Pataxó de Sinais na programação, fomento e disseminação nas escolas/aldeias, assim como, promover cursos de formação de professores e a produção de material didático específico é uma motivação de pesquisa. Aproveitar o ambiente da Educação Básica e Ensino Superior e a busca pelos pares acadêmicos para cumprir tal intuito, além da interação com a comunidade indígena surda da Costa do Descobrimento, Extremo Sul e Sul da Bahia, disseminando nas localidades o uso e ensino da Língua Indígena Pataxó de Sinais (LIPS) e promover a formação específica para os docentes e comunidade compõe o pano de fundo deste trabalho. É nesse emaranhado de experiências com uma segunda língua e retomada de minha identidade pataxó que se gesta esse trabalho e inquietação de pesquisa.

Em frente disto, em meio a desafios e conquistas da comunidade surda em relação as suas formas de adquirir conhecimento, no sistema educacional, penso que professores que fazem parte do cotidiano escolar do aluno indígena surdo, no âmbito do ensino nas comunidades/aldeias, devem estar envolvidos com a causa da comunicação destes dentro do ambiente escolar. É nesse sentido que os temas da identidade indígena pataxó se encontram com minha formação em Libras e meu papel enquanto professor e tradutor intérprete de Libras.

¹⁸ “O termo parente não significa que todos os indígenas sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilham de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global. Cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo. Deste modo, a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, línguas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual”. **Glossário de Termos Indígenas**. Agência Fiocruz de Notícias – Saúde e ciência para todos. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=Ag%C3%Aancia+Fiocruz+de+Not%C3%ADcias&FORM=T648DF&PC=T648>. Acesso em: 09 de dezembro de 2023.

¹⁹ Sigla usada pelo pesquisador para a Língua Indígena Pataxó de Sinais. Dezembro de 2023.

Antes mesmo de iniciar a descrição da pesquisa, é salutar prestar um esclarecimento acerca de algumas terminologias adotadas e do meu ponto de vista sobre elas.

É preciso reiterar o meu lugar de fala em defesa das línguas indígenas, deixar estabelecido que não pesquiso os conceitos de línguas indígenas e em específico as “Línguas Indígenas de Sinais - LIS” como línguas minoritárias e nem língua de minoria. Na perspectiva dos estudos da diversidade cultural, trabalho com as Línguas Indígenas de Sinais – LIS e acredito que aqueles conceitos inferiorizam a língua, então diferente de minoria linguística, pois, o que está em estudo não é a quantidade de falantes (sinalizantes), mas a situação política e social da língua e quando se fala em língua minorizada, fica evidente o status social.

Discuto a Língua Indígena Pataxó de Sinais (LIPS) na perspectiva dos estudos Surdo²⁰ e, partindo desse pressuposto, trago as discussões para o contexto dos estudos relacionados à cultura e identidade do povo surdo, compreendendo o surdo, seja ele indígena, brasileiro, como pertencente a um povo que tem uma cultura, tem uma identidade e essa identidade, no caso dos indígenas surdos, se consolida a partir das Línguas Indígenas de Sinais, que são línguas gesto visuais, com características linguísticas própria das línguas sinalizadas. Vale ressaltar, que não situo os meus estudos no campo da Educação Inclusiva nem da Educação Especial, porque não compreendo os surdos como deficientes auditivos, estudo as línguas de sinais, a cultura e identidade surda enquanto manifestações de um povo. Nas comunidades originárias, indígenas surdos e indígenas ouvintes caminham juntos na luta pelo processo de retomada da Língua Indígena Pataxó de Sinais.

Nesse contexto, reconheço que os estudos e pesquisas das Línguas Indígenas de Sinais nos remetem à vitalização das línguas e o que elas estão estabelecendo neste momento, nas comunidades indígenas. Quero realizar a discussão de valorização e de reconhecimento das línguas de sinais no campo dos estudos da identidade indígena surda. Cada grupo indígena tem um modo próprio de ser e uma visão de mundo específica: devem ter o direito de mantê-las. É por essas razões que nessa pesquisa usarei primeiro a identidade indígena e depois a identidade surda, sendo assim, chamarei os parentes de indígenas surdos, respeitando as suas identidades.

E esses termos precisam ficar em destaque para o leitor. Nas pesquisas depois dos anos 80, passou-se a usar os termos "surdo" e "ouvinte" para caracterizar essas duas populações.

²⁰ Castro Júnior (2015.p.11) destaca o termo Surdo “com S maiúsculo” como uma forma de empoderamento, mostrando minha visão pessoal e enquanto profissional da saúde, de respeito e reconhecimento da identidade vivenciada pelos sujeitos Surdos, seus valores linguísticos e sociais, e de todo o processo histórico e cultural que os envolve. Vários outros autores também fazem uso dessa mesma estratégia como, por exemplo, Lane (2008. p. 284) e Castro Júnior (2011, p. 12).

No campo do estudo surdo foram acrescentados os termos, indígena surdo e indígena ouvinte, com o qualificativo indígena vindo antes. Eu uso essa forma, pois isso marca meu pertencimento teórico-metodológico. Nesta pesquisa busco destacar esses termos, por isso, usarei sempre essas caracterizações com centralidade na identidade desses atores: indígena surdo, indígena ouvinte, Línguas Indígenas de Sinais e outros termos que evidenciam a identidade indígena.

A presente pesquisa tem como tema Língua Indígena Pataxó de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas pataxós surdos. A pergunta que tomou forma do problema de pesquisa refere-se a como a formação escolar dos indígenas pataxós surdos e a Língua Indígena de Sinais repercutem para o processo de construção da identidade indígena pataxó surda? Nesse sentido, o objetivo geral é descrever, evidenciar e investigar o processo de formação escolar e o papel da Língua Indígena Pataxó de Sinais, na escola, na comunidade, refletindo sobre a trajetória formativa da estudante, descrevendo o processo de identidade que pode porventura ser evocado a partir do uso da Língua Indígena Pataxó de Sinais na construção da identidade Indígena Pataxó Surda.

A metodologia utilizada se caracteriza como uma pesquisa etnográfica de natureza qualitativa e de caráter exploratório, a partir das leituras e levantamento de textos legais e da produção científica em âmbito do local ao nacional sobre indígenas surdos. Para se observar todo esse processo macro, escolhemos uma interlocutora que participou das transformações ocorridas nos últimos anos como aluna das escolas Pataxó, Karina Bispo da Silva, indígena pataxó egressa do Colégio Indígena Coroa Vermelha no Extremo Sul da Bahia. Essa interlocução inclusive nos permite apresentar uma série de sinais desenvolvidos nas comunicações nas aldeias Pataxós do/a²¹ TI de Cabralia.

Para melhor compreensão da dissertação além da introdução, esta pesquisa está dividida em três capítulos. No Capítulo 1 – Caminho metodológico para a construção da formação escolar dos indígenas pataxós surdos apresento a metodologia utilizada, a caracterização do território-campo, propomos os sinais das 12 (doze) aldeias pataxós do Território Indígena de Santa Cruz Cabralia, mapeados/registrados (criados) pela Karina e que teve a participação da professora Shirley Vilhalva. Esse processo evidencia a identidade indígena pataxó surda, através da entrevista com a Karina Bispo da Silva, comprovando que a Língua Indígena Pataxó de Sinais (LIPS) contribui para o desenvolvimento/construção da identidade indígena pataxó surda.

²¹ Do Território Indígena ou da Terra indígena.

No Capítulo 2 - A Retomada das Línguas Indígenas de Sinais – LIS: do contexto internacional ao local apresento um mapa dos indígenas com publicações sobre a educação de surdos, LIS e Libras, além de discorrer sobre toda uma produção realizada sobre a temática, com destaque para as produções dos parentes indígenas.

No Capítulo 3 - Aldeando o currículo com os parentes: o movimento para o reconhecimento e curricularização da Língua Indígena Pataxó de Sinais com um enfoque na cultura e identidade dos alunos indígenas pataxós surdos, assim, descrevo o movimento para a curricularização das LIS e apresento dois mapas com a relação dos indígenas surdos e ouvintes que são usuários da Libras e/ou LIS no Brasil. E por fim, as considerações finais intituladas “Aldeando o currículo com os parentes: o movimento para o reconhecimento e curricularização das LIS”, que serve como epílogo da discussão na dissertação, mas que aponta para a continuidade do movimento para o reconhecimento e resistências das Línguas Indígenas de Sinais.

A proposta dessa pesquisa é provocar nos pesquisadores(as) e principalmente os professores(as)/profissionais que atuam diretamente com os alunos indígenas surdos, uma reflexão sobre o direito específico à preservação e valorização das Línguas Indígenas de Sinais nas comunidades originárias. Um exercício de olhar para si, e conseqüentemente identificar aspectos da cultura e identidade indígena surda, e, sobretudo, a partir de novas metodologias contribuir para a formação escolar dos indígenas pataxós surdos em suas respectivas comunidades.

Almejo que o processo e os resultados explicitados ao final da presente pesquisa possam provocar reflexões sobre as pautas/discussões sobre a Educação de Indígenas Surdos e da Língua Indígena Pataxó de Sinais (LIPS) no município de Santa Cruz Cabrália, contribuindo neste sentido em âmbito local e nacional.

1 CAMINHO METODOLÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS INDÍGENAS PATAXÓS SURDOS

1.1 Percursos escolares de indígenas pataxós surdos: lugares de fala

Esta pesquisa se caracteriza por uma inspiração etnográfica, de natureza qualitativa (Flick, 2009; Minayo, 2010), uma vez que lida com o universo de significados que os sujeitos elaboram e com suas subjetividades referentes à educação para as relações étnico-raciais. Chizzotti (2008, p. 26) afirma que as pesquisas qualitativas não apresentam um único padrão “porque admitem que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem também do pesquisador – suas concepções, seus valores, seus objetivos”, de modo que a ideia de objetividade pretendida pelo positivismo é, no limite, impossível de ser atingida. Do mesmo modo, é preciso compreender que as denominadas pesquisas qualitativas recobrem um campo interdisciplinar e, por isso mesmo, assumem tradições e perspectivas teórico-metodológicas distintas, “[...] derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo” (CHIZZOTTI, 2008, p. 28).

Contemporaneamente, essas tradições teórico-metodológicas, consideradas “mais clássicas” têm sido tensionadas pelas perspectivas pós-estruturalistas, pelos estudos pós-coloniais e decoloniais, pela teoria crítica da raça, pela teoria queer, etc., o que resulta numa diversidade de novas abordagens e possibilidades de decolonização da ciência de tradição eurocêntrica e, portanto, dos seus modos de produção conhecimento. Desse modo, penso que essa é uma pesquisa que trabalha com esses pressupostos, especialmente por se tratar de uma pesquisa na terra indígena e escola pataxó, realizada por um pataxó, que tem uma história e trajetória ligada à comunidade e a escola.

Para a análise e coleta dos dados utilizei a observação participante para compreender a cultura e identidade indígena surda e o processo de formação escolar dos alunos indígenas surdos nas escolas indígenas pataxós do Território Indígena Pataxó de Coroa Vermelha e também a importância da Educação de Indígenas Surdos, a valorização e preservação da Língua Indígena de Sinais, inserida na Educação Especial e Inclusiva na Educação Escolar Indígena, que atualmente está sendo discutida em outros espaços e modalidades de ensino como a Educação Bilíngue de Surdos. Foi necessário, além das entrevistas, conversas com parentes e observações, uma pequena busca e análise documental. Foram analisados documentos nos âmbitos municipal, estadual e nacional para fundamentar, identificar e

selecionar termos referentes à educação, educação escolar indígena, educação especial e inclusiva e educação bilíngue de surdos.

As observações da pesquisa ocorreram na comunidade e na escola no primeiro semestre de 2023, especificamente nos meses de fevereiro, março, abril e maio, além do já mencionado longo pré-campo, que vem sendo desenvolvidas²² no decorrer de minha trajetória nesses espaços, como indígena, professor, gestor e parente. Especificamente, nesses quatro meses passei a visitar as escolas e caminhar com mais frequência pela comunidade, com um olhar mais treinado de pesquisador, uma vez que minha vida também se passa nessa comunidade.

Como técnica para produção dos dados realizei algumas entrevistas com Karina Bispo da Silva, indígena pataxó surda, e para a mediação e acessibilidade comunicacional, contei com a parceria da TILSP Fernanda Fernandes, que é fluente na língua de sinais e possui formação em nível superior na área de Letras. A intérprete é servidora e atua na Rede Municipal de Ensino e no Colégio Estadual Indígena. Os registros das entrevistas foram adaptados à realidade linguística de Karina, sendo assim, conduzimos na Língua Indígena Pataxó de Sinais (LIPS) e Libras como empréstimo linguístico, registradas por meio de filmagem (após autorização de Karina), e posteriormente traduzidas e transcritas para o português.

As entrevistas foram constituídas com roteiro de 17 perguntas, divididas em 3 blocos (dados preliminares, questões sobre a escolarização e reflexões conceituais). O objetivo geral foi descrever, evidenciar e investigar o processo de formação escolar e o papel da Língua Indígena Pataxó de Sinais, na escola, na comunidade, refletindo sobre a trajetória formativa da estudante, descrevendo o processo de etnicidade que pode porventura ser evocado a partir do uso da Língua Indígena Pataxó de Sinais na construção da identidade Indígena Pataxó Surda.

Fui juntamente com Rose, professora do Atendimento Educacional Especializado - AEE²³ da Escola Indígena, à casa dos avôs de Karina, com quem ela mora atualmente, e depois à casa de seu pai. Essas residências são bastante próximas. Conversamos sobre a pesquisa, do desenvolvimento da língua como ferramenta de existência e resistência nesse processo de retomada das línguas indígenas e da importância da história de vida dela para a comunidade e para os alunos indígenas surdos. Karina assinou o Termo de Consentimento

²² Essas experiências ao longo dos anos contribuíram para observar e estudar melhor o tema.

²³ O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um dos serviços prestados pela educação especial para atender aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, que devem estar matriculados em escolas comuns do ensino regular.

Livre e Esclarecido e a entrevista foi transcrita na íntegra e utilizada em conjunto com os outros procedimentos de coleta de dados. A entrevistada foi identificada pelo seu nome real, pois, é relevante para pesquisa que a participante seja visibilizada e protagonizada sua identidade indígena pataxó surda.

No que se refere à observação participante, a convivência aconteceu de forma bem harmoniosa, devido ao meu pertencimento a comunidade indígena. Nas visitas que aconteceram na comunidade e na escola fui observando o funcionamento, as relações estabelecidas entre toda a comunidade escolar (alunos, professores, direção, coordenação, funcionários e comunidade). Caminhava pelo território e ia às aldeias onde moravam os outros alunos indígenas surdos, estabelecendo e estreitando o diálogo com eles. Todas as informações coletadas nesse período de observação foram registradas no diário de campo e por meio de fotografias, alguns destaques foram gravados através de vídeos e registros fotográficos como os dias de manifestações culturais (dias festivos).

Adicionalmente, fiz um breve mapeamento e registro dos sinais das 12 (doze) aldeias pataxós em Língua Indígena Pataxó de Sinais (LIPS) do território, criados pela Karina Bispo da Silva e que contou com a participação da pesquisadora e professora surda Shirley Vilhalva, e foram difundidos na comunidade. Esse trabalho adicional é fundamental, pois além de compor a comunicação com esses sujeitos protagonistas da pesquisa, também visibilizam a especificidade da Língua Indígena Pataxó de Sinais (LIPS) usada em nossa comunidade pataxó.

As próximas páginas caracterizam o território onde foi realizada a pesquisa, as escolas e as entrevistas realizadas com a indígena pataxó surda, além dos sinais registrados/mapeados com a Karina Bispo da Silva, professora Rosinete Pereira Silva Matos e com a professora Shirley Vilhalva e apresentados para os indígenas surdos e professores da comunidade.

Para iniciar o levantamento dos dados, entrei em contato com o cacique Aruã Pataxó, atual coordenador da FUNAI Regional do Extremo Sul da Bahia, com o diretor Ademário Braz Ferreira (Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha), com a vice-diretora Verônica Silva Santos²⁴ (Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha) e com a Coordenadora da Educação

²⁴ Nomeada no ano de 2014 através de Concurso Público para o cargo efetivo de Professor Indígena, no Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia. No ano de 2023 foi nomeada através de Concurso Público para o cargo de Coordenador Pedagógico Padrão P - Grau III - Escolas Indígenas, da carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do Estado da Bahia. Esteve na vice-direção do Colégio Indígena nos anos de 2019 a 2023.

Escolar Indígena (SEMED) Gabriela Florencio de Jesus Souza²⁵. Falei da pesquisa²⁶ com o foco na educação dos alunos indígenas pataxós surdos do território e da sua importância para a comunidade e para a região.

Apresentei o número de alunos indígenas surdos, 4 (quatro) devidamente matriculados na Rede Regular de Ensino de Santa Cruz Cabrália e que também são atendidos nas escolas indígenas e não indígenas do município e da importância do ensino e aprendizado da Língua Indígena Pataxó de Sinais, para o desenvolvimento do direito linguístico deles, direito de aquisição da sua língua materna-natural. Além de falar dos alunos egressos dessas escolas.

De 2000 a 2023 registrei 11 (onze) alunos indígenas surdos que foram matriculados e atendidos pelo sistema educacional de Santa Cruz Cabrália.

A pesquisa teve início no primeiro semestre de 2023 com a aluna Karina Bispo, indígena pataxó surda, maior de idade e egressa do Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha, que passou pelas modalidades e etapas de ensino da Educação Infantil, Ensino Fundamental anos Iniciais e finais na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha em Santa Cruz Cabrália, no Extremo Sul do Estado da Bahia.

1.2 Procedimentos para Revisão da Literatura

Para verificar como as Línguas Indígenas de Sinais vêm sendo discutida, analisada e mapeada, realizei um levantamento bibliográfico que abarca um longo período, entre os anos de 1968²⁷ a 2023, em eventos (palestras) transmitidos pelo You Tube, em artigos publicados em periódicos, de dissertações e teses nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Esse levantamento não é sistemático, mas reflete minha trajetória individual e coletiva, na busca por referências que poderiam remeter as LIS. O quadro abaixo serve como um esboço

²⁵ A professora indígena Gabriela Florêncio de Jesus Souza, coordena a Educação Escolar Indígena do Município de Santa Cruz Cabrália – Bahia. Possui Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (UNEB) e Especialização em Políticas Públicas para Educação Básica pela Faculdade Batista.

²⁶ O presente estudo foi submetido para avaliação no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Sudoeste da Bahia – (UESB) de Jequié e para o CONEP. Destaca-se que o projeto foi apresentado às lideranças indígenas (caciques, professores, coordenadores (as) e diretores (as) das escolas indígenas) do Território Indígena Pataxó Coroa Vermelha, a Coordenação Regional Sul da Bahia, a FUNAI autorizou o ingresso em Terra Indígena após recebermos o parecer de mérito científico pelo CNPq.

²⁷ Foi utilizado esse período para melhores evidências sobre as pesquisas e sintetizá-las.

que orienta no sentido de mostrar que há uma série de produções espalhadas²⁸ sobre a temática da Educação de Indígenas Surdos e das Línguas Indígenas de Sinais.

Quadro 01: Levantamento dos trabalhos

Título	Inst/Ano	Pesquisador (a)
1. Urubu-Kaapor Sign Language	International Journal of American Linguistics - 1968	James Y. Kakumasu
2. Aboriginal sign languages of the Americas and Australia	Classic comparative perspectives - 1978	Donna Jean Umiker-Sebeok Thomas Albert Sebeok
3. Attitudes toward deaf people on Providence Island	Sign Language Studies -1978 ²⁹	Woodward, J.
4. O som do silêncio em Nohya: Um relato preliminar do uso da língua de sinais pelos surdos em uma comunidade maia em Yucatán, México	Ciências da Linguagem - 1980	Shuman, M.
5. Uma abordagem objetiva da linguagem manual	México - 1981	Jackson, D
6. A comparative study of signs for time and sapce in São Paulo and Urubu-Kaapor Sign Language	Anais do 3º Simpósio Internacional de Pesquisa em Linguagem de Sinais. Romay Silver Spring: CNR e Linstok Press - 1983	In: Stokoe, William C.; Volterra, V (eds.)
7. When the mind hears: a history of the deaf	New York: Tandom House - 1984	Lane, Herlan.
8. Everyone Here Spoke Sign Language: Hereditary Deafness on Martha's Vineyard	Harvard University Press - 1985	Groce, Nora Ellen
9. Deaf in America: voices from a culture	Harvard University Press - 1988	Padden, Carol Humphries, Tom

²⁸ Pesquisa realizada pelo pesquisador em artigos publicados em periódicos, de dissertações e teses nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

²⁹ Além desse levantamento nessas bases de dados, menciono na tabela também textos sobre a temática que tive acesso ao longo da minha formação e de uma pesquisa randômica de internet. Penso ser importante também mencionar esses textos, pois ele compõe minha carga de leitura para essa pesquisa e podem ser importantes para os demais pesquisadores da temática.

10. Integração social & surdez	Editora Babel - 1993	Lucinda Ferreira Brito
11. Forbidden sign: American culture and the campaign against Sign Language	University of Chicago - 1996	Bayton, Douglas C
12. Learning to see: teaching American Sign Language as a Second language	Gallaudet University Press -1997	Wilcox, S. Wilcox, P. P.
13. Culturas de Distúrbio e Diversidade em substratos Amazônicos	Columbia University Press - 1998	William Balée
14. Lengua de Señas Urubú-Kaapor: el caso de un pueblo brasileño bilingüe em una lengua hablada e una de señas	Cultura Sorda Eu, Berlim-AL, s/d.	Oviedo, Alejandro
15. Deaf discourse: Social construction of deafness in a Bedouin community in the Negev	Tel Aviv University – 2000	Kisch, Shifra
16. Sinais de morte ou de vitalidade? Mudanças estruturais na Língua Tembê: contribuição ao estudo dos efeitos de contato lingüístico na Amazônia oriental	UFPA - 2001	Carvalho, Márcia Goretti Pereira de
17. The phonology of name signs: a comparison between the sign languages of Uganda, Mali, Adamorobe and The Netherlands	Hamburg: Signum – 2003	Nyst, Victoria BAKERr, Anne
18. Lexical variation in sign language of Netherlands	2004	Schermer, Trude
19. Migration between states and markets	Asghate - 2004	Entzinger, H. B. Martniello, M. Wenden, C. W
20. Raízes, folhas e ramos - A tipologia de línguas de sinais	Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais – 2006	Zeshan, Ulrike
21. Emergence and Development of Signed Languages: From a Semiogenetic Point of View	Gallaudet University Press – 2006	Fusellier-Souza, Ivani
22. Cultura surda e educação escolar Kaingang	UFSC - 2008	Giroletti, Marisa Fátima Padilha
23. Assessment of regional language varieties in Indian sign language	SIL Electronic Survey Report – 2008	Johnson, Jane E. Johnson, Russel J
24. Mapeamento das línguas de sinais emergentes: Um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul	UFSC – 2009	Vilhalva, Shirley
25. Educação de surdos no contexto Amazônico: um estudo da variação linguística na Libras	UEPA – 2009	Lima, Kátia do Socorro Carvalho

26. Com quantas línguas se faz um país? Concepções e práticas de ensino em uma sala de aula na educação bilíngue	USP – 2009	Moura, Selma de Assis
27. A Constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola	UFGD - 2011	Coelho, Luciana Lopes
28. A Criança indígena surda na cultura Guarani-Kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola	UFGD - 2013	Lima, Juliana Maria da Silva
29. Les LS pratiquées par des sourds isolés de Marajó	Université Vincennes Saint Denis-Paris – 2013	Martinod, E
30. Formação de professores para o atendimento educacional especializado em escolas indígenas	UFGD - 2014	Silva, João Henrique da
31. Indígenas surdos e a deficiência no SUS: A percepção multiprofissional no atendimento no sistema de saúde no município de Dourados - Mato Grosso do Sul	UnB – 2014	Henrique, Dyego Ramos
32. Indígenas surdos e a deficiência no SUS: A percepção multiprofissional no atendimento no sistema de saúde no município de Dourados - Mato Grosso do Sul	UnB – 2014	Henrique, Dyego Ramos
33. Documentação da Língua Brasileira de Sinais	UNILA - 2014	Quadros, Ronice Müller de
34. Sinalizando com os TERENA: um estudo do uso da Libras e de sinais nativos por indígenas surdos	UNESP - 2014	Sumaio, Priscilla Alyne
35. O Acesso do Surdo Ka'apor em sua Comunidade Indígena à Educação: Uma Discussão de Inclusão	UFMA - 2015	Santos, Irlan Marcos Cerqueira
36. Contribuições Linguísticas Aplicadas ao ensino da Língua de Sinais na Comunidade Sateré Mawé na Microrregião de Parintins	UEA – 2015	Azevedo, Marlon Jorge Silva de
37. Étude de la variation linguistique de la ls au Brésil dans l'enseignement de la Libras	Paris – 2015	Formigosa, Ellen
38. A situação de comunicação dos AKWĒ-XERENTE Surdos	UFG - 2016	Barretos, Euder Arrais
39. Iconicidade e realidade: um olhar sobre a produção de sinais dos surdos do município de Cruzeiro do Sul/AC	Revista de Letras e Educação da Amazônia Sul-Occidental - 2016	Cerqueira, Ivanete de Freitas Teixeira, Elizabeth Reis
40. Dar as mãos": línguas gestuais familiares na comunidade de San Juan Quiahije	Universidade do Texas - 2016	Hou, L
41. Minidicionário Trilíngue: Indígena	UEA - 2016	Azevedo, Marlon Jorge Silva de

Sateré-Mawé em Libras e Língua Portuguesa		
42. Educação de índios surdos no Brasil: desafios linguísticos e culturais	INES - 2016	Sant'ana, Sâmela Celeste Garcia Viturino
43. A educação inclusiva de índios surdos no processo de aprendizagem na educação básica	Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia – 2016	Almeida, Edielso Manoel Mendes de Sebastião, Lindomar Lili
44. Minidicionário Trilíngue: Indígena Sateré-Mawé em Libras e Língua Portuguesa	UEA - 2016	Azevedo, Marlon Jorge Silva de
45. Accessibilité et égalité des chances aux micro- -communautés des sourds brésiliens: vers la reconnaissance des langues des signes pratiquées par les sourds de Soure (Île de Marajó) et Fortalezinha-PA et Porto de Galinhas-PE	Moara - 2016	Carliez, M. L. S. S. Formigosa, E. Cruz, E. B
46. Discursos e Práticas na Inclusão de Índios Surdos em Escolas Diferenciadas Indígenas	Educação e Realidade - 2016	Bruno, Marilda Moraes Garcia Coelho, Luciana Lopes
47. Acesso do surdo a cursos superiores de formação de professores de Libras em instituições federais	USP - 2016	Oliveira, Kumada, Kate Mamhy
48. O que é ser índio sendo surdo? um olhar transdisciplinar	UFMS - 2017	Mussato, Michelle Sousa
49. Mapeamento dos sinais da comunidade surda do povo PAITER SURUÍ no contexto familiar.	UNIR – 2017	Costa, Miriã Gil de Lima
50. Mapeando os sinais PAITER SURUÍ no contexto da comunidade.	UNIR – 2017	Gregianini, Luciana Coladine Bernardo
51. Língua de sinais brasileira: análise de campanhas do Ministério da Saúde na perspectiva da pessoa surda	UnB – 2017	Henrique, Dyego Ramos
52. Comunidades Surdas Brasileiras	IPHAN - 2017	Quadros, Ronice Müller de
53. Mapeamento de sinais da educação escolar indígena dos surdos PAITER SURUÍ	UNIR – 2017	Eler, Rosiane Ribas de Souza
54. Surdos Pataxó: inventário das Línguas de Sinais em território etnoeducacional	UFBA – 2017	Damasceno, Leticia de Souza Magalhães
55. A constituição do sujeito surdo dentro da cultura indígena sateré mawé: os processos etnolinguísticos próprios de interação e comunicação na família e na escola	Apresentação de Trabalho/Congresso - 2018	Bezerra, Erich Teles Oliveira, Janaina de Mello
56. Deficiências visual, auditiva e motora entre a população indígena no Brasil	CSP – Cadernos de Saúde Pública - 2018	Júnior, Cláudio Santiago Dias Verona, Ana Paula
57. A escolarização de indígenas terena surdos: desafios e contradições na	UFMS – 2018	Araújo, Bruno Roberto

atuação do tradutor e intérprete de língua de sinais – TILS		
58. Língua Terena de Sinais: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos terenas da Tera Indígena Cachoeirinha	UNESP - 2018	Soares, Priscila Alyne Sumaio
59. Identidade e práticas interculturais na escola indígena Apurinã na aldeia Camicuã - Boca do Acre	UFAC - 2018	Oliveira, Valdirene Nascimento da Silva
60. Ethnologue and language mapping	Oxford University Press, 2018	Olson, Kenneth S. Lewis, M. Paul
61. Educação intercultural indígena e educação matemática: o percurso de um jovem surdo de etnia Pataxó	UFMG - 2018	Jesus, Jessiá Braz de
62. Educação de surdos indígenas em uma comunidade Pankararu no interior de Pernambuco: Educação Inclusiva, Educação Bilíngue ou o quê?	UFSCar - 2019	Silva, Bruno Henrique da
63. Introdução histórica da Língua de Sinais Ka'apor	Revista em favor de Igualdade Racial - 2019	Gomes, Elenira Oliveira ³⁰
64. Gramaticalizando o rosto (assim como as mãos) em uma língua de sinais de primeira geração: o caso do Signo Familiar Zinacantec	Conferência Internacional de Linguística Histórica - 2019	Haviland, J
65. O conflito linguístico e identitário do sujeito surdo terena: uma reflexão sobre política linguística	Anais SIEL e Semanas de Letras – 2019	Mussato, Michelle Sousa Claudete, Cameschi de Souza
66. Estudo comparativo entre sinais caseiros e a Libras com surdos de Canaüaním	UFRR - 2019	Moura, Joicilene dos Santos
67. A educação escolar de indígenas surdos Guarani e Kaiowá: discursos e práticas de inclusão	UFGD - 2019	Coelho, Luciana Lopes
68. A inclusão do povo indígena Pupÿkary/Apurinã no contexto contemporâneo	Arquivos Brasileiros de Psicologia - 2020	Oliveira, Valdirene Nascimento da Silva (Kamara Kymiu) Moraes, Márcia
69. Línguas de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil	Brazilian Journal of Development – 2019	Silva, Diná Souza da; Quadros, Ronice Muller de
70. Estudo comparativo entre sinais caseiros e a Libras com surdos de Canaüaním	UFRR - 2019	Moura, Joicilene dos Santos
71. Levantamento Terminológico em Libras para os Termos Indígenas dos Tapeba	UFSC – 2020	Lopes, Andréa Raquel da Silva Tavares
72. Bilinguismo para surdo. Bilinguismo	The ESPECIALIST	Mussato, Michelle Souza

³⁰ O nome da autora na identidade é Elenira Oliveira Gomes Apurinã.

para indígena. Como (deve) se configura(r) o universo linguístico de um surdo indígena?	– 2020	Cameschi, Claudete
73. A construção de corpos com e sem deficiência nas práticas de circulação de conhecimento Xakriabá	UFMG - 2020	Ferrari, Ana Carolina Machado
74. O ensino de astronomia indígena para surdos	UNINTER - 2020	Martins, Caroliny Capetta
75. Os Ka'apor: seus gestos e sinais	UFRJ – 2020	Silva, Gustavo de Godoy e
76. História e Construção da Língua de Sinais Hãtxa Kui Brasileira (LSHKB)	UFAC - 2020	Apurinã, Elenira Oliveira Gomes
77. Mapeamento de surdos indígenas no povo xukuru do Ororubá no contexto dos estudos surdos.	Coleção Registros de estudos e pesquisas das línguas de sinais indígenas no Brasil – 2020	Moura, Mônica Lima Silva de
78. A importância das pesquisas sobre línguas indígenas de sinais Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kAbkOHIFONU	V Seminário de Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Letras UFMS/CPAQ – 2020	Soares, Priscila Alyne Sumaio Vilhalva, Shirley Araújo, Bruno Roberto
79. Levantamento bibliográfico sobre indígenas e surdos e sua relação acerca do acesso e permanência às instituições do Ensino Superior	UFAC - Revista Comunistas - 2021	Mateus, Marcia Aparecida Rodrigues
80. HQ Sinalizada: SÉNO MÓKERE KAXÉ KOIXÓMUNETI	UFPR – 2021	Souza, Ivan de
81. Uma análise dos sinais-termo das etnias indígenas nas toadas dos bois bumbás	UFSC – 2021	Bezerra, Erich Teles
82. Línguas de sinais emergentes no Brasil: o caso da Língua de Sinais Macuxi	Revista de Letras – 2021	Araújo, Paulo Jeferson P. Oliveira, Analú F. de
83. KARAI JE'EHA JAKWARAHÃ! (COMUNIQUE-SE BEM!): um estudo sobre as Línguas de Sinais das terras indígenas	Revistas Humanidades & Inovação - 2021	Costa, Edivaldo da Silva Nascimento, Leoni Ramos Souza Prates, Magno Prado Gama
84. Minidicionário digital da língua de sinais Munduruku	UFPA – 2021	Ferreira, Ivanilton
85. Uma língua indígena de sinais brasileira	Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras - 2021	Soares, Priscilla Alyne Sumaio Fargetti, Cristina Martins
86. Inventário de línguas de sinais emergentes encontradas no Brasil: o	UFSC – 2021	Silva, Diná Souza da

caso da Cena (Jaicós ? PI) e da língua de sinais de Caiçara (Várzea Alegre ? CE)		
87. A formiga indígena surda	INES – 2021	Rachel Sutton-Spence
88. Comunicação de uma indígena surda no ensino superior: um estudo de caso	UFGD - 2021	Mateus, Marcia Aparecida Rodrigues
89. As Línguas de Sinais Indígenas em Contextos Interculturais	Editora CRV – 2021	Gomes, João Carlos Vilhalva, Shirley
90. Línguas de sinais indígenas Festival de culturas surdas (2021) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e7eAfd5K1gQ&ab_channel=Ita%C3%BA_Cultural	ITAÚ CULTURAL – 2021	Francisco, Jessica Pedro Franscico, Rosyane Pedro Vilhalva, Shirley
91. Línguas de Sinais Indígenas: A diversidade linguística nas diversas etnias	Acervo Digital da Secretaria Municipal de Educação - 2021	Gonzales, Daniela de Fátima Barbosa Candido, Hime Gomes da Silva
92. Educação escolar de alunos indígenas com deficiência: um estudo da escola indígena pataxó Coroa Vermelha–BA	UFMG - 2021	Ferreira, Ana Clara Nogueira
93. Mesa-redonda "Educação de indígenas surdos e as línguas indígenas de sinais" Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=icbdsLTGK3g&ab_channel=IFMSInternacional	IFMS – 2021	Araújo, Bruno Roberto Vilhalva, Shirley
94. As Línguas Indígenas de Sinais em Mato Grosso: notícias de uma professora surda Disponível em: https://sigaa.unemat.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=654	UNEMAT - 2021	Leite, Andréa dos Santos
95. 3ª Live- Roda de conversa com indígenas surdos Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=I-BijWE_kMs	UFPR – 2021	Francisco, Jessica Pedro Franscico, Rosyane Pedro Vilhalva, Shirley
96. Educação de Indígenas Surdos no Brasil Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gVsZ55-Ls3g	Departamento de Letras Libras – UFS - 2022	Vilhalva, Shirley Costa, Edivaldo da Silva
97. Epistemologias azuis das Línguas de Sinais Indígenas	ETD Educação Temática Digital – 2022	Gomes, João Carlos Vilhalva, Shirley
98. A formação e atuação de TILS	Instituto Federal	Ferrari, Ana Carolina Machado;

indígenas Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CaYzjTCIGml&t=24s	Baiano - 2022	Soares, Priscilla Alyne Sumaio; Santos, David Kaique Rodrigue dos
99. Inclusão no discurso e exclusão, na prática: vozes de educandos com deficiência na Universidade Federal do Acre entre 2016–2022 Disponível em: Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5993 . Acesso em: 31 dez. 2023.	Revista Cocar – 2022	Diniz, Antonia Pereira, Ricardo dos Santos Oliveira, Valdirene Nascimento da Silva
100. Educação de surdos no Brasil: atendimento educacional especializado para pessoas com surdez na Educação Escolar Indígena	Revista Educação Pública - 2022	Júnior, Lucimar da Silva Pereira
101. Língua de sinais, gestos e os perigos das cores: o caso ka'apor	LIAMES - 2022	Silva, Gustavo de Godoy e
102. Diálogos oportunos sobre as línguas de sinais indígenas	LIAMES - 2022	Ferrari, Ana Carolina Machado
103. Etnoterminologia de etnias das línguas de sinais das terras indígenas brasileiras	LIAMES: Línguas Indígenas Americanas - 2022	Costa, Edivaldo da Silva Bezerra, Erich Teles Nascimento, Leoni Ramos Souza
104. Navegantes do Solimões: a emergência de sinais Omágua-Kambebe à luz da análise de discurso crítica	LIAMES - 2022	Santos, Marcos Roberto dos Vieira, Viviane Cristina Ferraz, Janaína de Aquino
105. Educação Escolar de Indígenas Surdos: Um olhar para o contexto Apinajé	UFNT - 2022	Barroso, Fabiane Silva
106. Professores pataxó e a relação de ensino e aprendizagem com o estudante com deficiência	UFMG - 2022	Monteiro, Bruna Sales
107. Um estudo sobre a situação de pessoas surdas quanto à inclusão (ou exclusão) no âmbito escolar na zona urbana no Município de São Paulo de Olivença-AM	UFAM - 2022	Inhape, Alessandro dos Santos
108. Educação de indígenas surdos e as línguas indígenas de sinais	IFRS – 2022	Vilhalva, Shirley Araújo, Bruno Roberto Nantes
109. Mapeamento de sinais do contexto escolar da comunidade surda indígena Paiter Suruí.	LIAMES: Línguas Indígenas Americanas - 2022	Eler, Rosiane Ribas de Souza Carvalho, Juliana Isabel Ribas Fagundes de
110. Trajetórias, identidades e narrativas: aproximações das histórias de	UFSCar - 2022	Comapa, Marta Marubo

aprendizagem de português por um surdo e uma indígena ouvinte		
111. Tradução Comentada da narrativa de um indígena Wapichana da fronteira Brasil-Guiana para a Libras	UFRR - 2022	Almeida, Lizlyn Peres
112. Formação de professores indígenas de Pankararu e a implicação da disciplina de Libras para a compreensão do trabalho do tradutor intérprete e a educação de surdos	UFSCar - 2022	Melo, Vitória Manoela de Oliveira
113. Educação escolar de indígenas surdos: Um olhar para o contexto Apinajé	UFNT - 2022	Barroso, Fabiane Silva
114. Surdo-Terena: a (in)existência de sujeitos (s)em política(s) linguística(s)	UFMS - 2022	Mussato, Michelle Souza
115. O Desenvolvimento da Língua Indígena de Sinais do Povo Tentehar	UEMA - 2022	Pompeu, Inai'ury Carneiro
116. Interculturalidade e identidade cultural de indígenas surdos: uma outra perspectiva. Disponível em:	Scias – 2023	Laureth, Cristiane Barrivieira Menezes, Maria Christine Berdusco Lopes, Diones Clei Teodoro Sanglard, Rita de Cássia Silva
117. MEU LUGAR DE FALA: formação e atuação de professores e tradutores intérpretes de línguas indígenas de sinais. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/821	IF Baiano e IFBA – 2023	Silva, Bruno Henrique da Candia, Claudia Ester Soares Santos, David Kaique Rodrigues dos
118. Vivências com as línguas de sinais do Brasil	Interletras - 2023	Vilhalva, Shirley
119. O Ensino das Línguas Indígenas de Sinais e da Libras na perspectiva do Multilinguismo Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/	SENLIS/UFPA – 2023	Santos, David Kaique Rodrigues dos Damasceno, Leticia de Souza Magalhães Vilhalva, Shirley
120. A importância da formação do TILIS/TILSP na educação de Indígenas Surdos Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/	SENLIS/UFPA – 2023	Inhape, Alessandro dos Santos Varela, Albert Ferreira Araújo, Bruno Roberto Nantes Santos, David Kaique Rodrigues dos
121. Acessibilidade Linguística no Bioparque Pantanal: Sinalário e Percurso dos Aquários em Línguas de Sinais: Língua Brasileira de Sinais,	SENLIS/UFPA - 2023	Garcia, Jessika da Silva Vilhalva, Shirley

Língua Americana de Sinais, Sinais Internacionais e Línguas Indígenas de Sinais (Libras/ASL/SI/LSI) Disponível em: https://www.event3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/		
122. Sinalização Tucuju: uma análise morfológica dos sinais compostos em Libras na região de Macapá, Amapá Disponível em: https://www.event3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/	SENLIS/UFPA – 2023	Fernandes, Fernando
123. Identidade e diferença: o lugar do surdo na cultura Assurini Disponível em: https://www.event3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/	SENLIS/UFPA – 2023	Gaia, Thaianny Cristine Dias Oliveira, Ivanilde Apoluceno de Oliveira, Waldma Maira Menezes de
124. O ensino da Língua Portuguesa para estudantes Indígenas Surdos em escolas indígenas do MS Disponível em: https://www.event3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/	SENLIS/UFPA – 2023	Coelho, Luciana Lopes
125. Diversidade Entolinguística das Línguas Indígenas de Sinais no Brasil Disponível em: https://www.event3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/	SENLIS/UFPA – 2023	Costa, Edivaldo da Silva Bezerra, Erich Teles Nascimento, Leoni Ramos Souza
126. Educação de indígenas surdos e as línguas indígenas de sinais	IFRS - 2023	Vilhalva, Shirley Araújo, Bruno Roberto Nantes
127. Combatendo o apagamento Linguístico: as Línguas Indígenas de Sinais no Brasil	Albuquerque: revista de história – 2023	Araújo, Bruno Roberto Nantes
128. A colonização pela Libras da Língua de Sinais dos indígenas surdos das aldeias Olho D'água, Barreirinho e Água Azul, da Terra Indígena Buriti, em Mato Grosso do Sul	Universidade Católica Dom Bosco - 2023	Araújo, Bruno Roberto Nantes
129. Onde nossas mãos precisam chegar: a realidade da Educação de Surdos em São Paulo de Olivença (AM) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sAlQGketxVM	UFSCar - 2023	Castro, Renata Cruz
130. Língua de Sinais Kaapor: história e identidade	Revista Humanidades e Inovação - 2023	Cardoso, Keila Ferreira

131. Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Um estudo de caso de uma Indígena surda na comunidade escolar Kaingang Terra Indígena Ivaí- Manoel Ribas - Paraná	UEM – 2023	Sanglard, Rita de Cássia Silva
132. A Educação Escolar Indígena para Surdos em Pernambuco	Revista Fórum Identidades - Interculturalidade de no ensino de Libras e Línguas estrangeiras - 2023	Pereira, Laerte Leonaldo Salles, Sandro Guimarães de Feitosa, Saulo Ferreira
133. A inclusão escolar de indígenas surdos: o que as pesquisas dizem?	UEPA - Revista Cocar – 2023	Gaia, Thaianny Cristine Dias Oliveira, Waldma Maíra Meneses de Fleuri, Reinaldo Matias
134. Roda de conversa com as parentes sobre "escolarização e atendimento de indígenas surdos" Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=TnLtohtjibM	Instituto Federal Baiano - 2023	Castro, Renata Cruz Gomes, Elenira Oliveira Matos, Rosinete Pereira Silva Francisco, Rosyane Pedro Almeida, Lizlyn Peres
135. Ciências Humanas e Pesquisas sobre a Língua de Sinais na Perspectiva de Formação Educativa para Surdos Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pnoiHKMqhmC	Grupo de Estudos Bilíngue (Libras e Português) em Ciências Humanas – 2023	Júnior, Elias Paulino da Cunha Vilhalva, Shirley Rodrigues, Hamilton Pereira Ernsen, Bruno Pierin Zajac, Silvana
136. Línguas Indígenas de Sinais: uma diversidade linguística a ser conhecida Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6AD8LrIg7c0	Grupo de pesquisa Currículo, Diferença e Formação de Professores – CNPq – 2023	Santos, David Kaique Rodrigues
137. Mesa redonda "Educação Bilíngue: contextualizando a Educação de Indígenas Surdos" Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=8WeUQw_ebWs	Instituto Federal Baiano - 2023	Santos, David Kaique Rodrigues Damasceno, Letícia de Souza Magalhães Vilhalva, Shirley.
138. A Importância do Estudo Linguístico das Línguas Indígenas de Sinais Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=XBzZ-W3ThOg	Década das Línguas Indígenas – Brasil - 2023	Siva, Bruno Henrique da Soares, Priscilla Alyne Sumaio Moura, Indira Simionatto Stedile Assis

139. Mesa redonda "desafios da escolarização e atendimento de saúde de indígenas surdos" Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=rbN6fnFHb3Y	Instituto Federal Baiano - 2023	Santos, David Kaique Rodrigues Henrique, Dyego Ramos Ferreira, Ivanilton
140. Meu Lugar de Fala: LIS, territórios, identidades e inclusão Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=0mtiHFYhkfc	Museu das Culturas Indígenas – 2023	Santos, David Kaique Rodrigues dos Silva, Bruno Henrique da Inhape, Alessandro dos Santos Varela, Albert Ferreira
141. Catálogo de línguas e famílias Disponível em: https://glottolog.org/	Glottolog - 2023	Hammarström, Harald & Forkel, Robert & Haspelmath, Martin & Bank, Sebastian
142. "Educação Especial e Inclusiva com a interface da Educação Escolar Indígena" Disponível: em https://www.youtube.com/watch?v=XzQM aKn9s	Instituto Federal Baiano - 2023	Matos, Rosinete Pereira Silva; Gomes, Elenira Oliveira
143. O povo da água: a emergência da Língua Omágua-Kambeba de Sinais, uma descrição multimodal	UnB – 2023	Santos, Marcos Roberto dos
144. Registrando a Língua Paiter Suruí de Sinais: uma abordagem didática intercultural com Arthur Pamâyãd Suruí da Aldeia Oykatxer Suruí Link 1: https://www.unir.br/noticia/exibir/10733 Link 2: https://portalamazonia.com/noticias/educacao/estudante-indigena-realiza-registro-da-lingua-paiter-suru-de-sinais?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=portalamazonia&fbclid=IwAR0iszH9cHnvaEpHK7wNmndxyKxzLbviOz47k-SaC9BfcPPo1IZqls2BybE	UNIR - 2023	Ibobinha Suruí
145. Um levantamento bibliográfico sobre a atuação de intérpretes de Libras e o acesso de indígenas surdos aos serviços de saúde	UFSCar - 2024 (No prelo)	Candido, Juliete
146. Língua Indígena Pataxó de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas pataxós surdos	UESB – 2024 (No prelo)	Santos, David Kaique Rodrigues dos
147. Identificação, análise e registro da Língua Indígena Cinta Larga de Sinais: princípios para o reconhecimento linguístico	UNEMAT – 2024 (No prelo)	Bernardo, Luciana Coladine
148. Dinâmicas de Múltiplos Letramentos no Processo de Ensino de Línguas	Unicamp – 2024	Vilhalva, Shirley

Índigenas de Sinais e escrita: uma abordagem inspirada na pedagogia de Paulo Freire	(No prelo)	
149. Educação Matemática na perspectiva da Educação Inclusiva: percursos formativos em um curso intercultural indígena	UFPA – 2024 (No prelo)	Ferreira, Ivanilton
150. Pataxós Surdos em contexto de multilinguismo urbano: por uma política de reconhecimento de sua língua na aldeia e na cidade.	UFSC – 2024 (No prelo)	Damasceno, Leticia de Souza Magalhães
151. Análise tipológica das classes verbais em Língua Indígena Ka'apor de Sinais	UFNT – 2024 (No prelo)	Mota, Leila Saraiva
152. A Gramatização da Língua Indígena Paíter Suruí de Sinais e a possibilidade de sua Cartografia Social Visual	UNEMAT – 2024 (No prelo)	Moura, Simionatto Stedile Assis
153. A Língua de Sinais Makuxi (Roraima)	Unicamp - 2024 (No preço)	Santos, Jaelson da Silva

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base nas informações das publicações. Dezembro (2023).

1.3 Nosso território, nosso povo

Após apresentar o leitor com uma série de referências que me atravessaram durante essa jornada, cabe agora ir direto ao ponto: a apresentação de meu povo, meus parentes. Atualmente vive no Brasil a diversidade cultural de mais de 1,7³¹ milhão de indígenas de acordo com o Censo 2022 - IBGE³², pertencentes a aproximadamente 305 povos, falando mais de 274³³ línguas, sendo elas orais, escritas e de sinais. Os povos originários pataxós do Extremo Sul da Bahia, atualmente com uma população de aproximadamente 30.000 pessoas, habitam 49 aldeias, nos municípios de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Eunápolis, Prado e Itamaraju. A língua pataxó, hoje nomeada de Patxohã, pertence à família Maxakali, tronco Macro-jê (Rodrigues,1986:56).

O Território de Coroa Vermelha é dividido em duas glebas sendo elas A e B: Coroa Vermelha, Agricultura e Reserva Pataxó da Jaqueira. A Reserva Pataxó da Jaqueira surgiu da necessidade de ter um lugar de fortalecimento cultural e preservação ambiental dentro do nosso território. Com o passar dos anos a comunidade criou seu próprio meio de subsistência,

³¹ Assessoria de Comunicação/Funai com informações do IBGE. Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 12 fevereiro. 2024. Disponível em: [Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas — Fundação Nacional dos Povos Indígenas \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/funai/pt-br/assessoria-de-comunicacao). Acesso em: 12 fev. 2024.

³² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil.

³³ Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias. Assessoria de Comunicação/Funai com informações do IBGE. Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 27 outubro. 2022. Disponível em: [Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias — Fundação Nacional dos Povos Indígenas \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/funai/pt-br/assessoria-de-comunicacao). Acesso em: 24 out. 2023.

o etnoturismo, especialmente baseado em passeios turísticos na aldeia, que proporcionam ao visitante conhecer e vivenciar a cultura e costumes da nação Pataxó.

Na Gleba A em área urbana encontra-se o Conjunto Cultural Pataxó e a maioria das habitações da população, com mais de 6.000 indígenas, segundo informações das lideranças pataxós. Na Gleba B, em uma parte é desenvolvida a agricultura tradicional pataxó e na outra, com aproximadamente 827 hectares de Mata Atlântica, fica situada a Reserva da Jaqueira, onde se realiza um trabalho de afirmação cultural, o etnoturismo e de preservação ambiental.

Quadro 02 – Quantitativo de Aldeias Indígenas de Santa Cruz Cabrália/BA

Nº	Aldeia/Comunidades	Quant. Família	População
01	Aldeia Coroa Vermelha	950	4750
02	Aldeia Aroeira	88	440
03	Aldeia Txihí Kamayurá	350	1.750
04	Aldeia Nova Coroa	400	2.000
05	Aldeia Itapororoca	105	625
06	Aldeia Aratikum	20	125
07	Aldeia Pataxó Mata Medonha	80	400
08	Aldeia dos Parentes	46	230
09	Aldeia Agricultura	135	700
	Total	2.174	11.131 ³⁴

Fonte: Acervo cedido pela FUNAI do Sul da Bahia. Julho (2023).

A Aldeia Pataxó Coroa Vermelha fica localizada no município de Santa Cruz Cabrália, em um polo turístico no extremo sul da Bahia, entre Porto Seguro e Belmonte, nos quilômetros 76 a 79 da BR 367. Coroa Vermelha foi demarcada e homologada em 01 de agosto de 1998, com 1.492 hectares. A Aldeia Pataxó Coroa Vermelha é considerada a maior aldeia urbana do Brasil, de acordo com a FUNAI. No ano de 2023 a aldeia registrou uma população total de 11.131 habitantes, sendo distribuída em nove aldeias/comunidades indígenas.

O Território Indígena de Coroa Vermelha e Mata Medonha possuem duas escolas pertencentes à Rede Municipal de Ensino e cinco escolas nucleadas³⁵ além de um colégio estadual. Oferecem aulas de Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Técnico Profissionalizante e Ensino Médio. O colégio estadual e a escola municipal estão alocadas dentro do mesmo território geográfico e atendem estudantes indígenas de toda comunidade, em especial ao Território Pataxó Coroa Vermelha.

³⁴ População total de indígenas pataxós de Santa Cruz Cabrália – Bahia.

³⁵ Extensões da Escola Indígena Pataxó.

É preciso mencionar que visitando as unidades de ensino, percebi que o Colégio Estadual Indígena e a Escola Municipal Indígena vêm se preocupando com a Educação Bilíngue e contextualizada para a educação dos indígenas surdos da comunidade, procurando garantir os direitos linguísticos dos alunos indígenas surdos e o ensino da Língua de Sinais como L1 e a língua portuguesa no caso do indígena surdo como L2, discutindo a possibilidade de inserção da língua de sinais na grade curricular da escola/colégio.

1.4. Nosso território, nossas escolas

Abaixo apresentarei uma contextualização histórica e atual da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha e do o Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha, um mapa das escolas indígenas do TI de Cabralia e a perspectiva da indígena Karina Bispo da Silva, do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia.

A primeira escola indígena em Coroa Vermelha foi uma cabana de barro, cedida pelo senhor Joel na década de 1980, dentro do seu terreno, pintada de branco e coberta com piaçava, demonstramos a primeira escola de barro e a extensão da escola através da imagem 01 do acervo da professora Neumai Menezes da Silva e a imagem 02, que constitui o acervo da professora indígena Silvani Bonfim Ferreira³⁶, gentilmente cedida para a demonstração nesse trabalho e para fins de pesquisa. Grande parte das imagens dessa história compõem o acervo da parente que se tornou uma verdadeira colaboradora desta pesquisa.

³⁶ A professora indígena Silvani fez o registro da história da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha no ano de 2016 como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas.

Figura 01: Antiga Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha feita de barro



Fonte: Acervo pessoal da professora Neumai Menezes da Silva. Janeiro (2024).

Figura 02: Extensão da antiga Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha feita de madeira



Fonte: Acervo pessoal da professora Silvani Bonfim Ferreira. Março (2023).

As primeiras turmas só estudavam a alfabetização que era naquela época a 1ª série, estudavam com a professora Ilza Fernandes. Ela não era indígena e veio contratada pela

FUNAI. Foi a primeira professora da Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, pois não havia outros professores para darem continuidade nas séries seguintes. A segunda professora foi Irene Maria de Jesus em 1987, que lecionava na aldeia Boca da Mata. Ela veio contratada pela FUNAI e começou a lecionar a 2ª, 3ª série e 4ª série. Essas duas professoras, que eram contratadas pela FUNAI, não eram indígenas, mas respeitavam e participavam de todos os eventos culturais da aldeia. A professora Ilza Fernandes ficou na nossa aldeia até se aposentar e a professora Irene até 1993, quando foi trabalhar no setor de educação da FUNAI.

Em 1995, com muita luta das lideranças que estavam preocupadas com a educação escolar das crianças, pois só tinha uma cabana bem pequena, que não cabiam todos os alunos, foi construída pela FUNAI uma escola maior, como ilustra a imagem abaixo.

Figura 03: Antiga Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha



Fonte: Acervo pessoal da professora Silvani Bonfim Ferreira.

Ainda assim era uma escola pequena com duas salas de aulas, dois banheiros e uma cantina. Nesse tempo, já havia muitas crianças estudando e mais professoras lecionando como as professoras Neumai Menezes da Silva e a professora indígena Edileuza Santos da Silva³⁷, contratadas pela prefeitura, mas que trabalhavam com muita dificuldade por falta de materiais didáticos.

³⁷ Veio da cidade de Itajú do Colônia – Bahia.

No ano de 1996, a escola tinha mais ou menos 180³⁸ alunos, e quando as primeiras professoras indígenas começaram a lecionar Alzira Santana Ferreira, Raimunda de Jesus Matos, Marilene da Conceição e a professora não indígena Cleivane Cerqueira. Na escola as turmas eram multisseriadas por falta de salas de aula. Ainda havia muita dificuldade por falta de material didático e carteira. Os alunos sentavam no chão, mas mesmo com toda dificuldade encontrada, elas não desistiram pensando no bem da comunidade.

No ano 2000, foi construída uma escola pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - e ilustrada pela imagem abaixo. Embora alguns jovens já estivessem com seus estudos bem adiantados, a comunidade não tinha conhecimento dos próprios direitos, especialmente no que se refere aos direitos educacionais diferenciados e interculturais. Buscando os conhecimentos dos mais velhos, em nossos rituais, nas danças, músicas, nossos costumes e toda a nossa cultura é que conseguimos avançar em todas estas conquistas, trabalhando com muita dedicação para o fortalecimento de nossa cultura.

Figura 04: Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

³⁸ Informações coletadas em conversas com professoras que atuaram na escola no respectivo ano.

Figura 05: Vista de cima da Escola Indígena e do Colégio Indígena em Coroa Vermelha



Fonte: Imagem do Google. Dezembro (2023)

Essa escola fica dentro do Conjunto Cultural Pataxó, foi uma grande luta de nossas lideranças e comunidade para conseguir a sua construção. Hoje as escolas indígenas trabalham com a educação escolar indígena, que contempla a educação diferenciada, que atende interesses e princípios étnicos dos povos indígenas.

Atualmente, a Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha é um complexo composto por cinco extensões espalhadas pelo território, como pode ser observado no quadro 03 abaixo: Escola Pataxó Agricultura, Escola Pataxó Aroeira, Escola Pataxó Nova Coroa, Escola Pataxó Araticum e Escola Pataxó Txihikamaywra. Ela atende estudantes indígenas de toda comunidade, em especial ao Território Pataxó Coroa Vermelha, há pelo menos 27 anos.

Quadro 03: Escolas do TI de Cabrália



Fonte: Imagem do Google. Junho de 2023.

Hoje na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, trabalham 109 funcionários em que todos são indígenas, sendo 48 professores. A direção é composta pelo diretor Ademário Braz Ferreira, Silvani Bomfim Ferreira (vice-diretora) e Elizangela Gomes (vice-diretora). A coordenação pedagógica é composta por 01 coordenadora do Patxohã, 01 do Fundamental II, 01 do Fundamental I, 01 coordenador da EJA e 01 coordenadora das escolas nucleadas, 01 secretária geral e 05 agentes administrativos escolares.

A escola funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite) e nela contém 19 salas de aulas, 01 cantina, 01 biblioteca, 01 centro de convivência, 01 secretaria, 01 sala da direção e 01 sala da coordenação, 01 sala de Recursos Multifuncionais, 01 sala dos professores e 01 quadra esportiva. No AEE tem a professora regente, 01 professora de apoio, 06 profissionais de apoio escolar e 01 Instrutor de Libras.

Nas tabelas 01 e 02 abaixo, apresentamos os dados da SEMED – Coordenação da Educação Escolar Indígena para o ano de 2023, que ilustram, juntamente com a descrição anterior do espaço e do corpo de funcionário, o tamanho do crescimento e organização da Educação Escolar Indígena em nosso território, especialmente quando comparamos os primeiros momentos dessa trajetória iniciada ainda na década de 1980, a partir de iniciativas menos institucionais.

Tabela 01: Escolas da Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha e Mata Medonha

Nome da Escola	Total de alunos
ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ COROA VERMELHA	872
ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ COROA VERMELHA - ARATICUM	24
ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ COROA VERMELHA – AROEIRA	40
ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ COROA VERMELHA – AGRICULTURA	24
ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ COROA VERMELHA - TXIHI KAMAYWRA	56
ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ COROA VERMELHA - NOVA COROA	12
ESCOLA PATAXÓ MATA MEDONHA	126
TOTAL	1171

Fonte: Dados da Coordenação de Educação Escolar Indígena – SEMED. Junho de 2023.

Tabela 02: Quantidade de alunos por modalidade de ensino da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha

CRECHE 03 ANOS	18
EDUCAÇÃO INFANTIL	75
ENSINO FUNDAMENTAL I	395
ENSINO FUNDAMENTAL II	423
EJA	134
ALUNOS ENCAMINHADOS DE OUTRAS ESCOLAS	3
TOTAL	1045

Fonte: Dados da Coordenação de Educação Escolar Indígena – SEMED. Junho de 2023.

No ano de 2023 a escola passou por algumas reformas, ampliação das salas de aulas, pinturas na escola, ampliou a iluminação, foi construída uma rampa entre as salas e as salas da secretaria, coordenação e direção, obra sugerida pela professora do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Com a reforma em toda a escola, foi preciso mudar temporariamente o espaço de atendimentos da Sala de Recurso Multifuncional – SRM que ficou alocado no vestiário da quadra de esportes da Unidade de Ensino até a construção e entrega do novo espaço da sala de AEE no mês de julho. Vale salientar que a Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha é a maior do município em número de alunos devidamente matriculados na Rede Regular de Ensino. Hoje a escola tem aproximadamente 1045 alunos da educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e finais e EJA, com faixa etária entre 03 e 60 anos.

A Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha é organizada por um regime político interno/coletivo, regido por uma direção, vice direção, secretária geral, técnicos administrativos pedagógicos, professores, pais, lideranças e os conselheiros escolares que auxiliam nos problemas relacionados com a comunidade escolar. E essa equipe em conjunto busca desenvolver e promover políticas que ofereçam condições para desenvolver os trabalhos para sanar as necessidades existentes no cotidiano da comunidade escolar.

A Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha tem sua direção própria e específica, por voto aberto pela comunidade escolar, representantes de pais e lideranças. A cada dois anos, há votação, sempre na segunda semana de dezembro, com direito a reeleição, com voto aberto pela comunidade escolar, representantes de pais e lideranças. O diretor tem dedicação exclusiva para a escola, não podendo exercer outras funções extras. Para ser diretor, é preciso seguir os seguintes critérios: ser professor ou fazer parte da comunidade escolar a mais de três anos na escola; ter uma noção básica de gestão escolar; ser responsável, dedicado, participar das atividades culturais da escola e comunidade; ter dedicação exclusiva nos trabalhos da escola; ter boas relações pessoais e interpessoais com a comunidade escolar. Como nos ensina a parente pataxó Adriana Pesca sobre nossas escolas:

A escola para os povos indígenas passa a ocupar esse lugar de instrumentalização dos conhecimentos tidos como universais reconfigurando-se para retomada dos espaços que nos foram negados historicamente. Essa estratégia não tem a ver com a ideia de apropriação de conhecimentos do homem branco para nos tornarmos iguais a eles, mas, exatamente, para, a partir da apropriação das ferramentas que eles utilizam potencializar ainda mais as nossas lutas, de modo a nos inserirmos nos espaços de diálogo e sermos nós mesmos a falarmos pelo nosso povo, sem intermediação. A escola indígena também é instrumento dessa luta, pois ela foi pensada a partir dos ideais de nossas comunidades e dinâmicas de ancestralidade, mesmo sendo parte dessa construção dominante, ao ser deslocado para os contextos culturais dos povos indígenas, ela passam a ser constituída como mais instrumento de enfrentamento. (PESCA, 2021, p.454)

Figura 06: Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha



Fonte: Acervo do Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha. Outubro de 2023.

No ano de 2012 se iniciou a construção do prédio Escolar do Estado para atender apenas o ensino médio. Na escola do estado, a maioria é indígena. Agora temos duas escolas indígenas, uma municipal e outra estadual em um só espaço. Essa nova escola tem 11 salas, uma cantina, três banheiros e uma quadra que ainda está em acabamento. Quanto ao quadro de professores, a escola possui professores graduados, especialistas e mestres nas diversas áreas do conhecimento. Muitos professores cursaram o magistério indígena e a licenciatura intercultural nas instituições UNEB, IFBA e UFMG. Desta forma, não faltam esforços do corpo docente para efetivamente uma Educação Específica diferenciada e de qualidade, pois buscam e estão constantemente em formação dentro e fora da comunidade.

O Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha é composto por 06 salas de aulas, 01 sala da direção, 01 sala da coordenação, 01 sala da secretaria, 01 sala de informática, 01 cozinha, 03 banheiros e 01 sala dos professores. A direção é composta por 01 diretor, 01 vice-diretor, 01 coordenadora pedagógica, 01 coordenadora do NTE³⁹- 27, 01 articuladora do Integral, 07 (agentes administrativos), 01 inspetor de pátio, 04 profissionais de apoio escolar, 04 profissionais de apoio geral, 01 voluntário do Programa Educa Mais Bahia, 01 voluntário de Vôlei e Futsal, 01 voluntária de Artes Visuais e 18 professoras/es. Abaixo, apresentamos a tabela 03 sobre o quantitativo de alunos da escola estadual, mais um exemplo do aldeamento da educação no território.

³⁹ Núcleo Territorial de Educação.

Tabela 03: Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha e Anexos

Sede e anexos	Total de alunos
SEDE	418
MIRAPÉ	19
MATA MEDONHA	20
JUERANA	19
GUAXUMA	18
MEIO DA MATA	16
TOTAL	510

Fonte: Dados da Coordenação do NTE. Setembro de 2023.

1.5 Nossa língua, o Patxohã

No ano de 1998, iniciou-se um forte trabalho de retomada cultural da Língua Pataxó (o Patxohã), que é realizado por professores indígenas de Coroa Vermelha e outras comunidades. Com o objetivo de buscar a reafirmação cultural e fortalecimento do povo pataxó surgiu o projeto Atxôhã, que foi uma forma encontrada pelos professores pesquisadores para dar continuidade ao desenvolvimento do trabalho que já desenvolviam. Um trabalho de valorização e afirmação da cultura do nosso povo.

A Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha continua lutando numa perspectiva de reafirmação cultural. O Patxohã passou a ser uma disciplina curricular e é de grande importância no currículo das escolas indígenas. O calendário é específico e é papel de todos os professores trabalharem com Patxohã, para que de fato a educação se consolide como diferenciada. Nesse sentido os professores trabalham, mostrando para o aluno a função social de cada texto trabalhado em Patxohã. Nota-se que ficou mais fácil de trabalhar, porque não é só o professor de Patxohã que leciona a disciplina, mas todos os professores trabalham com o Patxohã na sala de aula. As atividades lúdicas, a música, a matemática, o letramento e o ensino-aprendizagem ficaram consistentes. Percebe-se que antes eram trabalhadas palavras e frases soltas e hoje com o letramento, o ensino dessas palavras são trabalhadas com as cantigas, nas lendas, nos mitos, na produção de texto e receitas tradicionais. Com esse fazer pedagógico diferenciado baseado nas experiências vivenciadas na comunidade, foi dando sentido para o aluno, e é assim que são trabalhados os saberes na escola indígena

O Patxohã é a língua que está sendo retomada pelo povo pataxó, que habita no sul do Estado da Bahia e norte de Minas Gerais. Esta empreitada surgiu nas aldeias, através da pesquisa de um grupo pataxó, criado em 1999, que se empenhou em buscar fontes para o conhecimento da língua.

Há pouco tempo atrás, nós educadores e lideranças pataxó preocupados em manter o nosso jeito de ser pataxó e afirmar nossos costumes, nos convencemos de nosso papel de organizadores de nossa sociedade e passamos, de forma independente, a fazer estudos mais detalhados de nossa língua. Depois de muito estudo, apesar de não sermos conhecedores de Linguística, porém levados por grande desejo de descoberta e aprender tudo sobre a nossa língua, passamos a chamar nossa linguagem de patxôhã, para marcar nosso trabalho. Que quer dizer: pat são as iniciais da palavra pataxó; atxohã é língua; xôhã é guerreiro. Ou seja, linguagem de guerreiro. (Pesquisadores Pataxó, 2004)

Bomfim (2012) reitera a descrição da história da retomada do Patxohã, que desde 1998, um grupo de professores e pesquisadores do povo pataxó realiza, autonomamente, pesquisas documentais e de campo, resgatando registros históricos e memórias dos anciões com o objetivo de retomar a língua originária, dada por extinta em meados do século passado. A autora relata seus sucessos e impasses, mostrando como a autodeterminação de um povo indígena pode fazer ressurgir uma língua, que é emblema de identidade étnica e que acompanha outra retomada, a dos territórios tradicionais pataxó, invadidos e tolhidos ao longo de toda a história colonial perdurando até hoje.

A Aldeia Pataxó Coroa Vermelha vivencia cotidianamente as implicações dos contatos com não indígenas, particularmente, por ser pioneira em ações de pesquisa voltadas ao resgate e valorização da cultura pataxó. Tais pesquisas consolidam ainda mais a existência do grupo de pesquisa da língua e história pataxó – Atxôhã, que existe há mais de 24 anos e do ponto de cultura da Aldeia Pataxó Reserva da Jaqueira.

A língua retomada está sendo ensinada na escola indígena Barra Velha desde a década de 1990. No caso da aldeia de Coroa Vermelha, que possui a maior de todas as escolas pataxós, o Patxohã tornou-se disciplina do ensino fundamental em 2003 e no ensino médio em 2007. O ensino de Patxohã não se restringe ao léxico da língua, mas compreende um amplo conjunto de informações, tais como danças, e canções indígenas; os processos históricos vivenciados pelos indígenas, particularmente aqueles estabelecidos no extremo-sul da Bahia; e a identidade indígena no presente. (BOMFIM, 2012, p.59).

Em 2024 a língua Patxohã continua sendo ensinada e faz parte do currículo da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha e da Escola Indígena Pataxó Mata Medonha.

1.6. Nossos parentes pataxós surdos na escola

O ser Surdo na cultura indígena requer em primeiro plano pensar nas Línguas, nas linguagens. (GIROLETTI, 2008, P. 42)

No ano de 2007 foi apresentada pelo diretor Ademário Braz Ferreira da Unidade Escolar Indígena Coroa Vermelha para a Secretaria Municipal de Educação a necessidade de profissionais para o atendimento e em específico o ensino de línguas de sinais para os alunos indígenas surdos na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha. Essa demanda ocorreu após a matrícula de uma aluna indígena surda na Educação Infantil e no turno noturno um aluno indígena surdo na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A educação de indígenas surdos era vinculada ao Setor de Educação Especial e Inclusiva, que contava com uma equipe formada por uma coordenadora, que também exercia a função de fonoaudióloga, uma psicóloga e um professor de Libras que atendia apenas 20h. O atendimento era itinerante e era realizado por núcleos sendo eles: Coroa Vermelha, Sede (Centro e Campinho), Tânia, Ponto Central e Escolas Nucleadas do Campo, Santo Antônio e Mata Medonha.

Nesse período eu atuava como professor de Libras no turno vespertino na sala de Inclusão da Secretaria Municipal de Educação e no matutino trabalhava com a Regularização do Fluxo Escolar. Com as matrículas dos alunos surdos no censo educacional sendo ampliada, recebi o convite para atuar somente na educação de surdos pela Rede Municipal de Ensino e atender os alunos indígenas surdos e surdos não indígenas no contraturno, ofertando o ensino da língua de sinais. Ficaram definidos os atendimentos por Núcleos e itinerante.

No ano de 2008 foi ofertada a primeira formação de Libras para os professores da Rede, com encontros aos sábados e domingos. Os dias foram escolhidos pelos próprios professores e percebemos o interesse dos professores indígenas, que essa formação acontecesse dentro da comunidade, na escola indígena. Eles tinham que sair da comunidade/escola para os encontros no centro da cidade, o projeto do curso foi reformulado e foi atendida a solicitação da formação específica para os professores indígenas no turno noturno na escola alocada na comunidade.

Em 2009, em atendimento itinerante, o setor de inclusão recebeu mais 02 matrículas de alunos indígenas surdos da escola de Mata Medonha, que precisavam do processo de aquisição da língua de sinais. No início foram realizados encontros mensais devido à dificuldade de acesso e transporte. Os professores receberam orientações sobre o trabalho

prestado aos alunos indígenas surdos e participaram da formação nesta comunidade. O carro da secretaria de educação ficava disponível para me levar aos sábados no turno matutino na Escola de Santo Antônio e os professores indígenas de Mata Medonha iam até o Santo Antônio no ônibus escolar - inclusive tinha um aluno surdo não indígena que pediu para participar do curso e contribuiu para o processo formativo.

No ano de 2012, foram matriculados no Censo Educacional de Santa Cruz Cabrália, 03 alunos indígenas surdos da Aldeia Barra Velha, Município de Porto Seguro, sendo 02 meninas e 01 rapaz. Eu atendia pela Rede Municipal de Porto Seguro e os/as três tinham domínio da Libras e usavam a Língua Indígena Pataxó de Sinais - LIPS⁴⁰ nas suas comunidades, aprenderam através da interação e socialização na comunidade de Barra Velha. É importante lembrar que a escolarização destes alunos no Município de Santa Cruz Cabrália, não se deu em escola indígena. Foram matriculados em escola não indígena no Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio.

O número de alunos indígenas surdos na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha foi aumentando e surgindo assim, a necessidade de produção de material didático específico, aquisição, ensino, preservação e difusão da língua de sinais da comunidade para os alunos, formação de professores, difusão e disseminação da língua de sinais dentro e fora das comunidades. Além de orientação às famílias sobre a importância do aprendizado da língua de sinais para minimizar as barreiras comunicacionais com os seus filhos. Abaixo na tabela 4 apresento a relação de alunos indígenas pataxós surdos matriculados nas escolas municipais de 2000 a 2023.

⁴⁰ Sinais da Língua Indígena Pataxó de Sinais usados pelos indígenas pataxós surdos que vieram da aldeia Barra Velha de Porto Seguro para Santa Cruz Cabrália.

Tabela 04: Relação de alunos indígenas pataxós surdos matriculados nas escolas do município de 2000 a 2023

Nível de Ensino	Aluno(a)	Escola/Colégio	Ano de ingresso	Ano de egresso
Ensino Fundamental	Vitória Almeida Gomes	Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha	2022	Em curso
Ensino Fundamental	Cosme Braz dos Santos	Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha	2010	Em curso
Ensino Médio	Damião Ferreira de Oliveira	Escola Indígena Pataxó Mata Medonha	2020	2022
EJA	Elias de Jesus Braz	Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha	2000	2010
EJA	Jersonita Santos da Silva	Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha	2019 ⁴¹	Em curso
Ensino Fundamental	Jhonatta Txaywahí Braz da Silva	Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha	2018	Em curso
Ensino Médio	Josiane Braz Borges	Colégio Estadual Professora Terezinha Scaramussa	2015	2016
Ensino Médio	Karina Bispo da Silva	Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha	2020	2022
Ensino Médio	Marcos Adriano Braz Cristiano	Colégio Estadual Professora Terezinha Scaramussa	2015	2016
Ensino Médio	Max Miller Santos de Jesus	Colégio Estadual Professora Terezinha Scaramussa	2017	Desistente
Ensino Médio	Rivaldo Pinheiro de Oliveira	Escola Indígena Pataxó Mata Medonha	2022	Em curso

Fonte: Coordenação de Educação Escolar Indígena – SEMED de Cabralia. Junho (2023).

O município⁴² de Santa Cruz Cabralia foi contemplado em 2011, com 11 Salas de Recursos Multifuncionais⁴³, implantadas pelo MEC, através do Plano de Ações Articuladas – PAR, sendo a Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha beneficiada com uma SRM⁴⁴ Tipo I,

⁴¹ De acordo com Claudia Pataxó (filha de Jersonita), no ano de 2019 Jersonita foi matriculada na escola indígena de Coroa Vermelha.

⁴² O município recebeu a primeira sala de Recursos Multifuncionais no ano de 2008.

⁴³ São ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

⁴⁴ Espaço pedagógico com recursos, equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos e de acessibilidade, para a realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar ou

passando a ser sua mantenedora, com a professora especialista responsável, Rosinete Pereira Silva Matos, que atua até a presente data.

Concomitante a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, que faz o trabalho do AEE na escola, ocorreu à formação continuada para os professores responsáveis por estas salas, na Secretaria Municipal de Educação e na própria escola. Ressalvo que geralmente essas formações acontecem nas sextas-feiras no turno matutino, onde acontece processualmente a Formação em Língua Brasileira de Sinais - Libras, Línguas Indígenas de Sinais, Grupo de Estudo com os professores das SRMs, Grupo de Estudo sobre Produção de Material Didático Específico, envolvendo professores e profissionais da SEMED, além de outros eventos relacionados ao público-alvo da Educação Especial e Inclusiva e/ou professores especialistas.

A Educação Especial e Inclusiva do município de Santa Cruz Cabralia, além de oferecer suporte aos profissionais das Salas de Recursos, também oferta o Atendimento Educacional Especializado – AEE aos alunos atendidos nas SRMs, quando estes são encaminhados pelos professores responsáveis. Dentre esses atendimentos, estão inclusos: atendimento psicopedagógico, aquisição em Libras, Língua Portuguesa para surdos e alfabetização em BRAILLE⁴⁵ atendimento específico a aluno/a autista, com deficiência motora e Síndrome de Down, psicoterapia e avaliação; e fonoterapia.

Nos anos de 2021 e 2022, outras professoras/profissionais trabalharam no AEE juntamente com a professora Rosinete Pereira Silva Matos, professora Alzira Santana Ferreira, professora Marília Braz, Instrutor de Libras, Wanderson Silva Meira, além de mais dois professores auxiliares e cinco profissionais de apoio escolar.

Destaco que o Atendimento Educacional Especializado – AEE, na SRM é oferecido não somente aos alunos da escola mantenedora, mas também a outras escolas circunvizinhas que não possuem SRMs.

É de suma importância evidenciar que nesse espaço, entre os anos de 2011 e 2023, foram matriculados na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, 01 aluna com deficiência visual (cegueira) e 06 alunos indígenas surdos. Dos alunos surdos (masculino – 03 / feminino – 03), infelizmente apenas 02 foram acompanhados por instrutor de Libras na sala regular.

suplementar à escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial no contra turno escolar. Busca efetivar as ações dispostas na Res.04/10/2009 e Decreto nº 7.611/2011, contribuindo para a eliminação de barreiras pedagógicas referentes ao currículo/conhecimento, também barreiras arquitetônicas, e de comunicações, que em sua maioria impossibilitam o desenvolvimento e plena participação social.

⁴⁵ É um sistema de escrita e leitura tátil para as pessoas cegas inventado pelo francês Louis Braille. Foi oficializado em 1852 para possibilitar que pessoas com deficiência visual, parcial ou total. Todo o sistema é formado por caracteres em relevo que permitem o entendimento por meio do tato.

Chamo a atenção para o fato de que os dois alunos do sexo masculino, não fazem mais parte do quadro de alunos da escola, apenas uma jovem (no turno matutino) que é acompanhada por intérprete. Vale lembrar que os profissionais da Sala de Recursos Multifuncionais participam de formações de Libras⁴⁶ e Línguas Indígenas de Sinais, semestralmente com o professor de Libras. Apenas em 2022 fomos contemplados com um Instrutor de Libras para os alunos indígenas surdos, trabalhando assim, 40 horas somado ao professor de Libras no município que atende toda a Rede Regular de Ensino desde 2008.

Ressalto que nessa trajetória, foi possível a realização de alguns projetos elaborados por mim e pela professora Rosinete, como o curso de LIS e Libras para a comunidade, formações da educação especial e inclusiva com a interface da educação escolar indígena e a proposta do Regimento Interno da Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha – 2023. Enfatizo que os projetos executados foram possíveis de se realizar com sucesso graças à participação ativa dos alunos do AEE, a colaboração efetiva dos professores do Regular, da Coordenação de Educação Escolar Indígena, Direção e Coordenação das escolas indígenas, do colégio estadual indígena e dos profissionais da educação escolar indígena.

Durante o ano letivo de 2019, as aulas de Libras foram ofertadas normalmente aos discentes indígenas surdos e surdos não indígenas matriculados na Rede Municipal de Ensino. Neste ano, o ensino da Libras foi ofertado em cada unidade de ensino em que havia alunos surdos. Com isso, foi possível atender aos discentes com mais regularidade, na média de 2 a 3 vezes por semana. Foi solicitado que os atendimentos fossem centralizados em um único lugar para a integração entre os alunos. Outro episódio para o qual devemos voltar nossa atenção é para o fato de que inicialmente, a maioria dos alunos do AEE da escola era de outras escolas dos bairros vizinhos, fenômeno que aos poucos foi sendo modificado, sendo atualmente, na sua maioria, alunos da escola indígena mantenedora.

Portanto, desde o ano de 2007 a Secretaria Municipal de Educação tem pensado o atendimento especializado para os estudantes indígenas surdos na escola e buscando oferecer uma formação escolar, que atenda as especificidades linguísticas desses alunos. Além do professor do AEE, a SEMED⁴⁷ também disponibiliza um professor para o ensino da língua de

⁴⁶ Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005, p.1)

⁴⁷ Secretaria Municipal de Educação.

sinais no contraturno⁴⁸, tomando como ponto de partida estudos que trouxeram a discussão sobre as línguas indígenas de sinais ou a escolarização dos indígenas surdos em diversos povos indígenas entre os anos de 2008 e 2020 e a resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012 do Conselho Nacional de Educação – CNE, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

A educação de alunos surdos, portanto, teve início no ano de 2007 e passou por avanços significativos com várias formações em Libras, LIS e discussões sobre a Língua Indígena Pataxó de Sinais, com processo de seleção de profissionais para o atendimento, ensino e produção de materiais didáticos específicos para estes alunos.

O colégio estadual teve o primeiro aluno indígena surdo matriculado no ano de 2019 e recebeu no ano de 2020 a aluna Karina da escola indígena municipal. No ano de 2019 a Secretaria de Educação do Estado da Bahia ofertou vagas de tradutor intérprete de Libras no REDA e o Colégio Indígena foi contemplado com a TILSP Claudete Messias dos Santos, que atuou nos turnos matutino e noturno. Já no ano de 2020 foi contratada a TILSP Fernanda Fernandes, que atua nos turnos matutino e vespertino. Atualmente a aluna Karina concluiu o Ensino Médio e Fernanda passou a atuar com outros alunos público-alvo da Educação Especial e Inclusiva no turno vespertino e se dedicando aos estudos da Educação Especial e Inclusiva com a Interface da Educação Escolar Indígena.

Hoje a escola tem 03 alunos (as) matriculados (as) regularmente no Ensino Fundamental I e II. E recentemente, Karina, aluna egressa e principal interlocutora da pesquisa, foi convidada para ajudar no ensino na sala de AEE nas terças e quintas feiras no turno vespertino. Tenho uma boa relação com Karina, tanto que recebi o convite para participar da cerimônia de entrega do certificado de conclusão do Ensino Médio Intercultural, juntamente com a tradutora intérprete de Libras Fernanda Fernandes, que atua na escola como tradutora intérprete de Libras e como profissional de apoio escolar à docência no ensino regular. A seguir contarei mais um pouco sobre essa relação.

⁴⁸ O AEE ocorre em períodos específicos por semana, no contraturno. Em outros momentos, o profissional também deve realizar um diálogo constante com professores e estudantes. Esse trabalho deve estar previsto no PPP de cada escola e organizado pelo conjunto de profissionais: gestores escolares, secretaria de Educação e educadores.

1.7 Karina Bispo da Silva

“os Estudos Surdos se constituem enquanto um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizadas e entendidas a partir da diferença, a partir de seu reconhecimento político” (Skliar, 1998, p. 5).

Figura 07: foto da Karina



Fonte: Acervo pessoal de Karina Silva. Agosto de 2023.

Karina é indígena da etnia/povo Pataxó, tem 29 anos, nasceu na cidade de Itabuna no estado da Bahia, no dia 11 de agosto de 1995, filha de Charles Custodio da Silva e Lucineide Bispo dos Santos. Ela foi matriculada na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha aos 11 (onze) anos de idade, no dia 03 de julho de 2007 e finalizou o 9º ano do ensino fundamental no ano de 2019. Foi a primeira indígena surda da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha e a segunda aluna surda do Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha.

Foi matriculada no 1º ano do Ensino Médio no Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha e concluiu o 3º ano em 2022. A aluna contou com o profissional tradutor intérprete de Libras durante a sua escolarização no Ensino Médio, porque no ano de 2019 foi

matriculado um aluno surdo no colégio e a DIREC⁴⁹ 08 já havia registrado a necessidade do profissional. A contratação de uma TILSP havia sido feita por meio do Regime Especial de Direito Administrativo – REDA no ano de 2020 para o atendimento e a acessibilidade comunicacional da Karina.

Figura 08: Momento de entrega do certificado de conclusão do Ensino Médio



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Karina, mesmo após ter concluído os estudos, retornou para a escola (municipal), porque a família e a professora Rosinete perceberam que ela tinha ficado triste depois da conclusão do Ensino Médio. Na escola ela interagiu com os professores/professoras, com os colegas ouvintes e surdos e demais profissionais. A professora do AEE propôs uma atividade em que a Karina frequentasse a escola 2 vezes na semana e ensinasse a língua de sinais para os outros alunos indígenas surdos. Nesse período fiquei no apoio destas atividades, que aconteceram no turno vespertino na sala de AEE. Todos os encontros foram registrados e percebemos o avanço dos alunos que estavam em processo de aquisição da língua de sinais da Língua Indígena Pataxó de Sinais e da Libras e Karina estava como instrutora surda nesse processo.

No ano de 2023 fui convidado pela direção e coordenação da Escola Indígena para uma roda de conversa na Jornada Pedagógica, para sanar algumas dúvidas sobre a educação de surdos e os seus desafios. Posteriormente, estive na formação de professores no encontro de Patxohã e no encontro com os professores para uma escuta e prática de atividades

⁴⁹ Diretoria Regional de Educação.

adaptadas para os alunos da Educação Especial e Inclusiva da escola. Aproveitei um desses encontros e realizei a entrevista com a Karina e a TILSP Fernanda no Colégio Estadual Indígena na sala de Informática. No colégio existe um projeto intitulado “PodQuest”, onde os alunos se expressam sobre os diferentes acontecimentos na comunidade, tendo todo o recurso necessário para gravação e transmissão. Foi nesse contexto e espaço que solicitei o agendamento da sala para gravar a entrevista com Karina e o suporte de Fernanda. Durante a entrevista percebi que Karina ficou um pouco envergonhada, eu pedi para a Fernanda para que se sentasse mais perto dela e assim, conseguimos realizar a entrevista. A tradução foi clara e bem rápida, porque Fernanda já conhecia e atuava com a Karina, por isso, a importância da intimidade e envolvimento do profissional TILSP/TILIS⁵⁰ na acessibilidade comunicacional.

Um pouco sobre a Karina Bispo da Silva, sua aceitação em participar da pesquisa/estudo e sua participação na comunidade Pataxó Coroa Vermelha.

Karina se apresentou usando a dactilologia da Libras (alfabeto manual) para soletrar o seu nome e depois fez o seu sinal de batismo na comunidade surda, que representa a sua característica marcante por isso a identifica. Depois, usou os sinais da Língua Indígena Pataxó de Sinais para se identificar como uma indígena surda e pertencente ao povo/etnia Pataxó, que reside na aldeia Coroa Vermelha. Sobre a sua participação neste trabalho, ela relata que:

Eu aceito participar desta pesquisa, sou uma mulher indígena e surda, tenho 28 anos, solteira, frequento o Salão do Reino dos Testemunhas de Jeová, fui criada pelo meu pai sozinho, que é indígena Pataxó da comunidade e não me lembro da minha mãe. Tenho um irmão indígena. Eu cresci aqui com minha família, que vive aqui na comunidade há muito tempo. Eu gostei de crescer aqui em Coroa Vermelha, esse lugar é muito lindo! Minha família é bem grande aqui na comunidade. Eu cresci com eles. Nossa relação é muito boa. (Karina Bispo da Silva, entrevista, 2023).

Sobre a língua de instrução, o contato que ela teve com diferentes línguas, a sua comunicação em Língua Indígena Pataxó de Sinais e Libras. A entrevistada sinaliza que:

Eu uso a Língua Indígena Pataxó de Sinais e a Libras. Eu posso ser instruída por qualquer uma das duas. Os colegas de sala e os professores da época não sabiam língua de sinais, então eu tive contato com a LIPS quando conheci outra indígena surda e comecei a aprender e praticar com ela e com outros surdos, que ia conhecendo dentro e fora da comunidade, sendo a Língua Indígena Pataxó de Sinais - LIPS e a Libras.

⁵⁰ Tradutor Intérprete de Língua Indígena de Sinais.

Como a maioria das pessoas que têm contato comigo são fluentes na Libras e a usam constantemente, eu me comunico mais em Libras, mas também uso a minha língua materna-natural que é a LIPS, que inicialmente começou em casa, depois usei com a Jersonita⁵¹, e depois passei a usar na comunidade e com os professores e colegas na escola. (Karina Bispo da Silva, entrevista, 2023).

As Línguas Indígenas de Sinais - LIS são fundamentais para a formação escolar dos indígenas surdos, porque representam sua identidade cultural. O ensino por meio da LIS é uma forma de garantir a inclusão e formação completa dos indígenas surdos, respeitando as suas tradições e línguas originárias.

Para Anzaldúa (2000), são as línguas que refletem as nossas culturas e os nossos espíritos, pois há conhecimentos e acontecimentos que só fazem sentido se forem ditos em nossa língua materna e em nossos próprios termos, são intraduzíveis, inexistentes em outras línguas ou as outras línguas não dão conta de explicá-las por completo.

Em outro momento, acompanhando as redes sociais vi um vídeo da Karina no Instagram fazendo uma apresentação na ordem: meu nome é Karina, sou Indígena Pataxó e também sou surda. É preciso deixar registrado que a apresentação foi realizada em Língua Indígena Pataxó de Sinais - LIPS e Libras, ou seja, as duas línguas foram usadas pela Karina Bispo da Silva para a sua descrição.

Sobre onde e quais línguas de sinais ela aprendeu/sabe. Ela afirma que:

Quando eu era bem pequena não tive contato com as línguas de sinais, comecei a aprender Libras, depois de um tempo que eu já estava na escola. Língua Indígena Pataxó de Sinais eu tive contato com minha amiga Jersonita, quando eu era pequena aqui em Coroa. Eu ficava doente, com tontura e ela me ajudava a ficar melhor. Uso as duas línguas. Com minha amiga Jersonita que é indígena surda uso a Língua Indígena Pataxó de Sinais, e com as pessoas que sabem Libras eu uso a Libras. Minha família não sabe Libras ainda. Eu gosto das duas línguas. (Karina Bispo da Silva, entrevista, 2023).

Aprender por meio da Língua Indígena de Sinais significa uma maior assimilação e compreensão do conteúdo ministrado em sala de aula, contribuindo para um maior envolvimento e engajamento dos alunos nas atividades escolares, o que resulta em um aprendizado mais significativo e efetivo.

⁵¹ Jersonita é uma Indígena Pataxó Surda, que tem um papel fundamental na difusão da Língua Indígena Pataxó de Sinais. Falarei mais sobre ela adiante.

É pertinente afirmar que os profissionais da escola indígena e do colégio estadual entendem o significado da adaptação no currículo escolar e buscam atender às necessidades linguísticas, culturais e identitárias dos indígenas surdos, pensando no seu desenvolvimento. Todavia, é necessário inserir a LIS como componente curricular nas escolas indígenas, assim como a Libras vem sendo discutida e pensada no currículo, na formação do professor e na formação escolar dos alunos em geral da educação básica.

Bruno e Lima (2012) sobre a formação de professores indígenas, trata:

As questões culturais e linguísticas dos indígenas surdos devem ser amplamente discutidas pela escola e comunidade indígena. Reconhece-se hoje no Brasil, a cultura surda e o direito a Libras como segunda língua do surdo, no entanto, devemos estar atentos para possíveis estratégias de colonização nos tempos atuais (BRUNO; LIMA, 2012, p. 97).

Jesus (2018), pesquisador e professor indígena, alerta para a importância do ensino da língua de sinais para um indígena surdo da comunidade de Barra Velha. Segundo o parente:

Como Xohã é surdo, uma das formas que foram utilizadas para ajudá-lo na turma era introduzindo a Língua de Sinais para seu conhecimento, por meio dos recursos tecnológicos, trabalhando com ele e despertando novas curiosidades para seu desempenho. Mostrando que a escola não devia deixá-lo de fora das matrículas, mas que ele tinha toda a capacidade de aprender, mesmo que ainda não fosse com professores capacitados na Língua de Sinais no contexto da educação escolar indígena. (JESUS, p. 12, 2018)

Um currículo diferenciado também se pensa na especificidade da língua dos indígenas surdos, que estão devidamente matriculados nas diversas escolas do país e que têm o direito a ter acesso aos conteúdos na sua língua materna⁵² ou natural⁵³ como língua de acesso e língua de instrução para aquisição.

Sobre o seu processo formativo, a língua disponibilizada para que ela tivesse acesso aos conteúdos escolares, à cultura da comunidade e a relevância que a escola tem dado a essas questões, ela nos narra que:

Quando eu entrei na escola meus professores não usavam língua de sinais, só conversavam e escreviam em língua portuguesa. Eu fiquei triste, porque só tinha eu de surda na sala e eu não entendia o que todos estavam dizendo.

⁵² A primeira língua adquirida pelo sujeito. Língua Naturalmente adquirida pelo sujeito e para a qual ele tem intuições e informações linguísticas sobre a forma e uso.

⁵³ A língua que é mais naturalmente adquirida pelo indivíduo e na qual ele se sentirá mais confortável.

Somente meu pai usava língua de sinais e sabia se comunicar comigo. Os professores na sala de aula só usavam a língua portuguesa, falada e escrita. Na sala de recurso eu comecei a aprender Libras e a LIS eu já usava, mas só no Ensino Médio eu tive acesso ao intérprete de Libras e maior contato com outros indígenas surdos. Aqui na comunidade eu achava que só eu era surda. As pessoas me chamavam na rua, mas eu não as ouvia. Eu me sentia muito sozinha e ficava triste. Comecei a aprender Libras na escola, já era grandinha. Eu via livros de Libras e aprendia muitas coisas, vendo eles porque na comunidade poucas pessoas sabiam Libras. Então conheci minha amiga Jersonita e aprendi a Língua Indígena Pataxó de Sinais com ela. (Karina Bispo da Silva, entrevista, 2023).

Jersonita é uma indígena pataxó surda conhecida na comunidade. Ela foi uma importante interlocutora do trabalho de mestrado e doutorado de Letícia Damasceno sobre a Língua Indígena Pataxó de Sinais e parece ter sido uma das difusoras dessa língua na comunidade, por meio da conversa com seus familiares e com outros surdos. Sobre Jersonita, narra Damasceno (2017, p. 24):

“Face ao que não esperava, percebi que, com Jersonita, poderia explorar inúmeros elementos linguísticos, numa possível língua de sinais, que os registros espontâneos não me dariam, considerando o pouco tempo que me restava na aldeia [...]”.

Damasceno (2017) aponta ter ficado surpreendida com a grande produtividade de sinais usados por Jersonita que interagiu tranquilamente com os seus familiares demonstrando assim, que a família utilizava aquela língua de sinais naquele lar. Ela narra que: “Ao visitar aquela família algumas vezes, verifiquei que existe ali uma comunicação efetiva por meio de inúmeros sinais distintos dos sinais da Libras” (Damasceno, 2017, p. 38).

A língua é a nossa maneira de existência e resistência, já que para os indígenas surdos ao se comunicarem, serem entendidos e compreendidos é uma necessidade essencial da convivência humana e comunitária. Ou seja, essa necessidade costuma ser marcada por eles, justamente derivado dos desafios que enfrentam nas atividades mais básicas do cotidiano. Nesse sentido, nada mais inclusivo para nós indígenas do que aprendermos com eles a própria língua de sinais específica, feita e utilizada na comunidade.

Mesmo diante dos desafios encontrados, é notável que Karina apresenta avanços no aprendizado e na fluência da Língua Indígena Pataxó de Sinais - LIPS e da Libras. Esses resultados são frutos do seu empenho e dedicação, bem como do comprometimento da equipe

multiprofissional que trabalha constantemente para oferecer um ambiente inclusivo e adaptado aos alunos indígenas da escola/comunidade.

Tendo buscado entender as maiores dificuldades sociais e comunicacionais que ela enfrentou dentro e fora da comunidade.

Karina assinalou que:

O mais difícil pra mim é quando estou doente, quando preciso de um remédio, porque as pessoas não entendem o que eu estou sentindo. Eu achava difícil, porque às vezes parecia que eu era a única indígena surda da comunidade. Sentia-me sozinha e agora tenho contato com não indígenas Testemunhas de Jeová (que aprendo a Libras) e os indígenas surdos que comunico em Língua Indígena Pataxó de Sinais, o Marcos⁵⁴ e a Jersonita. Estabeleço boa relação com indígenas surdos de outras comunidades e com surdos não indígenas. (Karina Bispo da Silva, entrevista, 2023).

Observando o relato da entrevistada é possível notar que apesar de contar com a presença do intérprete de Libras, existia uma lacuna que era a ausência do ensino da LIS e um intérprete da LIPIS. Ela apresentava dificuldades em se socializar e acompanhar o ritmo da turma. Também é possível pensar na falta de um material que pudesse auxiliar na compreensão do conteúdo, que possivelmente tornava o processo de ensino-aprendizagem ainda mais desafiador, tanto para a aluna quanto para o corpo docente. É preciso valer o direito linguístico dos alunos indígenas surdos, inserindo no Currículo a LIPS, como componente curricular de acordo com seu potencial, linguisticamente na sua L1, assim como a Libras é parte do currículo na formação do professor.

A LIS é o alicerce para que uma aprendizagem efetiva aconteça durante toda a trajetória educacional do aluno(a) indígena surdo(a). Através dela o indígena surdo pode interagir e manifestar suas experiências culturais, seus ritos, suas danças, seu modo de ser e de se fazer entender.

Em relação às reflexões conceituais, manifestações culturais que acontecem na comunidade e o que é ser pataxó e como ela se compreende como uma indígena surda na sociedade. Ela afirma que:

Eu sou indígena pataxó surda. Eu gosto de ser pataxó, acho bonito o traje, as pinturas, as manifestações culturais. Eu me sinto feliz sendo pataxó. Gosto de ter contato com a cultura indígena pataxó e com a comunidade pataxó. Eu gosto de me pintar, me trajar. Eu acho tudo muito bonito. Desde 2019 eu

⁵⁴ É um Indígena Pataxó Surdo, usuário da LIPS e Libras e que vem difundindo a LIPS na aldeia e na cidade.

costumo usar meus trajes indígenas e participar dos eventos culturais da comunidade. Agora sobre a LIS, a sua efetivação e valorização, às vezes eu acho bem difícil, devido a comunicação, porque a maioria das pessoas na comunidade ainda não sabem a Língua Indígena de Sinais. Eu fico triste! Acho que mais pessoas deveriam aprender indígenas ouvintes e surdos. (Karina Bispo da Silva, entrevista, 2023).

Fica claro que Karina reconhece a sua identidade indígena pertencente ao povo/etnia Pataxó e a sua identidade surda. Ou seja, ela é indígena pataxó surda, por isso, como já dito, nesta pesquisa o termo utilizado é “indígena surdo” como identidade linguística e não surdo indígena.

Refletindo sobre a identidade indígena, trago a asserção da antropóloga indígena Soares (2022, p. 2), que em seu artigo sobre a autoria coletiva e a autoetnografia, utiliza o termo ‘indígena mulher’ ao invés de ‘mulher indígena’, pois, em diálogos e convivências com parentas que também são discentes na Universidade Federal do Pará (UFPA), percebeu, em seus discursos, o consenso de que a palavra indígena deveria vir antes da palavra mulher. De acordo com Soares (2012), antes delas serem mulheres, eram indígenas, pertencentes aos povos, karipuna, guajajara, baré, tembé e tantos outros povos que estão na UFPA, em graduações e pós-graduações, através da presença das indígenas mulheres. Além disso, a autora já havia presenciado outra indígena relatar: “Nós nascemos indígenas, já ser mulher é algo que é construído posteriormente” (pág. 2). Ou seja, na concepção dessa indígena, elas nascem com a identidade de um povo e, mais tarde, vão constituindo o ser mulher.

Karina conseguiu finalizar o ensino médio e tornou-se um exemplo de superação para a comunidade pataxó indígena Coroa Vermelha. Ela mostrou que com resiliência, determinação e força de vontade se vai longe. Sua trajetória escolar é um testemunho da importância de uma Educação Bilíngue, Inclusiva, Diferenciada, Comunitária e que esteja contextualizada com a educação de indígenas surdos levando em consideração as especificidades de cada comunidade originária.

Karina aponta também para a necessidade de ter um/uma profissional TILIS e um professor(a) de Língua Indígena Pataxó de Sinais escola.

Em certa fase da minha trajetória escolar percebia que os professores e colegas de sala só usavam a língua portuguesa, eu acabava me sentindo excluída durante as atividades. Eu me sentia excluída sim, porque ninguém sabia se comunicar comigo. Eu fiquei muito triste. É preciso um tradutor intérprete indígena que conheça a nossa cultura e um professor de Língua Indígena Pataxó de Sinais da nossa comunidade e como possibilidade TILSP e professor de Libras. (Karina Bispo da Silva, entrevista, 2023).

Para Damasceno (2017), a ideia de que os surdos dos centros urbanos possuem uma Língua de Sinais mais “elaborada” advém do fator escolarização, se considerarmos que, geralmente, as maiores oportunidades de estudo no ensino fundamental, médio e, principalmente, superior estão concentradas nesses centros. Nesse caso específico, poderíamos pensar na utilização de duas línguas de sinais por Karina não como uma forma menos elaborada da Libras, mas uma decorrência do fato de ela utilizar duas línguas de sinais em suas comunicações cotidianas.

Por fim, registrar e evidenciar a formação escolar de Karina Bispo da Silva é romper barreiras, vencer o invencível. É mostrar que as línguas indígenas estão no processo de retomada e valorização. Os indígenas surdos estão conquistando e construindo as suas línguas através das suas identidades, tradições e das suas culturas. Assim, é preciso repensar o currículo para a educação de indígenas surdos, saber em qual modalidade de ensino deve ser inserido, respeitando o seu direito linguístico e cultural. Pensar na formação de professores para o seu atendimento e formação de tradutores intérpretes indígenas de línguas de sinais, valorizando assim, os profissionais do território que conhecem e vivem em intimidade com as manifestações culturais locais. Pensar em políticas linguísticas e políticas educacionais que visem a formação escolar dos indígenas surdos, a formação específica, a produção de material didático, o mapeamento e registro das línguas e pesquisas e fomento para a difusão das LIS nas diversas comunidades originárias.

Sabemos que a identidade se estabelece por meio das relações da pessoa com o meio social em que vive. Na escola a criança tem acesso a um contexto social novo, o que possibilita novas interações, aumentando seus conhecimentos em relação a si e aos outros. Na medida em que ela constrói sua autoimagem através das interações que estabelece nos grupos que convive é importante que tenha acesso a um meio rico em interações, que fomente as particularidades de cada componente, que favoreça o reconhecimento das diferenças, aceitando-as e respeitando-as, o que contribui para a harmonia do grupo, possibilita a estruturação da identidade e uma boa percepção de si. Percebemos então, a importância da escolarização dos indígenas surdos e da sua participação ativa nas manifestações identitárias e culturais realizadas dentro da escola e na comunidade. É nesse sentido que, por uma vontade de Karina em se manter num ambiente rico de sociabilidade e uma necessidade da escola em termos de conhecimento com relação a LIPS, que Karina agora participa ativamente nas atividades escolares, mesmo depois de egressa.

O mais importante, sem dúvidas, é a aquisição da LIS como primeira língua. Mas para que isso aconteça, os indígenas surdos devem ter contato com a LIS desde os primeiros anos de vida e em comunidade. No entanto, por inúmeros motivos, isso não acontece e, conseqüentemente, esses alunos indígenas surdos chegam ao Ensino Fundamental II sem aquisição da LIS e/ou Libras como L1/L2 e sem domínio básico da leitura e escrita do Português Indígena⁵⁵.

Portanto, o relato de experiências de vida apresentado como ferramenta de resistência, visa destacar a existência de uma identidade de uma indígena pataxó surda que, com todas as suas dificuldades, luta para a curricularização da LIS em sua comunidade, proporcionando, dessa forma, que docentes, discentes e outros indígenas surdos possam aprender e compartilhar as suas experiências e vivências nas suas comunidades. E assim, construírem e difundirem as Línguas Indígenas de Sinais das suas comunidades pelas escolas do Brasil afora.

1.8 Língua Indígena Pataxó de Sinais, nossos sinais

A partir dos encontros com a Karina Bispo da Silva e em contato direto com as professoras Shirley Vilhalva e Rosinete Pereira, registramos os sinais das 12 aldeias pataxós do Território Indígena de Santa Cruz Cabralia no Extremo Sul da Bahia - sinais a serem dicionarizados e usados no TI pelos indígenas surdos e surdos não indígenas.

Com a liberação do CONEP para entrada em terra indígena, fiz o convite à professora indígena surda Shirley Vilhalva para a participação na criação dos sinais das aldeias pataxós do TI de Cabralia juntamente com a indígena surda Karina e com a professora Rosinete Pereira. Os sinais foram produzidos através da via Meet, Whatsapp e presencialmente:

Foram apresentadas via Whatsapp as imagens⁵⁶ das aldeias para a professora Shirley e presencialmente para a Karina e para a professora Rosinete. Karina escolheu os sinais que representavam as aldeias e difundimos com os outros indígenas surdos e com os demais profissionais do AEE da Escola Indígena, gravamos os vídeos e transformamos em cards para a pesquisa.

⁵⁵ O Brasil instituiu Grupos de Trabalho para elaborar, no âmbito da Agenda Unesco para a Década Internacional das Línguas Indígenas, o documento que orienta a formulação de diretrizes e execução de ações dessa Agenda. Assim, propôs o Português Indígena como língua brasileira, que abrange o conjunto das variedades do português em uso pelos diversos povos indígenas do Brasil. PLANO DE AÇÃO PARA A DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL, 2021.

⁵⁶ Os sinais e as imagens que foram utilizadas no processo de discussão e difusão na comunidade/aldeia.

Figura 09: Sinal do Município de Santa Cruz Cabrália



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/t50-csZkVoA>

A seguir apresentamos os 12 sinais das aldeias⁵⁷ pataxós na LIPS:

⁵⁷ O registro dos sinais das aldeias pataxós contribui para a revitalização, valorização e preservação da Língua Indígena Pataxó de Sinais – LIPS.

Quadro 04: Sinais das aldeias pataxós na Língua Indígena Pataxó de Sinais - LIPS



Link do vídeo: <https://youtu.be/U-9vCbnUFD4>



Link do vídeo: https://youtu.be/zVgNw_miaqA



Link do vídeo: <https://youtu.be/BCQj7sQSHh8>



Link do vídeo: https://youtu.be/_VWzHN8At_s





Link do vídeo: <https://youtu.be/fNy273BMjdQ>



Link do vídeo: <https://youtu.be/G3uGMDz26HQ>



Link do vídeo: https://youtu.be/R9_e0cF2zdo



Link do vídeo: <https://youtu.be/55vpm93s40k>





Link do vídeo: <https://youtu.be/JrCHDHZpbwk>



Link do vídeo: <https://youtu.be/5s8495Po88w>



Link do vídeo: <https://youtu.be/G6JVtFWphvQ>



Link do vídeo: <https://youtu.be/MFTbScQ0aGE>



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).

2 A RETOMADA DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS - LIS: DO CONTEXTO INTERNACIONAL AO LOCAL

“Nós, povos indígenas do Brasil e do mundo,
estamos juntos, fortalecendo nosso espírito,
nossa ancestralidade, nosso território,
nossa língua” (Altaci Kokama)

No capítulo anterior apresentei nossa metodologia, nossa terra, nossas escolas e como a política de Educação Inclusiva foi sendo operada nas escolas em nosso território. Para se ter um melhor entendimento, abri interlocução com uma das protagonistas da política pública, que é a interlocutora Karina Bispo da Silva. O capítulo a seguir foi pensado como uma forma de situar a discussão sobre a Língua Indígena Pataxó de Sinais, dentro de um contexto mais amplo, onde outras línguas também vêm ganhando visibilidade, por que não dizer retomando⁵⁸, e merecendo destaque, seja em discussões de movimentos sociais, seja em discussões acadêmicas. Apresento, de forma resumida, um panorama das Línguas Indígenas de Sinais em contexto brasileiro e internacional.

As Línguas Indígenas de Sinais - LIS são línguas usadas pelos indígenas surdos dentro das comunidades originárias e no contexto urbano. Elas vêm crescendo em visibilidade e, sendo assim, coloco em pauta neste trabalho, a importância de se discutir e divulgar as pesquisas registradas/mapeadas sobre as LIS, que visa impactar a educação/vida dos indígenas surdos. É destacada na Introdução que primeiro é dada a ênfase a identidade indígena e depois a “modalidade⁵⁹linguística⁶⁰”, que é surda. Essa nomenclatura valoriza o reconhecimento identitário dos indígenas que são surdos e que possuem uma língua e o direito linguístico de se comunicar na sua língua natural do seu território, que é a Língua Indígena de Sinais do seu povo.

2.1 Cenário das Línguas Indígenas de Sinais no exterior

Costa et al., (2021) já destacaram os avanços das pesquisas sobre as comunidades indígenas surdas. Em um levantamento, que leva em consideração trabalhos produzidos no exterior, Oviedo (s/d) destaca que os as pesquisas sobre as comunidades indígenas surdas

⁵⁸ Estamos entendendo a retomada nos moldes de Alarcon (2019), que é o modo como as comunidades indígenas brasileiras vêm caracterizando seu processo de luta e de ressignificação dos processos territoriais, identitários e linguísticos.

⁵⁹ Modo em que a língua é produzida. O modo visual espacial se refere à produção e percepção das línguas de sinais. O modo oral auditivo se refere à produção e percepção das línguas orais (faladas).

⁶⁰ Modalidade linguística é a forma como a língua se manifesta. Há, basicamente, três modalidades das línguas naturais: língua falada, língua escrita e língua sinalizada.

estão distribuídas em seis diferentes contextos: os ka'apores, um grupo indígena localizado no nordeste brasileiro, com a Língua de Sinais Ka'apor Brasileira (LSKB); um grupo de aldeias maia-yucatecas, na região centro-sul da Península de Yucatán, no México, com a Lengua de Señas Maya-yucateca (LSMY); os habitantes da ilha colombiana de Providência, no mar do Caribe, com a Lengua de Señas de Providência (LSP); os habitantes da Ilha Martha's Vineyard, no Atlântico Norte, na costa do Estado de Massachussetts, com a Martha's Vineyard Sign Language (MVSL); um povoado chamado Adamorobe, que se localiza no leste de Gana e é habitado por membros do grupo étnico Akan, a Adamarobe Sign Language (AdaSL); e a comunidade beduína de Al-Sayyid, no deserto de Neguev, ao sul de Israel, com a Língua de Sinais Beduína de Al-Sayyid.

A Lengua de Señas Maya-yucateca (LSMY) é usada na região de Yucatán pelas comunidades mais rurais com um número alto de habitantes surdos. É uma língua natural e complexa, que não está relacionada à Lengua de Señas Mexicana (LSM), mas pode ter semelhanças com Lenguaje de Señas Guatemalteca (Lensegua). Nas terras altas da Guatemala, os maias surdos usavam uma Língua de Sinais que pertence a um complexo da Língua K'iche, localmente conhecido como Meemul Ch'aab'al e Meemul Tz'ij, "língua muda" (HAMMARSTRÖM; FORKEL; HASPELMATH, 2017).

A Lengua de Señas de Providência (LSP) foi desenvolvida e usada pela comunidade de surdos da ilha de Providence. Esta ilha faz parte do arquipélago de San Andrés e Providência, localizado no Caribe Ocidental, perto da costa da Nicarágua e sobre a qual a Colômbia exerce soberania. A presença de um gene de surdez congênita profunda, causada pela endogamia, forçou o isolamento da Ilha de Providence, já no final do século XIX e início do século XX, determinou o surgimento na ilha de uma comunidade estável de surdos, resultando no surgimento de uma Língua de Sinais (WOODWARD, 1978).

A Martha's Vineyard Sign Language (MVSL) foi amplamente usada na ilha de Martha's Vineyard do início de 1700 até 1952, por pessoas surdas e ouvintes nas comunidades, conseqüentemente, a surdez não se tornou uma barreira à participação na vida pública. A surdez hereditária apareceu em Martha's Vineyard em 1714. A MVSL foi capaz de prosperar por causa da porcentagem alta de habitantes surdos e porque a surdez era uma característica recessiva, o que significava que quase todas as pessoas poderiam ter irmãos surdos e ouvintes. Em 1854, a população de surdos da ilha atingiu o pico, uma média de 1 pessoa em 155 era surda, enquanto a média nacional dos Estados Unidos era de 1 em 5.730. A MVSL na ilha diminuiu quando a população migrou para o continente. Atualmente, não há sinalizantes fluentes (GROCE, 1985).

A Adamarobe Sign Language (AdaSL) é usada por cerca de 30 surdos e 1370 ouvintes em Adamorobe, uma aldeia Akan no leste de Gana. A comunidade de Adamorobe é notável por sua alta incidência de surdez hereditária (autossomo genético recessivo). Em 2012, cerca de 1,1% da população total era surda, mas o percentual chegou a 11% em 1961, antes que o chefe local instituisse uma política que proibisse os surdos de se casarem com outros surdos (NYST; BAKER, 2003).

A Língua de Sinais Beduína de Al-Sayyid é usada por cerca de 150 surdos e muitos membros da tribo beduína Al-Sayyid no deserto de Negev, no sul de Israel. Como os surdos em Al-Sayyid não conseguem ouvir árabe ou hebraico e não foram expostos a nenhuma outra Língua de Sinais, a Língua de Sinais Beduína de Al-Sayyid não sofreu nenhuma influência de nenhuma outra língua. A comunidade foi isolada não pela geografia, mas pelo estigma social, em vários níveis. O contato com o mundo exterior está crescendo à medida que são expostos Língua de Sinais Israelense e Jordaniana nas escolas, e os membros das comunidades se casam fora da comunidade (KISCH, 2000).

Com relação ao continente americano, Costa et al., (2021) reiterando Oviedo, destaca as quatro Línguas de Sinais das Terras Indígenas mais documentadas, a Martha's Vineyard Sign Language nos Estados Unidos, a Lengua de Señas Maya-yucateca no México, a Lengua de Señas de Providência na Colômbia e a Língua de Sinais Ka'apor Brasileira no Brasil. Essas línguas em destaque têm em comum uma proporção relevante de surdos em comunicação com ouvintes nessas localidades.

Sabemos que é comum a miscigenação entre línguas de sinais. Por exemplo, a França com a sua Langue des Signes Française (LSF) influenciou, filologicamente, as Línguas de Sinais de países ocidentais como a American Sign Language (ASL), a Lengua de Señas Mexicana (LSM) e a Língua Brasileira de Sinais (Libras). É esperado num contexto de nativismo, multiculturalismo e plurilinguismo, nos países que compõem o continente americano, que suas Línguas de Sinais oficiais também se miscigenem com as possíveis Línguas de Sinais Indígenas. No caso dos Estados Unidos e do Canadá, segundo Gesser (2009), a Língua de Sinais utilizada é a American Sign Language (ASL). A ASL moderna, conforme Lane (1984), Bayton (1996) e Wilcox e Wilcox (1997) sofreu influência dos sinais dos indígenas locais e dos sinais da Langue des Signes Française (LSF), trazidos pelo surdo francês Louis Laurent Marie Clerc.

A América Latina é formada por 20 países e com base em Olson e Lewis (2018), há 21 Línguas de Sinais catalogadas e com algum nível de descrição linguístico. Por esse

levantamento, países como Brasil, Colômbia e México apresentam mais de uma Língua de Sinais, uma nacional e outra das populações indígenas locais.

Mais recentemente e para finalizar esse item internacional, destaco o trabalho de Hou (2016). Com uma configuração bem particular, o autor apresenta o primeiro estudo etnográfico da formação de uma comunidade signatária no San Juan Quiahije (SJQ), uma comunidade indígena mesoamericana em Oaxaca, sul do México. A comunidade SJQ consiste em duas aldeias vizinhas de Chatino, San Juan Quiahije e Cieneguilla. Embora a comunidade SJQ não tenha uma alta incidência de surdez hereditária, ela é única porque as famílias com surdos produziram suas próprias línguas de sinais, a Língua de Sinais San Juan Quiahije Chatino (SJQCSL). A família serve como uma comunidade de prática; ao mesmo tempo, elas pertencem à mesma rede social maior da comunidade SJQ. Cada família signatária desenvolve seu próprio léxico e percebe o léxico como sua própria criação. Segundo o autor, esses achados sugerem que o SJQCSL pode ser melhor classificado como uma constelação de línguas de sinais familiares e a comunidade de sinais do SJQ consiste em múltiplas famílias extensas em co-residência.

São de suma importância os registros das Línguas Indígenas de Sinais – LIS das Terras Indígenas aqui do Brasil como ferramentas de fortalecimento, revitalização, valorização e preservação das línguas indígenas. Com esse processo de reconhecimento da diversidade linguística e cultural das línguas e povos indígenas, percebo que teremos muitos trabalhos/pesquisas pela frente.

2.2 Panorama das Línguas Indígenas de Sinais no Brasil

Na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 13, vimos a língua portuguesa ser enunciada como “o idioma oficial da República Federativa do Brasil”. A Língua Brasileira de Sinais – Libras foi reconhecida como “meio legal de comunicação e expressão” dos surdos brasileiros, no dia 24 de abril de 2002, por meio do artigo 1º, da Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002, p. 01).

Um dos marcos referenciais sobre a existência de LIS no Brasil é a pesquisa de Brito (1993), que destaca Libras não mais como a única Língua de Sinais existente no Brasil. Ao marcar a existência da Língua Indígena Ka’apor de Sinais, usada por indígenas surdos, juntamente com outros pesquisadores, no ano de 1982, quando fizeram estudos na comunidade, a autora constrói um dos marcos iniciais das pesquisas sobre LIS no Brasil.

As línguas são típicas e características de cada comunidade humana organizada, um produto de sua história social e cultural particular, de suas peculiaridades e de suas tradições. É com esse entendimento que situamos um panorama das Línguas Indígenas de Sinais no Brasil.

No Brasil, as primeiras pesquisas relacionadas sobre a LIS foram de Kakumasu (1968), que descreveu a respeito do uso da língua de sinais por parte das pessoas não surdas dentro das aldeias ka'apores. Já Brito (1993, 1995), comparou a Língua Indígena Ka'apor de Sinais com a Libras, demonstrando a disparidade entre essas duas línguas. Na Língua Indígena Ka'apor de Sinais, a comunidade aprende a língua de sinais para incluir a pessoa surda e não o contrário. Há também o trabalho do etnólogo Ribeiro (1996), que documentou entre os anos 1949 e 1951, o povo Ka'apor, que possuía uma taxa elevada de surdos em sua população; tendo sido estimada, na época, uma relação de um surdo para cada grupo de 75 ouvintes. Segundo o autor, devido a essa alta porcentagem de surdez, emergiu no local a Língua Indígena Ka'apor de Sinais, utilizada não só pela comunidade surda monolíngue, mas também amplamente conhecida pela comunidade ouvinte bilíngue.

Ainda sobre essa comunidade, Baleé (1998) relata que embora não existam regras de distinção entre falas masculinas e femininas, os Ka'apor são linguisticamente peculiares na Amazônia, por terem uma língua padrão de sinais, usada para a comunicação com os surdos, que até a metade dos anos 80, compunham cerca de 2% da totalidade de sua população. A incidência de surdez se deve à boubá⁶¹ neonatal e endêmica, que foi erradicada. Vários surdos podem se comunicar com os não surdos. Em muitos casos um surdo visitando uma aldeia distante tem capacidade de se comunicar com um membro de outra aldeia sem problema, já que possuem uma língua compartilhada.

Talvez os Ka'apor (povo de língua tupi, da Amazônia Oriental) sejam, portanto, os povos que possuem um maior reconhecimento acadêmico sobre uma língua de sinais própria no contexto brasileiro, devido à maior antiguidade em termos de conhecimento. Godoy (2020) em sua pesquisa descreve o perfil dos surdos, apontando como as redes de relações dos surdos sustentam o uso de uma língua de sinais própria. O autor realiza a esquematização de alguns conceitos para a análise da forma e sequencialidade dos gestos e menciona um modo de classificação, que apresentam características de arranjo temporal e convencionalidade diversas. Ele também explora aspectos sociais das comunidades que apresentam sinalizações com diferentes proporções de surdos e, correspondentemente, diferentes amplitudes na quantidade de ouvintes sinalizantes.

⁶¹ Infecção tropical da pele, ossos e articulações causadas pela bactéria *Treponema pallidum pertenuis*.

Segundo dados da exposição “Nhe’ẽ Porã: memória e transformação (2022)” do Museu da Língua Portuguesa, ao menos 20 línguas de sinais já foram noticiadas entre os povos indígenas no país. No século XXI, entre os anos de 2008 e 2023, houve um significativo aumento de estudos sobre LIS, para além dos Ka’apor. Essas pesquisas trouxeram a discussão sobre as Línguas Indígenas de Sinais, sinais caseiros,⁶² sinais emergentes⁶³ e a escolarização dos indígenas surdos em diversos povos, como os Kaingang (Giroletti, 2008), Terena (Vilhalva, 2009; Sumaio, 2014; Araújo, 2018; Soares, 2018; Leite, 2021; Mussato, 2022), Guarani Kaiowá (Coelho, 2011; 2019; Lima, 2013), Sateré-Mawé (Azevedo, 2015), Akwê Xerente (Barreto, 2016), Paitér Suruí (Costa, 2017; Eler, 2017; Gregianini, 2017; Ibobinha, 2023), Maxakalí (Stoianov & Nevins), Pataxó da Aldeia Coroa Vermelha - BA (Damasceno, 2017; Jesus, 2018; Ferreira, 2021; Santos, 2022; Monteiro, 2022; Santos, 2023; Santos, 2024), Pankararu da aldeia de Brejo dos Padres em Pernambuco (Silva, 2019; Melo, 2022), Hâtxa Kui – Huni Kui (Apurinã, 2020), Tapeba (Lopes, 2020), Ka’apor (Godoy, 2020), Xukuru do Ororubá em Pernambuco (Moura e Gomes, 2020), Macuxi em Roraima (Araújo, 2021; Oliveira, 2021), Munduruku (Ferreira, 2021; Gonçalves, 2021; Malcher, 2021), Yanomami (Perri, 2023), Apinajé (Barroso, 2022), Marubo (Comapa, 2022), Wapichana (Moura, 2019; Almeida, 2022), Kambeba no município de São Paulo de Olivença/AM (Inhape, 2022), Tentehar (Pompeu, 2022), Caixana (Castro, 2023), Tapayuná (Varela et al., 2023), Assurini do Xingu (Oliveira et al., 2023) e Tupinambá (Santos⁶⁴, 2024 no prelo), Xakriabá (Ferrari, 2024 no prelo).

Vale destacar, que essas pesquisas apontam para o entendimento de que as Línguas Indígenas de Sinais carregam elementos culturais específicos de cada cultura, e hoje totalizam 31 Línguas Indígenas de Sinais. Esse mapeamento não levou em consideração estudos de fonética, da fonologia, morfologia, sintaxe e léxico. Ele advém da leitura dos trabalhos citados acima, que consideram aspectos não apenas linguísticos, mas sobretudo identitários, culturais e educacionais.

⁶² Segundo Albres, os sinais caseiros correspondem aos gestos ou construção simbólica inventadas no âmbito familiar. É comum a constituição de um sistema convencional de comunicação entre mãe-ouvinte e criança-surda. A família acaba lançando mão desse recurso apesar de muitas vezes não aceitar a Língua de Sinais por pensar que está atrapalhando a aprendizagem da fala do seu filho (ALBRES, 2009).

⁶³ Segundo Vilhalva, os sinais emergentes foram criados devido a uma necessidade de comunicação, passando por sinais indicativos, icônicos e arbitrários. As maneiras que surgem cada sinal levam tempo para se entender principalmente quando os sinais criados conforme o neologismo, esses novos sinais passam a fazer parte da comunicação para depois designar algo consistentemente como acontece também nas línguas orais auditivas. A linguagem surge como uma resposta da mente humana, a sua interação com o meio (VILHALVA, 2009, p.96).

⁶⁴ Ancestralizou (faleceu) no dia 08 de junho de 2023. Cacique Val, importante liderança da etnia Tupinambá, estava desenvolvendo a sua dissertação sobre a Língua Indígena Tupinambá de Sinais no Mestrado na UFSB que hoje a família vem lutando junto com a instituição para a sua publicação.

- Língua Indígena Akwe Xerente de Sinais
- Língua Indígena Apinajé de Sinais
- Língua Indígena Asurini de Sinais
- Língua Indígena Caixana de Sinais
- Língua Indígena Cinta Larga de Sinais
- Língua Indígena Fulni-ô de Sinais
- Língua Indígena Guarani Kaiowá de Sinais
- Língua Indígena Hãtxa Kui de Sinais
- Língua Indígena Ka'apor de Sinais
- Língua Indígena Kaingang de Sinais
- Língua Indígena Kambeba de Sinais
- Língua Indígena Macuxi de Sinais
- Língua Indígena Marubo de Sinais
- Língua Indígena Maxakali de Sinais
- Língua Indígena Munduruku de Sinais
- Língua Indígena Nambikwara de Sinais
- Língua Indígena Paiter Suruí de Sinais
- Língua Indígena Pankararu de Sinais
- Língua Indígena Pataxó de Sinais
- Língua Indígena Sateré-Mawé de Sinais
- Língua Indígena Tapajó de Sinais
- Língua Indígena Tapayuná de Sinais
- Língua Indígena Tapebá de Sinais
- Língua Indígena Tentehar de Sinais
- Língua Indígena Terena de Sinais
- Língua Indígena Tupinambá de Sinais
- Língua Indígena Wapichana de Sinais
- Língua Indígena Wauja de Sinais
- Língua Indígena Xukuru do Ororubá de Sinais
- Língua Indígena Xakriabá de Sinais
- Língua Indígena Yanomami de Sinais

A seguir, apresento algumas das ideias principais desses registros.

Giroletti (2008) realizou a pesquisa na Escola de Educação Básica Indígena Cacique Vanhkre, na Aldeia Sede, Ipuacu - SC. O estudo permitiu a participação da autora atuando como professora e a aplicação da Língua Brasileira de Sinais como intérprete na 6ª série com os alunos indígenas surdos. Desta forma, buscou-se analisar a linguística associando a etnia e o meio sociocultural envolvido e a interação da Libras no meio social. Diante disso, o foco se deu na consideração do elemento da cultura Kaingang no contexto em que os símbolos da língua e cultura Kaingang foram legitimados e entrelaçados com a Língua Brasileira de Sinais.

No Mato Grosso do Sul, a professora, pesquisadora surda e indígena de origem do Povo Guarani, Vilhalva (2009), realizou registros geográficos nas aldeias Guarani e Terena, analisando a língua de sinais usada na comunidade e as classificando como linguagens específicas nas aldeias Jaguapiru e Bororó, que são comunidades indígenas em Douradinho – MS. Ela registrou 56 indígenas surdos, mas apesar da comunicação entre as aldeias, havia dependências estruturais na língua de sinais, sendo um fator do dialeto perante a população indígena geográfica. Cabe aqui lembrar que a pesquisadora sempre atendia as aldeias como profissional da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul e como diretora do Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação – CEADA. É importante destacar que a parente e pesquisadora Vilhalva teve um papel importante no desenvolvimento de léxicos entre os pataxós, como marcado no capítulo anterior.

Sumaio (2014) relata a existência de terenas surdos na comunidade indígena de Cachoeirinha no município de Miranda-MS, que possui 05 aldeias e a autora pesquisou em todas elas. O fato mais importante é que a maioria desses sujeitos não compreendia a Língua Brasileira de Sinais, mas se comunicavam por meio de sua própria Língua Indígena de Sinais. Alguns desses sujeitos nunca foram à escola e não tiveram exposição a surdos sinalizadores de Libras, sugerindo que esta foi uma criação nativa da língua de sinais. A sugestão foi confirmada por Soares (2018) em seu estudo sobre a Língua Indígena Terena de Sinais com a análise da estrutura linguística, mostrando que os sinais usados pelos terenas surdos, de fato, são uma língua, através dos estudos da fonética, da fonologia, da morfologia, da sintaxe e do léxico.

Por outro lado, Vilhalva (2012, 2018) e Araújo (2018) abordaram uma realidade diferente encontrada no povo Terena, pois surdos que têm uma ligação mais próxima e contínua com o meio urbano, e com influência direta da Libras, haviam esquecido sua língua materna. Elas mostraram que, nas escolas da Vila Terena, os alunos estão adquirindo Libras com tradução e se envolvendo com a comunidade surda de Dourados. Nas escolas indígenas,

observou-se a presença da Libras, e os alunos aprenderam sobre o sinal por meio de intérpretes de cidades próximas, pois estavam em espaços institucionalizados, acabando por deixar de lado os sinais terenas utilizados. Apesar de tais fatores, em Araporã, a utilização de intérprete indígena é recomendada, realizando assim a preservação dos costumes e línguas indígenas, ainda que, segundo Araújo (2018), os indígenas surdos que frequentam a escola, possuam intérpretes de Libras, que não são indígenas.

Leite (2021) se baseia nos estudos de Shirley Vilhalva (2009) e seu mapeamento, do que ela chama de línguas de sinais emergentes em comunidades indígenas do estado do Mato Grosso do Sul. Vilhalva (2009) comprovou a existência de indígenas surdos nessas comunidades e registrou sinais usados por estes dentro das aldeias indígenas. Os dados levantados sugerem a existência de outras línguas de sinais, além da Libras, utilizadas por populações indígenas em Mato Grosso e que carecem de melhores descrições e documentações, uma vez que todas as línguas minorizadas em Mato Grosso se encontram em risco de extinção.

Ao lançar um olhar sobre os discursos dos sujeitos surdos da etnia Terena, Mussato (2022) apresenta uma diversidade de representações, construções, deslocamentos e traços identitários atravessados por relações de saber-poder. Segundo a autora os surdos terenas são alocados à margem da sociedade hegemônica numa dupla exclusão, uma vez que não se encontra uma discursividade que os legitime, que os inscreve como “índio surdo”, instigando-me a iniciar uma pesquisa sob a hipótese de que a falta de visibilidade às políticas linguísticas que contemplam os aspectos sócio-histórico e cultural dos surdos terena, via língua, reforçam as marcas de colonialidade dos sujeitos, frente a interposição da(s) cultura(s) e língua(s) do outro(s).

Coelho (2011) investigou a constituição do surdo na cultura Guarani-Kaiowá e seus processos de interação e comunicação em casa e na escola, analisando a possibilidade de situar os sujeitos surdos em diferentes culturas e compreender a relação estabelecida entre as culturas expostas e as línguas faladas nas aldeias estudadas. Segundo a autora, possibilidades específicas e necessidades de comunicação também são identificadas em ambientes domésticos e escolares, concluindo que os guarani-kaiowás surdos precisam dominar a língua de sinais, pois isso permite que eles se comuniquem uns com os outros e com as comunidades indígenas e os envolvam ao acesso à informação e linguagem escrita.

A autora relata que as práticas educativas aplicadas não levam em consideração os direitos linguísticos dos indígenas surdos e que os gestores da educação especial nos municípios desconhecem as dificuldades que os professores vivenciam em salas de aulas,

além da insuficiência de recursos e materiais didáticos específicos para uso diário nas escolas para os alunos indígenas surdos. Para ela, embora o guarani fosse reconhecido e utilizado em sala de aula, não substituiu o português, o que significa que os alunos indígenas surdos precisam dominar uma língua de sinais para se comunicar com seus filhos e sua comunidade.

Já Coelho (2019) realizou pesquisa em diversas escolas de cinco aldeias no Mato Grosso do Sul, trabalhando com guaranis-kaiowás surdos. Em sua pesquisa, ela conseguiu detectar estratégias de ensino que tornavam a língua de sinais e as diferenças culturais invisíveis para os alunos surdos e desvalorizavam as línguas nativas da aldeia. A autora destaca que os professores da aldeia possuíam grande dificuldade em lecionar nas escolas da aldeia. Diante disso, os moradores utilizam de língua de sinais caseira para assim realizar a comunicação, principalmente com as crianças, que foram capturados pela autora por meio da Escrita de Sinais da Libras (SignWriting⁶⁵).

Lima (2013) investigou as formas de comunicação e integração de crianças surdas nos ambientes domiciliares e escolares das aldeias Jaguapiru e Bororó, município de Dourados (MS). Os resultados mostraram que as crianças surdas interagem e se comunicavam por meio de símbolos icônicos em casa e participavam de brincadeiras com irmãos e colegas na escola. Os pais relataram que tinham dificuldade de se comunicar com seus filhos surdos, e os professores indígenas apontaram a presença de intérpretes de Libras como facilitadores da comunicação. A autora constatou que as crianças surdas permaneceram invisíveis na cultura guarani-kaiowá devido à sua incapacidade de falar, adquirir conhecimentos e assimilar as culturas tradicionais, que são determinantes da identidade cultural e linguística.

Em um estudo com indígenas surdos em uma pequena área do município de Parintins, uma comunidade Sateré-Mawé descrita por Azevedo (2015) apresenta os símbolos de linguagem como auto fabricados, como símbolos emergentes, como a Língua de Sinais Sateré-Mawé e os sinais da Libras. O autor relatou que as escolas indígenas não ofereciam educação diferenciada para os indígenas surdos, nem orientavam como os professores poderiam trabalhar com esses alunos. Apenas uma escola da cidade (uma escola não indígena) tinha uma sala de recursos para esses alunos surdos. Ele descreve os costumes e a forma de agir dos participantes do estudo e mostra alguns sinais coletados por meio de fotografias, apontando os sinais específicos na aldeia Sateré-Mawé.

⁶⁵ A SignWriting foi desenvolvida em 1974 por Valerie Sutton. SignWriting é um sistema que permite ler e escrever qualquer língua de sinais sem a necessidade de tradução para uma língua oral. Ela expressa os movimentos, as formas das mãos, as marcas não-manuais e os pontos de articulação através de símbolos que são combinados para formar um sinal específico da língua de sinais.

O autor defende que iniciativas de governos locais devem ser tomadas para que governos e entidades ligadas às causas indígenas possam aproveitar a experiência de diversos pesquisadores com as causas sateré-mawé para ampliar esse trabalho. Além disso, o autor preparou materiais pedagógicos e vocabulários em três idiomas: Sateré-Mawé (falado e escrito), Português e Libras, para apoiar o ensino desses surdos.

Sá (2015) verificou a escassez de estudos que abordam a educação da criança indígena com deficiência e a interface da educação especial com a educação escolar indígena. Assim, o estudo teve por objetivo descrever, analisar e compreender a relação entre a educação especial e a educação escolar indígena na Terra Indígena de Araribá, no Estado de São Paulo. Para a autora os resultados revelaram que no contexto concreto das comunidades indígenas estudadas, a interface da educação especial com a educação escolar indígena ainda não se efetiva, e este não é um acontecimento específico das escolas indígenas da Terra Indígena Araribá. Ao analisar dados de realidade advindos das matrículas de alunos indígenas (Censo Escolar), ela percebeu um aumento significativo do número de matrículas de alunos com deficiência nas escolas indígenas de todo o país.

Em sua pesquisa, Barretos (2016) cita a língua de sinais utilizada pelo povo Akwe-Xerente, porém ele não realiza uma abordagem sobre os parâmetros linguísticos, e sim da comunicação usada pelos surdos akwe-xerentes, entrevistando 13 surdos de 10 aldeias diferentes. Devido à distância de uma aldeia a outra e os sinalizantes serem de diferentes aldeias e idades, esses indígenas surdos apresentaram poucas interações. A comunicação entre os surdos é utilizada mais frequentemente nas famílias. Segundo o povo akwe-xerentes, os sinais são gestos criados pelos próprios surdos da comunidade, mas Barretos considera como sinais socioculturais porque refletiam a cultura de seu povo.

Pensando mais nos recursos linguísticos, Stoianov (2017) e Nevins (2017) apresentam uma análise da distribuição das formas das mãos, da mão dominante e não dominante, na língua de sinais encontrada na comunidade Maxakalí. Perceberam que as formas das mãos mais frequentes refletem tendências na escolha do conjunto de formas de mão não marcadas linguisticamente e são particularmente adequadas para análises quantitativas da complexidade da forma da mão encontradas em outros modelos.

Em outro contexto, Eler (2017), Gregianini (2017) e Costa (2017) abordaram os sinais utilizados pelo povo paiter-suruí, tendo como foco a perspectiva da identidade cultural desta população em Rondônia. Eles abordaram sobre o desenvolvimento e tentaram identificar a língua de sinais do povo paiter-suruí no contexto da educação indígena, comunitária e

domiciliar. Os pesquisadores trataram dos sinais desenvolvidos pelos indígenas paiter-suruí, mas não descreveram sua língua, dando foco a sua visão de mundo e a importância cultural.

Especificamente, Costa (2017) realizou a identificação da comunidade surda na aldeia Gapgir e aldeia indígena Sete de Setembro, terra indígena do município de Cacoal - Rondônia, com o objetivo de identificar como é realizada a língua de sinais dos paiter-suruí surdos, documentando-os. Para a autora, os participantes do estudo são surdos e possuem língua de sinais feita por meio da cultura indígena paiter-suruí, por isso é fundamental poder analisar a presença dos sinais deste povo.

Gregianni (2017) também sobre o mesmo povo relatou que observou os surdos se comunicarem de forma diferente, pois a partir do comportamento coletivo e dos ensinamentos da cultura paiter-suruí, e em sua cultura visual, apropriam-se do significado coletivo de acordo com sua visão e sua relação com o meio ambiente, criando significado.

Sobre os indígenas surdos de uma comunidade da etnia Pankararu, localizada no interior do estado de Pernambuco, Silva (2019), pesquisador indígena, descreve a realidade da educação de indígenas, a partir de entrevistas com dois indígenas surdos e suas famílias. Para o autor, a educação para esses alunos vem sendo proposta na aldeia de forma bastante distante do que é previsto pela legislação, especificamente pela lei 10.436 de 2002 e pelo decreto 5.626 de 2005, que asseguram o reconhecimento da Libras como língua e garantem o acesso das pessoas surdas à educação. Nesse sentido, evidencia-se o quanto ainda é necessária a formação de profissionais (inclusive e principalmente indígenas) para que uma educação inclusiva bilíngue possa se fazer, de fato, dentro das comunidades indígenas.

Já Melo (2022), também pesquisadora e indígena da etnia Pankararu, problematiza e discute a formação dos professores indígenas de seu povo, que reside no interior de Pernambuco, antes e depois de terem contato com a disciplina de Libras, em suas formações acadêmicas nos cursos de licenciaturas. A autora também procura identificar se os conhecimentos adquiridos na disciplina de Libras ajudaram ou não na compreensão do papel do profissional Tradutor e Intérprete de Libras. Assim, essa pesquisa identifica informações pertinentes aos conhecimentos dos professores indígenas sobre a educação de surdos, ensino, Tradutor Intérprete de Libras para indígenas e com isso, preenche uma lacuna referente a trabalhos voltados aos contextos indígenas de educação de surdos.

Moura (2019), também pesquisadora indígena da etnia Macuxi, relata que comumente as pesquisas sobre a aquisição linguística estão voltadas para as línguas orais. No que se diz respeito às línguas de sinais indígenas, ainda há poucos registros e estudos que abarque essa temática, sobretudo no estado de Roraima. Em sua pesquisa, ela identificou e analisou quais

sinais e/ou gestos eram utilizados por dois surdos da Comunidade Indígena Canauanim antes do processo de aquisição da Libras. Ela selecionou doze sinais caseiros, que são sinais de uso restrito em contexto familiar, e comparou com os sinais da Libras, observando os parâmetros primários: a Configuração de Mão (CM); o Movimento (M) e a Localização (L). Como resultados, foi observado que tais sinais surgem da necessidade comunicativa e com traços de iconicidade, dando margens para que estes sinais carreguem características semelhantes aos sinais cristalizados da Libras e com características socioculturais. Diante disso, este estudo se torna relevante por trazer à tona aspectos da realidade de surdos indígenas adquirindo Libras tardiamente.

A pesquisa “Mapeamento das Línguas de Sinais Indígenas no Povo Xukuru do Ororubá no Contexto dos Estudos Surdos” elaborada por Moura e Gomes (2020) teve como objetivo mapear as línguas de sinais utilizadas pelo povo Xukuru do Ororubá em Pernambuco, analisando suas características e influências culturais, bem como sua importância para os estudos surdo. A pesquisa se deu por entrevistas com membros da comunidade, observação de eventos públicos e análise de vídeos e imagens de línguas de sinais indígenas em outras partes do Brasil. Os resultados indicaram que a comunidade Xukuru do Ororubá utiliza pelo menos duas línguas de sinais distintos, uma para uso interno e outra para comunicação com outras comunidades surdas da região. A análise dos dados revela ainda que as Línguas de Sinais Indígenas são ricas em elementos culturais, como sinais relacionados a plantas, animais, rituais e crenças, e que sua preservação é fundamental para a preservação da cultura Xukuru do Ororubá e para a luta por direitos e inclusão social.

Com foco nos macuxis e sua língua de sinais, Araújo e Oliveira (2021) abordam o processo de emergência de línguas de sinais em comunidades indígenas no Brasil. O estudo foi baseado em uma pesquisa de campo realizada na comunidade originária macuxi denominada Tamanduá, em Roraima, onde foi observada a comunicação gestual utilizada pelos membros da comunidade. Os autores analisaram a gramática, vocabulário e estrutura da Língua de Sinais Macuxi, comparando-a com outras línguas de sinais já estabelecidas no Brasil e no mundo. Embora as comparações que fizeram das estruturas da língua com outras línguas de sinais tenham sido bem preliminares, eles conseguiram verificar que poderia se tratar não apenas de sinais caseiros, mas de uma língua consolidada por terem percebido o uso de léxico para AMANHÃ e ONTEM com apontamento para o leste e oeste, como é bastante comum em outras Línguas de Sinais.

Em termos de catalogação, o pesquisador Perri (2023) fez o registro da Língua Indígena Yanomami de Sinais no catálogo de línguas e famílias da “Glottolog⁶⁶” que se baseia em informações de referência abrangentes para as línguas do mundo, especialmente nas línguas menos conhecidas.

Barroso (2022) descreveu como estava acontecendo a educação escolar dos apinajés surdos de modo a fornecer insumos para a melhoria da educação escolar dos surdos do Estado do Tocantins. Ela destacou que o modelo de educação escolar implementado no processo educacional de outros povos que também têm surdos, pode não atender às necessidades específicas do povo apinajé.

Num caminho bem diferente dos anteriores, o trabalho de Lopes (2019) é um estudo sobre a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais - Libras perante a etnia tapeba, investigando os desafios e possibilidades que os tapebás ouvintes enfrentam ao aprender a língua de sinais. A autora ressalta a importância da Libras como meio de comunicação e identidade das pessoas surdas e sua importância no processo de inclusão social dessas pessoas. Diante disso, a autora menciona que o sinal utilizado pelos indígenas da aldeia foi criado pelo professor da UFC, onde fez uma análise sociocultural da etnia para assim criar os termos.

A autora ainda destaca que a aprendizagem de línguas de sinais por alunos indígenas é um desafio, porém pode trazer muitos benefícios, como a inclusão social e o enriquecimento cultural. Ela também sugere a necessidade de investir na formação de instrutores qualificados e na produção de materiais didáticos para a aprendizagem da Libras. Além disso, há destaque na importância de se promover a imersão na língua por meio de atividades práticas e a valorização das línguas de sinais como línguas completas e complexas.

Na interface entre a especificidade da saúde indígena e sua relação com as pessoas com deficiência, Henrique (2014) verificou a efetivação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no Brasil no que se refere ao atendimento aos indígenas com deficiências, em especial aqueles com deficiência auditiva, que são usuários das línguas de sinais. Ele conclui que tanto os profissionais de saúde quanto a equipe multiprofissional que atuam no contexto indígena ainda não estão preparados para lidarem com a cultura e com a deficiência no universo da saúde indígena.

Mais uma pesquisa no diálogo entre Língua de Sinais e o processo educacional e que é importante destacar, Silva, Candia e Santos (2022) apresentam relatos e experiências de

⁶⁶ Os dados publicados pela Glottolog são selecionados no repositório público do GitHub. (Disponível online em <http://glottolog.org>, Acesso em 28/11/2023).

professores indígenas e indígenas tradutores intérpretes de Libras/Línguas Indígenas de Sinais - LIS que, atuando nas suas respectivas aldeias, pensam em realizar discussões acerca dos trabalhos realizados por indígenas e suas formações. Discutem a partir dos avanços de suas vivências e no campo de experiências das dificuldades enfrentadas pelos próprios alunos indígenas surdos em Libras e Língua Indígena de Sinais - LIS do povo pankararu, terena e pataxó como a educação para esses alunos vêm sendo proposta nas comunidades. Eles problematizam também modos como a educação dos indígenas surdos dessas comunidades vem sendo posta em prática, tendo como base os estudos da diversidade cultural e o trabalho dos profissionais na esfera educacional, evidenciando o quanto ainda é necessária à formação de profissionais (principalmente indígenas) para que a educação como direito de todos, possa se fazer, de fato, dentro das comunidades indígenas. Os autores evidenciam que no percurso formativo e de atuação, outras pautas os inquietaram como o olhar para a Língua Indígena de Sinais - LIS como língua própria dos indígenas surdos. E que no processo de retomada da língua indígena e da cultura se faz necessário o lugar de fala de um indígena falar pelo seu povo enquanto indígena.

Inhape (2022), professor indígena do povo omágua/kambeba, analisou como está a educação dos surdos quanto à inclusão ou exclusão nas escolas urbanas no município de São Paulo de Olivença/AM. O autor também investigou o desenvolvimento da prática docente no ensino regular na sala comum com alunos surdos, averiguou a fluência dos professores e tradutores intérpretes em Libras nas escolas que trabalham para facilitar a aprendizagem dos alunos surdos, além de mapear a população de surdos da zona urbana em sexo, idade e escolaridade. Contudo, mais especificamente em sua pesquisa, a escola delimitada foi uma escola estadual não indígena, que tinha um aluno indígena surdo matriculado, que vive na sede e na antiga aldeia Kambeba denominada Ukarizal.

Castro (2023), TILSP indígena do povo Caixana, apresenta uma proposta de produção audiovisual bilíngue, em que a Libras é colocada em destaque para a apresentação e discussão da temática, que versa sobre a educação de surdos e os desafios enfrentados pelo aluno surdo em uma das escolas da rede municipal do município de São Paulo de Olivença, interior do Amazonas. Nesse sentido, a autora desenvolveu um material audiovisual acessível a pessoas surdas e ouvintes, que podem se beneficiar da produção. O trabalho mostra a realidade da educação de surdos e os desafios que enfrentam para adquirir a educação sem a presença de um profissional intérprete de Libras, mais especificamente discutindo as dificuldades enfrentadas por esses alunos com a falta desse profissional intérprete de Libras para atuação na educação. Foi realizado um levantamento em uma das escolas municipais que atendem

essas crianças e adolescentes surdos, e em entrevistas feitas com a gestora da escola, buscou identificar as práticas utilizadas pelos professores das escolas no processo de ensino dos estudantes, apresentando e discutindo sobre as estratégias didáticas apresentadas, problematizando a ausência de profissionais intérpretes para atendê-los - mesmo havendo uma legislação nacional que garante o acesso das pessoas surdas à educação.

Sant'ana (2016) também abordou em sua pesquisa os aspectos educacionais, políticos, linguísticos e culturais sobre a educação de indígenas surdos no Brasil. Apresentando os trabalhos existentes nessa temática com o intuito de contribuir para dar visibilidade a esse tema, procurou conhecer onde e como acontece a educação de índios surdos no país e também aplicou uma entrevista semiestruturada com a pesquisadora e indígena Shirley Vilhalva, para compreender melhor sobre os aspectos que envolvem os indígenas surdos. É possível observar, por meio desse estudo, pesquisas já realizadas que mostram alguns tópicos sobre o processo de ensino-aprendizagem voltado a esses alunos incluídos nas instituições escolares - na maioria das vezes em escolas indígenas - em diferentes estados brasileiros, focando principalmente no âmbito linguístico e cultural. A autora destaca que o multilinguismo que caracteriza os contextos escolares aqui mencionados exige dos profissionais que atuam com esses alunos, estratégias e metodologias que contemplem as especificidades, as línguas e as culturas do seu povo/etnia. Por fim aponta a necessidade de mais pesquisas sobre as Línguas de Sinais Indígenas.

Souza (2021), corroborando o aumento de estudos sobre temáticas correlatas dessa dissertação, afirma que os estudos sobre línguas de minorias vêm ganhando espaço no contexto acadêmico, em especial, à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e às Línguas Indígenas de Sinais. Segundo o autor, os resultados dessas investigações chamam a atenção da sociedade brasileira para os conflitos e para as dificuldades existentes em meio à diversidade linguística do país. No entanto, as Línguas Indígenas de Sinais permanecem “invisíveis” quando comparadas à Língua Brasileira de Sinais urbana, a Libras.

Como recurso de pesquisa ele criou uma HQ “Sol: a pajé surda” no intuito de promover reflexões acerca da elaboração de materiais bilíngues/plurilingues para surdos brasileiros com o intuito de promover acessibilidade linguística, divulgar, registrar e valorizar as línguas de minorias como patrimônio histórico e cultural da humanidade, em especial, a língua indígena terena oral, a Língua Indígena Terena de Sinais em concomitância com a Libras à luz da perspectiva dos estudos da Linguística Aplicada.

Pensando de uma perspectiva bem diversa das anteriores, Ferrari (2020) examina como os corpos são constituídos com e sem deficiência, a partir das práticas de circulação do

conhecimento xakriabá, levando-se em consideração suas associações com outros humanos e não humanos. A autora busca em seus estudos arcabouços etnográficos da Teoria Ator-Rede (TAR) e constata que um mesmo corpo pode se constituir com e sem deficiência, a partir das suas associações e afecções com diversos agentes, sejam eles humanos ou não. Verificou-se que as categorias sobre as pessoas com deficiência existentes nas políticas públicas contribuem para a construção dos corpos com deficiência, explicadas pela visão biomédica do corpo. Os resultados mostram a importância das práticas comunitárias na construção de corpos sem deficiência e destaca a urgência de se repensar as políticas educacionais voltadas à Educação Especial dos povos indígenas, uma demanda apresentada por eles há tempos.

Tentando relacionar duas línguas de sinais, Apurinã (2020), professora, indígena do povo/etnia Apurinã apresenta um estudo propondo uma construção variante entre duas línguas de sinais que são: Línguas Brasileiras de Sinais (Libras) e Língua de Sinais Hãtxa Kui Brasileira (LSHKB). Os resultados preliminares apresentam as primeiras pesquisas de um trabalho relativo entre duas línguas, através de estudos sobre uma construção do alfabeto Hãtxa Kui (conhecidos na literatura como Kaxinawa, da família linguística Pano) e dos numerais cardinais e ordinais.

No desenvolvimento de materiais, Ferreira (2021) traz em sua pesquisa os resultados da captura e registro dos sinais-termos usados pelos surdos da etnia munduruku, para o desenvolvimento e concepção do Minidicionário Digital Da Língua de Sinais Munduruku, que conta com 59 sinais-termos e está disponibilizado em formato de e-book. Visando contribuir no processo formador de professores para a aquisição da Língua de Sinais utilizada na aldeia Karapanatuba, no município de Jacareacanga, no Estado do Pará.

Almeida (2022), que é pesquisadora e indígena da comunidade Wapichana discute sobre a necessidade de a comunidade surda conhecer a respeito do “Kanaimé⁶⁷” possibilitando a tradução do português – Libras da narrativa de um indígena a respeito do “Kanaimé”. Como resultado, este estudo visou contribuir em pesquisas futuras sobre a cultura indígena e o processo de tradução intermodal da Língua Portuguesa para a Libras.

No Amazonas, a tradutora intérprete de Libras, pesquisadora indígena de origem do Povo Marubo, Comapa (2022), que é pesquisadora e indígena tomando como aporte teórico

⁶⁷ O conceito de Kanaimé desempenha um papel muito importante na vida desses indígenas. Designa, de certo modo, o princípio mau, tudo é sinistro e prejudica o homem e de que ele mal consegue se proteger. O vingador da morte, que persegue o inimigo anos a fio até matá-lo, esse ‘faz kanaimé’. Quase toda morte atribuída ao kanaimé. [...] Kanaimé, porém, é sempre o inimigo oculto, algo inexplicável, algo sinistro. ‘Kanaimé não é um homem’ diz o índio. Ele anda por aí à noite e mata gente, não raro com a maçã curta e pesada, como a que se leva ao ombro durante a dança. Com ela parte “em dois todos os ossos” da pessoa que ele encontra, só que a pessoa não morre imediatamente, mas “vai para casa. À noite, porém, fica com febre e, depois de quatro ou cinco dias, morre” (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p.70).

os estudos da psicologia histórico-cultural e da educação bilíngue faz um resgate de sua história pessoal como indígena bilíngue, falante de português como segunda língua, e de narrativas e testemunhos de uma pessoa surda falante de Libras como sua língua natural. Nesta pesquisa, ela aborda duas perspectivas diferentes, a primeira é uma perspectiva de trajetória pessoal enquanto indígena falante da língua materna pano, que estudou em uma escola não-indígena, na qual a língua de formação é o português, e como essas lacunas trazem reflexos sociais na constituição identitária e cultural. Por outro lado, na segunda perspectiva, analisou a Libras e suas relações com o português, junto às experiências pessoais de um surdo escolhido para relatar sua trajetória, para evidenciar os fatores primordiais no fortalecimento de sua língua, identidade e processo histórico sociocultural. O objetivo geral do trabalho foi traçar possíveis paralelos, foi realizar um exercício de aproximações e afastamentos dos estudos sobre apropriação de Língua Portuguesa como segunda língua por pessoas indígenas e pessoas surdas, somando à literatura dos Estudos Surdos mais especificamente e, de forma mais ampla, às discussões sobre educação bilíngue/bicultural no país.

Pompeu (2022), professora e pesquisadora indígena, reflete e descreve a inclusão dentro da educação escolar indígena, a partir do interesse de acrescentar dentro da educação escolar indígena específica e diferenciada, a modalidade inclusiva. A autora na metodologia, utilizou levantamentos bibliográficos e coletas de dados para a construção da pesquisa de Línguas Indígenas de Sinais do povo Tentehar e teve como suporte teórico Quadros (2006), Berto (2014) e Strobel (2006), além de entrevistas com pais dos alunos, assim como legislações e conceitos para a efetivação da pesquisa dentro do ambiente acadêmico. Como justificativa, promover a inclusão de alunos surdos indígenas, a partir da criação de uma Língua de Sinais Tentehar, através do projeto realizado entre a escola e o grupo de jovens da comunidade, que é o projeto LISLOT, alfabeto manual indígena, adaptado para a realidade do povo. E como resultado da pesquisa houve o retorno dos alunos indígenas surdos, uma professora não indígena habilitada em Libras e parceria de ambos os grupos – escola, comunidade. Portanto, esta pesquisa proporcionou mais conhecimentos sobre o tema, a participação deles até em reuniões da comunidade, coisa que não acontecia antes.

Varela, et al., (2023) apontam que na cidade de São Félix do Xingu no estado do Pará na aldeia Mebengôkrê, existe um indígena tapayuná surdo, desse modo, registra uma nova língua dentro do meio social da aldeia a Língua Indígena Tapayuná de Sinais.

Santos, Damasceno e Vilhalva (2023) propõem uma discussão acerca do ensino de línguas na perspectiva multilíngue e destacam a importância de se considerarem as especificidades linguísticas e culturais das sociedades indígenas nesse processo de

aprendizagem. O objetivo da pesquisa consistiu na conscientização das pessoas que se interessam pelos contextos multilíngues que envolvem as Línguas Indígenas de Sinais e a Libras no sentido de construir subsídios para as suas reflexões e, até mesmo, para a sua atuação educacional nesses espaços.

Numa pesquisa bem próxima ao nosso contexto, Damasceno (2017), na pesquisa mencionada também no capítulo anterior, ressaltou as questões socioculturais relacionadas aos indígenas surdos no entendimento de que há uma demanda de políticas linguísticas que considerem suas línguas de sinais e promovam sua autonomia no território etnoeducacional. Ela realizou um inventário das práticas discursivas e dos sinais dos pataxós surdos que residem na aldeia de Coroa Vermelha, localizada no município de Santa Cruz Cabrália, no Extremo Sul da Bahia. A autora discute as concepções de ‘língua’ no sentido de reconhecer o *status* linguístico das línguas de sinais caseiras e, conseqüentemente, da Língua Indígena Pataxó de Sinais. Ela propõe os estudos acerca dos indígenas surdos no Brasil no projeto de uma cartografia de suas práticas linguísticas e culturais. De certa forma, essa cartografia se aproxima de nosso trabalho e em muito poderá contribuir com os Estudos Surdos, fundamentando propostas e ações para o efetivo acesso do surdo indígena à educação e à valorização de suas identidades.

Também sobre a realidade Pataxó, Jesus (2018), pesquisador indígena e morador da aldeia Barra Velha em Porto Seguro, menciona os indígenas pataxós surdos e detalha sua experiência com um deles, onde discute os desafios que os alunos surdos enfrentam para acessarem a educação formal, ressaltando principalmente que, por meio da tecnologia, o aprendizado de surdos pode ser facilitado, utilizando-se de programas educacionais. Também assevera que é fundamental os docentes possuírem formação pedagógica bilíngue para que possam conscientizar a língua de sinais para que ela seja também disponível para os professores pataxós. Ele aplicou entrevistas com os professores que atuam na escola e que já tiveram experiência com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e com um missionário que desenvolveu o primeiro trabalho de educação com indígenas surdos pataxós no sul da Bahia. Esse estudo permitiu constatar que a tecnologia pode favorecer a aprendizagem do jovem surdo por meio da utilização de programas educativos voltados para pessoas surdas e que podem beneficiar, também, a aprendizagem da língua de sinais para ouvintes.

No Extremo Sul da Bahia, a professora indígena de origem do povo Pataxó, Ferreira (2021) discute a educação de alunos indígenas com deficiência na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha. Assim, o objetivo geral deste estudo foi apresentar como ocorre a inclusão

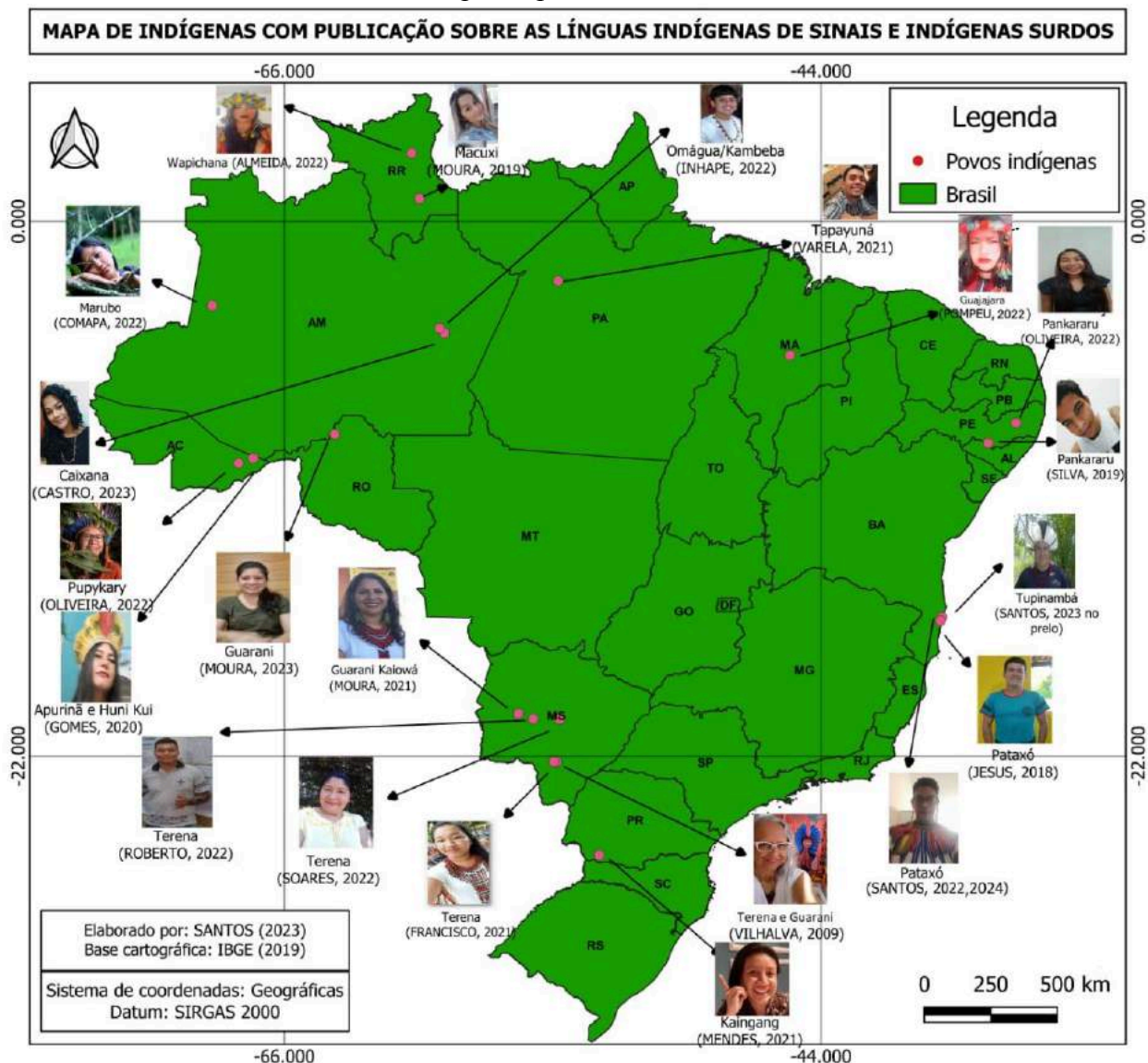
escolar de alunos com deficiência na Escola Indígena de Coroa Vermelha e reflete sobre como deve ser a escolarização desses alunos. Para realização desta pesquisa os dados foram coletados por meio de um questionário aplicado na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, onde a autora pode coletar informações sobre a escola, tais como número de funcionários, alunos, alunos com deficiência, fundação da escola e sua estrutura física, num formato parecido com o que fizemos no capítulo anterior. A autora e parente também realizou uma pesquisa com a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) da escola e pela sala de recursos multifuncional. Ela observou o espaço escolar para compreender como os professores lidam com esses alunos em sala de aula, como os colegas os tratam, e se eles são realmente incluídos nas atividades diárias. Os resultados evidenciaram que na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha atualmente tem 20 alunos público-alvo da Educação Especial e oito alunos com deficiências matriculados no ensino fundamental e médio, sendo uma delas uma aluna indígena surda.

Ainda no contexto do território do Extremo Sul da Bahia, a professora indígena Monteiro (2022) relata sobre os professores pataxós e a relação ensino e aprendizagem com estudantes com deficiência, destacando estratégias, dificuldades enfrentadas por alguns professores da minha comunidade e a importância do ensino tradicional para o desenvolvimento desse estudante. A autora também descreve também o que é o Atendimento Educacional Especializado na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha.

Em suma, esse panorama internacional e, especialmente, nacional das LIS foi construído no sentido de evidenciar a presença indígena surda não apenas como realidade invisibilizada, mas também, dentro de um esforço coletivo de utilização de uma memória e usos linguísticos, para o fortalecimento de suas identidades e culturas, processo que vem sendo caracterizado como retomada. Foi possível perceber que cada vez mais pesquisadores indígenas estão se dedicando a essa temática, demonstrando a importância da formação acadêmica entre nós, além de marcar cada vez mais o compromisso que temos com nossas comunidades.

Apresento a seguir, baseado no que já foi discutido até aqui, os indígenas ouvintes e surdos com publicações que versam a respeito das Línguas Indígenas de Sinais, Educação de Indígenas Surdos no Brasil, Educação Escolar Indígena com a interface da Educação Especial e Inclusiva, Diversidade Cultural e Linguística e Educação Bilíngue de Surdos com ênfase nos indígenas surdos e que também atuam e pesquisam por etnia/povo e cidade-estado.

Quadro 05: Mapa da relação dos indígenas com publicações sobre a educação de surdos, LIS e Libras participantes do GT LIS



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro de 2023.

Este mapa é ilustrativo do movimento que vem ocorrendo no sentido de dar visibilidade a esses tesouros culturais que são as Línguas Indígenas de Sinais. O mapa mostra que já somos 21 indígenas se debruçando sobre as LIS de 17 povos e articulados no GT das Línguas Indígenas de Sinais. O mapa também me insere dentro dessa rede de esforço coletivo. Todos esses trabalhos realizados por parentes e aliados demonstram o vigor desse campo de estudos, assim como o longo caminho a ser percorrido no respeito à diversidade linguística e no reconhecimento dos nossos direitos específicos.

3 ALDEANDO O CURRÍCULO COM OS PARENTES: O MOVIMENTO PARA O RECONHECIMENTO E CURRICULARIZAÇÃO DA LÍNGUA INDÍGENA PATAXÓ DE SINAIS

Até aqui essa dissertação percorreu, primeiramente, uma trilha que foi me apresentar enquanto Indígena Pataxó Hãhãhãe e professor de Libras e LIPS e situar meu engajamento nessas questões de acordo com minha inserção como profissional da Educação. Em seguida, o caminhar nos levou à apresentação da comunidade onde resido atualmente, de sua realidade escolar e, por fim, como esse contexto atravessa a vida de minha parente Pataxó Karina. Também mostrei como o campo de estudos das LIS vem crescendo nos últimos anos, inclusive sendo protagonizado por pesquisas realizadas por muitos parentes de etnias diversas. Neste capítulo que se inicia minha ideia é voltar para as questões mais macros e institucionais no sentido de demonstrar quais os marcos legais estão em diálogo com o papel da LIPS na escola, assim como demonstrar a existência de um movimento que extrapola o contexto das escolas pataxós de Coroa Vermelha e realiza um verdadeiro aldeamento no debate em torno da Língua Indígena Pataxó de Sinais.

Dois dispositivos curriculares muito importantes para a nossa discussão são o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998) e o Currículo Bahia. Santos (2021) afirma que em relação ao Currículo Bahia, a educação escolar indígena é abordada em poucas páginas, cujo foco está mais voltado para a questão das legislações escolares. Entretanto, nos organizadores curriculares, que estão contidos no Currículo Bahia, muitos destes abordam as questões indígenas, a cultura africana e a cultura de outros povos. Dentre estes organizadores curriculares, as escolas indígenas, que considerarem alguns destes importantes, podem utilizá-los trazendo para a sua realidade, sempre conforme os anseios de suas respectivas comunidades.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998) se concretiza como um dispositivo muito importante, uma vez que traz as diretrizes sobre os novos parâmetros, programa, orientações curriculares e procedimentos pedagógicos nas diversas áreas do saber, discutindo a formação e atuação dos professores indígenas. Neste documento ficam definidas cinco especificidades da educação escolar: comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada.

O RCNEI projeta a Educação Escolar Indígena numa ideia de currículo nacional para as escolas indígenas, no entanto, não ganhou muita ressonância e amplitude nas

comunidades indígenas, como já era esperado, uma vez que é impossível um centramento curricular sem escapes (SILVA, 2019, p. 88).

Santos (2021) também relata que através de muitas reivindicações dos povos indígenas da Bahia, a Secretaria da Educação resolveu criar as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Indígena da Bahia, tendo como base o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Escolar Indígena (DCRBEEI), que já se encontra pronto e foi uma reivindicação dos povos indígenas do estado.

Santos et al., (2022) afirmam que a Educação Escolar Indígena é o primeiro passo para que a marca da autonomia dos coletivos indígenas comece a caminhar rumo às retomadas de suas ações. Junto com a educação, muitas outras garantias de direitos vão sendo constituídas e se estabelecendo, ainda que de maneira gradual e, muitas vezes parcial, uma vez que leis não são garantia de sua aplicabilidade. Os autores também relatam que as escolas indígenas são requeridas pelos povos para que haja um lugar que seja do indígena na sua diversidade, seja gerido pelos próprios sujeitos indígenas, por meio de perspectivas que estejam alinhadas aos projetos societários particulares, que comunguem com ideias de ancestralidade e que esteja forjado nas lutas e na representatividade coletiva de novas existências. Dessa maneira, ao falarmos de uma educação que é intercultural, estamos reconhecendo que, nesse momento de nossas existências, estamos aliados a determinados conhecimentos que, mesmo que não sejam culturalmente nossos, como a escrita alfabética, a alfabetização e outros processos formativos necessitam deles para podermos avançar em nossas próprias políticas, demandas e necessidades.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) é o documento nacional pioneiro referente à educação especial, que declara o direito sobre a interface da educação especial na educação escolar indígena. De acordo com este documento:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços, e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008, p.19).

A LDB/96 garante para as comunidades indígenas a oferta de uma educação escolar bilíngue e intercultural e o respeito aos processos próprios de aprendizagens de cada comunidade indígena no processo de formação escolar (Art. 79). De acordo com a LDB, a

educação escolar indígena tem por objetivo fortalecer o processo identitário, por exemplo no artigo 78 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inciso I, quando diz que um dos objetivos da educação escolar indígena é “[...] proporcionar aos índios (sic), suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências” (LDBEN, 2017, p. 49).

É de suma importância lembrar que, conforme Brighenti:

A sala de aula é o lugar privilegiado para estabelecer o diálogo dos saberes, porque é o espaço em que a ciência se materializa e toma dimensão social. A inclusão dos saberes indígenas significa mais do que apresentar a diversidade cultural. Significa dialogar a partir da multiplicidade dos seus conhecimentos, suas sabedorias e suas cosmovisões [...] (BRIGHENTI, 2016, p. 249).

Pesca (2021) professora indígena e poeta afirma que os processos de produção de saberes, elaborados pelos povos indígenas historicamente, estão inseridos em um movimento de enfrentamento que passa a ter como novo campo de luta, o da intelectualidade e de reconhecimento do valor epistêmico dos diversos povos. Muitas são as frentes por meio das quais os povos indígenas vêm avançando, estabelecendo diálogos cada vez mais necessários para a compreensão das suas formas específicas de pensar e fazer. A partir dos processos de autoria e movimento de escritores indígenas, que vêm produzindo e promovendo diálogos, nasce um novo espaço de fortalecimento da cultura indígena, a partir do olhar dos próprios sujeitos indígenas, que pode ser pensado como uma Literatura Indígena Contemporânea Brasileira.

Percebo que a chamada literatura indígena é definida pelo fato de que os indígenas escrevem e falam por si mesmos, representam a si mesmos, auto expressam-se, reivindicando espaço nas editoras do país e buscando publicizar, desde sua própria voz, a cultura, os ritos e símbolos, a sua singularidade antropológica e a sua condição sociopolítica. (DANNER, DORRICO, DANNER, 2018, p. 315).

Após esse registro, apresento os dispositivos que amparam e norteiam o atendimento da Educação Especial e Inclusiva, e sabemos que a educação de alunos indígenas surdos deveria estar ligada a Educação Bilíngue de Surdos que foi inserida na LDB no mês de agosto de 2021 como Modalidade Independente. Na prática todos os alunos indígenas surdos ou surdos não indígenas ainda são atendidos pela Modalidade de Educação Especial e Inclusiva, por isso se faz necessário elencarmos o que temos de legislações e amparo.

Embora a LBI (Lei Brasileira de Inclusão) garanta acessibilidade ao aluno surdo por meio do profissional tradutor intérprete de Libras, conforme Art. 28 § 2º; e sendo essa uma

profissão regulamentada na Lei N° 12.319, de 1° de setembro de 2010, esta acessibilidade ainda apresenta muitas lacunas e não contempla a educação de indígenas surdos e os seus direitos linguísticos, culturais e identitários. É preciso pensar na formação específica do professor e do tradutor intérprete em sua formação para atuação com estudantes indígenas surdos que frequentam a educação básica e o ensino superior, para que garanta de forma efetiva o direito de ser diferente no processo do fazer pedagógico, personificando a inclusão, democratizando o direito à educação, como preconiza a Constituição Brasileira em seu artigo 205 que define ‘a educação é direito de todos.

Sobre a legislação que respalda a Educação Bilíngue de Surdos, a Convenção da ONU artigo 24, inciso 3, alínea “c”, destaca: “Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, sejam ministradas nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social. A Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão - LBI, em seu inciso IV, artigo 28, capítulo IV, assegura a “oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”. Ainda, a Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, na Estratégia 4.7 da Meta 4, garante: [...] a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – Libras - como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos.

Discussões sobre língua, cultura e identidade, tendo como foco a comunidade surda, auxiliam na construção de práticas pedagógicas para alunos indígenas surdos e surdos não indígenas. É importante a participação social dos surdos. É essencial para que os indivíduos não se sintam distantes da sociedade e para conseguirem se encontrar em um grupo, se sentindo mais representados pela comunidade surda. Poder usar a Língua Indígena de Sinais - LIS, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecendo a sua cultura surda e suas características culturais à forma de estar no mundo, à questão da visualidade, garantindo-se o direito de ser diferente. Utilizar estratégias e recursos pedagógicos diferenciados é fundamental na educação bilíngue no contexto da educação de indígenas surdos.

Assim, os povos indígenas têm direito a uma Educação Escolar Diferenciada e Intercultural previsto no Decreto N° 6.861, bem como multilíngue e comunitária. Nos termos

da Constituição Federal de 1988 e seguindo o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (Decreto nº 26, de 1991), cabendo aos estados e municípios à execução para a garantia desse direito dos povos indígenas. Hoje há também o papel preservacionista, a população indígena tem o direito a uma escola dentro de sua aldeia, onde são ensinados, além do português, a sua língua originária, podendo ela ser também a língua indígena de sinais da comunidade, a sua forma de reprodução cultural tradicional.

Nesta perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, e o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, abordam o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, “pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares e pela formação dos próprios indígenas para atuarem como docentes nas escolas de suas comunidades” (BRASIL, 2001, p.9), constituindo-se em importantes inovações para a EEI, que é orientada por novas práticas, preconizando “como dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar bilíngue e intercultural” [...] e proporcionando a recuperação “de suas memórias históricas e reafirmar suas identidades, dando-lhes, também, acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade nacional” (GRUPIONI, 2002, p.132).

As garantias dos direitos indígenas são constatadas a partir da Constituição Federal de 1988. Pela primeira vez, reconhecem-se os indígenas do Brasil o direito à diferença, isto é, de serem indígenas e permanecerem indígenas indefinidamente. É o que reza o *caput* do artigo 231 da constituição e o artigo 210, que resguarda as línguas maternas nos processos de ensino e aprendizagem. Contudo, a especificidade da Língua Indígena de Sinais só vem a ser mencionada nos termos da Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012, por meio do artigo 11, § 4º. De acordo com esta resolução:

Para que o direito à aprendizagem dos estudantes indígenas da Educação Especial seja assegurado, é necessário também que as instituições de pesquisa desenvolvam estudos com o objetivo de identificar e aprimorar a Língua Brasileira de Sinais ou outros sistemas de comunicação próprios utilizados entre pessoas surdas indígenas em suas respectivas comunidades.

A Resolução CNE/CEB 5/2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. No art. 11 e inciso 2º define o dever do sistema de ensino em disponibilizar materiais didáticos adaptados (específicos) para os indígenas surdos. No inciso 3º deixa clara a especificidade de atendimento diferenciado sem prejuízos do ensino da língua

indígena aos alunos indígenas surdos. No inciso 5º deixa claro que deve contar com assessoramento técnico especializado, sendo esse profissional o tradutor intérprete com formação e fluência na língua indígena da comunidade onde o indígena surdo está inserido.

Para concluir esse item que elencou uma série de conquistas legais relacionadas aos direitos indígenas, organizo no quadro 06 os dispositivos legais vigentes no país, que estabelecem linhas norteadoras para a especificidade do atendimento ao aluno indígena surdo:

Quadro 06: Legislação que fundamenta o atendimento do aluno indígena surdo

Marcos Normativos (Legislação)	Ano	Esfera administrativa	Educação Especial e Inclusiva
Lei nº 6.001	1973	Federal	- Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Art. 1º Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.
Constituição Federal	1988	Federal	- Assegurou às comunidades indígenas o direito a uma educação diferenciada, específica e bilíngue. Arts. 231 e 232.
Lei 8069, de 13/07/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente	1990	Federal	- Artigo 53. O direito à criança e ao adolescente no tocante à “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Inciso I) e ao “atendimento educacional especializado às pessoas com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino” (Inciso III).
DECRETO nº 26, de 4 de fevereiro de 1991	1991	Federal	- Dispõe sobre a educação indígena no Brasil
Lei nº 8.859/94, de 23/03/1994	1994	Federal	- Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio
Portaria n.º 1.793, de 16/12/1994	1994	Federal	- Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências
Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96	1996	Federal	- Artigos 58 a 60 – onde conceitua Educação Especial, os tipos de atendimento e as recomendações aos sistemas de ensino.
Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental.	1997	Federal	- Garante aos educandos o direito de usufruir dos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania
RCNEI - Referencial Curricular Nacional	1998	Federal	- Oferece subsídios para a elaboração de projetos pedagógicos para as escolas indígenas e garantia do protagonismo das

para as Escolas Indígenas			escolas e comunidades indígenas na construção dos seus currículos, respeitando os diferentes espaços-tempos de construção, as cosmologias, as organizações comunitárias e os projetos societários de cada comunidade.
DCNEEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para Escolas Indígenas Parecer CNE/CEB nº 14/1999	1999	Federal	- Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.
Resolução CEB nº 3	1999	Federal	- Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.
Portaria nº 319/99, de 26/02/1999	1999	Federal	- Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente
Lei nº 10.098, de 19/12/2000	2000	Federal	- Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto nº 3.551	2000	Federal	- A UNESCO publicou o Atlas das Línguas em Perigo, instituiu-se no Brasil. → por meio do Decreto nº 3.551/2000, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. → O Decreto também criou a possibilidade do reconhecimento de bens de natureza imaterial como Patrimônio Cultural do Brasil através do Registro.
Lei nº 10.172 Plano Nacional de Educação	2001	Federal	- Abordam o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, “pautada pelo uso das línguas indígenas, pela valorização dos conhecimentos e saberes milenares e pela formação dos próprios indígenas para atuarem como docentes nas escolas de suas comunidades”.
Decreto Nº 3.956, de 08/10/2001	2001	Federal	- Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiências (Convenção da Guatemala, 2001).
Parecer CNE/CEB nº 17/2001, de 03/07/2001	2001	Federal	- Discorre sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
Resolução nº 2, de 11/09/2001	2001	Federal	- Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Lei nº 10.436/02, de 24/04/2002	2002	Federal	- Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências
Referenciais para a formação de professores indígenas/Secretaria de Educação Fundamental	2002	Federal	- Contemplar quatro vertentes principais de ações e iniciativas: → criação, implantação, implementação, funcionamento e regularização das escolas Indígenas no estado; → plano de atendimento às escolas Indígenas; → formulação e implantação de um programa de formação de professores Indígenas; → regularização da situação profissional dos professores Indígenas.
Portaria nº 3.284, de 07/11/2003	2003	Federal	- Dispõe sobre requisitos de acessibilidade para as pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
Resolução nº 382/2003	2003	Estadual	- Dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e dá outras providências.
Convenção 169 da OIT - Decreto nº 5.051/2004	2004	Federal	- Reconhece que cabe aos povos indígenas decidir sobre suas prioridades no que tange seu desenvolvimento, concedendo-lhes o direito de participarem dos planos e programas de governo que lhes dizem respeito.
Decreto nº 5.296, 02/12/2004.	2004	Federal	- Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto Nº 5.626, de 22/12/2005.	2005	Federal	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
Decreto nº 6.094, de 24/04/2007	2007	Federal	- Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil	GTDL 2007	Federal	- Sobre a diversidade linguística.
Dossiê Línguas do Brasil	2007	Federal	- Conjunto de artigos publicados em Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN, nº 6, janeiro 2007. http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=214
Lei nº 11.645/2008	2008	Federal	- Trazer a temática da história e da cultura dos povos indígenas para dentro dos estabelecimentos de ensino, o que não tem ocorrido sem tensões e contradições entre os povos indígenas e os sistemas de ensino e suas instituições formadoras.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC	2008	Federal	- Assegura a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular.
Decreto Presidencial nº 6.861/2009	2009	Federal	- Discute sobre terras, territórios e territorialidades, identidades étnicas e processos de identificação indígenas sob o viés da educação intracultural e intercultural.
Resolução CEE/BA nº 79/2009, de 15/09/2009	2009	Estadual	- Estabelece normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva para todas as etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.
Resolução CNE/CEB nº 04/2009, 02/10/2009	2009	Federal	- Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica.
Nota Técnica – SEESP/GAB/nº 11, de 07/05/2010	2010	Federal	- Dispõe sobre orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais (SEM) implantadas em escolas regulares.
Decreto nº 7.387	2010	Federal	- Institui a Política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

			→ Relembra que em 2006, durante o Seminário de Criação do Livro de Registro das Línguas, promovido pelo IPHAN e IPOL, na Câmara dos Deputados, em Brasília.
Decreto Presidencial nº 7387, de dezembro de 2010	2010	Federal	- Conforme previsto no Decreto nº 7.387/2010, tem como objetivo a “identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (art. 1o).
CNE/CEB nº 10/2011	2011	Federal	- Trata da oferta de língua estrangeira nas escolas indígenas de Ensino Médio ressalta que a variedade de línguas faladas em todo território nacional continua a exigir ações mais efetivas no campo de uma política sociolinguística.
Decreto nº 7.612, de 17/11/2011	2011	Federal	- Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
Parecer CNE/CEB nº 13/2012, aprovado em 10 de maio de 2012	2012	Federal	- Fundamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, mostra avanços na EEI e afirma que a implementação destes na prática pedagógica específica é um processo em curso que exige vontade política e medidas concretas para sua efetivação.
Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012	2012	Federal	- Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica; → Institui o atendimento aos alunos indígenas surdos.
Decreto nº 31.057	2012	Estadual	- Redenomina as Escolas Indígenas constantes da Estrutura Organizacional da Secretaria da Educação do Estado do Ceará e dá outras providências.
Congresso Nacional. Portaria 98	2013	Federal	Regulamenta a ação Saberes Indígenas na Escola e define suas diretrizes complementares. - Os objetivos da Ação Saberes Indígenas na Escola são: I - promover a formação continuada

			<p>de professores que atuam na educação escolar indígena na educação básica;</p> <p>II - oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade que fundamentam os projetos educativos nas comunidades indígenas;</p> <p>III - oferecer subsídios à elaboração de currículos, definição de metodologias e processos de avaliação que atendam às especificidades dos processos de letramento, numeramento e conhecimentos dos povos indígenas;</p> <p>IV - fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena. (BRASIL, 2013.)</p> <p>Disponível em: PORTARIA MEC Nº 98, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2013 (diariofiscal.com.br). Acesso: 09/01/2023>.</p>
Resolução CEE nº 447/2013	2013	Estadual	- Altera dispositivos da Resolução CEC nº 382/2003, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e dá outras providências.
Portaria nº 1.062/2013	2013	Federal	- Institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), estabelecendo diretrizes mais específicas para a implementação e o funcionamento dos territórios etnoeducacionais.
Diário Oficial que a Portaria nº 1.061/2013	2013	Federal	- Institui a Ação Saberes Indígenas na Escola, tendo por principal objetivo a formação continuada de professores indígenas, sendo parte integrante e fundamental do PNTEE.
Resolução/CD/FNDE nº 57	2013	Federal	- Altera a Resolução/CD/FNDE nº 54 e tem sido o modelo de formação continuada que mais se aproxima da concepção de Educação Escolar Indígena Intercultural, Específica e Diferenciada, idealizada pelos povos indígenas.

INDL Guia de pesquisa e documentação para o INDL	2014	Federal	- Apresenta alguns instrumentos e orientações técnicas desenvolvidos em outras pesquisas, que podem servir de referência para a realização dos inventários.
Documento técnico sobre línguas de sinais faladas no Brasil	2014	Federal	- Documento técnico sobre as línguas de sinais faladas no Brasil e as demais atividades desenvolvidas no período de vigência do segundo produto, referente ao Projeto 914BRZ4012, Edital nº 001/2014, Perfil 002/2013-CGIR. → Foram realizadas outras atividades relacionadas ao Inventário Nacional da Diversidade Linguística, tais como a revisão dos dois volumes do “Guia de Pesquisa para o INDL”, participação da reunião da CT e preparação do I Seminário Íbero-americano de Diversidade Linguística, atividades desenvolvidas em conjunto com os membros da equipe do INDL.
Parecer CNE/CP nº 6/2014	2014	Federal	- Fundamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas, considera que na organização da educação nacional, à luz da cooperação recíproca, a União tem papel de coordenação e articulação, em especial quanto à Educação Indígena.
Resolução CNE/CP nº 1	2015	Federal	- Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio
Parecer CNE/CEB nº 14/2015	2015	Federal	- Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.
Parecer CNE/CEB nº 9/2015	2015	Federal	- Orienta para a promoção do acesso de povos indígenas de recente contato a processos educacionais.

Parecer CNE/CEB nº 14/2015	2015	Federal	- Cria as Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica.
Lei nº 13.146, de 06/07/2015	2015	Federal	- Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Lei nº 13.55	2016	Estadual	- Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências. Art. 3º, § 1º - As estratégias definidas no Anexo Único desta Lei serão implementadas, considerando a articulação interfederativa das políticas educacionais e ainda: II - o atendimento das necessidades específicas das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e de grupos itinerantes, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural; III - o atendimento das necessidades específicas na Educação Especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.
Inventário Nacional da Diversidade Linguística INDL	2016	Federal	- Disponibiliza orientações para a realização de inventários das línguas do Brasil, que podem servir de subsídio para solicitações de inclusão de línguas no INDL.
Parecer CNE/CEB nº 2/2017	2017	Federal	- Consulta sobre a autorização das Escolas Indígenas Pataxó Barra Velha e Boca da Mata.
Parecer CNE/CP nº: 15/2017	2017	Federal	- Recorda que “a determinação legal de elaboração” de uma base nacional comum curricular pode ser percebida como resultado de um longo processo evolutivo na história da educação brasileira, uma vez o conceito da formação básica comum, associada à visão de nacionalidade;
Diretrizes Curriculares para a Educação Inclusiva na Bahia	2017	Estadual	- Institui as Diretrizes para a oferta da Educação Inclusiva no Estado da Bahia
Projeto de Lei 3074/19 Fonte: Agência Câmara de Notícias	2019	Federal	- Estabelece que a cooficialização das línguas indígenas não deve representar obstáculo à relação e à integração dos indivíduos na

			<p>comunidade linguística de acolhimento nem qualquer limitação dos direitos das pessoas ao pleno uso público da própria língua na totalidade do seu espaço territorial.</p> <p>Fonte: Agência Câmara de Notícias</p>
DRCB - Documento Curricular Referencial da Bahia	2020	Estadual	- Orienta os Sistemas, as Redes e as Instituições de Ensino da Educação Básica do Estado, na elaboração dos seus referenciais curriculares e/ou organização curricular escolar, por meio dos seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP).
Resolução 4256/2020	2020	Estadual	- Institui as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Seção III no Art. 28. § 2º - Às populações indígenas que possuem Língua de Sinais própria, será autorizada a atuação de profissional apto a estabelecer a mediação comunicativa do estudante indígena surdo.
Documento de Consulta DCRB Modalidades: Educação Escolar Indígena	2021	Estadual	- Revisão-Definitiva-DCRB-Modalidades. → Redatores: José Carlos Batista Magalhães, Paulo de Tássio Borges da Silva e Rosilene Cruz Araújo
Lei 14.191, de 2021	2021	Federal	- Insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394, de 1996) como uma modalidade de ensino independente — antes incluída como parte da educação especial.
Projeto de Lei nº 2.935 de 2022	2022	Federal	- Cria e regulamenta as categorias de professor(a), intérprete e tradutor de Língua Indígena.
Proposta Curricular ⁶⁸ da Educação Escolar Indígena Municipal de Santa Cruz Cabralia	2022	Municipal	- Diretrizes para as Escolas Indígenas de Santa Cruz Cabralia.

⁶⁸ Produção Coletiva do Povo Pataxó, Escolas de Coroa Vermelha e Mata Medonha. Santa Cruz Cabralia, 2022.

Parecer CNE/CEB nº 7/2022	2022	Federal	- Revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio.
Lei nº 1.888/23	2023	Municipal	- Dispõe sobre a cooficialização do Patxohã (Língua Materna do Povo Indígena Pataxó) no Município de Porto Seguro.
Plano ⁶⁹ de Ação Global da Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022-2032) UNESCO	2020 2022-2032	Federal	- Diretrizes para a criação de Políticas Linguísticas para o fortalecimento das Línguas Indígenas no Brasil, (DILI 2022-2032); - Revitalização, valorização e preservação das Línguas Indígenas.
Lei Municipal nº 1538, de 04 de abril de 2023 na Emenda aditiva à Lei nº 1382 de 12 de abril de 2017	2023	Municipal	- Dispõe sobre a cooficialização da Língua Terena. ⁷⁰ → No Município de Miranda – MS passa a ter como línguas co-oficiais: a Língua Terena, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a Língua Terena de Sinais (LTS) e a Língua Kinikinau.
Declaração ⁷¹ do I Seminário Nacional de Línguas Indígenas de Sinais - SENLIS	2023	Federal	- Promoção e Reconhecimento da Língua Indígena de Sinais (LIS) como Direito e Acessibilidade Linguística no Brasil. Reconhece os seguintes princípios fundamentais:

⁶⁹ O documento é resultado da articulação dos povos indígenas e da construção coletiva e colaborativa entre organizações indígenas, indigenistas, governamentais, instituições científicas e demais militantes indígenas. Esse documento reúne as propostas e os anseios dos povos indígenas brasileiros e dos diferentes agentes engajados com os direitos linguísticos desses povos, voltados à promoção, valorização, reconhecimento, difusão e vitalização das línguas indígenas brasileiras.

⁷⁰ É importante ressaltar que após a descrição linguística feita por Soares (2018) da Língua Terena de Sinais, foi co-oficializada a primeira Língua Indígena de Sinais do Brasil a Língua Terena de Sinais como marco linguístico no mês de abril de 2023. De acordo com a matéria publicada no Diário Oficial do Município de Miranda do Estado do Mato Grosso do Sul, no dia 11 de abril de 2023 na edição 627 a Lei Municipal nº 1538, de 04 de abril de 2023 na Emenda aditiva à Lei nº 1382 de 12 de abril de 2017, que dispõe sobre a co-oficialização da Língua Terena.

⁷¹ A presente declaração assinada pelos pesquisadores indígenas, indigenistas, ouvintes e surdos é resultado do movimento que o GT LIS vem construindo em parceria com instituições superiores e profissionais da educação de surdos, promovendo discussões e ampliando a conscientização sobre a importância das LIS. Buscando a

			<p>→ Direito à Autodeterminação Linguística: Todas as pessoas indígenas surdas têm o direito de decidir sobre o uso e desenvolvimento das LIS em suas vidas dentro ou fora de seu território. O respeito à autodeterminação linguística é essencial para garantir a identidade e a autonomia da comunidade surda juntamente com a sua comunidade de uso das línguas de sinais nos territórios bem como nas cidades onde atende a comunidade em setores diversos;</p> <p>→ Planificação Linguística da LIS: Reconhecemos a necessidade de planificar e promover o desenvolvimento contínuo das LIS, assegurando sua vitalidade, diversidade e adequação às necessidades da comunidade surda em todos os setores em atendimento com acessibilidade linguística;</p> <p>→ Acessibilidade Linguística em Todos os Setores: Comprometemo-nos a trabalhar para a plena acessibilidade linguística em todas as áreas da sociedade, incluindo, mas não se limitando à educação dentro do território, saúde, serviços públicos, emprego com garantia de respeito a cultura e línguas bem como na mídia indígena;</p>
--	--	--	---

colaboração de entidades públicas e privadas, bem como a inclusão de políticas específicas que garantam o pleno reconhecimento e respeito às LIS em todos os âmbitos da sociedade, pois reconhecemos também os direitos garantidos da Libras (Língua Brasileira de Sinais e demais línguas do país).

			<p>→ Formação de Profissionais Surdos e Ouvintes: Reconhecemos a importância da formação de profissionais capazes de compreender e utilizar as LIS de maneira competente. Isso inclui a promoção de programas de formação para surdos e ouvintes, garantindo a representatividade e acessibilidade linguística em todas as esferas profissionais, bem como promoção de oportunidade aos indígenas surdos em todo mercado de trabalho;</p> <p>→ Aporte de Recursos Financeiros: Exigimos a alocação de recursos adequados para a efetivação de projetos que promovam as LIS, incluindo iniciativas de formação, pesquisa linguística, materiais didáticos e campanhas de conscientização com as línguas das etnias, observando que não será apenas em uma ou outra etnia e sim direito linguísticos em todas as línguas.</p> <p>→ Publicado na página do Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade no dia 14 de novembro de 2023. Disponível em: http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/imp-acto-social/. Acesso em 12 fev. 2024.</p>
Documento Final do VII ⁷² Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena - FNEEI	2023	Federal	<p>- Encaminhamento para a LIS:</p> <p>→ Fomentar e incentivar a difusão das Línguas Indígenas de Sinais nas escolas e comunidades indígenas em todo o país.</p>

Fonte: Elaborado pelo pesquisador. Dezembro (2023).

⁷² O Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, reuniu-se, em sua sétima edição, no Centro Franciscano de Evangelização e Cultura, entre os dias 12 e 15 de dezembro de 2023, com 410 representantes de 80 povos e 26 estados do Brasil, com o objetivo de fomentar o debate a partir das boas práticas, para construir propostas resolutivas para o Ensino Médio, Universidade Indígena e Políticas Afirmativas.

3.1 Currículo da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha: reflexão, diálogo e sistematização de uma tessitura curricular com respeito às diferenças

A educação escolar indígena, assim como as escolas indígenas constituídas nas aldeias e comunidades indígenas fazem parte de um constructo cujas bases são as lutas e o ativismo dos povos indígenas do Brasil. Não é possível nos dias atuais, conceber este lugar em que as micro revoluções acontecem diuturnamente e não compreendê-lo como um lugar simbólico em que as lutas ancestrais se consolidam e, mesmo que seja um lugar que tem como local originário, os projetos ocidentais de dominação, se tornou então, um lugar de resistência e autonomia dos nossos povos, embora, ainda aquém dos sonhos ensejados pelos nossos antepassados, mas, ainda assim, além das propostas colonizadoras implantadas secularmente sobre o nossos corpos e mentes. (Trecho da apresentação do texto de apresentação da proposta curricular das Escolas Indígenas de Santa Cruz Cabrália, 2022, pág. 04).

O currículo da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha possibilita o movimento da Língua Indígena Pataxó de Sinais através dos seus desdobramentos: identidade, língua, cultura e ritos, com base nas experiências de professores indígenas e alunos indígenas surdos, que vem percorrendo uma educação inclusiva, bilíngue, comunitária e diferenciada.

Como uma cestaria, é tecida de tramas, mas antes, de afetos e entrelaçamentos que se unem, numa perspectiva comum de formar um trançando e daí, a um objeto maior. A presente proposta é, sem dúvida, esse tear de emoções, de dúvidas, antes das certezas, de reflexões, antes da prática, de experiências, antes das teorias, de construções coletivas, antes das vozes individuais, de sentimentos ancestrais e da luta de antepassados, antes de nossa própria existência. Desse modo, é um documento “suleador”, mas é também uma construção autoral que representa os anseios de nosso povo, por uma educação que seja protagonizada por nós mesmos, ainda que, estruturalmente ligada a um sistema que nos engessa, mas, com a liberdade de podermos construir o processo e não apenas adequá-lo às nossas realidades, pois, assim, estaríamos perpetuando os projetos assimilacionistas (Trecho da apresentação do texto de apresentação da proposta curricular das Escolas Indígenas de Santa Cruz Cabrália, 2022, pág. 04).

Se no item introdutório deste capítulo destaquei os marcos legais nacionais e estaduais, quero nesse item destacar o movimento que estamos realizando em nossa comunidade com a finalidade de produzir um currículo e documentos norteadores que atuem em nossa realidade específica e que certamente impactarão a forma como a Língua Indígena Pataxó de Sinais deve ser abordada na escola.

A produção da proposta curricular das escolas indígenas do Município de Santa Cruz Cabrália é parte de um projeto de reelaboração e sistematização das propostas curriculares deste município. No entanto, tem como ponto de partida e de chegada, às reflexões,

proposições, escutas, diálogos e produções das comunidades escolares de Coroa Vermelha e Mata Medonha junto aos seus coletivos comunitários. O processo de construção desse importante documento representa para os sujeitos indígenas dessas duas localidades, um horizonte por meio do qual é possível se efetivar o protagonismo indígena, a valorização dos saberes e epistemologias do povo pataxó e da realização de uma educação, que se reconheça intercultural e específica desde a sua base teórica até suas *práxis*, numa potencialização das ações e práticas já consolidadas nas escolas indígenas e por meio da educação escolar indígena.

Embora essa produção seja atual, ela não tem como nascedouro apenas as reflexões e necessidades do tempo presente, mas, é parte de ensejos já plantados pelos mais velhos, que pensaram essa educação, sendo hoje, reelaborada a partir das realidades e demandas da contemporaneidade indígena.

No ano de 2020, durante a suspensão das atividades letivas por conta da pandemia gerada pela Covid-19, o município iniciou a elaboração de uma proposta consorciada entre União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação (UNDIME), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Fundação Itaú Social para a construção e escrita do documento de Diretrizes Curriculares para as Escolas Indígenas Municipais de Santa Cruz Cabralia. A partir daí todas as escolas do município de Santa Cruz Cabralia iniciaram, através de Grupos de Trabalhos, estudos para a reformulação da proposta curricular.

Nesse período, no entanto, as escolas indígenas não puderam realizar as mesmas ações no âmbito da educação escolar indígena, pois, a suspensão das aulas ocasionou a exoneração de muitos funcionários do quadro da escola, provocando a ausência de importantes vozes para a discussão. Com isso, a escola só pôde iniciar as ações, após ter findado esse período de isolamento, mais efetivamente no ano de 2022.

Importante salientar que a proposta de construção do material se inicia no ano de 2020, vinculado à proposta de produção junto ao projeto de intervenção para o curso de pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais – PPGER – da Universidade do Sul da Bahia – UFSB – Campus Sosígenes Costa, Município de Porto Seguro – BA, ensejado pela professora e parente Raimunda Matos Pataxó, que ao ingressar no mestrado, ainda em 2019, propunha a reformulação da referida proposta curricular. No entanto, também devido à pandemia, não foi possível ser realizada de maneira efetiva, de modo que, a pesquisa para proposta foi reelaborada e a construção curricular só pode ser retomada com o fim das aulas assíncronas, no ano de 2022.

Para realização das ações curriculares, que iniciaram com a apresentação do projeto e do calendário de ações durante a Jornada Pedagógica, foram delimitados tópicos a serem abordados e que se tornaram posteriormente, capítulos discursivos de diferentes temas que constituem o atual *corpus* do documento.

Assim, o currículo se constituiu dos seguintes elementos textuais: Apresentação; Capítulos que discutem Educação e Diferença: por que precisamos de um currículo diferenciado?; O que é currículo; Às especificidades curriculares da educação escolar indígena; Educação indígena e educação escolar indígena: caminhos, percursos, avanços e desafios; Modalidades da educação básica na educação escolar indígena; Educação escolar indígena, um movimento de voz-práxis- autoral dos povos indígenas e seus movimentos de militância; A presença indígena na constituinte de 1988; trajetória histórica da educação escolar indígena; Marcos normativos da Educação Escolar Indígena; Escolas Indígenas Municipais de Santa Cruz Cabralia: processos históricos, pedagógicos e administrativos; Processos avaliativos de uma práxis pedagógica em escolas específicas e diferenciadas; Projetos interdisciplinares das escolas indígenas; Considerações e Referências;

Cada um desses títulos foi metodologicamente discutido por meio de oficinas, debates, grupos de estudos e processo de sistematização. Este último, realizado por uma equipe de sistematização formada por suas professoras efetivas, que foram solicitadas com disponibilidade para esse fim, a coordenadora de Educação Escolar Indígena do município em consonância com os demais membros da equipe diretiva e pedagógica da escola.

Ao final do percurso, cujo plano de ação foi encerrado com o término do calendário letivo de 2022, período em que também se apresentou o produto final, que foi encaminhado à Secretaria de Educação, tendo sido elaborados dois produtos, um que corresponde ao *corpus* escritural e teórico, bem como, reflexões e discussões a partir das temáticas e outro com os organizadores curriculares de cada etapa, a saber Educação Infantil, Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos.

A existência de uma proposta curricular pensada, dialogada e sistematizada pela comunidade escolar tem grande significado para a efetivação de uma educação escolar indígena de qualidade, embora, para o Sistema de Gestão Escolar do município, essa proposta ainda não seja a que está disponível.

Importante ressaltar que a proposta, como é possível visualizar a partir da enumeração de seus capítulos, está respaldada pela legislação da educação escolar indígena, marcos legais e históricos, conceitos de especificidade e diferença, em um diálogo intercultural que também dialoga com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), tendo como elemento base o

Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI), de modo que interconectam as questões da educação diferenciada com as competências e habilidades da base comum.

Os educadores indígenas afirmaram em suas produções que:

O currículo, como esse espaço vivido por meio do qual a escola se conduz, possui características conceituais que o demarcam como instrumento orientador. O que não podemos perder de vista é que o currículo não pode ser um instrumento de homogeneização dos sujeitos educandos, mas, precisa e deve se constituir a partir da compreensão da heterogeneidade destes (Texto do currículo das escolas indígenas municipais de Santa Cruz Cabrália, 2022, pág. 09).

Ao acessar esse documento fica evidente que ele não apenas representa a sistematização de um corpus documental, mas, um constructo coletivo repleto de desejos e do pensar educação a partir de ideais de respeito e diferença, compreendendo os caminhos que precisam ser percorridos e valorizando uma trajetória histórica que é ancestralmente importante. É, portanto, a materialização das práticas reflexivas que conduzem a educação escolar indígena.

Esse trabalhado, aqui tecido com trabalho e empenho, cujos pensamentos, reflexões e produções transbordam todas as nossas perspectivas de um fazer educacional que seja fruto de nossos anseios, ao mesmo tempo em que, possam preparar sujeitos indígenas fortalecidos na luta e no conhecimento acadêmico, que possa ser militante, mas que reconheça sua identidade primeira a partir de suas raízes comunitárias e escolares. Na tessitura deste trabalho, que aqui não se conclui apenas se fecha nessa etapa de construção atual, nos cabe dizer que há ainda, a ausência de algumas importantes vozes, a ser ainda parte desse constructo, porém, numa produção muito mais memorial e simbólica, da técnica e teórica. Dos nossos anciãos, líderes, mulheres, caciques, lideranças, estudantes e demais partícipes dessa construção. Para agora, apenas uma reflexão inicial, daquilo que compreendemos ser a construção curricular de uma escola indígena, específica, diferenciada, intercultural e de qualidade (Texto retirado das considerações do currículo das escolas indígenas municipais de Santa Cruz Cabrália, 2022, pág. 92).

O currículo é o cerne das ações que se consolidam a partir da educação escolar indígena, na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, sua produção estabelece a importância das autorias dos sujeitos indígenas para a garantia da autonomia e autodeterminação, que ainda hoje são espaços de luta para o povo pataxó. Possuir um currículo específico e diferenciado é assumir o protagonismo dos sujeitos indígenas, a partir de práticas culturais, saberes, cosmologias e identidades que vão na contramão da violência colonial.

O Currículo Escolar Indígena Pataxó, possibilita a Curricularização da Língua Indígena Pataxó de Sinais através dos seus protagonistas indígenas sendo eles professores que atendem diretamente os alunos indígenas surdos, profissionais especializados, pesquisadores e

alunos indígenas surdos, que vivenciam na base uma educação que precisa ser repensada como Bilíngue e contextualizada para a educação de indígenas surdos.

3.2 Indígenas Surdos e professores indígenas em movimento: o GT⁷³ de Línguas Indígenas de Sinais (DILI 2022-2032)

A parente indígena guarani pesquisadora surda Vilhalva (2022) relata que as línguas de sinais são como todas as línguas, coletivas e sociais e podem ser estudadas a partir de diversos campos, a serem pesquisados tanto na área surda urbana como na área surda indígena. Nesse contexto de estudo, os sinais emergentes, inicialmente conhecidos como sinais caseiros, são essenciais, quando vistos como comunicação natural usada em um espaço familiar ou social. A pesquisadora ainda cita que:

Para o estudante indígena surdo a garantia são as línguas de sinais: Língua de Sinais Indígenas e Libras, as duas são línguas de sinais, línguas visuais e estas devem ser as línguas de instrução e a língua portuguesa escrita é sua segunda para o não indígena passa a ser a terceira ou a quarta para o estudante indígena surdo e a língua estrangeira na modalidade escrita é a sua quarta ou quinta língua. Além desse diferencial há a importância dos ensinamentos do povo que pertence, suas cosmovisões. (VILHALVA; ARAÚJO, 2022, p. 356)

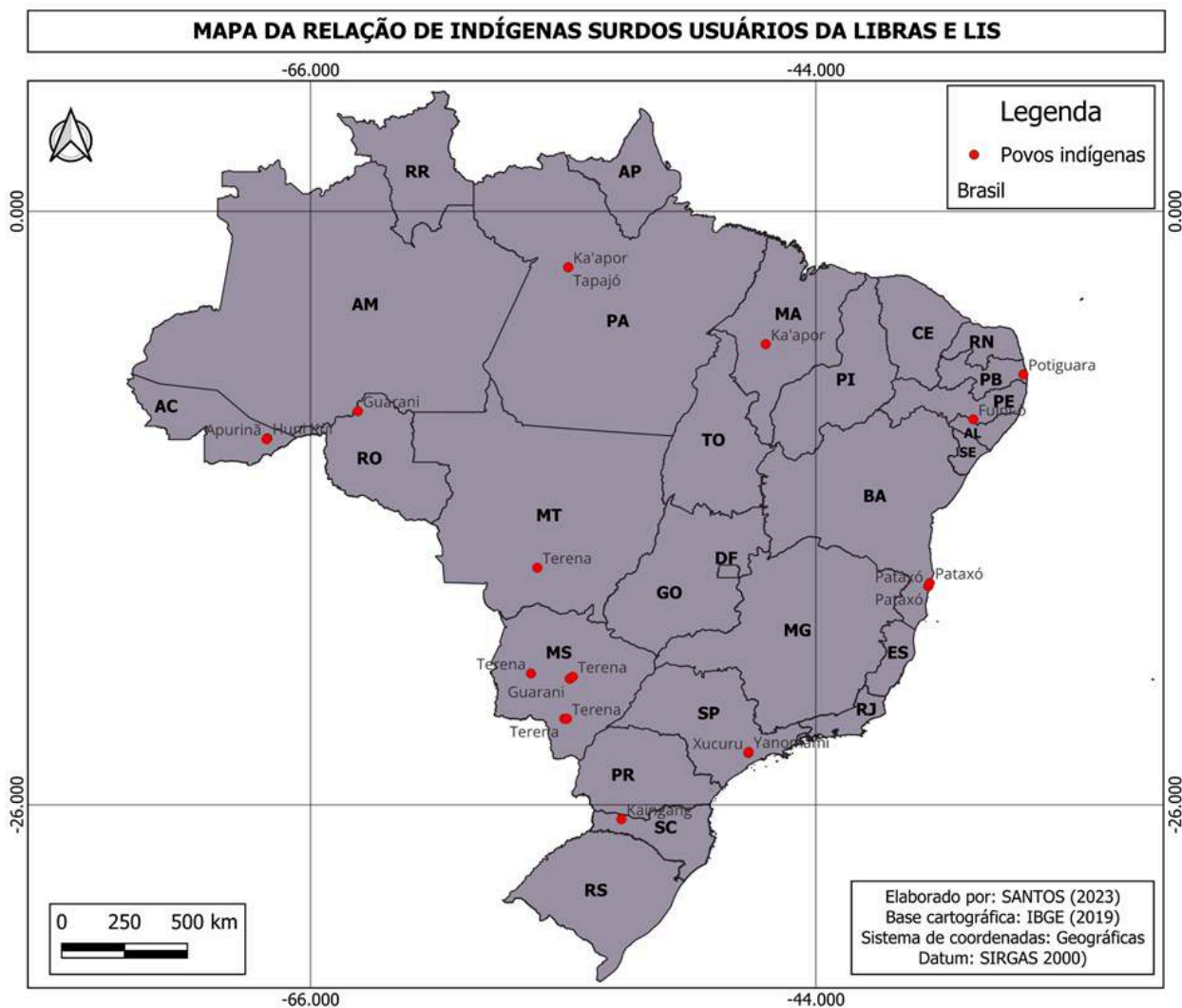
Em 2022 foi o ano em que o grupo de indígenas surdos e ouvintes se encontraram por meio de encontros de mesa redonda de eventos envolvendo a temática da Educação de Surdos e das línguas de sinais para os surdos em diversas comunidades. Foram articulando e criando propostas/discussões de formação de professores indígenas para o ensino de indígenas surdos e de tradução e interpretação para o apoio técnico a docências nas escolas indígenas, bem como a produção de material didático específico para o atendimento aos alunos indígenas surdos na base, na escola e na comunidade.

Foi criado um grupo de WhatsApp específico para indígenas surdos e ouvintes intitulado “Línguas Indígenas de Sinais” e com os encontros acontecendo de forma remota devido o momento pandêmico, indígenas surdos formados e pesquisadores da Libras e das LIS foram sendo encontrados e adicionados. Assim, relacionamos abaixo os povos indígenas

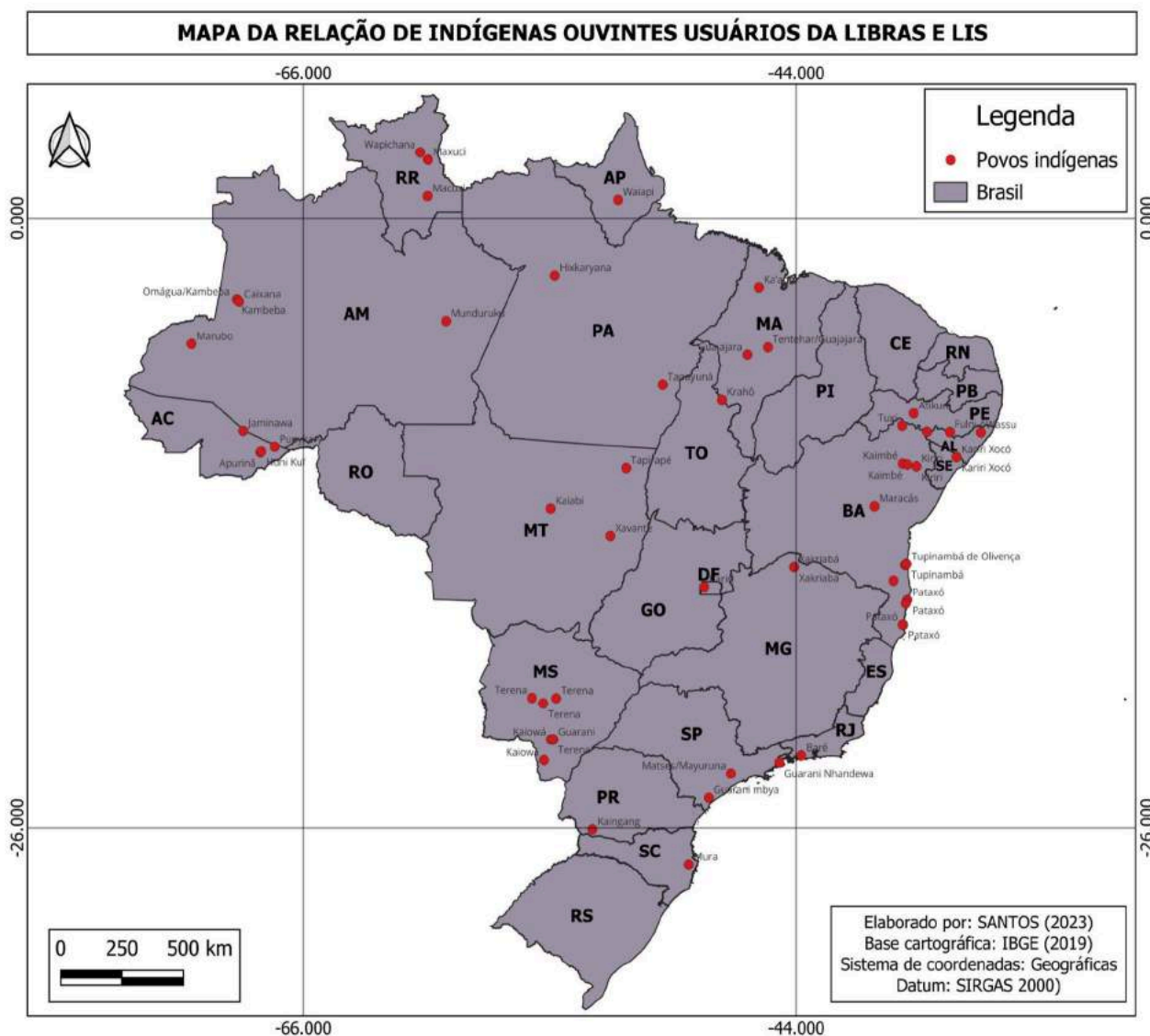
⁷³ O GT Nacional é constituído por 3 GTs para tratar dos seguintes contextos linguísticos: Línguas Indígenas, Línguas Indígenas de Sinais e Português Indígena. Nesses GTs foi discutido um Plano de Ação da Década das Línguas Indígenas do Brasil cujo objetivo foi propor ações de políticas linguísticas que leve em consideração as condições sociais, econômicas, ambientais e de saúde dos falantes indígenas e articular com as instituições governamentais para sua implementação e efetivação. Almejamos construir, nessa década, políticas linguísticas que se baseiam nas epistemologias indígenas a partir de como os Povos Indígenas pensam suas línguas, culturas, modos de ser, sentir e dar visibilidade a sociedade envolvente da importância da diversidade e do uso das línguas indígenas para os Povos.

com representantes surdos e ouvintes usuários de Libras e das LIS membros do GT. Esses mapas são importantes para demonstrar o quão esse movimento tem caráter nacional e diverso, representando 43 povos em 22 estados da federação.

Quadro 07: Mapa da relação de indígenas surdos usuários da Libras e LIS



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).

Quadro 08: Mapa da relação de indígenas ouvintes usuários da Libras e LIS

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).

Indígenas Surdos

Andreson Charles Oliveira Pereira
 Cleiton Geovan de Souza Silva
 Douglas Ferreira
 Edilson da Silva Duarte
 Élcio Antônio Miguel
 Elias de Jesus Braz
 Everton Miguel
 Flávia Martinez Ortiz
 Indira Simionatto Stedile Assis Moura
 Jeferson Soares Candia
 Jersonita Santos da Silva

Jéssica Pedro Francisco
 Josiane Braz Borges
 Karina Bispo da Silva
 Marcos Adriano Braz Cristiano
 Maria Elisabete da Silva
 Nayara Rodrigues da Silva
 Rosilaine Francisco
 Shirley Vilhalva
 Tainara Gonçalves de Paula
 Tamara Pereira da Silva Machado
 Wedyn Santos Pereira

Indígenas Ouvintes

Adeclylton dos Santos Paixão
 Adeilza Ferreira da Silva Gonçalves
 Adriana Panta Leão dos Santos
 Adrielli Santana de Oliveira Santos
 Adriano Bomfim Santos
 Agnaldo Reginaldo Roberto
 Ainan Menezes da Conceição Moreira
 Albert Ferreira Varela
 Alessandro Conceição Santos
 Alessandro dos Santos Inhape
 Ana Paula de Castro Vieira
 Ana Selma Cavalcante Moura
 Andreia Cristina Silva de Jesus
 Andressa Muniz da Silva Mamende
 Antônio Neto Purcuxy
 Aparecida Benites
 Bruno Henrique da Silva
 Camila de Lima Pinto
 Carla Priscila Miranda
 Charles Almeida Japeca
 Cláudia Alessandra Borges da Fonseca
 Claudia Ester Soares Candia
 Cristiane Souza Brites
 Dagma da Silva Souza
 Daniel Kevine Gomes Marques
 Davi Luiz Nascimento dos Santos
 David Kaique Rodrigues dos Santos
 Domingos de Souza Araújo
 Douglas Willian Nogueira de Souza
 Ducilene de Araujo Souza Ribeiro
 Edinalva Silvério Ferreira
 Elenira Oliveira Gomes Apurinã
 Eliane Alves Lima
 Eliane Silva de Macedo
 Elison Floriano Tiago
 Elizabeth Costa Suzart
 Fabiana Valquiria da Silva
 Fabrício Maia Pinto
 Inai'ury Carneiro Pompeu
 Irenilde de Sousa Leão
 Izaela Maria da Silva Rodrigues
 Jailson de Almeida Santos
 Jessiá Braz de Jesus
 Joana Ró'awãre Xavante
 João Marcos da conceição
 João Mendonça Martins Filho
 Joicilene dos Santos Moura
 Josenice Souza França
 Jocenila Picanço Rocha
 Júbia da Silva Rebouça
 Leandro Tenazor da Costa
 Lizlyn Peres Almeida
 Maicon Rodrigues dos Santos
 Magna Silva Gonçalves
 Maria Daniela Mendes
 Marta Morúbo Comapa
 Monica Jesus de Souza
 Neuzimara Almeida Simões
 Norma Floriano Tiago
 Ondina Antônio Miguel
 Rosilene Souza de Jesus
 Renata Cruz Castro
 Rosinete Pereira Silva Matos
 Rosyane Pedro Francisco
 Samuel Pinheiro da Silva Santana
 Samuel Xavier da Costa
 Siária Nunes dos Santos
 Sineide Albuquerque Nascimento France
 Taís Magalhães Ramos
 Talles Huryty Tapirape
 Valdiceia Tavares dos Santos
 Valdenilson Oliveira dos Santos - (in
 memoriam)
 Valdirene Nascimento da Silva Oliveira
 Vitória Manoela de Oliveira

No mês de março de 2022, foi realizado o evento “A formação e atuação de TILS Indígenas” com a palestrante convidada, profa. Dra. Ana Carolina Machado Ferrari e mediada pela profa. Dra. Priscilla Alyne Sumaio Soares com o objetivo de proporcionar um espaço amplo de discussões a respeito da formação e atuação do profissional tradutor intérprete das Línguas Indígenas de Sinais, incentivando a formação e socialização de pesquisas relacionadas aos estudos linguísticos das LIS e fortalecer interações entre profissionais que atuam como tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais- Libras/Língua Portuguesa. Foi proposto pelo Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas – NEABI do IF Baiano *campus* Teixeira de Freitas – Bahia.

No mês de setembro de 2022 em parceria com o indígena, Bruno Henrique da etnia/povo Pankararu que é tradutor intérprete de Libras e estava como coordenador⁷⁴ do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais (LIS) e a professora indígena surda Shirley Vilhalva da etnia Guarani, propomos o primeiro curso de extensão em Formação de Professores Indígenas em LIS pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, coordenado pelo professor Bruno Nantes. A partir dessas ações, o grupo de indígenas pesquisadores e que atuam com as línguas de sinais no Brasil foram surgindo e se manifestando.

Na Mesa com os parentes realizada pelo NEABI, no ano de 2022, foram discutidas e apresentada uma carta com as propostas para a Educação de Indígenas Surdos e posteriormente apresentada a Década das Línguas Indígenas pelo GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais - LIS. Nesta carta os indígenas surdos e ouvintes, pesquisadores e parceiros sugeriram as seguintes pautas, registradas no documento ações-metas para o GT LIS:

- Estudo e preservação de Línguas Indígenas de Sinais nas terras indígenas;
- Formação de lideranças indígenas surdos;
- Implantação e implementação de Formação para Professores indígenas em Línguas Indígenas de Sinais - LIS;
- Implantação e implementação de Formação para Indígenas em Tradução e Interpretação de Línguas Indígenas de Sinais - LIS;
- Criação de um ambiente linguístico da língua visual nativa dentro das terras indígenas e de seus familiares: classe bilíngue/multilíngue/plurilíngue com projeto da tecnologia e acesso à internet.
- Produção de materiais didáticos específicos relativos à língua e cultura para apoio em demais áreas dentro da política educacional e linguística;
- Difusão das pesquisas referente aos indígenas surdos.
- Difusão da língua nas escolas/aldeias/comunidades;
- Implantação de Projeto Família, Línguas de Sinais e a Cultura Indígena;

⁷⁴ Atualmente o GT LIS é coordenado pela profa. Indira Simionatto Stedile Assis Moura (Indígena Surda), pela profa. Eliane Alves Lima e pelo prof. Alessandro dos Santos Inhape.

- Organização de GTs em diferentes frentes necessárias que envolvam as línguas de sinais como Saúde, Social, Segurança, Educação, Trabalho, de acordo com as legislações que norteiam a questão indígena;
- Criação de Projetos de atividades, seminários e festivais como a Literatura Indígena Surda, Arte Surda dentro do território, Cultura Indígena Surda, entre outros;
- Implantação e Implementação de bancas de Proficiências específicas para indígenas que atuam diretamente nas comunidades com indígenas surdos.

Depois desse evento foram surgindo encontros de indígenas ouvintes e surdos que atuavam dentro e fora das comunidades e que tinham interesse pela formação de TILS e professores de Libras e LIS. Tivemos mais uma mesa redonda com os parentes no mês de setembro de 2023 com a presença da professora Shirley Vilhalva também realizada pelo NEABI, onde foi discutida e proposta de uma Carta Pública com as reivindicações nos eventos para ser entregue a toda comunidade indígena e não indígena, incluindo os setores governamentais, municipais, estaduais e federais para as ações de valorização das línguas indígenas e educação dos indígenas surdos nos territórios a etnoeducacionais.

Fui convidado enquanto pesquisador indígena pelo professor Paulo de Tássio do PPGER⁷⁵/UFSB⁷⁶- IEAR⁷⁷/UFF⁷⁸ para participar de uma conversa com o tema “Línguas Indígenas de Sinais: uma diversidade linguística a ser conhecida”. No dia 01 de fevereiro de 2023, que foi transmitida no canal do Grupo de Pesquisa “Kijetxawê: cultura, diferença e formação de professores”, tendo a mediação de Dilzeni Tupiniquim, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais do PPGER – UFSB. Lá eu ressaltar que além da Libras existem mais de duas dezenas de Línguas Indígenas de Sinais no território brasileiro e dei ênfase a esse patrimônio linguístico.

No ano de 2023, no dia 28 de abril, foi realizado pelo GT de Línguas Indígenas de Sinais - LIS e transmitido pelo YouTube da Década das Línguas Indígenas – DILI uma palestra com as professoras Priscilla Alyne Sumaio Soares (pesquisadora não indígena) e Indira Simionatto Stedile Assis Moura, professora indígena surda do povo/etnia Guarani, atual coordenadora⁷⁹ do GT LIS, apresentando o tema “A importância do estudo linguístico das Línguas Indígenas de Sinais”, tendo a mediação do ex-coordenador do GT, parente Pankararu, Bruno Henrique.

⁷⁵ Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

⁷⁶ Universidade Federal do Sul da Bahia.

⁷⁷ Instituto de Educação de Angra dos Reis.

⁷⁸ Universidade Federal Fluminense.

⁷⁹ A coordenação do GT LIS é composta por Indira Moura, Eliane Lima e Alessandro Inhape.

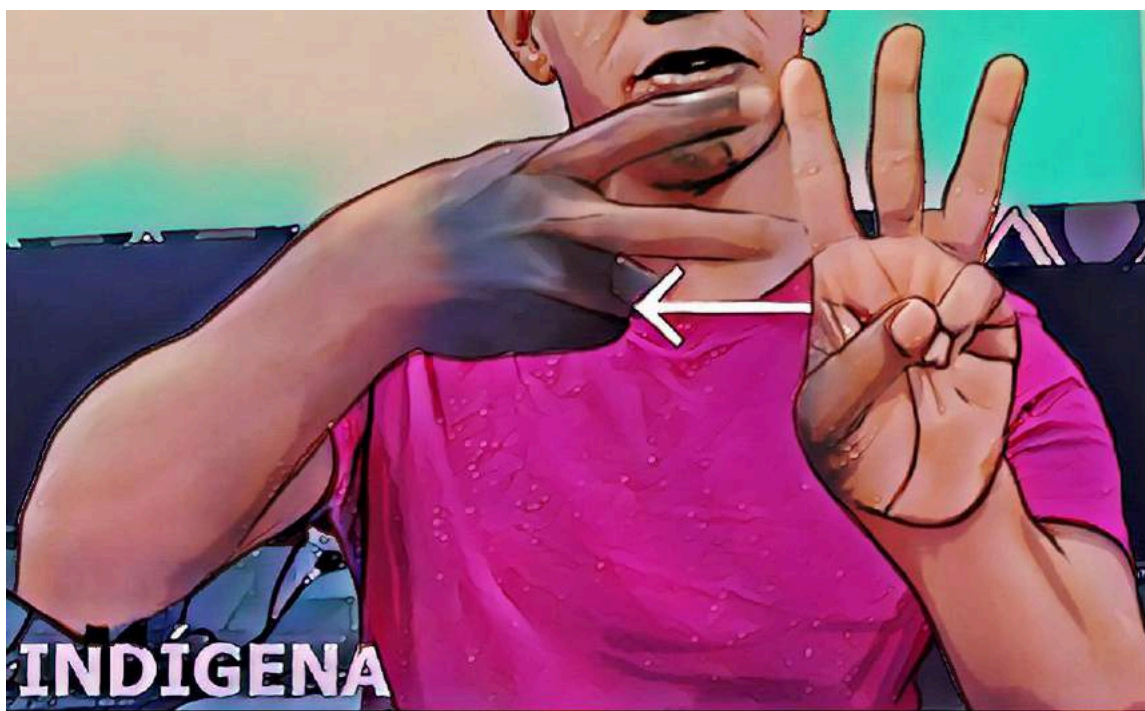
No mês de Junho de 2023 teve início o primeiro curso de Extensão de Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais para Indígenas no Brasil ofertado pelo Instituto Federal de Santa Catarina – IFCS *campus* Palhoça Bilíngue. O curso é destinado ao grupo de indígenas que atuam e pesquisam as línguas de sinais na comunidade, na cidade e no Brasil.

É importante deixar claro para as novas pesquisas que os sinais usados dentro dos territórios pelos indígenas surdos atingem, não somente um espaço de comunicação, mas também de revitalização, preservação, valorização pelo processo de retomada das línguas indígenas, sejam elas de sinais, orais ou escritas.

Dentro desse processo de retomada, que vem sendo realizado por esse movimento, também foram propostos 23 sinais para a comunicação dos membros e difundido para as comunidades indígenas. Abaixo os sinais que serão apresentados nas 23 figuras. Estes sinais também são usados pelos membros/membras indígenas, não indígenas, surdos(as), ouvintes e parceiros(as) pesquisadores(as) do GT⁸⁰ Nacional de Línguas Indígenas de Sinais vinculado ao NEAI na Década das Línguas Indígenas – DILI 2022-2032.

⁸⁰ Gestão do GT LIS 2024-2026 - Coordenação: Indira Simionatto Stedile Assis Moura (Guarani), Eliane Alves Lima (Terena) e Alessandro dos Santos Inhape (Kambebe) - Assesores(as): David Kaique Rodrigues dos Santos (Pataxó Hãhãhãe), Maria Daniela Mendes (Kaingang), Albert Ferreira Varela (Tapayuná) e Shirley Vilhalva (Guarani) - TILIS: Davi Luiz Nascimento dos Santos (Marakás), Leandro Tenazor da Costa (Kambebe), Claudia Ester Soares Candia (Terena) e Bruno Henrique da Silva (Pankararu).

Figura 10: Classificador do sinal de INDÍGENA sinalizado pelos indígenas surdos e ouvintes de diversas etnias do Brasil



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/3qS7uC2oupA>

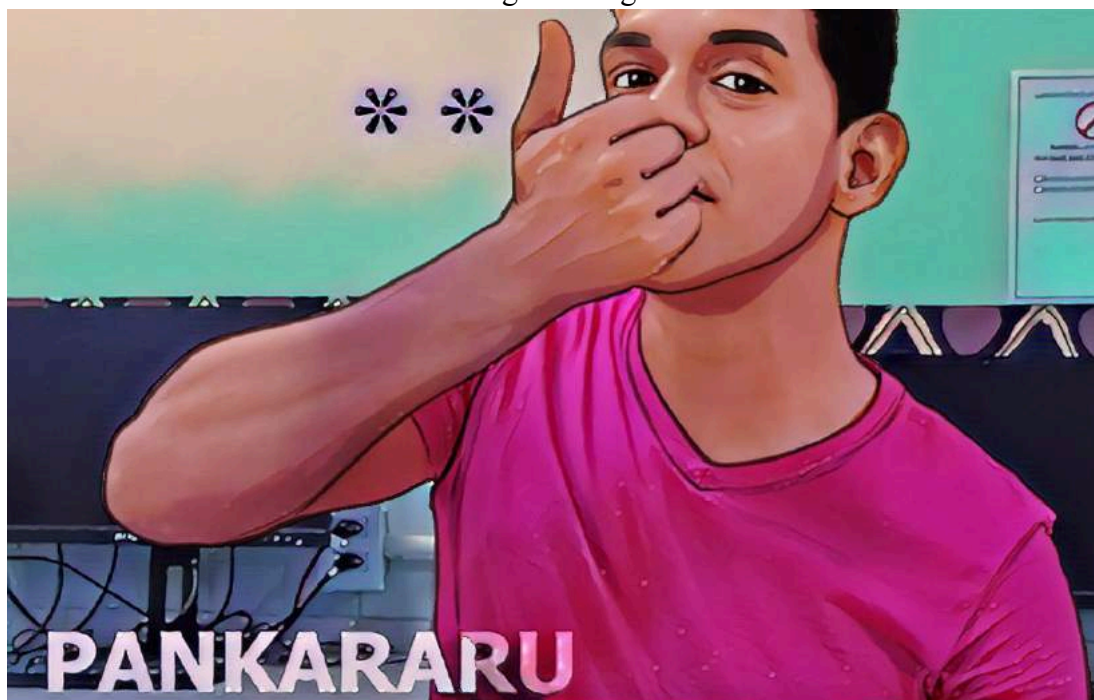
Figura 11: Sinal da etnia PATAXÓ usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/ALza5oshFb8>

Figura 12: Sinal da etnia PANKARARU usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador⁸¹. Novembro (2023).
Link do vídeo: <https://youtu.be/9UEgtuh1nB8>

Figura 13: Sinal da etnia TERENA usado pelos membros do GT LIS



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador⁸². Novembro (2023).
Link do vídeo: https://youtu.be/6XX_YmGf0zA

⁸¹ Sinal reproduzido em card dos sinais das etnias realizado pelo pesquisador Erich Teles Bezerra, ouvinte, não indígena, tendo o seu uso autorizado para a demonstração nesse trabalho e para fins de pesquisa.

⁸² Os sinais criados pela professora indígena surda, Shirley Vilhalva e mencionados nesta pesquisa foram autorizados para demonstração nesse trabalho e para fins de pesquisa.

Todas as imagens de Samuel Xavier da Costa, foram cedidas pelo professor que é indígena da etnia Mura, tendo o seu uso autorizado para a demonstração nesse trabalho e para fins de pesquisa.

Figura 14: Sinal de LÍNGUA INDÍGENA DE SINAIS usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais



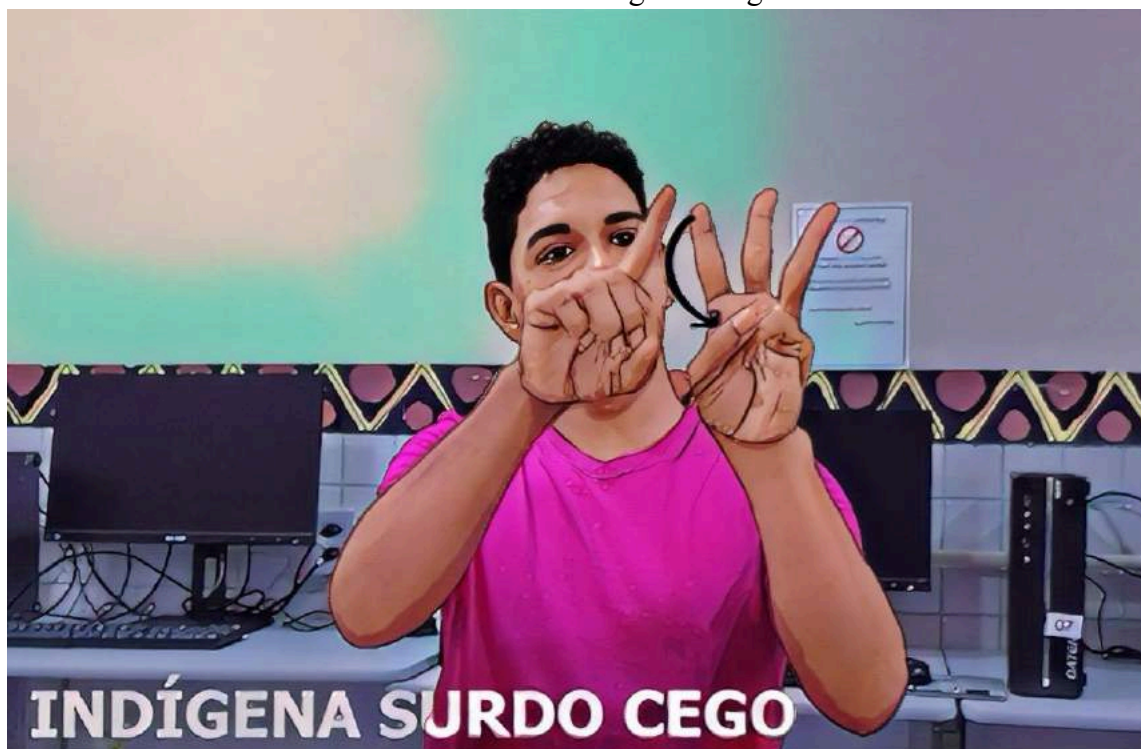
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).
Link do vídeo: <https://youtu.be/IGVCg1OCd9U>

Figura 15: Sinal de INDÍGENA SURDO usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).
Link do vídeo: https://youtu.be/tvGB_qu51qU

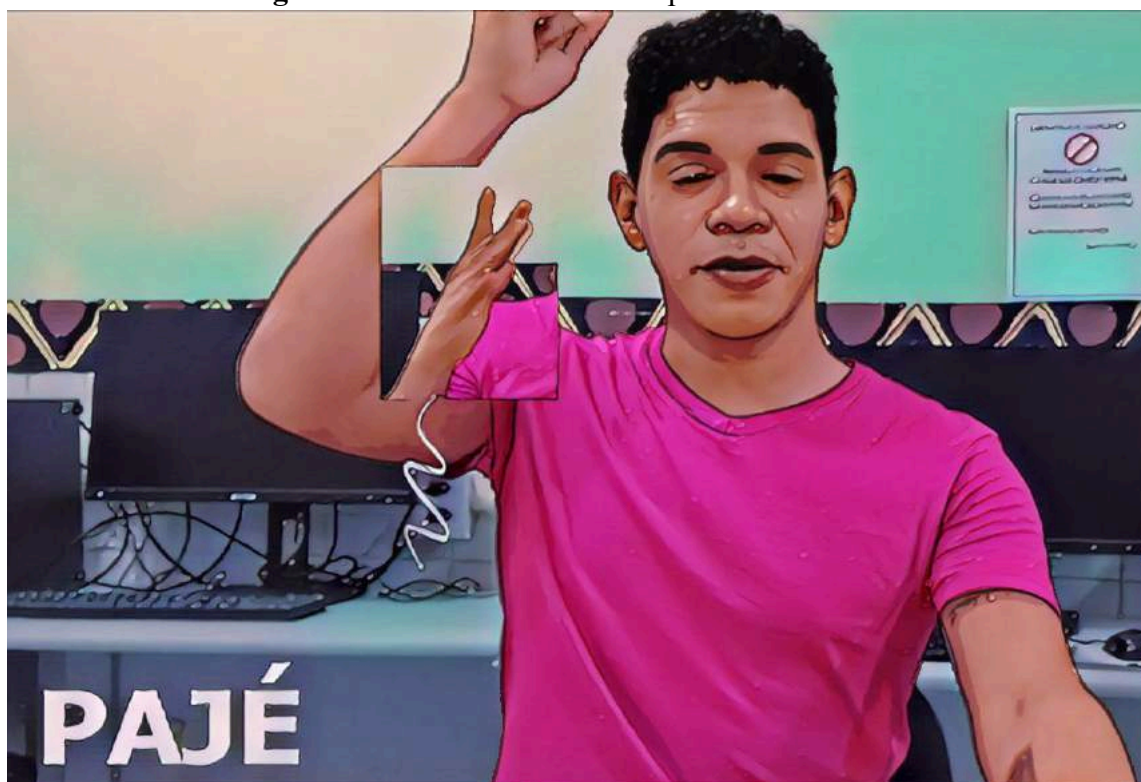
Figura 16: Sinal de INDÍGENA SURDOCEGO usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/GK82cKRF67o>

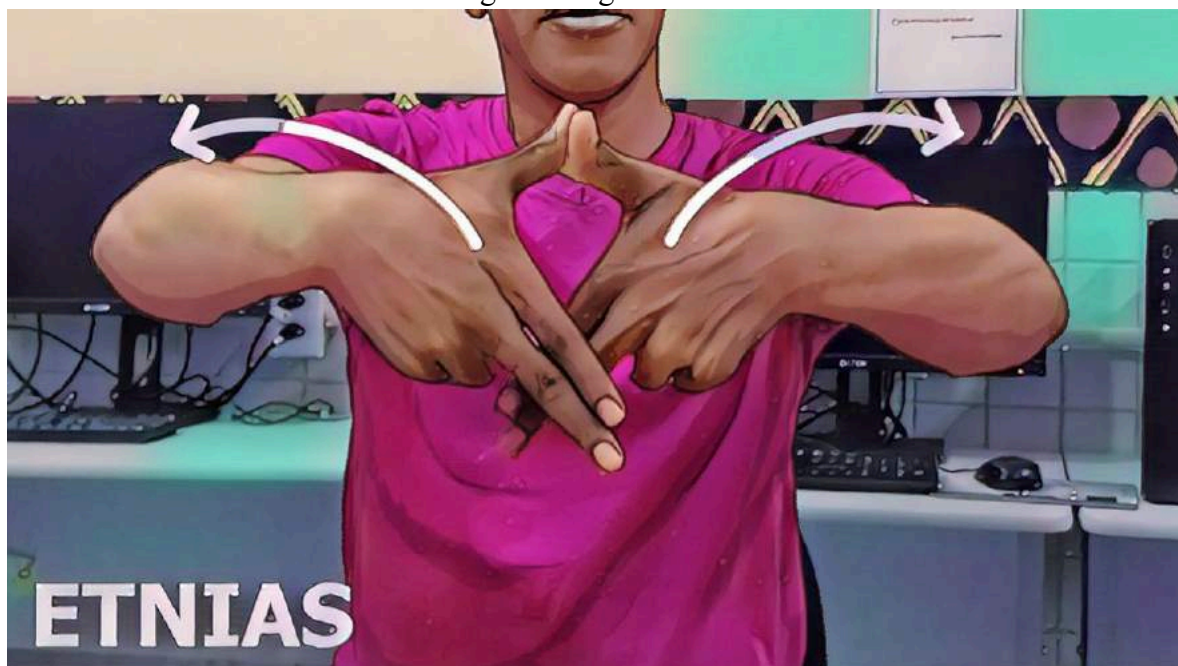
Figura 17: Sinal de PAJÉ usado pelos membros do GT LIS



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/DvkeqQvoqrI>

Figura 18: Sinal de ETNIAS usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais



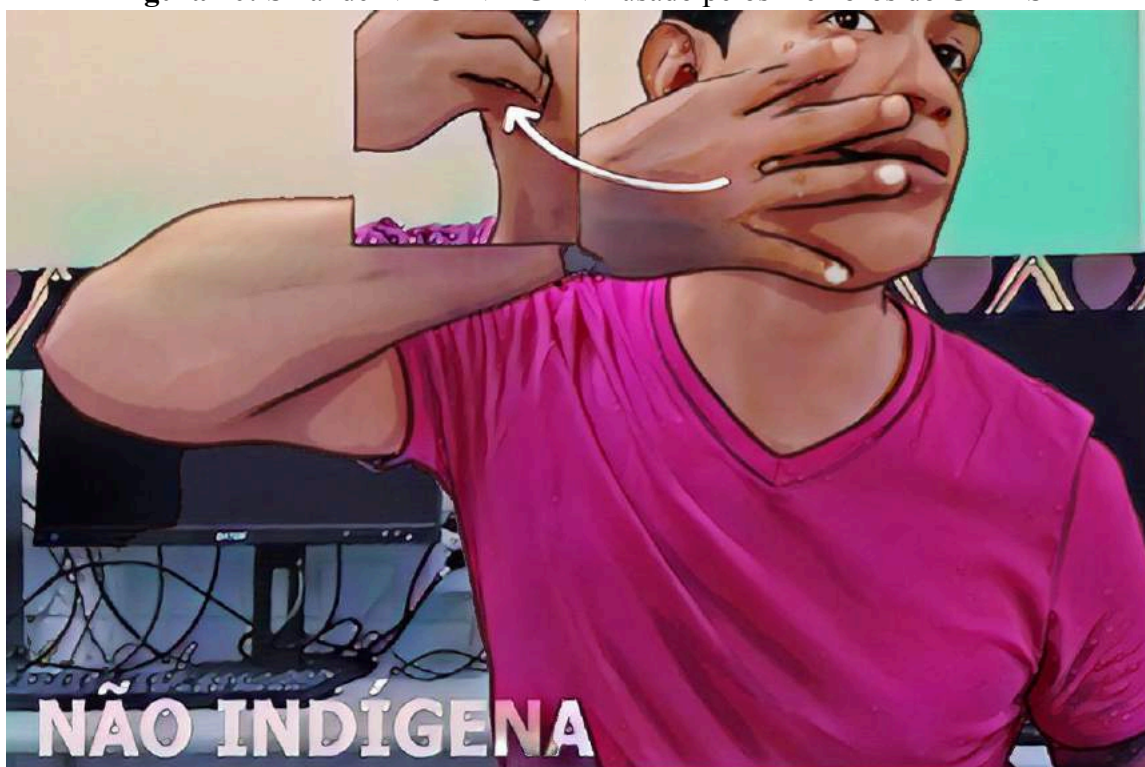
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).
Link do vídeo: <https://youtu.be/lbxqfOk0GC8>

Figura 19: Sinal de ALDEIA usado pelos membros do GT LIS



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).
Link do vídeo: <https://youtu.be/uujF9wCGQFc>

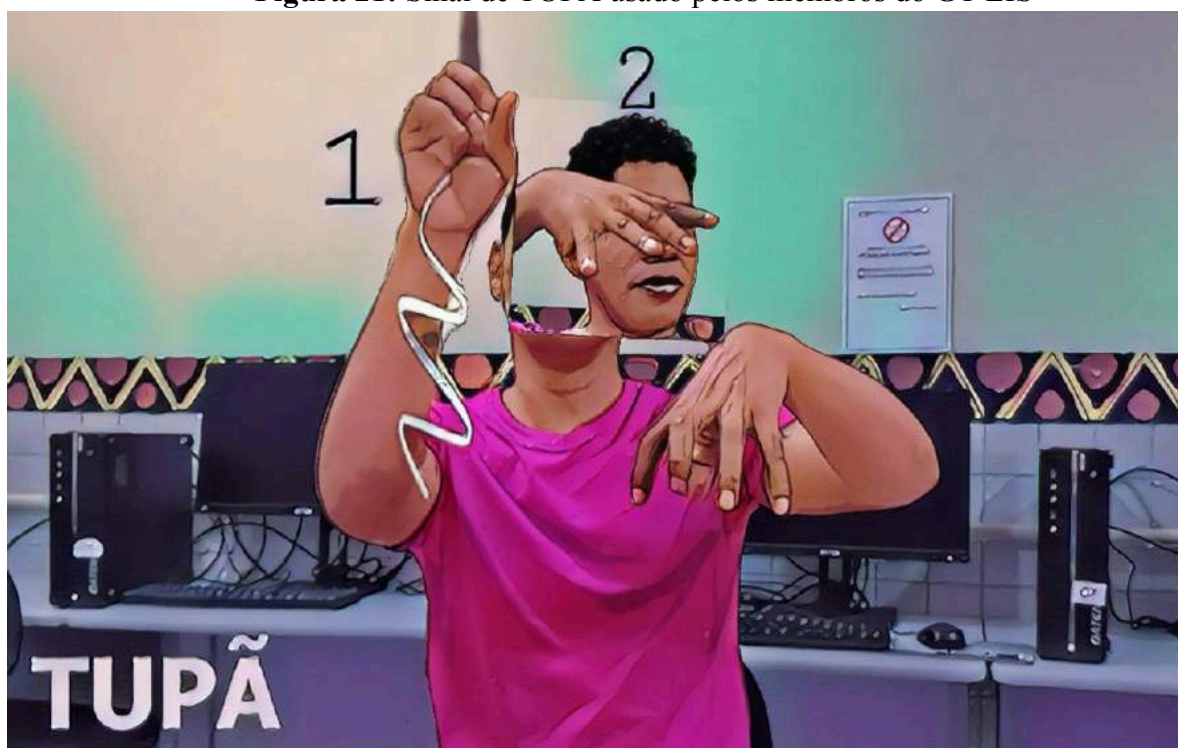
Figura 20: Sinal de NÃO INDÍGENA usado pelos membros do GT LIS



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/YeqI0xmqhOw>

Figura 21: Sinal de TUPÃ usado pelos membros do GT LIS



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/JqdkHqyQaBw>

Figura 22: Sinal de CENTRO CULTURAL usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/teDzyKj0iug>

Figura 23: Sinal de MUSEU usado pelos membros do GT LIS



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Novembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/agPZuo9H3Y4>

Figura 24: Sinal de PASSARELA INDIGENA usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Dezembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/X0fbooJrBT8>

Figura 25: Sinal de EXTREMO SUL usado por surdos e ouvintes usuários da Libras da Costa do Descobrimento e do Sul da Bahia



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Dezembro (2023).

Link do vídeo: https://youtu.be/7jCQy9D4_KI

Figura 26: Sinal da etnia KA'APOR, usado pelos membros do GT LIS



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Dezembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/wdjb0kOSdNw>

Figura 27: Sinal da etnia KAINGANG⁸³ usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais

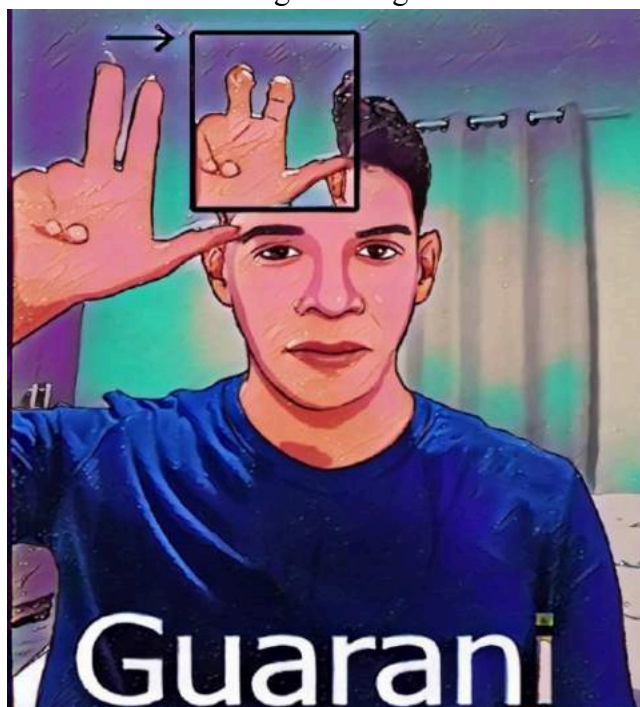


Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Dezembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/hlR9H1yu5xo>

⁸³ Sinal proposto por Bezerra (2023).

Figura 28: Sinal da etnia GUARANI usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Dezembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/Tc8IjDp3MIw>

Figura 29: Sinal da etnia TUPINAMBÁ⁸⁴ usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Dezembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/G1v7fHC8e-A>

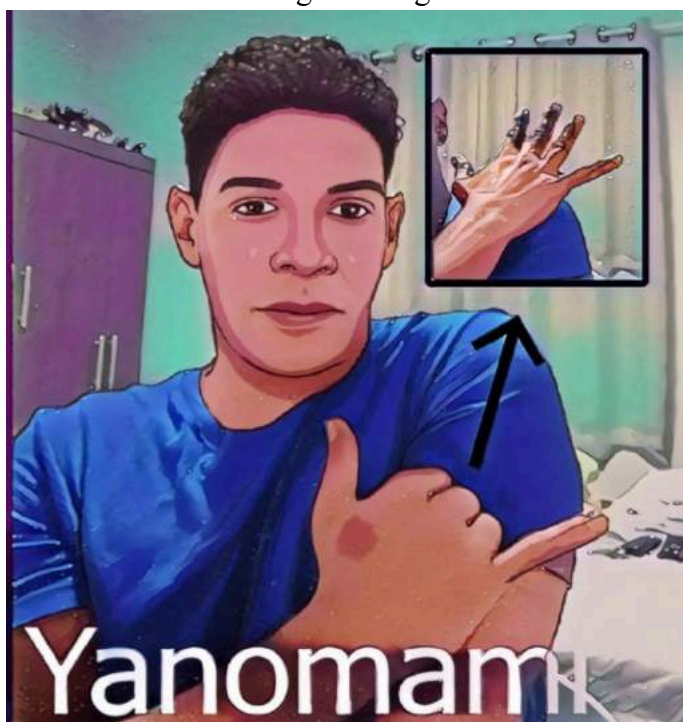
⁸⁴ Sinal proposto por Bezerra (2023).

Figura 30: Sinal da etnia XAKRIABA⁸⁵ usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Dezembro (2023).
Link do vídeo: <https://youtu.be/zsv4Ao4jBbw>

Figura 31: Sinal da etnia YANOMAMI⁸⁶ usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Dezembro (2023).
Link do vídeo: <https://youtu.be/NVFcXkOa1I>

⁸⁵ Sinal proposto por Bezerra (2023).

⁸⁶ Sinal proposto por Bezerra (2021). Link do sinal proposto: <https://youtu.be/jK9IS7ozwIQ>.

Figura 32: Sinal da etnia FULNI-Ô⁸⁷ usado pelos indígenas surdos e ouvintes do GT Nacional de Línguas Indígenas de Sinais



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador. Dezembro (2023).

Link do vídeo: <https://youtu.be/PQgQRhOYY9M>

Vale lembrar que a Língua Indígena de Sinais é uma língua e por se tratar de usuários dentro das comunidades originárias, devem ser levados em consideração os ritos, os ensinamentos da cultura do povo que pertence e ensinamentos dos seus ancestrais dentro dos territórios indígenas. Rajagopalan (2002) faz um comentário pertinente em relação a essas práticas que se dão pela língua, na língua, com a língua:

[...] A facilidade com que costumamos falar de Línguas tende a ofuscar o fato elementar de que tais entes inexistem no mundo real, mas são verdadeiros constructos criados em resposta a certas demandas históricas. Os enunciados concretos dos demais atores; eventos que não podem ser negligenciadas pela organização em qualquer ação (RAJAGOPALAN, 2002, p. 28).

Os sinais usados pelos indígenas pataxós surdos fazem parte da sua própria língua. Observados por diversos campos do estudo como o da identidade, da cultura e da linguística, os surdos fazem de sua comunicação, sua diferenciação enquanto cultura.

Muitas ainda são as perguntas em torno das LIS dentro dos estudos sobre as línguas indígenas e línguas de sinais e esta pesquisa tenta apresentar algumas, sem a pretensão de esgotar os problemas. A intenção do trabalho é suscitar e visibilizar o debate sobre as LIS.

⁸⁷ Sinal proposto por Bezerra (2023).

Dessa forma neste capítulo foi apresentado o currículo produzido com os parentes, os dispositivos legais existentes que tratam das LIS e dos indígenas surdos, o movimento percorrido pelo GT LIS através das suas pautas sobre revitalização, retomada e valorização das Línguas Indígenas, os sinais/léxicos usados pelos membros/membras do grupo e da preocupação em se ampliar e difundir as pesquisas realizadas nas comunidades indígenas sobre os indígenas surdos.

4. AOS PARENTES: A LUTA PELO RECONHECIMENTO DAS LIS NÃO PARA AQUI

Iniciamos essa dissertação falando da minha história como indígena e como profissional da Educação em trabalho com a Libras e as LIS. Apresentei minha comunidade, nossas escolas e a interlocutora parente pataxó surda, amiga e falante da Língua Indígena Pataxó de Sinais, Karina. Mostrei como há uma discussão nacional e internacional sobre as LIS e o quanto cada vez mais parentes estão se apropriando e se posicionando nesse campo. No capítulo anterior tentei demonstrar como já temos marcos legais preliminares que permitem o fortalecimento das LIS nas comunidades indígenas, porque há um movimento indígena atuante, especialmente no GT das Língua Indígenas de Sinais.

Os marcos legais estão aí e devem ser usados. O Capítulo IV do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 vem para garantir:

Art.14 As instituições de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

A Resolução CNE/CEB Nº 5, de 22 de junho de 2012 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica em seu:

Artigo 11 -§ 3º No caso dos estudantes que apresentem necessidades diferenciadas de comunicação, o acesso aos conteúdos deve ser garantido por meio da utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a Língua Brasileira de Sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa e da língua indígena, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequadas, ouvidos os profissionais especializados em cada caso voltada à garantia da educação de qualidade sociocultural como um direito dos povos indígenas. (BRASIL, 2012)

Enquanto indígena e pesquisador, vejo a necessidade de se inserir no currículo da Educação Escolar Indígena a especificidade da educação dos indígenas surdos, com a participação de professores indígenas ouvintes e surdos de cada povo/etnia, em que o olhar não seja exclusivamente para a Língua Brasileira de Sinais, mas sim, como já dito acima na Resolução 05/2012, valorizando todas as línguas de sinais do local ao nacional. É urgente, descolonizar o olhar dos pesquisadores, para que se possa compreender que os indígenas surdos têm uma identidade e uma língua própria que é constituída dentro do território

indígena do seu povo/etnia. Têm um jeito próprio de olhar e compreender o mundo. Vale ressaltar, como o psiquiatra surdo norueguês Terje Basilier, citado por Ferreira Brito (1993, p. 75):

[...] quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceito a pessoa [...]. Quando eu rejeito a língua, eu rejeitei a pessoa, porque a língua é parte de nós mesmos [...]. Quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo.

Sá (2011, p. 25) afirma que ao pensar a Educação Especial para os povos indígenas será preciso encontrar novas e diversificadas soluções, será necessário exercitar a autonomia e o empoderamento dos alunos com deficiência, seus professores e familiares para que reivindiquem o respeito aos direitos daqueles que precisam de respostas diferentes às suas necessidades especiais e culturais. A autora ainda cita o IX Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas (IX ELESÍ), realizado em Porto Seguro/BA, no ano de 2012, o qual teve como objetivo discutir temáticas atuais e prioritárias para as escolas e comunidades indígenas. Nesse evento foi produzido pelos povos indígenas participantes uma carta com várias propostas sobre as pautas dos indígenas com deficiências.

Inúmeras são as experiências de retomada e revitalização das línguas indígenas na Bahia (BONFIM, COSTA, 2014) e no Brasil. Experiências essas, que se espalham para outras regiões do país e tencionam os processos de colonialidades presentes nos estudos linguísticos (SILVA, 2019) e nos estudos da identidade, com ênfase na formação e atuação de professores e tradutores intérpretes indígenas (SILVA et al., 2022). Todas as regiões da Bahia têm povos indígenas, sendo, a escola indígena, uma instituição importante na construção de políticas de retomada e revitalização linguísticas. Desde a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena de 2009, os povos indígenas da Bahia estiveram presentes e demandaram que o Estado deverá:

- fomentar e garantir programas de formação bilíngue e multilíngue a partir das realidades sociolinguísticas de cada povo;
- promover em suas comunidades estratégias para valorização, fortalecimento, retomada e revitalização das línguas indígenas nas práticas pedagógicas;
- assegurar o ensino e a valorização das culturas e línguas indígenas, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, garantindo sua oferta em todos os níveis e modalidades de ensino, de acordo com as realidades de cada comunidade;

- garantir políticas para a preservação, retomada e revitalização de línguas indígenas, com assessoria especializada, como linguistas, pedagogos, antropólogos e outros profissionais, para a elaboração de gramáticas, dicionários e materiais didáticos bilíngues;
- criar política de valorização da diversidade sociolinguística, realizando diagnósticos linguísticos com a participação dos povos indígenas;
- oferecer na formação de professores/as indígenas, espaços para a aprendizagem da língua indígena, para que os/as que não são falantes da sua própria língua, disponibilizando materiais e registros existentes sobre essas línguas em museus e universidades para os /as professores/as e escolas indígenas. (CONEEI, 2009)

Dessa forma, acredito na Educação Escolar Indígena como instância importante na construção de políticas de fortalecimento, retomada e revitalização de línguas indígenas, valorizando e potencializando os projetos comunitários que se encontram em andamento. A partir desta construção e movimentos em retomada é que situamos também as Línguas Indígenas de Sinais, pois os indígenas surdos estão inseridos dentro dos territórios ou em contextos urbanos e também participam desse processo de retomada de sua língua, podendo ser escrita, oral ou de sinais.

Existem os indígenas surdos que são oralizados e usam a Libras e a língua oral do seu povo, ou português indígena, existem aqueles que usam a Língua Indígena de Sinais do seu povo e a Libras como empréstimo linguístico e outros que usam apenas a língua de sinais da sua comunidade originária. É importante pensar nessas realidades existentes nas diversas comunidades indígenas e no perfil dos profissionais que estarão diretamente em contato com a formação escolar destes indígenas surdos, levando em consideração a identidade, a cultura, o direito linguístico, os ritos e as tradições. Pensando no aprendizado das LIS dentro dos territórios indígenas é preciso que o/a professor(a)/profissional que irá trabalhar com estes indígenas surdos sejam também indígenas, pois conhecem e experimentam essas vivências em intimidade com os seus pares. É fundamental que os tradutores intérpretes das línguas indígenas de sinais também sejam da comunidade indígena e estejam envolvidos nas manifestações culturais do seu povo, assim como o professor da LIS.

Sabemos do real e do ideal, mas como estamos no processo de retomada da nossa língua, queremos que o indígena com formação específica atue com os nossos parentes indígenas surdos dentro dos territórios pensando do local ao nacional. Que sejam ofertados cursos de formação para todos os professores/profissionais de todos os povos indígenas sem distinção, tendo ou não parentes surdos nestas comunidades. Preparar e formar para atender e garantir os direitos linguísticos e educacionais dos indígenas surdos que vivem nas

comunidades originárias ou em contextos urbanos é pra onde aponta esse movimento de retomada das LIS.

No que se refere especificamente à educação de surdos, para que seja garantida a tão almejada Educação Bilíngue de Surdos, é necessário que a escola garanta o acesso à língua de sinais, Língua Brasileira de Sinais (Libras), e da Língua Indígena de Sinais - LIS para os indígenas surdos nas suas comunidades originárias no Brasil, como primeira língua e a Língua Portuguesa, como segunda língua. Para tanto, a escola precisa ter no seu quadro de pessoal, professores/profissionais, preferencialmente surdos, para que interajam com os alunos surdos e compartilhe suas experiências linguísticas, identitárias e culturais.

O ideal é que as crianças tenham aulas com professores surdos desde a Educação Infantil, para que desde a tenra idade, a criança surda tenha acesso à construção de sua primeira língua. É importante também que em sua sala de aula tenha outros alunos surdos para que haja relação com seus pares, necessária para construção de sua subjetividade. Infelizmente as maiorias das crianças surdas só têm acesso à escola fora do período considerado ideal e, por conta disso, têm acesso tardio à sua primeira língua, o que afeta o seu desenvolvimento, visto que não tem acesso às informações e interações sociais desde cedo como as crianças ouvintes filhas de pais ouvintes. Além disso, a escola pode oferecer em sua grade curricular a disciplina de LIS e Libras, entre outras disciplinas que tratem da diversidade sociocultural existente na unidade escolar.

No caso das LIS como língua de instrução, deve ser garantida a todos os indígenas surdos, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, no entanto, para cada etapa de ensino é necessária uma formação profissional específica para que os alunos sejam atendidos adequadamente em suas particularidades.

É necessário pensar na formação docente adequada para atuação com os alunos indígenas surdos, admitindo o curso de graduação de Licenciatura Intercultural Indígena, Pedagogia Intercultural Indígena, Educação Bilíngue de Surdos, Letras Libras, Bacharelado em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa e/ou Licenciaturas e proficiência (domínio) da Língua Indígena de Sinais. Também salientamos a importância de se discutir sobre as Línguas Indígenas de Sinais das diversas etnias/povos no currículo dos cursos de formação de professores indígenas, respeitando as especificidades da formação docente do professor indígena.

Consto a importância que a formação tanto inicial quanto continuada assume no trabalho pedagógico e a necessidade de atribuição de novos sentidos à maneira como é conduzida a formação continuada de professores, que deve superar visões tradicionais

e explorar a identidade surda. É importante que as práticas pedagógicas no cotidiano escolar bem como o processo de formação continuada de docentes se fomentem na identidade do aluno surdo.

O processo de aquisição da língua de sinais de uma criança indígena surda deve acontecer em um contexto de entendimento da língua portuguesa indígena como segunda língua, gerando uma possível compreensão do mundo, mas a leitura real de mundo precisa acontecer por meio da Língua Indígena de Sinais. Isto é, só através da língua as crianças pensam e discutem sobre o mundo estabelecendo noções e organizando pensamentos, sendo delineado o processo de alfabetização com base na construção da própria língua.

O importante é a interação entre as duas línguas, para que a criança indígena surda cresça, desenvolvendo suas capacidades cognitivas, linguísticas, afetivas e políticas, independentemente do espaço escolar no qual está inserida. Para isso, é necessário conhecer os sujeitos na sua singularidade identitária, linguística, cultural e reconhecer que os alunos surdos precisam de uma educação específica. O ideal, é que o indígena surdo adquira primeiro a língua indígena de sinais e, depois a língua portuguesa indígena para que facilite a sua compreensão, uma vez que o aprendiz da segunda língua utiliza a primeira como estratégia da aprendizagem.

E para não concluir, faço um convite para os pesquisadores(as) e professores(as) indígenas repensem suas bases e práticas, e se lancem ao desafio de buscarem políticas educacionais e linguísticas para o reconhecimento e a oficialização da Língua Indígena Pataxó de Sinais, a implantação e implementação de formação de professores e tradutores intérpretes de Língua Indígena Pataxó de Sinais. É urgente a produção de material didático específico e difusão e ensino das LIS nas comunidades originárias nos seus respectivos TI, bem como compreender e tornar visíveis os espaços não ocupados pelos indígenas surdos e dos professores indígenas e não indígenas, que com eles enfrentam os obstáculos diários do cenário educacional do nosso país.

Diante da importância da diversidade das LIS e da sua aplicabilidade no contexto educacional e social, percebo que esta dissertação não está finalizada, mas inicia aqui um leque de possibilidades partindo de uma discussão acerca das línguas enquanto patrimônio de um povo, que vem lutando por uma educação diferenciada, bilíngue, comunitária e que seja contextualizada para a educação de indígenas surdos. Nesse caminho, os aspectos identitários, culturais e socioeducacionais são centrais. São indígenas surdos que têm direitos linguísticos e que devem ser respeitados, são exemplos de “existência e resistência”. É nesse momento

que destaco a necessidade de conhecer para entender. Saber que a identidade indígena está ligada à intimidade dos indígenas surdos com a ancestralidade.

A existência do indígena surdo e do seu povo pataxó no extremo sul da Bahia legitima a verdadeira existência e resistência da sua identidade, cultura, língua, tradições e história.

Dessa forma, a partir deste tema, da Língua Indígena Pataxó de Sinais, e pensando na diversidade dos povos indígenas e das línguas, culturas e etnias/povos, percebo que esta dissertação possa vir a ser referência no âmbito dos Estudos das Línguas Indígenas de Sinais - LIS, visando à comunicação entre os indígenas surdos, surdos não indígenas, ouvintes, pesquisadores, parceiros e diversos agentes da área da educação de surdos, considerando o tamanho do Brasil, o número de povos indígenas e de suas línguas sejam elas orais, escritas ou de sinais.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Daniela Fernandes. **O retorno da Terra: as retomadas da aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, Sul da Bahia**. São Paulo: Elefante, 2019

ALBRES, N. A. **Os diferentes caminhos para uma educação bilíngue (Libras/Português) na região sul do Brasil**. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 339-363, 2018.

ALMEIDA, Edielso Manoel Mendes de; SEBASTIÃO, Lindomar Lili. **A educação inclusiva de índios surdos no processo de aprendizagem na educação básica**. In: Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa-PB, 2016.

ALMEIDA, Lizlyn Peres. **Tradução Comentada da narrativa de um indígena Wapichana da fronteira Brasil-Guiana para a Libras**. Universidade Federal de Roraima – UFRR. 2022.

ALMEIDA, WG., org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, 197 p. ISBN 978-85-7455-445-7. Available from SciELO Book.

ALKMIM, Solange Lima de. **Educação Especial na Escola Estadual Indígena Bukinuk: desafios e possibilidades**. 2022. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Matemática.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Orientadora: Michele Aparecida de Sá.

ANZALDÚA, G. (2000). **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Estudos Feministas, 8(1), 229-236.

ANDRIOLI, Luciana Regina e FAUSTINO, Rosangela Célia. **Reflexões sobre o atendimento educacional especializado aos povos indígenas**. In: Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, 2012. Disponível em http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_01/004.pdf. Acesso em 05/08/2021

ARAÚJO, Paulo Jeferson P.; Oliveira, Analú F. de (2021). **Línguas de sinais emergentes no Brasil: o caso da Língua de Sinais Macuxi**. Revista de Letras Norte@mentos14(37): 224-240. Disponível em:

<https://periodicos2.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/7756>

ARAÚJO, Bruno Roberto (2018). **A escolarização de indígenas terena surdos: desafios e contradições na atuação do tradutor e intérprete de língua de sinais - TILS** (Dissertação de mestrado em educação). Campo Grande: UFMS.

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201489>

ARAÚJO, Bruno Roberto Nantes (2023). **A colonização pela Libras da Língua de Sinais dos indígenas surdos das aldeias Olho D'água, Barreirinho e Água Azul, da Terra Indígena Buriti, em Mato Grosso do Sul**. (Tese de Doutorado em educação). Universidade Católica Dom Bosco.

ASSIS SILVA, C.A de. **Cultura Surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

ARAÚJO, R. C. D. **Educação escolar indígena intercultural e a sustentabilidade territorial: uma abordagem histórica sobre as Escolas Indígenas Capitão Francisco Rodelas e Pataxó Coroa Vermelha**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado da Bahia. Salvador, p. 140. 2011.

AZEVEDO, Marlon Jorge Silva de (2015). **Contribuições Linguísticas Aplicadas ao ensino da Língua de Sinais na Comunidade Sateré Mawé na Microrregião de Parintins** (Dissertação de mestrado em letras). Manaus: UEA.

<https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/23-13.pdf>

AZEVEDO, Marlon Jorge Silva de (2016). **Minidicionário Trilíngue: Indígena Sateré-Mawé em Libras e Língua Portuguesa**. Manaus: UEA.

_____. Do nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a educação escolar indígena. In: Marilda Almeida Marfan. (Org.). **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores: educação escolar indígena**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BAHIA. **Documento de Consulta DCRB Modalidades: Educação Escolar Indígena**. Redatores: José Carlos Batista Magalhães, Paulo de Tássio Borges da Silva e Rosilene Cruz Araújo. [S.I.], p. 108. 2021.

BAHIA. PROFESSORES INDÍGENAS, POVO PATAXÓ. **Leituras pataxó: raízes e vivências do povo Pataxó nas escolas**. Salvador: MEC/FNDE/SEC/SUDEB, 2005.

BAHIA. PROFESSORES PATAXÓ DO EXTREMO SUL DA BAHIA (org.). **Uma História de Resistência Pataxó**. Salvador: Associação de ações indigenistas; CESE, 2007.

BAHIA. Secretaria Estadual de Educação. **Documento Referencial Curricular da Bahia – DCRB**, Salvador, BA, 2020.

BAHIA, S. D. E. **Professores Indígenas, povo pataxó, leituras pataxó: raízes e vivências do povo Pataxó nas escolas**. Salvador: MEC/FNDE/SEC/SUDEB, 2005.

BALÉE, W. **Culturas de Distúrbio e Diversidade em substratos Amazônicos**. Disponível em:< http://www.biochar.org/joomla/images/stories/Cap_3_Balee.pdf>. Acesso: 05 de Dezembro de 2023.

BALÉE, William. **Historical Ecology: premises and postulates**. *Advances in Historical Ecology*. New York: Columbia University Press, 1998. p. 13-29.

BALÉE, W. 2009. **Culturas de Distúrbio e Diversidade em Substratos Amazônicos**. Editado por W. G. Teixeira, D. C. Kern, B. E. Madari, H. N. Lima, and W. I. Woods. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental.

BANIWA, G. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. 1^a. ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019a.

BANIWA, G. **Direitos humanos e direitos indígenas na perspectiva da Lei n. 11.645/2008**. In: SESC, D. N. Culturas indígenas, diversidade e educação. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019b. p. 82-105.

BARTH, Fredrik. “**Grupos étnicos e suas fronteiras**”. In P. Poutignat e Jocelyne Streiffe-Fenart. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

BARRETOS, Euder Arrais (2016). **A situação de comunicação dos Akwê-Xerente Surdos** (Dissertação de mestrado em letras e linguística). Goiânia: UFG. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5849/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Euder%20Arrais%20Barretos%20-%202016.pdf>

Barrivieira Laureth, C., CLEI TEODORO LOPES, D., Christine Berdusco Menezes, M., & DE CÁSSIA SILVA SANGLARD, R. (2022). **Indígenas surdos, identidade cultural e a interculturalidade em outra perspectiva**. *Revista SCIAS Língua De Sinais*, 1(1), 147 –. Recuperado de <https://revista.uemg.br/index.php/sciasls/article/view/6797>

BASILIER, Terje. Psiquiatra surdo Norueguês – 1993. Disponível no site: http://marinainterprete.blogspot.com.br/2014_09_01_archive.html. Acesso em: 20 abr 2017.

BATISTA, Geisa Cristina, COSTA, Maria da Piedade Resende e DENARI, Fátima Elisabeth (2020). **Ações de políticas públicas da educação especial nas escolas indígenas acreanas**. *Revista Educação Especial*, 33, 31/1-23. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/42075/html>. Acesso em 17/09/2023

BAYTON, Douglas C. *Forbidden sign: American culture and the campaign against Sign Language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

BEZERRA, Erich Teles. 1 vídeo (4:55). **Sinais em LIS/Libras de alguns povos indígenas do Brasil**. Publicado pelo canal do próprio autor, 2023. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=o8_wUg2KirY. Acesso em: 25 Set. 2023.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SILVA, Rosa Helena Dias da. (2007) **Educação escolar indígena no Brasil: da escola para índios às escolas indígenas**. *Agora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 124 - 150, jan/jun. 2007.

BERTO, Flávia de Freitas. **Documento técnico sobre línguas de sinais faladas no Brasil**. INDL/IPHAN. Brasília, 2014.

BEZERRA, Erich Teles (2021). **Uma análise dos sinais-termo das etnias indígenas nas toadas dos bois bumbás** (TCC - Bacharelado em Letras Libras). Universidade Federal de Santa Catarina, Polo Manaus - AM. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/223522>

BEZERRA, Erich Teles (2019). **Práticas na inclusão de índios surdos nas escolas indígenas: contexto Educacional e Sociolinguístico** (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

BEZERRA, Erich Teles; Oliveira, Janaina de Mello (2018). **A constituição do sujeito surdo dentro da cultura indígena sateré mawé: os processos etnolinguísticos próprios de interação e comunicação na família e na escola** (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) 2023. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática da língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, 1995.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Similarities & Differences in Two Brazilian Sign Languages**, Sign Language Studies, v. 42, Spring, 1984, pp. 45-56.

BRITO, L. F. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

BRUNO, M. M. G.; SUTTANA, R. (Orgs). **Educação, diversidade e fronteiras da in/exclusão**. Dourados: UFGD, 2012.

BOMFIM, A. B. **Patxohã, "língua de guerreiro": um estudo sobre o processo de retomada da língua pataxó**. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) Universidade Federal da Bahia – UFBA Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Centro de Estudos Afro Orientais. Salvador, p. 127. 2012.

Disponível em: [Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó. | Bomfim | Revista Linguística \(ufrj.br\)](#).

BUENO, J.G.S. **Surdez, linguagem e cultura**. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 19, n. 46, p. 41-56, set. 1998.

BURATTO, L.G. **O indígena em situação de Deficiência: o duplo desafio da inclusão** (p,1-9). (s.d). disponível em http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivosFile/producoes_gouvea_buratto.pdf. Acesso em: 17 set.2023.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade** (ADI) n. 6622. Ação proposta pela Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (APIB), no STF. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. ISBN: 978-85-7018-698-0-1. Constituição, Brasil (1988). 2. Emenda Constitucional, Brasil. 3. Decreto Legislativo, Brasil. I. Título. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso 06/04/2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2005.

BRASIL. Decreto Nº 5.626. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. MEC. **Do Nacional ao Local, do Federal ao Estadual: as Leis e a Educação Escolar Indígena**. In. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: Formação de Professores (1. 2001: Brasília) Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: Formação de Professores: Educação Indígena. / Marilda Almeida Marfan (Organizadora). Brasília: MEC, SEF, 2002, il.; v.4.

BRASIL. **Lei nº 10.172/2001**. Plano Nacional da Educação.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL - MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, nº 9394**, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em 05/05/2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília DF: Senado, 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 1996.

BRASIL. Resolução nº 5, 22 de junho de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Diário oficial da União, Brasília, DF. 22 jun. 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008.

BRASIL. Resolução do CNE/CEB, nº 4/2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Diário oficial da União, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. (1998) Brasília: MEC/SEF/DPEF.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB 5/2012, publicada no DOU, 25/06/ 2012, Seção 1, p. 7.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, **Estatuto do Índio**. Decreto nº 6001, 19 de dezembro, 1973.

BRASIL. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC, SEF, 1993.

BRASIL. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. 2. ed. Brasília: MEC/ SEF/DPEF, 1994.

BRASIL. **As Leis e a Educação Escolar Indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena/organização** Luís Donisete Benzi Grupioni. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, Brasília: MEC/SECADI, 2012.

_____. Decreto 5.626/2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso: 06/04/2023.

_____. Lei da Libras, 10.436/2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso: 06.04.2023.

_____. **Decreto nº 6.949/2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso: 06/04/2023.

_____. Diário oficial da união. Publicado em: 04/08/2021 | Edição: 146 | Seção: 1 | Página: 1 Órgão: Atos do Poder Legislativo. **LEI Nº 14.191, de 3 de Agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**, Art.2º. Disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica>. Acesso em: 25 out 2023.

_____. **A comparative study of signs for time and sapce in São Paulo and Urubu-Kaapor Sign Language**. In: STOKOE, William C.; VOLTERRA, V (eds.) Proceedings of the 3rd International Symposium on Sign Language Research. Romay Silver Spring: CNR y Linstok Press. 1983.

_____. **BNCC e a Diversidade Indígena: Desafios e Possibilidades**. Brasília: MEC/SECAD/Museu Nacional, 2020.

_____. **Minidicionário Sataré-Mawé em Libras**. Parintins, 2016.

_____. **Quais são as produções acadêmicas sobre índios surdos no Brasil?**. In: IV Encontro Regional Sul de História Oral – Culturas, Identidades e Memórias. 2007.

Campbell, Lyle e Lee, Nala Huiying e Okura, Eve e Simpson, Sean e Ueki, Kaori. 2022. O Catálogo de Línguas Ameaçadas (EICat). Base de dados disponível em <http://endangeredlanguages.com/userquery/download/>, acesso em 28/08/2022.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Serviços: Banco de teses. 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/?login-url-success=/capesdw/#/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walquíria Duarte; MAURÍCIO, Aline C. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (DEIT-Libras)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2009.

CARLIEZ, M. L. S. S.; FORMIGOSA, E.; CRUZ, E. B. **Accessibilité et égalité des chances aux micro- -communautés des sourds brésiliens: vers la reconnaissance des langues des signes pratiquées par les sourds de Soure (Île de Marajó) et Fortalezinha-PA et Porto de Galinhas-PE**. MOARA, v. 1, p. 113-143, 2016.

CARNEIRO, Bruno Gonçalves; LUDWIG, Carlos Roberto. **Organização da escola para o aluno surdo**. In: CAVALHEIRO, Juciene; LUDWIG, Carlos Roberto; LANES, Elder José. (Org.). *Língua(gem), ensino e formação docente*. Manaus: Editora UEA, 2019, p. 226-239.

CASTRO, Renata Cruz; JESUS, GOMES, Elenira Oliveira; MATOS, Rosinete Pereira Silva; FRANCISCO, Rosyane Pedro; ALMEIDA, Lizlyn Peres. 1 vídeo (55:05). **Roda de conversa com as parentes sobre "escolarização e atendimento de indígenas surdos"**. Publicado pelo canal do Instituto Federal Baiano - campus Teixeira de Freitas, 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TnLtohtjBM>. Acesso em: 25 Out. 2023.

CASTRO, Renata Cruz. 1 vídeo (10:46). **Onde nossas mãos precisam chegar: a realidade da Educação de Surdos em São Paulo de Olivença (AM)**. Publicado pelo Canal do curso de

Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras / Português (TILSP) da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sAlQGketxVM>. Acesso em: 01 Out. 2023.

CASTRO, Renata Cruz. [Onde nossas mãos precisam chegar: a realidade da educação de surdos em São Paulo de Olivença \(AM\)](#). (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC). Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/18993?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 12 fev. 2024.

CERQUEIRA, Ivanete de Freitas; TEIXEIRA, Elizabeth Reis. **Iconicidade e realidade: um olhar sobre a produção de sinais dos surdos do município de Cruzeiro do Sul/AC**. In: ANTHESIS: Revista de Letras e Educação da Amazônia Sul-Ocidental, ano 05, nº 08, 2016. Disponível em: <file:///D:/Users/Windows7/Downloads/496-1272-1-PB.pdf>

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COELHO, Luciana Lopes (2011). **A constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola** (Dissertação de mestrado em educação). Dourados: UFGD. <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/620>

COELHO, Luciana Lopes (2019). **A educação escolar de indígenas surdos Guarani e Kaiowá: discursos e práticas de inclusão** (Tese de doutorado em educação). Dourados: UFGD. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/925>> Acesso em: 22 de agosto de 2022.

COELHO, Luciana Lopes. **O ensino da língua portuguesa para estudantes indígenas surdos em escolas indígenas do MS**. In: O Primeiro Seminário Nacional de Línguas Indígenas de Sinais-SENLIIS. Anais...Bragança(PA) UFPA, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/738718-O-ENSINO-DA-LINGUA-PORTUGUESA-PARA-ESTUDANTES-INDIGENAS-SURDOS-EM-ESCOLAS-INDIGENAS-DO-MS>. Acesso em: 23/12/2023

COMAPA, Marta Morúbo. **Trajetórias, identidades e narrativas: aproximações das histórias de aprendizagem de português por um surdo e uma indígena ouvinte.** Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ces/concurso_2013/PDFs/resol_federal_05_1_2.pdf. Acesso: 07/04/2023.

COELHO, Luciana Lopes. **A constituição do sujeito surdo na cultura Guarani-Kaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola.** 2011, 127 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2011.

COSTA, Edivaldo da Silva; NASCIMENTO, Leoni Ramos Souza, PRATES, Magno Prado Gama. **KARAI JE'EHA JAKWARAHÃ! (COMUNIQUE-SE BEM!): UM ESTUDO SOBRE AS LÍNGUAS DE SINAIS DAS TERRAS INDÍGENAS.** Revistas Humanidades & Inovação. Tocantins, [v. 8 n. 37 \(2021\): Discurso e Alteridade II](#), 2021.

Costa, E. da S., Bezerra, E. T., & Nascimento, L. R. S. (2022). **Etnoterminologia de etnias das línguas de sinais das terras indígenas brasileiras.** LIAMES: Línguas Indígenas Americanas, 22(00), e022006. Disponível: <https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8668367>

COSTA, Leandro Tenazor da; INHAPE, Alessandro dos Santos; ROBERTO, Agnaldo Reginaldo; ARAÚJO, Domingos de Souza; SANTOS, David Kaique Rodrigues dos. 1 vídeo (59:37). **Roda de conversa com os parentes sobre "escolarização e atendimento de indígenas surdos"**. Publicado pelo canal do Instituto Federal Baiano - campus Teixeira de Freitas, 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CaYzjTClGmI&t=24s>. Acesso em: 25 Set. 2023.

COSTA, Edivaldo da Silva; BEZERRA, ERICH TELES; NASCIMENTO, Leoni Ramos Souza. **Diversidade entolinguística das Línguas Indígenas de Sinais no Brasil.** In: O Primeiro Seminário Nacional de Línguas Indígenas de Sinais-SENLIS. Anais...Bragança(PA) UFPA, 23. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/67731>

0-DIVERSIDADE-ENTOLINGUISTICA-DAS-LINGUAS-INDIGENAS-DE-SINAIS-NO-BRASIL. Acesso em: 23/12/2023

COSTA, Miriã Gil de Lima. **Mapeamento dos sinais Paiter Suruí no contexto da comunidade familiar**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto velho-RO, 2017.

COSTA, M. G. L. (2017) **Mapeamento dos sinais da comunidade surda do povo paiter suruí no contexto familiar**. Dissertação de mestrado. Porto Velho: UNIR, 2017.

CUNHA, Jonatan Braz. I? **atxôhã Patxôhã: upãp hãwmã?tây itsã âpiäkkxex = A língua Patxôhã: das palavras aos números**. 2018. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura)–Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Habilitação em Matemática.

CRISTINE, Thaianny; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; OLIVEIRA, Waldma Maira Menezes de. **IDENTIDADE E DIFERENÇA: O lugar do surdo na cultura Assurini**. In: O Primeiro Seminário Nacional de Línguas Indígenas de Sinais-SENLI. Anais...Bragança(PA) UFPA, 23. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/68594-1-IDENTIDADE-E-DIFERENCA--O-LUGAR-DO-SURDO-NA-CULTURA-ASSURINI>. Acesso em: 23/12/2023

DAMASCENO, L. M.S. **Surdos Pataxó: inventário das Línguas de Sinais em território etnoeducacional**. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas. Convenção 169 da OIT. Sistema ONU e a proteção aos direitos dos povos indígenas. Sistema Interamericano e os direitos humanos dos povos indígenas. Povos Indígenas, Genocídio e o Tribunal Penal Internacional.

DINIZ, A.; DOS SANTOS PEREIRA, R.; NASCIMENTO DA SILVA OLIVEIRA, V. Inclusão no discurso e exclusão, na prática: vozes de educandos com deficiência na Universidade Federal do Acre entre 2016–2022: Inclusion in discourse and exclusion, in practice: voices of students with disabilities at the Federal University of Acre between

2016–2022. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5993>. Acesso em: 31 dez. 2023.

DOCUMENTO DE CONSULTA DCRB MODALIDADES. **Educação Escolar Indígena**: José Carlos Batista Magalhães; Paulo de Tássio Borges da Silva e Rosilene Cruz Araújo – Bahia – 2021.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (org). **Literatura Indígena Contemporânea Brasileira: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

DUARTE, Hádisson André Santos. **Educação escolar indígena de jovens e adultos no colégio estadual da aldeia indígena caramuru – Pau Brasil (BA)**. 2020. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Língua, Artes e Literatura.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Orientador: Maria Gorete Neto.

ELER, Rosiane Ribas de Souza (2017). **Mapeamento de sinais da educação escolar indígena dos surdos Paiter Suruí** (Dissertação de mestrado em letras). Porto Velho: UNIR. <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3286>

Eler, R. R. de S., & Carvalho, J. I. R. F. de. (2022). **Mapeamento de sinais do contexto escolar da comunidade surda indígena Paiter Suruí**. LIAMES: Línguas Indígenas Americanas, 22(00), e022010. <https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8667561>

ENTZINGER, H. B.; MARTINIELLO, M.; WENDEN, C. W. Migration between states and markets. [S.I.] Asghate, p. 19, 2004.

Fargetti, Cristina Martins; Soares, Priscilla Alyne Sumaio (2016). **Sinais terena e grafocentrismo em línguas de sinais – contribuições teóricas**. Revista Ideação 18(1): 105-125. <https://doi.org/10.48075/ri.v18i1.17306>

FARGETTI, C. M.; SUMAIO, P. A. Numerals in Juruna. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 375–392, 2015. DOI: 10.20396/liames.v15i2.8642307. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/8642307> Acesso em: 23 ago. 2022.

FENSKE, Elfi Kürten (pesquisa, seleção, edição e organização). *Julie Dorrico - nas trilhas da literatura indígena*. In: Templo Cultural Delfos, março/2023. Disponível no link. (acessado em 29/10/2023).

FERNANDES, Fernando. **Sinalização Tucuju: uma análise morfológica dos sianis compostos em Libras na região de Macapá, Amapá.** In: O Primeiro Seminário Nacional de Línguas Indígenas de Sinais-SENLIS. Anais...Bragança(PA) UFPA, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/715946-SINALIZACAO-TUCUJU--UMA-ANALISE-MORFOLOGICA-DOS-SINAIS-COMPOSTOS-EM-LIBRAS-NA-REGIAO-DE-MACAPA-AMAPA>. Acesso em: 23/12/2023

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. **Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro**. Educar em Revista. Ed: UFPR, Curitiba - PR, Edição Especial n. 2, p. 51-69, 2014.

FERNANDES, S. F. **Surdez e linguagens: é possível o diálogo entre as diferenças?** Curitiba, 1998.216 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

FERRARI, Ana Carolina Machado. **A construção de corpos com e sem deficiência nas práticas de circulação de conhecimento Xakriabá**. 2020. Disponível em: [Repositório Institucional da UFMG: A construção de corpos com e sem deficiência nas práticas de circulação de conhecimento Xakriabá](#)

FERRARI, Ana Carolina Machado; SOARES, Priscilla Alyne Sumaio; SANTOS, David Kaique Rodrigue dos. 1 vídeo (1:31:40). **A formação e atuação de TILS indígenas**. Publicado pelo canal do Instituto Federal Baiano - campus Teixeira de Freitas, 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xeg9yG90qno>. Acesso em: 25 Set. 2023.

FERREIRA, Ana Carina Alves. **Praça da resistência: símbolo e espaço de aprendizado da luta Pataxó**. 2020. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Língua, Artes e Literatura.) –

Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
Orientador: Gilcinei Teodoro Carvalho.

FERREIRA, Ana Clara Nogueira. **Educação escolar de alunos indígenas com deficiência: um estudo da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha–BA**. 2021. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Ciências Sociais e Humanidades.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Orientadora: Michele Aparecida de Sá.

FERREIRA, Ana Clara Nogueira; MATOS, Rosinete Pereira Silva. **Educação escolar de alunos indígenas com deficiência: um estudo da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha/BA..** In: O Primeiro Seminário Nacional de Línguas Indígenas de Sinais-SENLS. Anais...Bragança(PA) UFPA, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/71804-7-EDUCACAO-ESCOLAR-DE-ALUNOS-INDIGENAS-COM-DEFICIENCIA--UM--ESTUDO-DA-ESCOLA-INDIGENA-PATAXO-COROA-VERMELHABA>. Acesso em: 23/12/2023.

FERREIRA, B.M.S. **A Libras na Formação do Professor: Por uma Educação Inclusiva de Qualidade**. Revista virtual de cultura surda e diversidade. Edição 4. Petrópolis: Arara Azul. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/revista/04/compar2.php>

FERREIRA - BRITO, L. **Integração social & surdez**. Rio de Janeiro, Babel,1993. Fundamentos em fonoaudiologia, vol. 1: Linguagem. Rio de Janeiro,Guanabara, 998.

FERREIRA, Silvani Bomfim. **A Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha e sua História**. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. No prelo.

FERREIRA, Irene da Conceição. **Processo de Letramento Lúdico na Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha**. Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, Instituto Federal de educação e ciências tecnologias, Bahia, 2018.

FERREIRA, Ivanilton. **Minidicionário digital da língua de sinais Munduruku**. Orientadora: Arlete Marinho Gonçalves; Coorientadora: Maria Ataíde Malcher. 2021. 154 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino) - Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior, Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13594>. Acesso em: 25 out 2023.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

FLICK, Uwe. O que é pesquisa qualitativa? In: . **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 15-32.

FORMIGOSA, Ellen. **Étude de la variation linguistique de la ls au Brésil dans l'enseignement de la Libras**, Paris 8. 2015.

FUSELLIER-SOUZA, Ivani. **Emergence and Development of Signed Languages: From a Semiogenetic Point of View**. Sign Language Studies, 7(1). Gallaudet University Press. 30–56. 2006.

FRANCISCO, Jessica Pedro; FRANCISCO, Rosyane Pedro; VILHALVA, Shirley. 1 vídeo (2:23:25). **Línguas de sinais indígenas | Festival de culturas surdas**. Publicado pelo canal do ITAÚ CULTURAL, 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=e7eAfd5K1gQ>. Acesso em: 25 Dez. 2023.

FRANCO, Celma Correa; SILVA, Antônio Lopes da; REGINA, Elizabete. **A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais nas escolas Xakriabá: Xukurank e Uikitu Kuhinã**. 2017. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura)–Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Habilitação em Ciências Sociais e Humanidades.

GARCIA, Jessika da silva; VILHALVA, Shirley. **Acessibilidade linguística no Bioparque Pantanal: sinalário e percursos dos aquários em línguas de sinais: Língua Brasileira de Sinais, Língua Americana de Sinais, sinais internacionais e Línguas Indígenas de Sinais (Libras/ASL/SI/LSI)**.. In: O Primeiro Seminário Nacional de Línguas Indígenas de Sinais-SEN LIS. Anais...Bragança(PA) UFPA, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/710939-ACESSIBILIDADE-LINGUISTICA-NO-BIOPARQUE-PANTANAL--SINALARIO-E-PE>

RCURSO-DOS-AQUARIOS-EM-LINGUAS-DE-SINAIS--LINGUA-. Acesso em: 23/12/2023.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIROLETTI, M. F. P. **Cultura surda e educação escolar Kaingang**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91404>>. Acesso: 15 de agosto de 2022.

GODOY, Gustavo. **Os Ka'apor: seus gestos e sinais**. 2020. 385f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [Os Ka'apor, os gestos e os sinais | Gustavo Godoy - Academia.edu](https://academia.edu).

GOMES, Elenira Oliveira. **História e Construção da Língua de Sinais Hátxa Kui Brasileira (LSHKB)**. Universidade Federal do Acre – UFAC. 2020. Disponível em: [Revista Brasileira de Línguas Indígenas \(unifap.br\)](https://revista.unifap.br)

OLIVEIRA GOMES, E. . (2019). **Introdução histórica da Língua de Sinais Kaapos**. *Revista Em Favor De Igualdade Racial*, 3(1), 33–41. Recuperado de <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/3095>

GOMES, J. C.; VILHALVA, Shirley. **As línguas de sinais indígenas em contextos interculturais**. Coleção Registros de estudos e pesquisas das línguas de sinais indígenas no Brasil Volume 2. 1. ed. Curitiba - PR: Editora CRV, 2021. v. 2. 116 p.

Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística / pesquisa, Thiago Costa Chacon [et al.]. – Brasília, DF: Iphan, 2014.

GROCE, Nora Ellen. *Everyone Here Spoke Sign Language: Hereditary Deafness on Martha's Vineyard*. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1985.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **“Educação em contexto de diversidade étnica: os povos indígenas no Brasil”**. In: RAMOS, Marise Nogueira et alli (orgs.). *Diversidade na educação: reflexões e experiências*. Brasília: MEC, págs.111-121, 2003.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **“Um território ainda a conquistar”**. In: **Educação escolar indígena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento**. Rio de Janeiro: IBASE, págs. 33-55, 2004.

GRUPIONI, L. D. B. **Contextualizando o Campo da Formação de Professores Indígenas no Brasil**. In: **Formação de Professores indígenas**: Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

HALL, S. (1992). **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. Tradução de Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. DPeA Editora, Rio de Janeiro, 2006.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: **SILVA, T. T. (Org.)**. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 103-133. 2014.

HAMMARSTRÖM, Harold; FORKEL, Robert; HASPELMATH, Martin. **Yucatec Maya Sign Language**. Jena, Germany: Max Planck Institute for the Science of Human History, 2.

Hammarström, Harald & Forkel, Robert & Haspelmath, Martin & Bank, Sebastian. 2023. **Glottolog 4.8**.

HAVILAND, J. (2019). **Gramaticalizando o rosto (assim como as mãos) em uma língua de sinais de primeira geração: o caso do Signo Familiar Zinacantec**. Artigos da Conferência Internacional de Linguística Histórica, 22, 520-560. Recuperado em 15 de abril de 2022. Disponível: <https://pages.ucsd.edu/~jhaviland/Publications/HavilandNaplesText4.pdf>

HENRIQUE, Dyego Ramos (2014). **Indígenas surdos e a deficiência no SUS: A percepção multiprofissional no atendimento no sistema de saúde no município de Dourados - Mato Grosso do Sul**. (Monografia de graduação em saúde coletiva). Brasília: UNB. 2014.

HENRIQUE, Dyego Ramos. **Língua de sinais brasileira: análise de campanhas do Ministério da Saúde na perspectiva da pessoa surda**. 2017. 209 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

HOFFMEINSTER, R. J. **Famílias, crianças surdas, o mundo dos surdos e os profissionais da audiologia**. In: SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos. v. 2. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, p. 113-130, 2009.

Hou, L. (2016). "**Dar as mãos**": línguas gestuais familiares na comunidade de San Juan Quiahije. Austin: Teses de Doutorado A Universidade do Texas em Austin. Recuperado em 20 de Novembro de 2023. Disponível: <http://hdl.handle.net/2152/46879>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Os indígenas no Senso Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor e raça**. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE. Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso: 07/04/2023.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sobre pessoas com deficiência auditiva, censo 2010. Disponível em: . Acesso em: 20 dez. 2023.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sobre pessoas com deficiência auditiva e Povos Indígenas, censo 2022. Disponível em: . Acesso em: 20 dez. 2023.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Brasil) Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília-DF, 2016.

JACKSON, D. (1981). **Uma abordagem objetiva da linguagem manual**. In D. Jackson (Coord.), *Audição e Linguagem na Educação Especial: Experiência Mexicana* (pp. 26-48). México: Unidade de Promoção Voluntária-Secretaria de Programação e Orçamento-Coordenação Geral dos Serviços Nacionais de Estatística, Geografia e Informática. Recuperado em 25 de Outubro de 2017.

Disponível:http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/historicos/2104/702825460082/702825460082_1.pdf

JESUS, Jessiá Braz de, RAHME, Mônica Maria Farid e FERRARI, Ana Carolina Machado. **Educação intercultural indígena e educação matemática: o percurso de um jovem surdo de etnia Pataxó**. Revista do Programa de Pós- graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Volume 11, número 27– 2018.

Disponível em <https://periodicos.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/7248/5511>. Acesso em 17/072023.

Johnson, Jane E.; Johnson, Russel J. (2008). **Assessment of regional language varieties in Indian sign language**. SIL Electronic Survey Report 2008-006. <https://www.sil.org/resources/archives/9033>

JUNIOR, Elias Paulino da Cunha; VILHALVA, Shirley; RODRIGUES, Hamilton Pereira; ERNSEN, Bruno Pierin; ZAJAC, Silvana. 1 vídeo (3:07:09). **Ciências Humanas e Pesquisas sobre a Língua de Sinais na Perspectiva de Formação Educativa para Surdos**. Publicado pelo canal do Grupo de Estudos Bilíngue (Libras e Português) em Ciências Humanas, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pnoiHKMqhmc>. Acesso em: 25 Set. 2023.

Junior CSD, Verona AP. **Deficiências visual, auditiva e motora entre a população indígena no Brasil**. Cadernos de Saúde Pública 2018; 34(10):e00131717 doi: 10.1590/0102-311x00131717

KAKUMASU, James Y.; KAKUMASU, Kiyoto. **Karai je'eha jakwarahã! - Comunique-se bem!**. Cuiabá: SIL, 1994. 99 p. (Livro de Frases Úteis Urubu-Kaapor). Circulação restrita.

KAKUMASU, J. Y. (1968). **Urubu-Kaapor Sign Language**. International Journal of American Linguistics, 34(4) 275–281.

KARNOPP, Lodenir B.; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise (Orgs.) **Cultura Surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.

Kozłowski, Lorena. (2000) **A educação bilíngue-bicultural do surdo**. In Lacerda, C.B.F.; Nakamura, H.; Lima, M.C. (org.), Surdez e abordagem bilíngue. São Paulo: Plexus.

KNAPP, C.; MARTINS, A. M. S. **Alguns apontamentos para a efetivação de uma Educação Escolar Indígena específica e diferenciada: identificando desafios e construindo possibilidades**. In: LANDA, M. B. Educação indígena e interculturalidade: um debate epistemológico e político. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017. p. 82-115.

KRENAK, Ailton. 1 vídeo (11m42s). **Enquanto tiver gente no Brasil, vai ter presença indígena.** Publicado pelo canal Nexo Jornal, 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=urjJJwpGMJQ>. Acesso em: 10 Mar. 2020.

KISCH, Shifra. Deaf discourse: Social construction of deafness in a Bedouin community in the Negev. MA thesis, Tel Aviv University. 2000.

LANE, Herlan. When the mind hears: a history of the deaf. New York: Tandom House, 1984.

LEITE, Andrea dos Santos. **As Línguas Indígenas de Sinais em Mato Grosso: notícias de uma professora surda.** Dissertação de mestrado, Universidade do estado de Mato Grosso – UNEMAT, 2021.

LEWIS, M. Paul (org.) 2009. **Ethnologue: Línguas do Mundo, 16ª Edição (2009).** 16ª ed. Dallas, TX: SIL Internacional.

LIMA, Juliana Maria da Silva (2013). **A criança indígena surda na cultura Guarani-Kaiowá: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola.** (Dissertação de mestrado em educação). Dourados: UFGD. <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/644>

LIMA, Kátia do Socorro Carvalho (2009). **Educação de surdos no contexto Amazônico: um estudo da variação linguística na Libras.** (Dissertação de mestrado em educação). Belém: UEPA.

LODI, Ana Cláudia Balieiro; HARRISON, Kathryn Marie P. Harrison; CAMPOS, Sandra Regina L. de Campos; TESKE, Ottmar. (Orgs). **Letramento e minorias.** Porto Alegre: Editora Mediação, 6ª edição, 2013.

LODI, Ana Cláudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (Org.) **Uma escola duas línguas.** Letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Editora Mediação, 1º edição. 2009.

LOPES, Andréa Raquel da Silva Tavares. **Levantamento Terminológico em Libras para os Termos Indígenas dos Tapeba.** (2020) (Trabalho de conclusão de curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

LOPES, Maura Corsini. **Surdez & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MATOS, Raimunda de Jesus. **Desafios e possibilidades nas construções curriculares da Escola Municipal Indígena Pataxó Coroa Vermelha**. 145 f. 2022. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ensino Étnico Raciais) – Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, Bahia, 2022.

MACHADO, G. F. **Concepção das deficiências entre os povos indígenas Yanomami e Waiwai: um olhar do pesquisador, do profissional da saúde e do educador**. 2016. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

MARTINOD, E. **Les LS pratiquées par des sourds isolés de Marajó**. Dissertação de Mestrado defendida na Université Vincennes Saint Denis- Paris 8, 2013.

MATOS, Raimunda de Jesus. **Desafios e possibilidades nas construções curriculares da Escola Municipal Indígena Pataxó Coroa Vermelha**. 145 f. 2022. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ensino Étnico Raciais) – Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, Bahia, 2022.

MATOS, Rosinete Pereira Silva; GOMES, Elenira Oliveira. 1 vídeo (1:01:30). Mesa redonda **"Educação Especial e Inclusiva com a interface da Educação Escolar Indígena"**. Publicado pelo canal do Instituto Federal Baiano - campus Teixeira de Freitas, 2023. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=XzO_M_aKn9s. Acesso em: 25 Set. 2023.

MATTOSO CÂMARA JR, Joaquim. **Introdução às línguas indígenas brasileiras**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1965.

MELO, Vitória Manoela de Oliveira. **Formação de professores indígenas de Pankararu e a implicação da disciplina de Libras para a compreensão do trabalho do tradutor intérprete e a educação de surdos**. 2022. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais - Libras /Língua Portuguesa) – Universidade Federal de São Carlos – UFCar, São Paulo, 2022. Orientadora: Mariana de Lima Isaac Leandro Campos.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 28. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 407 p.

MONTEIRO, Bruna Sales (Mihai'wery Pataxó). **Professores Pataxó e a relação de ensino e aprendizagem com o estudante com deficiência**. 2022. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Matemática.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Orientadora: Erica Dumont Pena; Coorientadora: Rosamaria Santana Paes Loures.

MONTEIRO, Bruna Sales; PENA, Érica Dumont; LOURES, Rosamaria Santana Paes. **A relação entre os professores pataxós o ensino e a aprendizagem dos estudantes com deficiência**. In: O Primeiro Seminário Nacional de Línguas Indígenas de Sinais-SENLI. Anais...Bragança(PA) UFPA, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/718086-A-RELACAO-ENTRE-OS-PROFESSORES-PATAXOS-O-ENSINO-E-A-APRENDIZAGEM-DOS-ESTUDANTES-COM-DEFICIENCIA>. Acesso em: 23/12/2023.

MOURA, Joicilene dos Santos. **Estudo comparativo entre sinais caseiros e a Libras com surdos de Canaúanim**. Universidade Federal de Roraima – UFRR. 2019.

MOURA, Mônica Lima Silva de (2020) **Mapeamento de surdos indígenas no povo xukuru do Ororubá no contexto dos estudos surdos**. In Gomes, João Carlos (org.) (2020). **Epistemologias dos estudos surdos: língua, cultura e educação sob o signo da diversidade cultural**. Coleção Registros de estudos e pesquisas das línguas de sinais indígenas no Brasil, vol. 1: 123-140. Curitiba: Editora CRV.

MOTA, Chayane da. **Sinais da natureza e novas tecnologias: buscando o diálogo entre diferentes gerações**. 2020. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Língua, Artes e Literatura.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Orientador: Ana Maria Rabelo Gomes.

MOTA, Liliâne Rodrigues. **Estudo sobre o léxico Akwe Xakriabá: uma proposta de escrita e uma chamada para a revitalização da língua**. 2020. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em

Língua, Artes e Literatura.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Orientador: Carlo Sandro de Oliveira Campos.

MUNDURUKU, D. **“Posso ser quem você é sem deixar de ser quem eu sou”**: uma reflexão sobre o ser indígena. In: SESC, D. N. Culturas indígenas, diversidade e educação. Rio de Janeiro: Departamento Nacional, 2019. p. 40-54.

MUSSATO, Michelle Sousa (2017). **O que é ser índio sendo surdo? um olhar transdisciplinar** (Dissertação de mestrado em letras). Três Lagoas: UFMS. <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3598>

MUSSATO, Michelle Sousa; CLAUDETE, Cameschi de Souza. (2019). **O conflito linguístico e identitário do sujeito surdo terena: uma reflexão sobre política linguística**. Anais SIEL e Semanas de Letras 1: 100-109. Campo Grande: FAALC/UFMS.

MUSSATO, Michelle Sousa. **Surdo-Terena: a (in)existência de sujeitos (s)em política(s) linguística(s)**. 289 f. 2015. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2022.

NYST, Victoria; BAKERr, Anne. **The phonology of name signs: a comparison between the sign languages of Uganda, Mali, Adamorobe and The Netherlands**. In: BAKER, Anne; VAN DEN Bogaerde, Beppie; CRASBORN, Otto (eds.). Cross-linguistic perspectives in sign language research: Selected papers from TISLR 2000. Hamburg: Signum. pp. 71–80. 2003.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 169, aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002 e promulgada pelo Presidente da República pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

OLIVEIRA, Valdirene Nascimento da Silva. **Identidade e práticas interculturais na escola indígena Apurinã na aldeia Camicuã - Boca do Acre**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre – UFAC. Rio Branco, 2018.

OLSON, Kenneth S.; LEWIS, M. Paul. **Ethnologue and language mapping**. In: ALBAUGH, E.; DeLUNA, K. M (eds.). Tracing language movement in Africa. Oxford University Press, 2018.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas**, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2007.

OVIEDO, Alejandro. **Lengua de Señas Urubú-Kapor: el caso de un pueblo brasileño bilingüe em una lengua hablada e una de señas**. Cultura Sorda Eu, Berlim-AL, s/d.

Padden, Carol; Humphries, Tom (1988). *Deaf in America: voices from a culture*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

PATAXÓ, P. **Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia**. Bahia: Atxohã / Instituto Tribos Jovens (ITJ), 2011.

PEREIRA, V. M. **A circulação da cultura na escola indígena Xakriabá**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PEREIRA, Éverton Luís. **Fazendo cena na cidade dos mudos: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 380p. 2013.

PEREIRA, Éverton Luís. **Fazendo cena na cidade dos mudos: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 380p. 2013.

PESCA, Adriana. **Artesanias Indígenas de uma escrita-abraço e seus transbordamentos**. Universidade Federal do Sul da Bahia/UFSB. Porto Seguro, 2021.

PESCA, Adriana; FLORENCIO, Gabriela; MATOS, Raimunda; (orgs). **TESSITURAS CURRICULARES DE UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA: proposta Curricular da Educação Escolar Indígena Municipal de Santa Cruz Cabrália**. Produção Coletiva do Povo Pataxó, Escolas de Coroa Vermelha e Mata Medonha. Santa Cruz Cabrália, 2022.

PERLIN, GLADIS. **Identidades Surdas**. Em Skliar, Carlos (org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

POMPEU, Inai'ury Carneiro. **O Desenvolvimento da Língua Indígena de Sinais do Povo Tentehar.** (TCC) Licenciatura Intercultural para Educação Escolar Indígena – LIEBI. 2022. Ciências da Linguagem. Universidade Estadual do Maranhã – UEMA. 2022.

POMPEU, Inai'ury. **Projeto sobre Língua Indígena de Sinais do Povo Tentehar** - Lispot, C.E.I. Bibiana de Sousa, grupo JIAK Wiririhu, Aldeia Kwarahy, Terra Indígena Rodeador, 2022.

PORTO, H. T. **Processos comunicacionais, identitários e cidadãos: Pataxós em "territórios" de resistências e de utopias.** Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Leopoldo, p. 273. 2019.

POUTIGNAT, P.; FENART, J. S. **Teorias da Etnicidade.** Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha. Santa Cruz Cabralia; Bahia, 2016-2018.

PROPOSTA CURRICULAR DA EJA – Educação de Jovens e Adultos – Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, Bahia, 2019.

PPP. **Projeto Político Pedagógico.** Escola Municipal Pataxó de Coroa Vermelha. Santa Cruz Cabralia. 2016.

PPP. **Projeto Político Pedagógico.** Colégio Estadual Indígena Coroa Vermelha – 2015/2017.

Quadros, R. M. de & SILVA, D. S. **Comunidades Surdas Brasileiras.** Em: Comunidades Sordas em América Latina - Comunidades Surdas na América Latina. Romana Castro Zambrano & Cleide Emília Faye Pedrosa (organizadoras). Editora Bookess. Florianópolis. 2017.

QUADROS, Ronice Müller de. **Documentação da Língua Brasileira de Sinais.** Anais 5 Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística. 17 a 20 de novembro de 2014. Foz do Iguaçu, Paraná. IPHAN, Ministério da Cultura. Brasília. 2016. p.157-174.

RAMOS, Maria A. da S.; LIMBERTI, Rita de C. A. P. **Trajetória da educação escolar para indígenas: o percurso de construção de sentido**. In: LIMBERTI, Rita de C. A. P.; GUERRA, Vania M. L.; NOLASCO, Edgar C. (orgs). Olhares sobre a constituição do sujeito contemporâneo: cultura e diversidade. Dourados: Editora UFGD, 2013.

REFERENCIAL CURRICULAR PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS, (RCNEI), Ministério da Educação, Secretaria Educação Fundamental- Brasília: MEC/SEF, 2002.

Repositório de artigos científicos Portal Scientific Electronic Library Online (SciELO) 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/>. Acesso em 10 fev. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **Diários Índios: Os urubus – Kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Disponível em: [SciELO - Brasil - Diários índios: Os Urubus-Kaapor Diários índios: Os Urubus-Kaapor](#).

RIBEIRO, V. L.; BARBOSA, R. L. L.; MARTINS, S. E. S. O. **Pais ouvintes e filhos surdos: o lugar das famílias em propostas educacionais bilíngues**. Educação, Santa Maria, v. 44, 2019.

Rodrigues, Aryon Dall’Igna (1986). **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola.

RODRIGUES, D. S. **A Educação Inclusiva na Escola Indígena Ebenezer do Povo Tikuna da Comunidade de Filadélfia no município de Benjamin Constant – AM**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2014. Disponível em http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/BRSIFE/483/rodrigues_ds_tmp343.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 17/07/2023.

RODRIGUES, Uilian Conceição de Souza. **É assim que é feito: infância indígena pataxó em tempos de pandemia na Aldeia Águas Belas**. 2022. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Matemática.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Orientadora: Carolina Tamayo Osório.

SÁ, Michele Aparecida de. **Educação e Escolarização da criança indígena com deficiência em Terra Indígena Araribá**. 183 f. 2015. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SÁ, Michele Aparecida de e CAIADO, Katia Regina Moreno. **Educação Especial na Educação Escolar Indígena: contribuições da pesquisadora Marilda Moraes Garcia Bruno**. Interfaces da Educ., Paranaíba, v.9, n.27, p. 399-417, 2018. Disponível em <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3132/2636>. Acesso em 17/07/2023.

SANTANA, ANA PAULA; BERGAMO, ALEXANDRE. **Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

SANT'ANA, Sâmelá Celeste Garcia Viturino. **Educação de índios surdos no Brasil: desafios linguísticos e culturais**. 2016, 58 p. Monografia (Pedagogia Bilingue). Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Rio de Janeiro-RJ, 2.

SANTOS, David Kaique Rodrigues dos; PESCA, Adriana Barbosa; PINTO, Danilo César Souza; SOUZA, Gabriela Florencio de Jesus. **Educação Escolar Indígena: um ensaio sobre seus desafios**. 2022. Disponível. <http://anais.uesb.br/index.php/sepab/issue/current/showToc>

SANTOS, David Kaique Rodrigues. 1 vídeo (1:31:14). **Línguas Indígenas de Sinais: uma diversidade linguística a ser conhecida**. Publicado pelo canal do grupo de pesquisa Currículo, Diferença e Formação de Professores - CNPq, 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6AD8LrIg7c0>. Acesso em: 24 Set. 2023.

SANTOS, David Kaique Rodrigues; DAMASCENO, Letícia de Souza Magalhães, VILHALVA, Shirley. 1 vídeo (1:14:50). **Mesa redonda "Educação Bilingue: contextualizando a Educação de Indígenas Surdos"**. Publicado pelo canal do Instituto Federal Baiano - campus Teixeira de Freitas, 2023. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=8WeUQw_ebWs. Acesso em: 24 Set. 2023.

SANTOS, David Kaique Rodrigues dos; DAMASCENO, Letícia de Souza Magalhães; VILHALVA, Shirley. **O ensino das Línguas Indígenas de Sinais e da Libras na perspectiva do Multilinguismo..** In: O Primeiro Seminário Nacional de Línguas Indígenas

de Sinais-SENLIS. Anais...Bragança(PA) UFPA, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/716980-O-ENSINO-DAS-LINGUAS-INDIGENAS-DE-SINAIS-E-DA-LIBRAS-NA-PERSPECTIVA-DO-MULTILINGUISMO>. Acesso em: 23/12/2023.

SANTOS, David Kaique Rodrigues dos et al.. **A importância da formação do TILIS/TILSP na educação de indígenas surdos**.. In: O Primeiro Seminário Nacional de Línguas Indígenas de Sinais-SENLIS. Anais...Bragança(PA) UFPA, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/i-seminario-de-linguas-indigenas-de-sinais-lis-361388/751168-A-IMPORTANCIA-DA-FORMACAO-DO-TILISTILSP-NA-EDUCACAO-DE-INDIGENAS-SURDOS>. Acesso em: 23/12/2023.

SANTOS, David Kaique Rodrigues; HENRIQUE, Dyego Ramos; FERREIRA, Ivanilton. 1 vídeo (1:10:30). **Mesa redonda "Desafios da escolarização e atendimento de saúde de indígenas surdos"**. Publicado pelo canal do Instituto Federal Baiano - campus Teixeira de Freitas, 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rbN6fnFHb3Y>. Acesso em: 24 Set. 2023.

SANTOS, David Kaique Rodrigues dos, SILVA, Bruno Henrique da; INHAPE, Alessandro dos Santos; VARELA, Albert Ferreira. 1 vídeo (1:31:10). **Meu Lugar de Fala: LIS, territórios, identidades e inclusão**. Publicado pelo canal do Museu das Culturas Indígenas, 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0mtiHFYhkfc>. Acesso em: 24 Set. 2023.

SANTOS, D. K. R. dos; SILVA, D. B. L. da; VILHALVA, S.; SANTOS, S. F. Diversidade linguística e cultural na perspectiva indígena nos campos institucional e educacional. *Grau Zero - Revista de Crítica Cultural*, Alagoinhas-BA: Fábrica de Letras - UNEB, v. 11, n. 1, p. 159–177, 2023. DOI: 10.30620/gz.v11n1.p159. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/v11n1p159>. Acesso em: 14 fev. 2024.

SANTOS, Maria Hilda Santana. **Aldeia Agricultura. Movimentos, Resistências e outras Sociabilidades Pataxó em Coroa Vermelha**. Curso de Licenciatura Intercultural Indígena-LICEEI, Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Bahia, 2018.

SANTOS, Inglis Sales dos. **Linguagem dos rituais da cultura pataxó: relações entre cantos e adereços**. 2020. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígena, Habilitação em Língua, Artes e Literatura.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Orientador: Carlos Augusto Novais.

SANTOS, Leonardo Silva dos Santos (Leonardo Pataxó). **Trajetória da educação e da escola indígena na comunidade pataxó da Aldeia Sede, Carmésia–MG**. 2022. [41 p.] f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural Para Educadores Indígenas, Habilitação em Matemática.) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Orientadora: Shirley Aparecida de Miranda.

SANTOS, Irlan Marcos Cerqueira. **O acesso do surdo Ka’apor em sua comunidade indígena à educação: uma discussão de inclusão**. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís-MA, 2015.

SANTOS, Maicon Rodrigues dos. **ĀGAYPĪHĪ ŪG KUÃ: EXPERIÊNCIAS ANTI(CONTRA)COLONIAIS A PARTIR DOS INTERCÂMBIOS ESTUDANTIS INTERCULTURAIS PATAXÓ**. Universidade Federal dos Sul da Bahia – UFSB. 2021.

SANTOS, M. R. dos, VIEIRA, V. C., & FERRAZ, J. de A. (2022). **Navegantes do Solimões: a emergência de sinais Omágua-Kambeba à luz da análise de discurso crítica**. LIAMES: Línguas Indígenas Americanas, 22(00), e022007. <https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8667953>

SILVA, Diná Souza da; QUADROS, Ronice Müller de. **Línguas de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 22111-22127. 2019. <https://doi.org/10.34117/bjdv5n10-342>

SILVA, Bruno Henrique da. **Educação de surdos indígenas em uma comunidade Pankararu no interior de Pernambuco: Educação Inclusiva, Educação Bilíngue ou o quê?** Universidade Federal de São Carlos – São Paulo, 2019.

Silva, B. H. da ., Candia, C. E. S. ., & Santos, D. K. R. dos . (2023). **Meu lugar de fala: formação e atuação de professores e tradutores intérpretes de Línguas Indígenas de**

Sinais. *Cadernos Macambira*, 7(3), 290–297. Recuperado de <https://revista.laprudes.net/index.php/CM/article/view/821>

SILVA, Diná Souza da. **Inventário de línguas de sinais emergentes encontradas no Brasil: o caso da Cena (Jaicós ? PI) e da língua de sinais de Caiçara (Várzea Alegre ? CE)**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229358>

SILVA, G. de G. e. (2022). **Língua de sinais, gestos e cores: o caso ka'apor**. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, 22(00), e022012. <https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8667939>

SILVA, Bruno Henrique da; SOARES, Priscilla Alyne Sumaio; MOURA, Indira Simionatto Stedile Assis. 1 vídeo (1:31:40). **A Importância do Estudo Linguístico das Línguas Indígenas de Sinais. Publicado pelo canal da Década das Línguas Indígenas - Brasil**, 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XBzZ-W3ThOg>. Acesso em: 25 Set. 2023.

SILVA, Karina Bispo da. **Entrevista com a Karina Pataxó, concedida a David Kaique Rodrigues dos Santos**. Santa Cruz Cabrália, Novembro de 2023. [A entrevista encontra-se transcrita no texto desta dissertação].

SILVA, Marcio. **A conquista da Escola: Educação Escolar e Movimento de Professores Indígenas no Brasil**. Em Aberto: Educação Escolar Indígena, 1994.

SOARES, Ana Manoela Primo dos Santos. **Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas**. *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991), 30(2), 2021.

SOARES, Ana Manoela Primo dos Santos. **Ser mulher Karipuna e outras subjetividades em contexto de deslocamento entre a aldeia em Oiapoque e o espaço urbano belenense**. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 1–23, 2020. DOI: 10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18347. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18347>. Acesso em: 01 Out. 2023.

SOARES, Ana Manoela Primo dos Santos. (2022). **A autoria coletiva e a autoetnografia: experiências em antropologia com as parentas Karipuna do Amapá**. *Boletim do Museu*

Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 17(2), e20210026. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0026.

SOARES, Priscilla Alyne Sumaio; VILHALVA, Shirley, ARAÚJO, Bruno Roberto Nantes. 1 vídeo (1:31:40). **A importância das pesquisas sobre línguas indígenas de sinais. Publicado pelo canal da Década das Línguas Indígenas - Brasil**, 2023. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kAbkOHiFONU>. Acesso em: 25 Set. 2023.

SOARES, P. A. S. **LÍNGUA TERENA DE SINAIS: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos terena da Terra Indígena Cachoeirinha**. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP – Campus de Araraquara, 2018.

Disponível em: <
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/155878/soares_pas_dr_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 28 de março de 2022.

SOARES, P. A. S., & Fargetti, C. M. (2022). **Línguas indígenas de sinais: pesquisas no Brasil**. LIAMES: Línguas Indígenas Americanas, 22(00), e022004. <https://doi.org/10.20396/liames.v22i00.8667592>

SOARES, Priscilla Alyne Sumaio; FARGETTI, Cristina Martins. **Uma língua indígena de sinais brasileira**. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), v.1, nº 1, p.318-326, jan./jun. 2021.

SOARES, Priscilla Alyne Sumaio; VILHALVA, Shirley; ARAÚJO, Bruno Roberto Nantes. 1 vídeo (2:00:03). **A importância das pesquisas sobre línguas indígenas de sinais**. Publicado pelo canal do V Seminário de Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Letras UFMS/CPAQ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kAbkOHiFONU>. Acesso em: 30 Dez. 2023.

SOUZA, Gabriela Florêncio de Jesus. **Educação Escolar Indígena na Aldeia de Coroa Vermelha: História, Desafios e Conquistas**. Curso de Licenciatura Intercultural Indígena-LICEEI, Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Bahia, 2019.

SOUZA, Ivan de. **HQ Sinalizada: SÉNO MÓKERE KAXÉ KOIXÓMUNETI**. Trabalho de conclusão de curso apresentado no Curso de Letras Libras da Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2021.

SCHERMER, Trude (2004). **Lexical variation in sign language of Netherlands**. https://www.gebarencentrum.nl/media/33555/92_file1.pdf

SHUMAN, M. (1980). **O som do silêncio em Nohya: Um relato preliminar do uso da língua de sinais pelos surdos em uma comunidade maia em Yucatán, México**. Ciências da Linguagem, 2(1), 144-173. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0388-0001\(80\)80009-X](https://doi.org/10.1016/S0388-0001(80)80009-X)

SKLIAR, C. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, C. (org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. v. 2. Porto Alegre: Mediação, 2016. (p. 7-14).

SKLIAR, Carlos. **A Surdez**: Um olhar sobre as diferenças. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: _____. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998b. p. 7-32.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

SURUÍ, Adriano Pawah; LEITE, Kécio Gonçalves. **Etnomatemática e Educação Escolar Indígena no contexto do povo Paiter**. Zetetike, Campinas, SP, v. 26, n. 1, p. 94-112, abr. 2018.

STUMPF, Marianne R. **Educação de surdos e novas tecnologias**. Licenciatura e Bacharelado em Letras - Libras na modalidade à distância/UFSC, 2010.

SUMAIO, Priscilla Alyne. **Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da Libras e de sinais nativos por indígenas surdos**. 2014.

TEMÓTEO, Janice Gonçalves. **Diversidade linguístico-cultural da língua de sinais do Ceará: um estudo lexicológico das variações da Libras na comunidade de surdos do Sítio Caiçara**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175 p.

TUXÁ, Rosilene C. de A. **Gerenciamento da educação escolar indígena, poder público e a relação com o movimento indígena: experiência e reflexão**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade. Salvador, v. 19, n 33, p. 51-60, jan – jun 2010.

UNESCO (2020). A UNESCO lança consultas em todo o mundo sobre a elaboração do Plano de Ação Global da Década Internacional das Línguas Indígenas (IDIL 2022-2032). Disponível em: <https://pt.UNESCO.org/news/faca-parte-do-planejamento-estrategico> - Disponível em: <https://pt.UNESCO.org/news/faca-parte-do-planejamento-estrategico>.

Ulrike Zeshan. 2013. **Partículas de Perguntas em Línguas de Sinais**.

In: Dryer, Matthew S. & Haspelmath, Martin (orgs.)

WALS Online (v2020.3) [Conjunto de dados]. Zenodo.

<https://doi.org/10.5281/zenodo.7385533>

(Disponível online em <http://wals.info/chapter/140>, Acesso em 30/12/2023.)

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Editora Moraes, 1997.

VILHALVA, S. **Índios surdos: mapeamento das Línguas de Sinais do Mato Grosso do Sul**. Petrópolis, RJ, Ed. Arara Azul, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/92972/271269.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

VILHALVA, Shirley. 1 vídeo (1:38:54). **Línguas Indígenas de Sinais: o Despertar do Silêncio com Shirley Vilhalva**. Publicado pelo canal do Museu das Culturas Indígenas, 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tAsbsiDP7Rs>. Acesso em: 25 Dez. 2023.

VILHALVA, Shirley; COSTA, Edivaldo da Silva. 1 vídeo (1:18:47). **Educação de Indígenas Surdos no Brasil**. Publicado pelo Departamento de Letras Libras da UFS, 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gVsZ55-Ls3g>. Acesso em: 26 Dez. 2023.

VILHALVA, S. **Mapeamento das línguas de sinais emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso do Sul**. Dissertação de Mestrado pelo

Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/92972/271269.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

VILHALVA, S. **Pedagogia Surda**. Disponível em: <http://www.editora-araraazul.com.br/pdf/artigo8.pdf>. Acesso em 22 de set. de 2008.

VILHALVA, Shirley; BRUNO; Roberto Nantes Araújo. **Educação de indígenas surdos e as línguas indígenas de sinais**. LÍNGUATEC, v. 7, p. 348-359, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/LinguaTec/article/view/5989/3122>. Acesso: 06/04/2023.

WILCOX, S.; WILCOX, P. P. **Learning to see: teaching American Sign Language as a Second language**. Washington, DC : Gallaudet University Press, 1997.

WOODWARD, J. **Attitudes toward deaf people on Providence Island**. Sign Language Studies (7, 18), p. 49-68, 1978.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC: Brasília. CAPES: UAB, 2009.

ZESHAN, Ulrike (2006). **Raízes, folhas e ramos - A tipologia de línguas de sinais**. In Ronice Müller de Quadros; Maria Lúcia B. de Vasconcellos (orgs.), *Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais*. 9º Theoretical issues in sign language research conference, pp. 30-39. Florianópolis, Brasil, dezembro de 2006. Editora Arara Azul. https://editora-arara-azul.com.br/ebooks/catalogo/completo_port.pdf

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

CONVIDAMOS o(a) senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar de uma pesquisa científica.

Por favor, leia este documento com bastante atenção e, se você estiver de acordo, rubricue as primeiras páginas e assine na linha “Assinatura do participante”, no ponto 8.

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: *David Kaique Rodrigues dos Santos.*

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: *Daniilo César Souza Pinto.*

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA

O título da pesquisa a qual você é convidado (a) a participar é: *Língua Indígena Pataxó de Sinats: um enfoque na formação escolar dos indígenas pataxós surdos*

2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):

Esta pesquisa servirá para evidenciar a importância da formação escolar de alunos indígenas pataxós surdos. Por meio deste trabalho poderemos refletir sobre a formação da identidade indígena Pataxó, reafirmando a sua validade no meio social e educacional.

2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

Evidenciar a formação escolar dos indígenas surdos e a Língua de Sinats refletindo o processo de construção da identidade Indígena Pataxó Surda., além de descrever o processo de etnicidade evocado pelos falantes da Língua Indígena Pataxó de Sinats.

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Se você aceitar participar desta pesquisa, combinaremos um momento no qual você será entrevistado. Serão perguntas referentes a sua vida educacional. Em relação as perguntas, fique tranquilo: você sempre terá a opção de responder ou não.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

O local da entrevista será nas residências dos participantes na Comunidade Indígena de Coroa Vermelha. Previamente definimos os dias 16/01/2023 a 12/05/2023. Que são passíveis de mudança a depender da disponibilidade dos entrevistados.

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

02:50 minutos

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequiê
(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas:

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO MODERADO ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

A pesquisa apresenta riscos mínimos que podem vir a ser: possível desconforto ao estar sendo gravado, timidez, receio ao contar alguma situação, recordações; memórias ou sentimentos que possam vir a ser desagradáveis.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Para minimizar os riscos da pesquisa os dados obtidos serão protegidos em equipamento específico, como meio de evitar sua propagação sem a devida permissão. Os dados da entrevista serão guardados em um pendrive e ficarão sob os cuidados do pesquisador. Fica resguardado, também, o sigilo referente a identificação do participante e a liberdade de encerrar sua fala, reverter e retirar alguma informação sempre que achar necessário.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

A curto prazo a pesquisa não trará benefícios diretos aos participantes

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

A longo prazo a pesquisa servirá de base para novos estudos, assim como para demonstrar um panorama da importância da formação escolar na construção da Identidade Indígena Paixó Surda.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas se você acabar gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.

6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?

R: Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: Não. Você só precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

6.7. O que acontecerá com os dados que você fornecer nessa pesquisa?

R: Eles serão reunidos com os dados fornecidos por outras pessoas e analisados para gerar o resultado do estudo. Depois disso, poderão ser apresentados em eventos científicos ou constar em publicações, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos em revistas, livros, reportagens, etc.

6.8. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: Em geral, não. O(A) pesquisador(a) tem a obrigação de garantir a sua privacidade e o sigilo dos seus dados. Porém, a depender do tipo de pesquisa, ele(a) pode pedir para te identificar e ligar os dados fornecidos por você ao seu nome, foto, ou até produzir um áudio ou vídeo com você. Nesse caso, a decisão é sua em aceitar ou não. Ele precisará te oferecer um documento chamado "Termo de Autorização para Uso de Imagens e Depoimentos". Se você não aceitar a exposição ou a divulgação das suas informações, não o assine.

6.9. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídas.

6.10. Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R.: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Há, também uma cartilha específica para tratar sobre os direitos dos participantes. Todos esses documento podem ser encontrados no nosso site (www2.uesb.br/comitedeetica).

6.11. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: David Kaique Rodrigues dos Santos.

Endereço: Av. José Moreira Sobrinho, s/n, Jequié - Bahia - CEP 45208-091.

Fone: (73) 3526-2669 (Alternativo: 73 3525-5546) / **E-mail:** davidlibras6@gmail.com.

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

em participar do presente estudo;

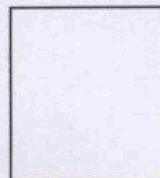
com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Jequié, Bahia, 14 de março de 2023

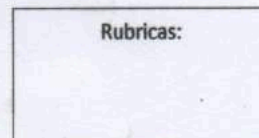
Katuma Bizarro da Silva

Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)



Impressão Digital
(Se for o caso)

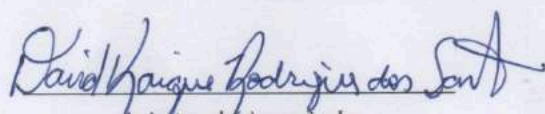
Página 3



9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Jequié, Bahia, 14 de março de 2023


Assinatura do(a) pesquisador

Página 4

Apêndice B – Termo de Autorização de uso de imagem e depoimentos

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	Língua Indígena de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas surdos pataxós
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	David Kaique Rodrigues dos Santos

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004), da Portaria n.º 177/PRES/2006 e do Artigo 6º, da Funai.

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Jequié, Bahia, 14/03/2023

Karina Bimpo da Silva

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

David Kaique Rodrigues dos Santos

Assinatura do(a) pesquisador

Apêndice C – Roteiro para as entrevistas semiestruturadas



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
 ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS COM ÊNFASE EM
 CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
 CONTEMPORANEIDADE-PPGREC



LÍNGUA INDÍGENA PATAXÓ DE SINAIS: UM ENFOQUE NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS INDÍGENAS PATAXÓS SURDOS

Entrevistas com os alunos indígenas pataxós surdos

Dados preliminares

1. Nome:
2. Sexo do participante:
2. Idade:
3. Qual a sua etnia/aldeia? (“Você é o que?”)
4. É casado (a)? Possui filhos (a)?
5. Tem religião? Qual?
6. Escolaridade dos pais. São todos indígenas?
7. Escolaridade dos irmãos. São todos indígenas?
8. Sempre viveu aqui na comunidade? Como foi sua infância? (participação nas atividades da comunidade) relação com a comunidade, com os irmãos, primos, parentes, etc.). E fora?
9. Onde aprendeu a Língua Pataxó de Sinais? Quais Línguas de Sinais você sabe?
10. Você estabelece relações com indígenas surdos de outras comunidades? Quais?

Questões sobre a escolarização

11. Como foi o início da escolarização (relação com os outros colegas e professores)? (Língua de Sinais? Contato com outros indígenas surdos e surdos não indígenas?)
12. Qual língua prefere ser instruído? Você teve contato com diferentes línguas de sinais? Você considera que sua comunicação é realizada por Libras ou pela Língua Indígena Pataxó de Sinais?
13. Durante o seu processo formativo, qual a língua era disponibilizada para que você tivesse acesso aos conteúdos escolares?

14. Você percebia uma adaptação no currículo escolar que buscava atender às suas necessidades linguísticas, culturais e identitárias? Comente sobre essas experiências no espaço escolar.

15. Em algum momento se sentiu excluído por esta educação que foi posta a você? Como/Descreva esse (s) momento(s).

Reflexões conceituais

16. O que é (como é) ser Pataxó?

17. Como você se compreende como uma Indígena Pataxó Surda na sociedade? (mercado, escola, trabalho, bar, ônibus, bar) (dentro e fora da comunidade)

Apêndice D – Declaração de Pesquisador Adicional

DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE PESQUISADOR ADICIONAL

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA: Línguas Indígenas de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas surdos Pataxó
PESQUISADOR RESPONSÁVEL: David Kaique Rodrigues dos Santos

IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADOR ADICIONAL:

NOME: Fernanda dos Santos Alves Fernandes
VINCULAÇÃO:
CATEGORIA: *Profissional*
ÁREA: *Tradutora Intérprete de Libras/Português.*
INSTITUIÇÃO: Colégio Estadual Indígena Pataxó de Coroa Vermelha
CONDIÇÃO DE ENVOLVIMENTO: *assistente de pesquisa*

COMPROMISSO DO PESQUISADOR ADICIONAL:

Declaro, para os devidos fins, integrar o grupo de pesquisadores do projeto acima especificado e estar plenamente ciente do teor das Resoluções N.º. 466/2012 e N.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, da Norma operacional CNS N.º. 001/2013, bem como me comprometer, integralmente, com a observância e cumprimento dos termos dispostos na Declaração Geral de Compromissos e demais instrumentos referentes aos direitos e obrigações dos pesquisadores e dos participantes, apresentados a este Comitê pelo pesquisador responsável quando da aprovação do projeto.

Jequié, 27/09/2022

ASSINATURAS

Pesquisador adicional Fernanda S. A. Fernandes
Pesquisador Responsável pelo projeto David Kaique Rodrigues dos Santos

Apêndice E – Declaração de Pesquisador Adicional



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS COM ÊNFASE EM
CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE-PPGREC



DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Declaro para os devidos fins que, eu, Shirley Vilhalva, linguista surda colaboradora, RG _____, CPF _____, estou ciente da minha participação no projeto de pesquisa CAAE nº 63758822.2.0000.0055, intitulado: “Língua Indígena Pataxó de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas pataxós surdos”, que tem como pesquisador responsável o (a) sr. (a) David Kaique Rodrigues dos Santos (proponente), estando de acordo e me comprometendo a cumprir a legislação vigente do sistema CEP-CONEP. Também declaro ter participado conjuntamente ao pesquisador e a sua interlocutora de pesquisa Karina Bispo da Silva na produção dos sinais específicos pataxós e das aldeias da Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha e Mata Medonha.

Jequié – Bahia, 06 de dezembro de 2023

Documento assinado digitalmente
SHIRLEY VILHALVA
Data: 06/12/2023 09:57:10-0300
Verifique em <http://validar.it.gov.br>

Linguista Surda Colaboradora

Documento assinado digitalmente
DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS
Data: 06/12/2023 08:56:52-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Pesquisador responsável

Apêndice F – Autorização para coletas de dados

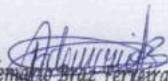
AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

Eu, Ademário Braz Ferreira, ocupante do cargo de Diretor Escolar do(a) Escola Municipal Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, **AUTORIZO** a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado Língua Indígena de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas surdos pataxós, dos pesquisadores David Kaique Rodrigues dos Santos e Fernanda dos Santos Alves Fernandes após a aprovação do referido projeto pelo CEP/UESB.

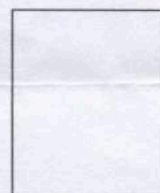
Em tempo, asseguro dispormos da infraestrutura e dos recursos necessários para viabilizar a execução do procedimento, conforme explicitado no projeto, em atendimento à alínea “h” do ponto 3.3, e do ítem 17 do ponto 3.4.1, ambos do título 3 da Norma Operacional CNS nº 001/2013.

Jequié, 14/03/2023


Ademário Braz Ferreira
DIRETOR ESCOLAR

DECRETO Nº 033/2020
Ass. do(a) responsável pela autorização da coleta

Carimbo:



Impressão Digital
(Se for o caso)

Apêndice G – Autorização para coletas de dados

AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

Eu, Verônica Silva Santos, ocupante do cargo de Diretor Escolar do(a) Colégio Estadual Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, **AUTORIZO** a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado Língua Indígena de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas surdos pataxós, dos pesquisadores David Kaique Rodrigues dos Santos e Fernanda dos Santos Alves Fernandes após a aprovação do referido projeto pelo CEP/UESB.

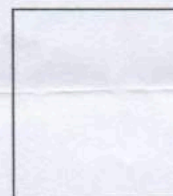
Em tempo, asseguro dispormos da infraestrutura e dos recursos necessários para viabilizar a execução do procedimento, conforme explicitado no projeto, em atendimento à alínea “h” do ponto 3.3, e do item 17 do ponto 3.4.1, ambos do título 3 da Norma Operacional CNS nº 001/2013.

Jequié, 14/03/2023

Verônica S. Santos

Ass. do(a) responsável pela autorização da coleta

Carimbo: Veronica Silva Santos
Autorização nº 27.0039/20
Vice Diretora



Impressão Digital
(Se for o caso)

Apêndice H – Declaração de Pesquisador Adicional

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS COM ÊNFASE EM
CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE-PPGREC

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA**

Declaro para os devidos fins que, eu, Rosinete Pereira Silva Matos, professora, indígena, RG _____ SSP/BA, CPF _____, estou ciente da minha participação no projeto de pesquisa CAAE nº 63758822.2.0000.0055, intitulado: "Língua Indígena Pataxó de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas pataxós surdos", que tem como pesquisador responsável o (a) sr. (a) David Kaique Rodrigues dos Santos (proponente), estando de acordo e me comprometendo a cumprir a legislação vigente do sistema CEP-CONEP.

Jequié – Bahia, 05 de fevereiro de 2024

Rosinete Pereira Silva Matos.

Colaboradora

David Kaique Rodrigues dos Santos

Pesquisador responsável

ANEXOS

Anexo A – Declaração de compromissos

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PARA PESQUISAS COM SERES HUMANOS

(Aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

TÍTULO DA PESQUISA: Língua Indígena Pataxó de Sinais: um enfoque na formação

escolar dos indígenas pataxós surdos

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: David Kauque Rodrigues dos Santos

O pesquisador responsável pela estudo supracitado, seu(sua) orientador(a)/orientando(a), bem como os eventuais outros membros e assistentes da pesquisa, DECLARAM ESTAR CIENTES DE QUE LHEM SÃO INAFASTÁVEIS A OBSERVÂNCIA E O CUMPRIMENTO de todas as responsabilidades previstas nos princípios e normas estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde, nas Resoluções nº 466/2012 e nº. 510/2016, na Norma Operacional nº 001/2013, bem como nas demais legislações atinentes à ética em pesquisa com seres humanos, cujos principais termos estão abaixo explicitados:

TÍTULO 1

Compromisso Geral

- I. Cumprir os requisitos da Resolução CNS Nº 466/2012 e da Resolução 510/2016 (nas pesquisas de ciências humanas e sociais) e suas complementares;
- II. Utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo;
- III. Publicar os resultados da pesquisa, quando de sua conclusão, independentemente de serem eles favoráveis ou não;
- IV. Conduzir o estudo de acordo com o protocolo, observando e salvaguardando os princípios éticos cabíveis, as Boas Práticas Clínicas e as Boas Práticas de Laboratório;
- V. Conduzir e supervisionar pessoalmente as pesquisas clínicas;
- VI. Informar ao patrocinador do estudo, ao Comitê de Ética em Pesquisa e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre os eventos adversos graves que venham a ocorrer durante o desenvolvimento da pesquisa.
- VII. Iniciar a coleta de dados somente após obter as aprovações necessárias por parte do CEP/UESB e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando for o caso;
- VIII. No caso de submissão de projeto da modalidade “Relato de Caso”, mesmo com a coleta de dados já tendo sido iniciada, divulgar estes dados somente após a aprovação do CEP/UESB;
- IX. Estar devidamente cadastrado na Plataforma Brasil.

TÍTULO 2

Compromissos Financeiro e Orçamentário

- I. Não haverá pagamentos ao participante da pesquisa por conta da sua participação;
 - a) Admite-se, entretanto, o ressarcimento de despesas relacionadas à sua participação no estudo, se necessário, tais como despesas com transporte e alimentação;
- II. Nenhum exame ou procedimento realizado em função da pesquisa pode ser cobrado do participante, do seu responsável ou do agente pagador de sua assistência (no caso de pesquisas clínicas), devendo o pesquisador ou o patrocinador do estudo cobrir tais expensas;
- III. O duplo pagamento pelos procedimentos não pode ocorrer, especialmente envolvendo gasto público não autorizado (pelo SUS);
- IV. A Instituição proponente, as participantes, as coparticipantes e aquelas que figurarem como campo de coleta de dados devem ter conhecimento da pesquisa e de suas repercussões orçamentárias;
- V. O A remuneração do pesquisador deve constar como item específico de despesa no orçamento da pesquisa;

Seja ciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 1

- a) Este pagamento nunca pode ser de tal monta que induza o pesquisador a provocar alteração da relação riscos/benefícios para os participantes.

TÍTULO 3

Compromisso de Indenização

- I. É garantido aos participantes da pesquisa (e aos seus responsáveis ou acompanhantes, quando cabível) o direito à indenização (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, seja na dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano;
- II. Sob hipótese alguma será exigida dos participantes da pesquisa a renúncia ao direito à indenização.

TÍTULO 4

Compromisso Metodológico

- I. Toda a pesquisa envolvendo seres humanos produz riscos. Destarte, serão admissíveis apenas as pesquisas nas quais o risco seja justificado em relação ao benefício esperado. (Resolução CNS Nº 466/2012 – V. 1.a);
- II. É eticamente inútil, -e, portanto, inaceitável-, a pesquisa cujo projeto seja inadequado do ponto de vista metodológico;
- III. O arquivo contendo a íntegra do projeto de pesquisa deve, em especial, delinear, claramente, os critérios de inclusão e exclusão referentes ao estudo; descrever, detalhadamente, a metodologia a ser utilizada e informar, de forma adequada e atualizada, a lista de referências bibliográficas utilizada.

TÍTULO 5

Compromisso Documental

- I. É imprescindível entregar, ao CEP/UESB e, quando cabível, à CONEP, relatórios parciais (no mínimo semestrais) e finais da pesquisa, bem como notificações de eventos adversos sérios e imprevistos que venham a ocorrer durante o andamento do estudo.
- II. Cabe ao pesquisador acompanhar todos os trâmites de seu projeto na Plataforma Brasil, independentemente de qualquer mensagem enviada pelo sistema.

Jequié, / / 2022

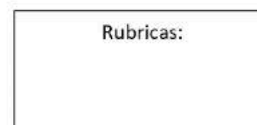
ASSINATURAS

Pesquisador Responsável:

Orientador(a)/Orientando(a):

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 2

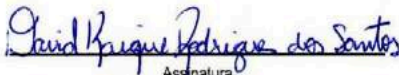



Anexo B – Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS: UM ENFOQUE NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS INDÍGENAS SURDOS PATAXÓ			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 4			
3. Área Temática: Estudos com populações indígenas;			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS			
6. CPF: 117.630.037-79	7. Endereço (Rua, n.º): Rua Boa Esperança Campo Verde SANTA CRUZ CABRALIA BAHIA 45807000		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 73991951893	10. Outro Telefone:	11. Email: davidlibras6@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>26 / 09 / 2022</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB	13. CNPJ: 13.069.489/0001-08	14. Unidade/Orgão:	
15. Telefone: (73) 3525-6683	16. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>Marcos Lopes de Souza</u>	CPF: <u>262.152.248-02</u>		
Cargo/Função: <u>VICE-COORDENADOR</u>			
Data: <u>26 / 09 / 2022</u>	 Assinatura		
PATROCINADOR PRINCIPAL		Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza Vice-Coordenador Matrícula 72421389-2 UESB / ODEERE / PPGREC	
Não se aplica.			

Anexo C – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UESB

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS: UM ENFOQUE NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS INDÍGENAS SURDOS PATAXÓ

Pesquisador: DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 2

CAAE: 63758822.2.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.927.522

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram obtidas das Informações Básicas do Projeto (arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2011341.pdf, gerado na Plataforma Brasil em 27/09/2022).

INTRODUÇÃO

Sou indígena Pataxó, professor na Educação Básica na disciplina de Libras, fluente em Língua Brasileira de Sinais – Libras e atuante na Formação dos professores indígenas na Comunidade de Coroa Vermelha em Santa Cruz Cabrália – Bahia. Nasci na cidade de Pau Brasil - Bahia. Minha mãe é Assistente Social e meu pai era pescador e hoje atua como armador de obras. Estudei em escola pública na Educação Básica, e passei no vestibular para a Licenciatura Plena em História, na Faculdade Santo Agostinho de Ipiaú - Bahia em 2007. Tive o primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais - Libras, no meio religioso, acompanhava a pregação e admirava a brilhante interpretação em Libras. As expressões e as mãos da intérprete falavam comigo e eu simplesmente não conseguia parar de olhar para aquela fluente atuação. Minha tia Míriam Oliveira Santos (in memoria) era professora efetiva e atendia no contra turno uma aluna surda (Haillana), que constantemente frequentava a igreja, a casa da minha avó e outros espaços em que eu vivia. Em 2004 comecei a frequentar o CAP (Centro de Apoio Pedagógico de Eunápolis), que na época era

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.927.522

específico para surdos e fui mantendo contato e aprendendo a Libras com os surdos, aproveitava a oportunidade para convidá-los para os cultos e para passeios. Assim, comecei a receber livros e informações de cursos voltados para a área dos estudos surdos e Libras, ora em contextos religiosos, ora em espaços educacionais. De repente, com a convivência veio à fluência, mas tive que buscar a formação específica para atuação com o grupo de surdos que eu estava inserido. Em 2005 fui convidado para o curso de Libras e sinais bíblicos, cursei e passei a interpretar louvores em Libras para os surdos convidados e os cultos conduzidos pelo pastor da igreja. Descobri o que eu queria para o meu futuro, ser professor de Libras e tradutor intérprete. Por ainda não existir o curso específico para a tão sonhada formação, foi então que ouvi falar do Exame Nacional de Proficiência em Difusão do Uso e Ensino e Tradução e Interpretação da Libras (PROLIBRAS), exame que certificava e habilitava o portador a atuar em nível nacional. Antes de concluir o ensino superior, passei no PROLIBRAS realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com o MEC/INEP/SECADI no ano de 2008. Em 2011, ingressei na Faculdade Nossa Senhora de Lourdes - FNSL, na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, no Instituto de Ensino Teológico - IET, SENAC, ministrando a disciplina Libras nos cursos de graduação e pós em Libras e Educação de Surdos. Fiquei alguns anos ministrando aulas nessas referidas instituições, ora em uma, ora em outra, até que houve um aumento significativo da demanda pelos cursos de licenciatura e exigência do MEC da disciplina como sendo obrigatória. Muitos ampliaram os trabalhos, inclusive eu. Buscando por formação e informação, fiz vários cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas da Educação Especial e Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos: BRAILLE, Libras nos diversos níveis e modalidades, Autismo, Superdotação e Altas habilidades, AEE para Surdos, Ensino de Libras, Tradução, Projeto de Educação Bilíngue de Surdos, Educação Bilíngue de Surdos: da teoria à prática, Educação de Surdos em Tempos de Pandemia e Introdução a Interpretação da Libras. Concluí a pós-graduação em Inclusão e Diversidade na Educação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Licenciatura em Letras Libras pelo Centro Universitário ETEP. Portanto, em minha trajetória profissional, há um entrecruzamento do contato inicial com a Libras no ambiente religioso e a posterior formação acadêmica com a atuação profissional resultantes de avanços inclusivos legais. Entre os anos de 2011 a 2021, passei a atuar na formação dos professores indígenas com o curso básico de Libras nas escolas municipais e estaduais. Procurei aprimorar meu conhecimento através de outros cursos na área "Línguas Indígenas de Sinais" – LSI e a interculturalidade com a Libras" e participar de discussões sobre as Línguas Indígenas de Sinais. A vivência com minha comunidade indígena Pataxó me trouxe a oportunidade de conviver com indígenas surdos e me transformar em um ser humano melhor, um professor melhor,

Endereço: SRTVN 701, Via W5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.927.522

trabalhando sempre a pedagogia das diferenças, como profissional da Libras e como indígena que sou. Sempre ouvi minha avó Marialva Oliveira Santos e minha mãe Cirlene Oliveira Santos em suas conversas, abordarem assuntos sobre a nossa ancestralidade indígena, foi então, que descobri que a minha tataravó foi pega grávida em Monte Pascoal e levada a forças para Ipiaú e lá ela deu a luz a minha bisavó Etelvina Maria de Jesus. Meu avô, Jonas Pereira da Silva, filho de Jovita Francisca do Nascimento e Jesuíno Pereira da Silva, nasceu na aldeia Panelão em Camaacan. Sou membro da "Década das Línguas Indígenas" (2022-2032) e uma das discussões para esse período se refere às línguas de sinais utilizadas pelos indígenas surdos, sua acessibilidade linguística e a construção de políticas linguísticas que atendam especificamente aos indígenas surdos. Membro externo representando o povo Pataxó no Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IF Baiano Campus Teixeira de Freitas, e com a minha participação no grupo, iniciamos algumas palestras voltadas para a Formação e Atuação de Professores e Tradutores Intérpretes para/na Educação de Indígenas Surdos. Além de organizar o I Seminário Regional de Luta dos Povos Indígenas e discutir a interculturalidade da Libras e Línguas Indígenas de Sinais. Participei como tradutor intérprete na orientação dos sinais e termos específicos da comunidade Pataxó no filme-documentário "Memórias do Fogo de 1951" dirigido pelo parente Karkaju Pataxó e Ramon Rafaello. Tenho como projeto de vida profissional, me dedicar integralmente ao estudo e ensino da Língua de Sinais Pataxó com o empréstimo linguístico da Libras, apresentar propostas de implementação e implantação de formação em Língua Indígena de Sinais Pataxó (LSI) para os professores da comunidade de Coroa Vermelha. Garantir os direitos linguísticos dos indígenas surdos com o objetivo de inserção da língua indígena de sinais na programação de fomento e disseminação nas escolas/aldeias, assim como, promover cursos de formação de professores e a produção de material didático específico. Aproveitando o ambiente da Educação Básica e Ensino Superior e a busca pelos pares acadêmicos para cumprir tal intuito, além da interação com a comunidade indígena surda da Costa do Descobrimento, Extremo Sul e Sul da Bahia, aproveitando para disseminar nas localidades o uso e ensino da Língua Pataxó de Sinais e a formação específica para os docentes e comunidade. É nesse emaranhado de experiências com uma segunda língua e retomada de minha identidade Pataxó que se gesta esse projeto e inquietação de pesquisa. Em frente disto, em meio a desafios e obstáculos, conquistas e avanços da comunidade surda em relação às suas formas de adquirir conhecimento, no sistema educacional, professores que fazem parte do cotidiano escolar do aluno indígena surdo, no âmbito do ensino nas comunidades/aldeias, devem estar envolvidos com a causa da comunicação destes dentro do ambiente escolar. É nesse sentido que os temas da identidade indígena pataxó se encontra com

Endereço: SRTVN 701, Via W5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.927.522

minha formação em Libras e meu papel enquanto educador e tradutor intérprete.

HIPÓTESE

As pessoas com identidade surda compartilham suas experiências com outros surdos e ouvintes e por meio desse conviver se posicionam e agem no mundo. Um indígena surdo também interage com essa duplicidade e a partir dela constrói sua identidade surda e pataxó.

METODOLOGIA

Caracterização do estudo e do tipo de pesquisa O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa (FLICK, 2009; MINAYO, 2010), uma vez lida com o universo de significados que os sujeitos elaboram e com suas subjetividades no tocante à educação para as relações étnico-raciais. Chizzotti (2008, p. 26) afirma que as pesquisas qualitativas não apresentam um único padrão “porque admitem que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem também do pesquisador – suas concepções, seus valores, seus objetivos”, de modo que a ideia de objetividade pretendida pelo positivismo é, no limite, impossível de ser atingida. Do mesmo modo, é preciso compreender que as denominadas “pesquisas qualitativas” recobrem um campo interdisciplinar e, por isso mesmo, assumem tradições e perspectivas teórico-metodológicas distintas, “[...] derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo” (CHIZZOTTI, 2008, p. 28). Contemporaneamente, essas tradições teórico-metodológicas, consideradas “mais clássicas”, têm sido tensionadas pelas perspectivas pós estruturalistas, pelos estudos pós-coloniais e decoloniais pela teoria crítica da raça, pela teoria queer, etc., o que resulta numa diversidade de novas abordagens e possibilidades de “decolonização” da ciência de tradição eurocêntrica e, portanto, dos seus modos de produção de conhecimento. Para a “coleta” e produção dos dados utilizaremos como técnica a entrevista semiestruturada. Considerando a especificidade dessa pesquisa e dos sujeitos envolvidos, iremos contar com a participação de 01 tradutora intérprete de Libras, que já atua na Escola Indígena, é fluente na língua de sinais e possuem formação em nível superior na área. Para tanto, serão utilizadas entrevistas adaptadas à realidade linguística dos participantes que são ex-estudantes indígenas surdos da escola pataxó de Coroa Vermelha e constituída com roteiro de 17 perguntas, divididas em 3 blocos (dados preliminares, questões sobre a escolarização e reflexões conceituais) e visita a campo para busca documental de acordo com o termo de autorização. As entrevistas serão gravadas com a devida autorização. Os entrevistados serão identificados pelos seus nomes reais, pois, é relevante para pesquisa que os

Endereço: SRTVN 701, Via W5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.927.522

participantes sejam identificados para uma maior visibilidade de sua identidade indígena surda Pataxó. A entrevista é uma técnica largamente utilizada em pesquisas qualitativas e permite compreender aspectos subjetivos por meio da fala do (a) entrevistado (a), comparar pontos de vista de diferentes participantes e, através da fala de diferentes sujeitos, construir interpretações sobre o contexto e sobre determinados fenômenos. Como já dito, optamos por uma entrevista semiestruturada. "Nesse tipo de técnica o entrevistador dispõe de um roteiro/guia (ou uma pauta), no entanto, não necessariamente segue a ordem determinada no roteiro, se oportuno, inclui novos questionamentos durante o encontro, mas nunca perdendo os objetivos da investigação" (ZANELLA, 2009, p. 121).

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Indígenas pataxó surdos que são maiores de 18 anos e que tenham tido vínculo com a Rede Regular de Ensino da SEMED de Santa Cruz Cabralia – Bahia.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Não indígenas pataxó, ouvintes, menores de idade e pessoas sem vínculo com a escola indígena.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO

Descrever, evidenciar e investigar o processo de formação escolar dos indígenas surdos e o papel da Língua de Sinais.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

Refletir sobre a trajetória formativa dos estudantes indígenas surdos e a identidade pataxó Descrever o processo de etnicidade evocado pelos falantes da língua indígena de sinais pataxó.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Este estudo apresenta riscos mínimos, como exposição, estranheza, desistência da entrevista ou a não resposta ao questionário em qualquer momento e/ou com a recusa de falar sobre assuntos desconfortáveis. Ainda assim, os participantes têm assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

BENEFÍCIOS

Os benefícios deste estudo são indiretos, podendo contribuir para a garantia dos direitos

Endereço: SRTVN 701, Via W5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.927.522

linguísticos dos indígenas surdos com a inserção da língua indígena de sinais na programação de fomento e disseminação nas escolas/aldeias, assim como, fornecer subsídios implantação e implementação de curso de formação de professores indígenas em Língua Indígena de Sinais Pataxó.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional e unicêntrico, que propõe um olhar qualitativo e etnográfico para descrever o processo de formação escolar dos indígenas surdos e o papel da Língua de Sinais. "Com esse intuito buscamos descrever, evidenciar e investigar o processo de formação escolar dos indígenas surdos e o papel da Língua de Sinais e refletir a formação docente específica em Língua Indígena de Sinais. A metodologia adotada é qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas com indígenas pataxós surdos da comunidade de Coroa Vermelha, egressos da escola indígena. Espera-se que essa reflexão possa contribuir para o desenvolvimento de uma identidade Indígena Pataxó Surda."

Caráter acadêmico, realizado para obtenção do título de mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

- O pesquisador é indígena e residente na Aldeia Coroa Vermelha, Terra Indígena Coroa Vermelha, em Porto Seguro (BA), conforme indica em declaração (Declaracao_indigena.pdf) e em documento da Funai (Declaracao_indigena_FUNAI.pdf);

- Apresenta anuência das lideranças indígenas;

Financiamento Próprio.

Orçamento: R\$ 1.174,00

Número de participantes incluídos no Brasil: 4 alunos indígenas surdos Pataxó;

Período de "Construção dos dados: realização das entrevistas" previsto para 02/02/2023 a 02/05/2023.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente nº 5.832.929, emitido pela Conep em 22/12/2022:

1. Quanto à participação de Fernanda dos Santos Alves Fernandes como pesquisadora adicional,

Endereço: SRTVN 701, Via W5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.927.522

ressalta-se que nas Informações Básicas do Projeto na Plataforma Brasil, no campo "Assistentes", foi incluído apenas Danilo Cesar Souza Pinto. Solicita-se adequação, incluindo também Fernanda dos Santos Alves Fernandes como "assistente de pesquisa", conforme indicado pelo pesquisador no arquivo Declaracao_pesquisador_adicional_TILSP.docx, a fim de manter a coerência.

RESPOSTA: Inserimos a participação da pesquisadora (Tradutora Intérprete de Libras), Fernanda dos Santos Alves Fernandes como assistente de pesquisa na Plataforma Brasil conforme indicado pelo CONEP.
ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2. Quanto ao Registro do Consentimento Livre e Esclarecido, arquivo TCLE_CEP.docx, submetido em 26/09/2022:

2.1. Na página 2 de 4, no tópico "6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?", o pesquisador responde: "Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade". Diante disso:

RESPOSTA: Incluímos no TCLE a informação que o participante pode buscar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.1.1. O Registro do Consentimento Livre e Esclarecido deve assegurar, de forma clara e afirmativa, a informação sobre a FORMA de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 17, Inciso V) e indicar uma comprovação quando essa assistência for delegada a outra pessoa ou instituição (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso X).
RESPOSTA: "Foram inseridas no TCLE as informações sobre a forma de acompanhamento e de assistência a que terão direito os participantes da pesquisa."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.1.2. Quanto à indenização, solicita-se adequar o trecho para informar ao participante que, havendo algum dano decorrente da pesquisa, terá direito a BUSCAR indenização através das vias judiciais ou extrajudiciais (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

RESPOSTA: "Substituímos a palavra/verbo SOLICITAR pela palavra/verbo BUSCAR conforme solicitado."

Endereço: SRTVN 701, Via W5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.927.522

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.2. No final do documento de consentimento, há um campo para coleta da impressão datiloscópica do participante, como alternativa à assinatura. No entanto, a Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 15, prevê que o Registro do Consentimento Livre e Esclarecido pode estar sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes. Desse modo, com o objetivo de evitar a estigmatização e/ou constrangimento do participante de pesquisa, solicita-se retirada do campo de coleta de impressão datiloscópica e recomenda-se a adoção de outra modalidade de registro do consentimento livre e esclarecido, se for necessário.

RESPOSTA: "Foi retirado o campo de coleta de impressão datiloscópica."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.3. Como o protocolo está sendo analisado também pela Conep, solicita-se, para melhor informar os participantes de pesquisa, que seja incluída no Registro do Consentimento uma breve descrição do que é a Conep, qual sua função no estudo, e suas formas de contato, conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, inciso IX [Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h].

RESPOSTA: "Adicionamos a descrição do que é a Conep, bem como a sua função no estudo e suas formas de contato."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3. Quanto ao Termo de autorização para uso de imagens e depoimentos, arquivo Termo_uso_de_imagens.docx, submetido em 26/09/2022,

3.1. Como o estudo envolve população indígena, solicita-se indicar que o uso de imagem e/ou som contemplará também a Portaria nº 177/PRES/2006, Artigo 6º, da Funai e demais legislações pertinentes.

RESPOSTA: "Indicamos que o uso de imagem e/ou som contemplará a Portaria nº 177/PRES/2006, artigo 6º."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.927.522

3.2. Considerando os direitos dos participantes, dispostos na Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 9º, de terem sua privacidade respeitada; de terem garantida a confidencialidade das informações pessoais e de decidirem, dentre as informações que fornecem aquelas que podem ser tratadas de forma pública, solicita-se que as informações do Termo sejam INCLUÍDAS no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido, que modo que o participante receba um ÚNICO documento de consentimento. Solicita-se, ainda, adaptar o campo de registro de opção dos participantes para inserir opções excludentes (por exemplo, "sim, autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz" e "não, não autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz") no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido, para que os participantes possam exercer tais direitos.

RESPOSTA: "Foi incluído no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido que o participante receberá um único documento de consentimento. Também adaptamos o campo de registro de opção dos participantes para a opções excludentes, "sim, autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz" e "não, não autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz") no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido, assim, os participantes possam exercer tais direitos".

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2011341.pdf	21/01/2023 13:40:08		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	21/01/2023 13:38:19	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS	Aceito

Endereço: SRTVN 701, Via W5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.927.522

Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	21/01/2023 13:38:19	SANTOS	Aceito
Outros	TCLE_ATUALIZADO_CONEP.docx	21/01/2023 13:35:02	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP.docx	21/01/2023 08:32:09	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Termo_uso_de_imagens_CONEP.docx	21/01/2023 08:30:39	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	PESQUISADOR_ADICIONAL.pdf	10/10/2022 13:32:15	Leandra Eugenia Gomes de Oliveira	Aceito
Outros	PARECERdeMeritoCNPq.pdf	10/10/2022 13:31:45	Leandra Eugenia Gomes de Oliveira	Aceito
Outros	Declaracao_de_compromisso_com_seres_humanos.pdf	27/09/2022 09:50:37	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Declaracao_pesquisador_adicional_TILSP.docx	26/09/2022 18:23:00	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Relatorio_medico_infecto_contagiosa.pdf	26/09/2022 18:17:52	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Relatorio_nao_e_portador_de_molestia_e_febre_amarela.pdf	26/09/2022 18:15:37	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista.docx	26/09/2022 18:10:54	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Termo_uso_de_imagens.docx	26/09/2022 18:07:50	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Declaracao_indigena_FUNAI.pdf	26/09/2022 18:01:27	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Declaracao_anuencia.pdf	26/09/2022 17:59:53	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Declaracao_indigena.pdf	26/09/2022 17:58:56	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	TILSP.pdf	26/09/2022 17:57:59	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Outros	Nomea.pdf	26/09/2022 17:56:07	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS	Aceito

Endereço: SRTVN 701, Via W5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.927.522

Outros	Nomea.pdf	26/09/2022 17:56:07	SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	26/09/2022 17:40:56	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	1.pdf	26/09/2022 17:40:08	DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

BRASILIA, 07 de Março de 2023

Assinado por:
Laís Alves de Souza Bonilha
(Coordenador(a))

Endereço: SRTVN 701, Via W5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

Anexo D – Parecer de Mérito Científico CNPq



PARECER DE MÉRITO CIENTÍFICO REFERENTE À ENTRADA DO PESQUISADOR DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS NA TERRA INDÍGENA COROA VERMELHA, NA ALDEIA PATAXÓ COROA VERMELHA, DO POVO PATAXÓ, DEVIDO AO SEU PROJETO DE PESQUISA DE MESTRADO INTITULADO "LÍNGUA INDÍGENA DE SINAIS: UM ENFOQUE NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS INDÍGENAS SURDOS PATAXÓS", NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB).

SOLICITANTE: David Kaique Rodrigues dos Santos, estudante do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – PPGREC, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Orientador: Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto;

Co-orientadora: Profa. Dra. Francislene Cerqueira de Jesus

PROJETO DE PESQUISA DE MESTRADO INTITULADO: "Língua Indígena de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas surdos pataxós", no âmbito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

ÁREA: Relações Étnicas e Contemporaneidade

PARECER: Recomendado Não Recomendado

JUSTIFICATIVA:

Recomendo a solicitação de entrada em Terra Indígena David Kaique Rodrigues dos Santos, mestrando em Relações Étnicas e Contemporaneidade da UESB de, para realizar a pesquisa intitulada "LÍNGUA INDÍGENA DE SINAIS: UM ENFOQUE NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS INDÍGENAS SURDOS PATAXÓS", NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB), por mérito científico. O solicitante se identifica como indígena Pataxó, nascido na cidade de Pau Brasil, Bahia e atualmente professor na Educação Básica na disciplina de Libras1, fluente em Língua Brasileira de Sinais – Libras e atuante na Formação dos professores indígenas na Comunidade de Coroa Vermelha em Santa Cruz Cabrália – Bahia. O mestrando pretende realizar a pesquisa proposta junto a sujeitos egressos da Escola Indígena Pataxó no Território Indígena de Coroa Vermelha em Santa Cruz Cabrália na Costa do Descobrimento na Bahia. A Escola Indígena Pataxó de Coroa



Vermelha é composta por cinco extensões: Escola Pataxó Agricultura, Escola Pataxó Arueira, Escola Pataxó Nova Coroa, Escola Pataxó Araticum e a Escola Pataxó Txihikamaywra. A escola atende estudantes indígenas de toda comunidade, em especial ao Território de Coroa Vermelha, há pelo menos 22 anos. Desde o ano de 2007 a Secretaria Municipal de Educação tem pensando o atendimento especializado para os estudantes indígenas surdos na escola e buscando oferecer uma formação escolar que atenda as especificidades linguísticas desses alunos.

O proponente, David Kaique Rodrigues dos Santos tem, nos últimos 5 anos, publicado 2 artigos, 2 livros e 13 capítulos de livros, a maioria de coautorias, demonstrando ampla experiência para efetuar a pesquisa de mestrado proposta.

A pesquisa está sendo orientada pelo professor Dr. Danilo César Souza Pinto contando com a c-orientação da profª. Dra. Francislene Cerqueira de Jesus. Dr. Danilo Pinto é Doutor (2013) em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos, com a tese "Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado". E realizou estágio de pós-doutorado junto ao Departamento de Antropologia (DAN/UNICAMP, 2021) em pesquisa sobre ações afirmativas para indígenas no Ensino Superior. Foi investigador Visitante Júnior (2010-2011) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Professor e pesquisador com experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia do Estado, sociedades indígenas e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: burocracia, política, educação e diversidade étnico-racial, educação indígena e sociedade brasileira. Atualmente é Professor Titular de Antropologia Social na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié, professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC/UESB) e membro do grupo de pesquisa "Grupo de Estudos em Temática Indígena e Interculturalidade (GETII)". A professora Francislene de Jesus é adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - DCHL - UESB – Jequié, doutora em Educação, pela Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Educação; Bolsista no Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), com fomento da CAPES, na Universidade do Minho (Portugal);, com especialização em Libras: Docência e Interpretação pela Faculdade Santo Agostinho (FACSA) e em Educação Inclusiva pela Faculdade Santo Agostinho (FACSA), A professora é proficiente em Língua Brasileira de Sinais com certificação reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) Secretaria de Educação Especial (SEESP) e



Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora do projeto de Extensão "Libras: a língua nas mãos da UESB", pesquisadora do Grupo de Estudos em Territorialidades da Infância e formação docente (GESTAR-UESB), pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciência e Educação à Diversidade (UESB), colaboradora do Grupo de Estudos Linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (GELIBRAS- UESB). Colaboradora no Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho (Portugal).

Os dois profissionais são plenamente capacitados para orientar o mestrando.

O objetivo principal da pesquisa é de descrever o processo de formação escolar dos indígenas surdos e o papel da Língua de Sinais, buscando descrever, evidenciar e investigar o processo de formação escolar dos indígenas surdos e o papel da Língua de Sinais e refletir a formação docente específica em Língua Indígena de Sinais. A metodologia adotada é qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas com indígenas pataxós surdos da comunidade de Coroa Vermelha, egressos da escola indígena, contribuindo para o desenvolvimento de uma identidade Indígena Pataxó Surda. Os objetivos específicos apresentados pelo mestrando são de refletir sobre a trajetória formativa dos estudantes indígenas surdos e a identidade pataxó e descrever o processo de etnicidade evocado pelos falantes da língua indígena de sinais pataxó. O mestrando apresenta uma fundamentação teórica focalizando a língua de sinais.

Aprovo a solicitação do pesquisador David Kaique Rodrigues dos Santos por mérito científico, de entrar na Terra Indígena Coroa Vermelha em Santa Cruz Cabrália, Bahia. TI para realizar sua pesquisa para o Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade da UESB, em um projeto de pesquisa que tem potencial para contribuir para a construção na trajetória formativa dos estudantes indígenas surdos e a identidade pataxó.

Como qualquer pesquisa realizada em Terra Indígena, mesmo que, neste caso, o proponente se identifica como Pataxó e sua pesquisa seja junto aos Pataxó, o mestrando deve conseguir a anuência de toda a comunidade indígena com quem realiza sua pesquisa e se submeter às decisões da comunidade quanto à realização da sua pesquisa.

Anexo E – Autorização para entrada em Terra Indígena



4598907

08620.009231/2022-15



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO AOS ESTUDOS E PESQUISA

OFÍCIO Nº 379/2022/AAEP/FUNAI

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Ao Senhor

DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Mestrando em Relações Étnicas e Contemporaneidade - PPGREC da

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Jequié - Bahia

Assunto: Ingresso em Terra Indígena.Referência: **Processo nº** 08620.009231/2022-15

Senhor David Kaique,

1. Encaminha-se para conhecimento, a **Autorização digital de Ingresso em Terra Indígena nº71/AAEP/PRES/2022**, em nome de DAVID KAIQUE RODRIGUES DOS SANTOS, com o objetivo de realizar a Pesquisa Científica intitulada:

“Línguas Indígenas de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas surdos Pataxó”.

2. Salienta-se que eventuais dúvidas ou maiores esclarecimentos, poderão ser realizados pelos telefones: (61) 3247-6022 / 6050 e/ou correio-eletrônico (e-mail): aaep@funai.gov.br.

Anexos: I - Autorização de ingresso em TI Pessoa Física nº 71- SEI nº (4597186).

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

ALEXANDRE ROCHA DOS SANTOS

Assessor AAEP/PRES-FUNAI

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rocha dos Santos, Assessor(a)**, em 14/10/2022, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4598907** e o código CRC **FD05E7A**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08620.009231/2022-15

SEI nº 4598907

SCS Quadra 09 Edifício Parque Cidade Corporate Torre B Sala 1102 11º andar, Setor Comercial Sul - Bairro Asa Sul
CEP 70308-200 Brasília - DF (61) 3247-6022 - <http://www.funai.gov.br>

Anexo F – Autorização para entrada em Terra Indígena



4597186

08620.009231/2022-15



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO AOS ESTUDOS E PESQUISA

Autorização de Ingresso em Terra Indígena nº 71/AAEP/2022

IDENTIFICAÇÃO			
NOME:	David Kaique Rodrigues dos Santos	PROCESSO Nº:	08620.009231/2022-15
NACIONALIDADE:	Brasileira	IDENTIDADE:	21.190.392-24
INSTITUIÇÃO/ENTIDADE:	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia		
PATROCINADOR:			
OBJETIVO DO INGRESSO			
DESCREVER, EVIDENCIAR E INVESTIGAR O PROCESSO DE FORMAÇÃO ESCOLAR DOS INDÍGENAS SURDOS E O PAPEL DA LÍNGUA DE SINAIS. REFLETIR SOBRE A TRAJETÓRIA FORMATIVA DOS ESTUDANTES INDÍGENAS SURDOS E A IDENTIDADE PATAXÓ. DESCREVER O PROCESSO DE ETNICIDADE EVOCADO PELOS FALANTES DA LÍNGUA INDÍGENA DE SINAIS PATAXÓ.			
EQUIPE DE TRABALHO			
NOME	NACIONALIDADE	DOCUMENTO	
LOCALIZAÇÃO			
TERRA INDÍGENA:	Coroa Vermelha	POVO INDÍGENA:	Pataxó
COORDENAÇÃO REGIONAL:	Sul da Bahia	CTL:	
VIGÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO			
INÍCIO:	Outubro de 2022	TÉRMINO:	Maio de 2023
Autorizo.			
Brasília-DF, 14 de outubro de 2022.			
RESSALVAS:			
<ul style="list-style-type: none"> • Esta autorização inclui licença para uso de imagem, som e som de voz dos indígenas, para além do objeto desta autorização; • Esta autorização não inclui acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade; • Esta autorização não inclui acesso ao patrimônio genético; • Remeter à Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas – AAEP/Presidência/Funai, mídia digital contendo: relatórios, artigos, livros, gravações audiovisuais, imagens, sons, outras produções oriundas do trabalho realizado e informações sobre o acesso na internet. 			



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Xavier da Silva, Presidente**, em 14/10/2022, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4597186** e o código CRC **6795ACB2**.

Referência: Processo nº 08620.009231/2022-15

SEI nº 4597186

Anexo G – Declaração de anuência do cacique e lideranças da comunidade

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DO CACIQUE E LIDERANÇAS DA COMUNIDADE INDÍGENA

Eu Benedito da Conceição Braz, RG 08657684 47, Cacique da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha da etnia Pataxó, localizada na Terra Indígena de Coroa Vermelha, concedo a ANUÊNCIA desta comunidade indígena para David Kaique Rodrigues dos Santos, pataxó, membro desta comunidade, pesquisador de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, desempenhar a função de pesquisador, desenvolvendo a pesquisa intitulada "Língua Indígena de Sinais: um enfoque na formação escolar dos indígenas surdos Pataxó". Declaro também que ele conhece e respeita a organização social, costumes, crenças e tradições da nossa comunidade.

Aldeia Pataxó Coroa Vermelha.

Data: 13/09/2022

Benedito da Conceição Braz
Benedito da Conceição Braz-Cacique Louro Pataxó
RG: 08657684 47 SSP/BA e CPF: 029.467.585-08

Maria D'Ajuda Guedes Santos
Maria D'Ajuda Guedes Santos-Vice Cacica
RG: 06.475.968-73 SSP/BA e CPF: 659.967.125-04

Valdelito Nascimento dos Santos
Valdelito Nascimento dos Santos
RG: 07450601 80 SSP/BA e CPF: 736.654.525-20

Edivane Silva Santos
Edivane Silva Santos – Dica Pataxó
RG: 18.448.120-X SSP/BA CPF: 837.718.325-00

Sueli Soares de Jesus
Sueli Soares de Jesus
RG: 11.671.437-95 SSP/BA e CPF: 020.654.735-84

Anexo H – Convite para a Jornada Pedagógica da EIPCV



Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha
 BR 367, km 06 – Coroa Vermelha - Santa Cruz Cabrália / BA
 CEP: 45807-000 - CNPJ: 03.184.473.0001-84
 E-mail: kamasary@yahoo.com.br
escolaindigenacoroavermelha@gmail.com
 Telefone: (73) 99968-2010



Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabrália, 29 de janeiro de 2023

Ao Ilustríssimo Senhor David Kaique Rodrigues dos Santos

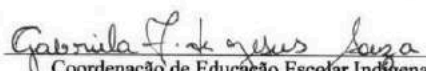
Professor de Libras, Mestrando em Relações e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

A Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, por meio da Coordenação de Educação Escolar Indígena deste município em consonância com a equipe diretiva da escola, vêm por meio deste, estender-lhe o convite para estar conosco, em regime colaborativo, na nossa Jornada Pedagógica 2023 cujo tema será: “Educação Escolar: resistindo ao desafios atuais, valorizando e fortalecendo os saberes tradicionais no ensino e nas aprendizagens”, a realizar-se do dia 01 ao dia 08 de fevereiro. O convidamos na função de palestrante para um momento formativo com os docentes acerca da Educação Especial e Inclusiva, que será realizado em nosso 2º dia de jornada, dia 02 de fevereiro.

Esse momento é de extrema importância para a reflexão e potencialização das práticas docentes, visto que a cada ano, temos tido um aumento significativo de estudantes que possuem necessidade de atendimento especializado e desenvolvimento de atividades adaptadas, de modo que, esse processo formativo, que ora se inicia, mas que necessita ser um processo contínuo, irá colaborar com nossa práxis.

Esperamos poder contar com vossa disponibilidade e parceria para que juntos possamos ofertar uma educação escolar indígena inclusiva de qualidade.

Att,


 Coordenação de Educação Escolar Indígena
 Professora Gabriela de Jesus Florencio


 Diretor Escolar
 Professor Paulo Roberto
 DIRETOR ESCOLAR
 DECRETO N° 033/2020

Anexo I – Convite para parceria na formação da EIPCV



Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha
 BR 367, km 06 – Coroa Vermelha - Santa Cruz Cabrália / BA
 CEP: 45807-000 - CNPJ: 03.184.473.0001-84
 E-mail: kamasary@yahoo.com.br
escolaindigenacoroavermelha@gmail.com
 Telefone: (73) 99968-2010



Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabrália, 29 de janeiro de 2023

Prezado Professor Davi Kaique Rodrigues dos Santos

É com grande respeito que o cumprimentamos cordialmente.

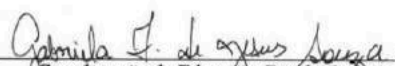
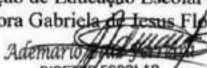
A Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, intermediada pela Coordenação de Educação Escolar Indígena deste município, junto à equipe diretiva da supracitada escola, gostariam de convidá-lo, em caráter de colaboração, para a realização de atividades formativas para auxílio das atividades pedagógicas adaptadas aos alunos da inclusão, a partir da prática e ensino da língua Pataxó, o Patxôhã. Esta, a ser realizada durante a jornada pedagógica que ocorrerá de 02 a 08 de fevereiro.

Sabemos que, tanto a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) quanto o Patxôhã (língua materna), ainda são secundarizadas nas escolas indígenas, visto que, a língua portuguesa é majoritariamente aquela que ocupa maior espaço no ensino e aprendizagem. Assim, sendo, a presente oficina, para a qual estendemos o convite para a realização de sua colaboração, visa refletir acerca de como temos realizado os ensino e uso da língua em nossas práticas pedagógicas, de modo a valorizar as práticas linguísticas multilíngues e interculturais.

Desse modo, o convidamos, no intuito de podermos refletir conjuntamente, propor estratégias de atendimentos aos nossos estudantes com respeito à educação inclusiva. Externamos ainda, nossa gratidão e reconhecimento pelo trabalho que vem realizando em nosso município e, de maneira sensível e colaborativa, à nossa escola.

Certos de vossa disponibilidade em sempre contribuir com as nossas ações e proposição de espaços formativos e de fortalecimento da prática pedagógica inclusiva, seremos gratos pelo aceite.

Att,


 Coordenação de Educação Escolar Indígena
 Professora Gabriela de Jesus Florencio

 DIRETOR ESCOLAR
 EDUCAÇÃO INDÍGENA
 Ademário Braz

Anexo J – Convite para aula na LINTER do IFBA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
BAHIA – IFBA

Fontana, Porto Seguro, 02 de maio de 2023

Ao Ilustríssimo Sr. David Kaique Rodrigues

Professor de Libras, Pesquisador e Mestrando em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, por meio da Coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e professora de Libras do curso de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena – Linter em consonância com a Coordenação da Licenciatura Intercultural Indígena – Linter, vêm por meio deste, estender-lhe o convite para estar conosco, em regime colaborativo ministrando/conduzindo a palestra cujo tema será “Qual a contribuição da LIS na construção da identidade indígena surda?”, a realizar-se nos dias 03 e 04 de maio sendo na quarta feira no turno matutino no curso de Linguagens e na quinta feira no turno vespertino no curso de Ciências da Natureza. O convidamos na função de palestrante para um momento formativo com os docentes acerca da Diversidade Linguística das Línguas Indígenas de Sinais no Brasil e as identidades indígenas surdas.

Esse momento é de extrema importância para o conhecimento, a valorização, preservação e potencialização dos estudos e práticas docentes, visto que cada vez mais, temos tido um aumento significativo de indígenas surdos nas comunidades originárias que precisam de atendimento educacional especializado e diferenciado, além de desenvolvimento de atividades adaptadas, de modo que, esse processo formativo, que ora se inicia, mas que precisa ser um processo contínuo e irá colaborar com a nossa práxis.

Esperamos poder contar com vossa disponibilidade e parceria para que juntos possamos ofertar uma educação escolar indígena inclusiva, bilíngue, especial e diferenciada para a qualidade no ensino e aprendizagem.

Att,

Noélia Felix da Silva
Professora de Libras
Coordenadora do NAPNE

Anexo L – Calendário letivo – Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ CABRÁLIA
ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)
DIRETORIA DO DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO



CALENDÁRIO LETIVO 2023

ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ COROA VERMELHA (Aprovado pela Resolução CME nº)

FEVEREIRO 12							MARÇO 23							ABRIL 16						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
19	20	21	22	23	24	25	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
26	27	28					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29
														30						

MAIO 22							JUNHO 19							JULHO 10						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6	4	5	6	7	8	9	10	2	3	4	5	6	7	8
7	8	9	10	11	12	13	11	12	13	14	15	16	17	9	10	11	12	13	14	15
14	15	16	17	18	19	20	18	19	20	21	22	23	24	16	17	18	19	20	21	22
21	22	23	24	25	26	27	25	26	27	28	29	30		23	24	25	26	27	28	29
28	29	30	31											30	31					

AGOSTO 23							SETEMBRO 21							OUTUBRO 20						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5					1	2	1	2	3	4	5	6	7	
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	29	30	31				

NOVEMBRO 20							DEZEMBRO 14						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4	3	4	5	6	7	8	9
5	6	7	8	9	10	11	10	11	12	13	14	15	16
12	13	14	15	16	17	18	17	18	19	20	21	22	23
19	20	21	22	23	24	25	24	25	26	27	28	29	30
26	27	28	29	30			31						

DISTRIBUIÇÃO DOS DIAS LETIVOS	
Mês	Nº de Dias Letivos
FEVEREIRO	12
MARÇO	23
ABRIL	16
MAIO	22
JUNHO	19
JULHO	10
AGOSTO	23
SETEMBRO	21
OUTUBRO	20
NOVEMBRO	20
DEZEMBRO	14

LEGENDA	
Férias	
Ponto Facultativo – 06/04, 09/06 e 03/11/2023	
Reassunção e Jornada Pedagógica	
Recesso de Carnaval – 20 e 21/02/2023	
Quarta-Feira de Cinzas – 22/02/2023	
Feriados	
Recesso Julino – 16 a 30/07/2023	
Dias Letivos	
Sábado letivo	
Pré-Conselho de Classe (15/04, 15/07 e 13/10/2023)	
Conselho de Classe Final – 22/12/2023	

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES LETIVAS		
Unidade	Período	Nº de dias Letivos
1ª	08/02 a 14/04/2023	43 dias
2ª	17/04 a 14/07/2023	59 dias
3ª	01/08 a 06/10/2023	49 dias
4ª	09/10 a 21/12/2023	49 dias

DATAS IMPORTANTES					
Mês	Data	Comemoração	Mês	Data	Comemoração
FEVEREIRO	20 a 21	Recesso de Carnaval	AGOSTO	01	Arraial
	22	Quarta-Feira de Cinzas		13	Dia de Santa Dulce dos Pobres
MARÇO	08	Dia Internacional da Mulher	17	Dia da Independência do Brasil	
	09	Quinta-Feira Santa	27	Dia de São Cosme e Damião	
ABRIL	19	Domingo de Páscoa (Recessão de Classe)	OUTUBRO	12	Dia de Nossa Senhora Aparecida
	21	Tributo			Dia da Criança
	24	1ª Massa realizada no Brasil		15	Dia do Professor
	01	Dia do(s) Trabalhador(a)		28	Dia do Fundador do Píliko
MAIO	05	Dia Mundial do Meio Ambiente	NOVEMBRO	02	Dia de Finados
	08	Copas de Leite		15	Dia da Proclamação da República
	13	Dia de Santo Antônio		19	Dia da Barbearia
	24	Dia de São João		20	Dia da Consciência Negra
JUNHO	29	Dia de São Pedro	DEZEMBRO	08	Dia de Nossa Senhora da Conceição
				25	Natal

Anexo M – Calendário letivo – Colégio Estadual Indígena Pataxó de Coroa Vermelha

GOVERNO DO ESTADO		Calendário Escolar Especial Rede Estadual- 2023	
BAHIA			
NTE: 27 Costa do Desc.	MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA	RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO (NTE): LILIAN LEAO RODRIGUES	
ATIVIDADE	DATA/PERÍODO		
Jornada Pedagógica	01, 02 e 03 de fevereiro de 2023		
Início do Ano Letivo	06 de fevereiro 2023		
Recesso do Carnaval	18 a 22 de fevereiro de 2023		
Recesso Julino	17 a 28 de julho de 2023		
Término do Ano Letivo	15 de dezembro de 2023		
Sabados Letivos	5		
Total de dias Letivos	200		
Recuperação Final	18, 19 e 20 de dezembro de 2023		
Conselho de Classe	21 de dezembro de 2023		
Entrega dos Resultados	22 de dezembro de 2023		
DIAS QUE NÃO SERÃO LETIVOS: FERIADOS, PONTOS FACULTATIVOS E CONSELHO DE CLASSE			
MÊS	DATA OU PERÍODO	EVENTO/MOTIVO	
Fevereiro	20, 21 e 22	Carnaval	
Abril	7	Sexta-feira da Paixão	
	21	Tiradentes	
	26	1ª Missa Celebrada no Brasil	
Maio	1º	Dia do Trabalhador	
	12	Conselho de Classe	
Junho	8 e 9	Corpus Christi/Ponto Facultativo	
	24	São João	
	29	São Pedro	
Julho	2	Independência da Bahia	
Setembro	7 e 8	Independência do Brasil/Ponto Facultativo	
	15	Conselho de Classe	
Outubro	12 e 13	Nossa Senhora Aparecida/ Ponto Facultativo	
	15	Dia do Professor	
	28	Dia do Servidor Público	
Novembro	2 e 3	Finados/ Ponto Facultativo	
	15	Proclamação da República	
Dezembro	8	Nossa Senhora da Conceição	
	21	Conselho de Classe	
	25	Natal	
JUSTIFICATIVA			
ASSINATURA			

RESUMO

01- JANEIRO Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31							02- FEVEREIRO - Dias Letivos -> 14 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28							03- MARÇO - Dias Letivos -> 23 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31							04- ABRIL - Dias Letivos -> 18 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30													
05- MAIO - Dias Letivos -> 22 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31							06- JUNHO - Dias Letivos -> 20 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30							07- JULHO - Dias Letivos -> 11 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31							08- AGOSTO - Dias Letivos -> 23 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31													
09- SETEMBRO - Dias Letivos -> 19 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30							10- OUTUBRO - Dias Letivos -> 20 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31							11- NOVEMBRO - Dias Letivos -> 20 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30							12- DEZEMBRO - Dias Letivos -> 10 Dom Seg Ter Qua Qui Sex Sab 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31													
10 - Prazo para entrega do calendário especial Matrícula Rede Estadual. 01, 02 e 03 - Jornada Pedagógica 06 - Início do Período Letivo e da I Unidade 20 a 22 - Recesso Carnaval							07 - Sexta-feira da Paixão 09 - Páscoa 15 - Sábado Letivo 21 - Tiradentes 26 - 1ª Missa							01 - Dia do Trabalhador 08 - Início da II Unidade 12 - Conselho de Classe 20 - Sábado Letivo							08 - Corpus Christi 09 - Ponto Facultativo 17 - Sábado Letivo 29 - São Pedro							02 - Independência da Bahia 17 a 28 - Recesso Julino						
01 - Início da III Unidade 07 - Independência do Brasil 08 - Ponto Facultativo 15 - Conselho de Classe 23 - Sábado Letivo							12 - Nossa Senhora da Aparecida 13 - Ponto Facultativo 15 - Dia do Professor 28 - Servidor Público							02 - Finados 15 - Proclamação da República 18 - Sábado Letivo							8 - Nossa Senhora da Conceição 15 - Término do Período Letivo e da III Unidade 18,19 e 20 - Encerramento das atividades finais (recuperação) 21 - Conselho de Classe Final 22 - Entrega dos resultados finais 25 - Natal													
Início do ano letivo 06/02 I-Unid Dias - 59 06/02 a 05/05 II-Unid Dias - 72 06/05 a 31/08 III-Unid Dias - 69 01/09 a 15/12 Término do ano letivo 15/12 Sábados - 05 Dias - 200							I 29,50 % II 36,00 % III 34,50 %																											

Anexo N – Calendário letivo da Rede Regular de Ensino Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ CABRÁLIA-BAHIA
SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SME
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME

CALENDÁRIO LETIVO 2023
 (Aprovado pela Resolução CME nº 081/2022, de 15 de dezembro de 2022)

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28				

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Mês	Nº de Dias Letivos
FEVEREIRO	14
MARÇO	23
ABRIL	16
MAIO	22
JUNHO	19
JULHO	10
AGOSTO	23
SETEMBRO	20
OUTUBRO	20
NOVEMBRO	19
DEZEMBRO	14

Unidade	Período	Nº de dias Letivos
1ª	06/02 a 14/04/2022	45
2ª	17/04 a 14/07/2022	59
3ª	01/08 a 06/10/2022	48
4ª	09/10 a 21/12/2022	48

 Férias
 Ponto Facultativo – 06/04, 09/06 e 03/11/2023
 Reassunção e Jornada Pedagógica
 Recesso de Carnaval – 20 e 21/02/2023
 Quarta-Feira de Cinzas - 22/02/2023
 Feriados
 Recesso Juliano – 16 a 30/07/2023
 Dias Letivos
 Pré-Conselho de Classe (15/04, 15/07 e 13/10/2023)
 Conselho de Classe Final – 21/12/2023

Mês	Data	Comemoração	Mês	Data	Comemoração
FEVEREIRO	20 e 21	Recesso de Carnaval	JULHO	02	Independência da Bahia
	22	Quarta-feira de Cinzas		23	Aniversário de Emancipação Política
MARÇO	08	Dia Internacional da Mulher	AGOSTO	01	Araguaikô
	06	Quinta-Feira Maior		13	Dia de Santa Dulce dos Pobres
	07	Sexta-Feira Santa	SETEMBRO	07	Independência do Brasil
ABRIL	03	Domingo de Páscoa (Resurreição de Cristo)		12	Dia de Nossa Senhora Aparecida
	19	Dia do Índio	OUTUBRO	12	Dia da Criança
	21	Tiradentes		15	Dia do Professor
	26	1ª Missa realizada no Brasil		26	Dia do Funcionário Público
MAIO	01	Dia do(a) Trabalhador(a)		02	Dia de Finados
	05	Dia Mundial do Meio Ambiente	NOVEMBRO	15	Dia da Proclamação da República
	12	Dia de Santo Antônio		19	Dia da Bandeira
JUNHO	08	Corpus Christi		28	Dia da Consciência Negra
	24	Dia de São João	DEZEMBRO	08	Dia de Nossa Senhora da Conceição
	29	Dia de São Pedro		25	Natal

Avenida Cristal S/N - Mirante da Coroa - CEP 45807-000 - Santa Cruz Cabrália - Bahia
 CNPJ - 13.635.008/0001-70



Página 7